

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GISELE GUTSTEIN GÜTTSCHOW

**ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI - SC:
CRIAÇÃO, CURRÍCULOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (1954-1967)**

CURITIBA

2018

GISELE GUTSTEIN GÜTTSCHOW

**ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI - SC:
CRIAÇÃO, CURRÍCULOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (1954-1967)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, na Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^a Dra. Nadia Gaiofatto Gonçalves.

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR -
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS, MARIA TERESA ALVES GONZATI, CRB 9/1584
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Güttschow, Gisele Gutstein

Escola de iniciação agrícola de Araquari - SC : criação, currículos e formação profissional (1954-1967) / Gisele Gutstein Güttschow. - Curitiba, 2018.
245 p.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Nadia Gaiofatto Gonçalves

1. Educação do campo. 2. Escolas rurais - Brasil. 3. Formação profissional rural - Santa Catarina. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 370.19346

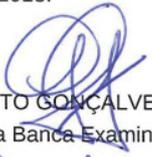


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **GISELE GUTSTEIN GUTTSCHOW**, intitulada: **ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI - SC: CRIAÇÃO, CURRÍCULOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (1954-1967)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa. A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 12 de Março de 2018.


NÁDIA GAIOFATTO GONÇALVES(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


MARILANDES MOL RIBEIRO DE MELO(IFC)


LEZIANY SILVEIRA DANIEL(UFPR)


IRAÍDE MARQUES DE FREITAS BARREIRO(UNESP)


LIANE MARIA BERTUCCI(UFPR)


JUAREZ JOSÉ TUCHINSKI DOS ANJOS(UFPR)

**Dedico este trabalho a todos os ex-alunos do Colégio
Agrícola de Araquari.**

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é para a minha orientadora, Professora Dra. Nadia Gaiofatto Gonçalves. Em primeiro lugar por ter me aceitado como sua orientanda no curso de Doutorado na UFPR, mas, principalmente, por ter acreditado e confiado em mim quando solicitei a mudança do meu objeto de estudo e pesquisa. Graças ao teu aceite em alterar meu estudo consegui construir este trabalho. Além disso, agradeço todas as orientações para a execução desta tese e também te digo “muito obrigada” pelas conversas sobre a vida pessoal e profissional. Aprendi e aprendo muito contigo, minha Linda Orientadora. Com imensa alegria no meu coração digo que tu fazes parte da minha história acadêmica e de vida.

Agradeço a uma amiga em especial. À minha querida amiga Léia Adriana da Silva Santiago, que sempre me incentivou na carreira acadêmica, desde a época em que pegávamos o ônibus para voltar para Santa Catarina. Saiba amiga que todas as nossas conversas e teu carinho estão guardados comigo.

Agradeço ao meu Professor, Carlos Eduardo Vieira, contigo aprendi a seriedade complexa da posição de professor e pesquisador.

Agradeço em especial à Professora Liane Maria Bertucci, que nas suas palavras diretas e certeiras sempre foi meiga e compreensiva comigo. Tens minha total admiração.

Agradeço à Professora Leziany Silveira Daniel, que generosamente me forneceu novo rumo e olhar ao meu objeto de pesquisa após a qualificação.

Agradeço ao Professor Juarez José Tuchinski dos Anjos, à Professora Iraíde Marques de Freitas Barreiro e a Professora Marilandês Mol Ribeiro de Melo, que aceitaram compor minha banca de doutoramento.

Agradeço ao IFC *Campus* Araquari, por abrir as portas dos arquivos da instituição e me deixar à vontade no meu processo de pesquisa.

Às meninas da Secretaria Acadêmica do *campus* de Araquari: Dani, Ju, Karinna, Thais Querida, Lourdes; e aos meninos: Deodato Buss e Luiz Fernando Klug, que me auxiliaram (e auxiliam) na construção do Arquivo Institucional.

Agradeço em especial ao meu aluno, Vinícius de Oliveira, por me auxiliar com os problemas do não entendimento entre eu e o Word. Vini, tu fostes meu aluno, exemplar por sinal, e agora é meu amigo. Muito obrigada por sempre me ajudar.

Agradeço à Raquel Rybandt, pelo auxílio na correção, formatação e normas da ABNT. Além de ser uma colega de trabalho exemplar, tu és uma grande amiga.

Agradeço à Capes, pelo auxílio financeiro.

Agradeço a uma mulher especial, minha mãe, Lúcia Ester Zanini, que sempre disse para eu me dedicar aos estudos e a ter minha profissão. Obrigada minha mãe, se não fosse teu esforço e palavras de incentivo eu não chegaria até aqui. Sou-te eternamente grata.

Agradeço ao meu enteado, Victor Eduardo Guttschow, que me apoiou e também acreditou na minha capacidade de realizar este trabalho.

Por fim, agradeço ao meu marido, Eduardo Leo Guttschow que sempre me incentivou de todas as formas possíveis nos meus estudos e nunca duvidou que eu conseguiria realizar este trabalho. Meu Amor, sou-te grata, obrigada por estar ao meu lado nesta caminhada.

A todos o meu muito obrigada.

RESUMO

Esta tese busca cotejar as duas primeiras propostas de formação para o trabalho profissional agrícola nos cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola ofertados na instituição de ensino agrícola localizada no município de Araquari-SC, durante o recorte temporal de 1954 a 1967. Os objetivos são compreender o debate político-intelectual-legislativo em torno do ensino agrícola e os motivos de criação da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari; entender como foi a constituição da infraestrutura da escola apontando suas especificidades; identificar profissionais e professores que trabalharam na instituição no período de 1954 a 1967, indicando os serviços que exerciam, quais suas funções e a formação acadêmica/escolar destes servidores; analisar mudanças e permanências nos currículos escolares, nas disciplinas e no perfil do ingressante correspondentes às três turmas do curso de Iniciação Agrícola (1959-1961) e nas seis turmas do curso de Mestria Agrícola (1962-1967), compreendendo especificidades de cada formação profissional para o trabalho agrícola. Utilizo fontes localizadas no Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari, como Diários de Classe, documentos escolares dos ex-alunos, ofícios e portarias emitidos pela escola, como também os recebidos de órgãos ligados ao Ministério da Agricultura, ofícios do e para o Ministério da Agricultura depositados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, bem como leis, decretos e mensagens de governadores, localizados na Assembleia Legislativa do Estado catarinense; documentos relativos ao tema agricultura, pertencentes à Coleção Acervo Bibliográfico, à coleção periódica em Língua Portuguesa e à Coleção Memória Tipográfica Série Periódico, localizados no Arquivo Histórico de Joinville, e exemplares do Jornal Joinville Rural, além de entrevistas coletadas com dois ex-alunos da instituição. Para auxiliar na construção do trabalho faço uso dos conceitos de Chartier (1988, 2009), *representação* e *apropriação*, para compreender as maneiras que determinados sujeitos e seus interesses implantaram uma escola voltada à educação agrícola na cidade de Araquari. Recorro também à conceituação de Goodson (1991) que trata o currículo escolar como uma tradição inventada e como uma construção social que visa atender certa finalidade política, econômica e cultura. Frente ao conceito de Dominique Julia (2001) sobre cultura escolar, utilizo-o, especificamente na premissa de evidenciar práticas escolares que foram sendo estabelecidas no interior da escola agrícola de Araquari. A tese é de que o perfil da formação profissional, pretendido aos estudantes na Escola ou no Ginásio Agrícola, nos dois cursos indicados para o estudo neste trabalho, foi a de um profissional que exercesse seu ofício na região de sua residência ou próxima a ela. Os ingressantes, na sua grande maioria, eram originários da área urbana dos municípios e a instituição ofereceu currículos pautados em disciplinas de caráter humanístico geral, alinhavado com disciplinas de cunho técnico agrícola e pecuário.

Palavras-chave: História da Educação. Ensino Agrícola. Araquari. Colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira.

ABSTRACT

This thesis seeks to compare the first two training proposals for agricultural professional work in the courses of Agricultural Initiation and Agricultural Mastery offered at the agricultural teaching institution located in the municipality of Araquari - SC, during the temporal cut from 1954 to 1967. The objectives are the To understand the political-intellectual-legislative debate about agricultural education and the reasons for the creation of the School of Agricultural Initiation of Araquari; Understand how the infrastructure of the school was constituted by pointing out its specificities; To identify professionals and teachers who worked in the institution from 1954 to 1967, indicating the services they performed, their functions and the academic / scholastic training of these employees; To analyze changes and permanencies in the profile of the student, in the curriculum and disciplines and in the school culture corresponding to the three classes of the Agricultural Initiation course (1959-1961) and in the six classes of the Agricultural Mastery course (1962-1967), comprising specificities of each Vocational training for agricultural work and the reasons for changing the course offered by the institution. I use sources located in the Institutional Archives of the IFC - Campus Araquari, such as Class Diaries, alumni's school documents, official letters and ordinances issued by the school, as well as those received from agencies linked to the Ministry of Agriculture, offices of and for the Ministry of Agriculture Deposited in the Public Archive of the State of Santa Catarina as well as laws, decrees and messages of governors located in the Legislative Assembly of the State of Santa Catarina; Documents related to the theme of agriculture belonging to the Collection Bibliographic Collection, the periodical collection in Portuguese Language and the Collection Memória Tipográfica Series Periódico located in the Historical Archive of Joinville and the periodicals of the Journal Joinville Rural. To assist in the construction of the work I make use of the concepts of Chartier (1988, 2009), representation and appropriation, to understand the ways in which certain subjects and their interests implanted a school focused on agricultural education in the city of Araquari. I also refer to the concept of Goodson (1991) that treats the school curriculum as an invented tradition and as a social construction that aims to serve a certain political, economic and cultural purpose. In view of Dominique Julia's (2001) concept of school culture, I use it specifically in the premise of evidencing school practices that were being established inside Araquari's agricultural school. The thesis is that the profile of vocational training, intended for students in the School or Agricultural Gymnasium, in the two courses indicated for the study in this work, was that of a professional who exercised his or her office in the region of his or her residence or near it. The majority of the participants came from the urban area of the municipalities and the institution offered curricula based on general humanistic disciplines, aligned with disciplines of technical agricultural and livestock.

Key-words: History of Education. Agricultural Education. Araquari. Agricultural College Senador Gomes de Oliveira.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA AGRÍCOLA DE ARAQUARI EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DO NORTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	88
MAPA 2 - DISTÂNCIA ENTRE A ESCOLA AGRÍCOLA DE ARAQUARI E O RIO PARATI	89
MAPA 3 – LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES DE ORIGEM DOS ESTUDANTES RELATIVOS AO PERÍODO DE 1959 A 1961.	206
MAPA 4 – LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES DE ORIGEM DOS ESTUDANTES RELATIVOS AO PERÍODO DE 1962 A 1967.	210
FIGURA 1 – COMUNICADO DE ATRASO DE UM ESTUDANTE AO DIRETOR DA ESCOLA ESCRITO POR UMA MÃE DE ALUNO. (1967).....	91
FIGURA 2 – COMUNICADO ESCRITO DE PRÓPRIO PUNHO SOBRE ATRASO DE ESTUDANTE. (1967).	92
FIGURA 3 – COMUNICADO ESCRITO DE PRÓPRIO PUNHO SOBRE OS MOTIVOS DA AUSÊNCIA DE ESTUDANTE. (S/DATE).....	93
FIGURA 4 – COMUNICADO SOBRE ATRASO DE ESTUDANTE. (S/DATE).....	94
FIGURA 5 – OPERÁRIOS TRABALHANDO NA OBRA DA ESCOLA AGRÍCOLA. (195[?]).....	96
FIGURA 6 - SENADOR CARLOS GOMES DE OLIVEIRA E O DIRETOR BENJAMIM FERREIRA GOMES VISTORIANDO AS OBRAS DA ESCOLA AGRÍCOLA (195[?]).	97
FIGURA 7 – ALUNOS DA ESCOLA AGRÍCOLA TRABALHANDO (196[-?]).....	101
FIGURA 8 – TRATOR DA ESCOLA AGRÍCOLA. (196[-?]).....	102
FIGURA 9 - TRABALHO NO CAMPO. (196[-?]).	108
FIGURA 10 - COMUNICADO ESCRITO DE PRÓPRIO PUNHO ACERCA DA SAÚDE DE UM ESTUDANTE, 15/09/67.....	112
FIGURA 11 - COMUNICADO ESCRITO DE PRÓPRIO PUNHO SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DE TRABALHO AO ESTUDANTE, 06/11/67.....	113
FIGURA 12 – TERRENO AO LADO DO PRÉDIO DA ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI (1956).....	146
FIGURA 13 – TERRENO AO LADO DO PRÉDIO DA ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI (1956).....	147

FIGURA 14 – TERRENO EM FRENTE AO PRÉDIO PRINCIPAL DA ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI (1956).....	147
FIGURA 15 – BOLETIM ESCOLAR DO CURSO DE MESTRIA AGRÍCOLA, 10 DE DEZEMBRO DE 1965, S/P.	160
FIGURA 16 – INFORMATIVO SOBRE ENVIO DE REVISTA AO GINÁSIO AGRÍCOLA (1967).	180
FIGURA 17 – CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO (1956).	186
FIGURA 18 – CERTIFICADO DE FREQUÊNCIA DO ENSINO PRIMÁRIO, PRÓPRIO PUNHO (1960).....	187
FIGURA 19 – PROGRAMA PARA O EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA (1962).	191
FIGURA 20 – FICHA DE INSCRIÇÃO (1959).	195
FIGURA 21 – SOLICITAÇÃO, ESCRITA DE PRÓPRIO PUNHO, DE INFORMAÇÕES DE INGRESSO (24/01/1967).....	212
FIGURA 22 – SOLICITAÇÃO DE VAGA PARA ESTUDANTE ESCRITA DE PRÓPRIO PUNHO (03/10/1967).....	215
FIGURA 23 – ATESTADO MÉDICO (16/01/1959).	216

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- DENOMINAÇÕES DA ESCOLA AGRÍCOLA EM ARAQUARI (1954 A 1967)	15
QUADRO 2 - DOCENTES DO GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, FORMAÇÃO ACADÊMICA, TEMPO DE ENSINO E DISCIPLINA QUE LECIONOU.....	129
QUADRO 3- DISCIPLINAS OFERTADAS NO PRIMEIRO E SEGUNDO ANO DO CURSO DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA (1959).	138
QUADRO 4 – DISCIPLINAS QUE DEVERIAM SER MINISTRADAS NA PRIMEIRA E SEGUNDA SÉRIES DO CURSO DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA, CONFORME O DECRETO Nº. 38.042 DE 10 DE OUTUBRO DE 1955.	140
QUADRO 5 - CURSO DE MESTRIA AGRÍCOLA, AS DUAS PRIMEIRAS SÉRIES E AS DISCIPLINAS ESTABELECIDAS NO DECRETO FEDERAL Nº 21.667, DE 20 DE AGOSTO DE 1946.	155
QUADRO 6 - CURSO DE MESTRIA AGRÍCOLA, DISCIPLINAS OFERTADAS NO PRIMEIRO ANO DO RESPECTIVO CURSO EM ARAQUARI. (1964).	156
QUADRO 7 - CURSO DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA, DISCIPLINAS E SUAS CARGAS HORÁRIAS NO ANO DE 1960 NO MÊS DE MARÇO.	157
QUADRO 8 - DISCIPLINAS E SUAS RESPECTIVAS CARGAS HORÁRIAS NO SEGUNDO SEMESTRE DO ANO DE 1964.....	158
QUADRO 9 – DISCIPLINAS MINISTRADAS NO CURSO DE MESTRIA AGRÍCOLA, DE 1962 A 1967.....	162
QUADRO 10 - DATA DOS EXAMES DE HABILITAÇÃO NO PERÍODO DE 1960 A 1967.	196
QUADRO 11- QUANTIDADE DE ALUNOS INGRESSANTES NO CURSO DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO DE 1959 A 1961.	198
QUADRO 12- QUANTIDADE DE ALUNOS INGRESSANTES NO CURSO DE MESTRIA AGRÍCOLA NO PERÍODO DE 1962 A 1967.....	201
QUADRO 13- QUANTIDADE DE ALUNOS INGRESSANTES RELATIVO AS SUAS CIDADES DE ORIGEM DO PERÍODO ENTRE 1959 A 1961.....	205
QUADRO 14- QUANTIDADE DE ALUNOS INGRESSANTES RELATIVO AS SUAS CIDADES DE ORIGEM DO PERÍODO ENTRE 1962 A 1967.....	207

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina

AHJ – Arquivo Histórico de Joinville

CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário

CBAR – Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais

CILEME – Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar

CNEA – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

CNER – Campanha Nacional de Educação Rural

CONTAP II – Convênio Técnico da Aliança para o Progresso

COOPERCASGO – Cooperativa do Colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira

DADES – Divisão de Administração Escolar

IFC – Instituto Federal Catarinense

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RBEP – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

SEAV – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário

SER – Serviço de Economia Rural

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SSR – Serviço Social Rural

TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina

UDN – União Democrática Nacional

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - ENSINO AGRÍCOLA E A ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI.....	33
1.1 – Ensino Agrícola no Brasil: um olhar sobre o percurso desta modalidade de ensino do início da República até meados da década de 1950.....	33
1.2 – Implantação da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari.....	56
CAPÍTULO 2 - CURSO DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA (1959-1961) E CURSO DE MESTRIA AGRÍCOLA (1962-1967): A ESCOLA E SUA EQUIPE	84
2.1 - Infraestrutura da Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira	86
2.2 - Profissionais e Professores que atuaram na Escola e no Ginásio Senador Gomes de Oliveira	119
CAPÍTULO 3 - O OPERÁRIO AGRÍCOLA (1959-1961) E O MESTRE AGRÍCOLA (1962-1967): OS ALUNOS E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR	138
3.1- Currículos e Formação Profissional Agrícola.....	138
CAPÍTULO 4 - PERFIL DO ALUNO E PERFIL DO EGRESSO – O TRABALHADOR FORMADO NOS CURSOS DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA E MESTRIA AGRÍCOLA	184
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
REFERÊNCIAS.....	228
APÊNDICES.....	245

INTRODUÇÃO

Faço minhas as palavras de Duby (1993, p. 7): “decidi preparar uma tese de doutorado. Por ambição [...]. Mas também por gosto: desenvolvi, com efeito, o gosto pela pesquisa”. E essa pesquisa centra-se no meu interesse em estudar, dentro do campo da História da Educação, o ensino agrícola.

Esse tema, que me causa interesse, não é por acaso e livre de pretensões. Como afirmou Duby (1993, p. 57-58), “o fato é que os historiadores não são detectores inertes”. Estou na docência em uma instituição voltada para o ensino agrícola desde a sua criação. Ministro a disciplina de História nos cursos técnicos em Agropecuária, Informática e Química, integrados ao Ensino Médio; e a disciplina de História da Educação nos cursos de Licenciatura em Química e em Ciências Agrícolas. Com essa premissa delineada eu não estava inerte ao objeto de pesquisa. De alguma forma o ensino agrícola desenvolvido na instituição à qual pertenço, estava presente nos meus pensamentos (in)conscientes.

A instituição a que faço referência é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC¹ *Campus Araquari*. Este Instituto² é proveniente da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, cuja finalidade foi prover uma formação educacional profissionalizante no setor agrícola para estudantes que cursavam o quinto e sexto ano do ginásio nos anos de 1950. As obras para a constituição dessa escola tiveram início em 26 de fevereiro de 1954 e suas atividades escolares começaram em 11 de maio de 1959, com o Curso de Iniciação Agrícola (CRISTOFOLONI *et al.*, 2009).

A Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, no período de 1954 a 1967, teve diferentes denominações e mudanças na formação profissional e curricular dos estudantes, conforme apresentado no Quadro1 :

¹ O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense é um dos trinta e oito institutos criados pela Lei nº11.892/2008 e foi constituído a partir da integração das Escolas Técnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul, de Sombrio e pelas Escolas Técnicas vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: Colégio Agrícola de Camboriú e Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira. Atualmente, o Instituto Federal Catarinense possui uma estrutura *multicampi*, com quinze *campi* localizados em municípios do Estado de Santa Catarina e interligados à reitoria, situada na cidade de Blumenau – SC.

² Utilizarei também a sigla IFC para designar o Instituto Federal Catarinense no tempo presente e conforme a necessidade da narrativa.

QUADRO 1- DENOMINAÇÕES DA ESCOLA AGRÍCOLA EM ARAQUARI (1954 A 1967)

ANO	LEI /DOCUMENTO	NOME DA INSTITUIÇÃO	CURSO OFERECIDO
1954-1959	Diário Oficial da União nº 63 de 18 de março de 1954.	Escola de Iniciação Agrícola de Araquari	Instituição em construção
1959-1961	Telegrama nº 1890 de 27 de novembro de 1958 (p.12)	Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira	Curso de Iniciação Agrícola
1962- 1967	_3	Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira	Curso de Mestria Agrícola

Fonte: A autora, com base em Garcia (1989).
Acervo: Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

Entre e 1954 e 1959 as obras para a construção da escola foram sendo edificadas. Neste período a instituição era intitulada *Escola de Iniciação Agrícola de Araquari*. No ano de 1959 tiveram início as atividades escolares com vinte alunos matriculados e a instituição passou a ser denominada *Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira*. O curso ministrado foi o de Iniciação Agrícola, com duração de dois anos, sendo que três turmas receberam esta formação educacional (GARCIA, F., 1989).

Já nos anos de 1962 a 1967 a instituição passa a ser chamada de *Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira*, e ofereceu o curso de Mestria Agrícola, de quatro anos, no qual seis turmas se formaram (GARCIA, F.,1989).

Essa escola foi uma das primeiras na educação agrícola no estado de Santa Catarina, estabelecendo-se no município de Araquari (GARCIA, F.,1989). Hoje, o IFC *Campus* Araquari possui três cursos técnicos integrados ao ensino médio, são eles: Curso Técnico em Agropecuária, Curso Técnico em Informática, Curso Técnico em Química. Oferta também Cursos Técnico Subsequente ao Ensino Médio na área de Agrimensura.

³ Não encontrei, até o presente momento da pesquisa, 2017, documento que determinasse essa mudança.

Meu problema, a ser compreendido ao longo desta tese, foi o de entender a formulação e estabelecimento, com base no repertório político-educativo-intelectual-legislativo, da criação da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, com o curso de Iniciação Agrícola, ofertado no período de 1959-1961, e do curso posterior, de Mestria Agrícola, dado entre os anos de 1962-1967, e suas propostas de formação para o trabalho agrícola.

Com esta diretriz delineada busquei compreender como foi estabelecida, nesses dois cursos, a associação do que foi prescrito na Lei Orgânica do Ensino Agrícola no ano de 1946 para o que foi efetivado, possíveis alterações e/ou permanências nos currículos, nas disciplinas e suas respectivas cargas horárias voltadas para a formação profissional agrícola; e averiguar se o pretendido pela instituição, apesar de alinhar uma formação humanística geral com a técnica agrícola, preponderou sobre o propósito de fixar o egresso à pequena propriedade rural. Intentei verificar também o perfil do aluno ingressante na instituição agrícola de Araquari, nos dois cursos oferecidos no recorte temporal estudado, se estes tinham suas origens na zona agrícola e se este foi um quesito de aceitação ou veto para o ingresso dos alunos. Além disso, identificar profissionais e docentes que atuaram na instituição, além de possíveis mudanças e formulações legislativo-educacionais decorridas na Escola Agrícola e nos cursos ofertados em Araquari com a aplicação da Lei nº 4024/61.

As Práticas Escolares – conforme a ideia estabelecida no conceito de Cultura Escolar – como objeto histórico de estudo também foram contempladas neste trabalho. Principalmente no que diz respeito às práticas escolares e sua relação com o ensino agrícola estabelecido nos cursos de Iniciação Agrícola (1959-1961) e Mestria Agrícola (1962-1967). Estes dois cursos foram permeados de ideias e relações conflituosas, ou não, que se mantiveram e/ou foram alteradas no período de sua história. As práticas escolares agrícolas foram entendidas como “conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar” (JULIA, 2001, p. 10), por parte dos sujeitos que foram chamados a empregar estas diretrizes na formação do profissional agrícola denominado Operário Agrícola e Mestre Agrícola.

Nesta tese o foco de investigação foi centrado no recorte temporal de 1954 a 1967. O ano de 1954 foi o ano de início da construção física da instituição, sendo que em 1959 começaram as atividades escolares do primeiro curso oferecido – Iniciação Agrícola – para estudantes do quinto e sexto ano do antes denominado

ginásio. O término do recorte é 1967, pois é o último ano em que o Colégio Agrícola ofertou o ingresso no curso de Mestria Agrícola. A partir do ano de 1968 a escola em Araquari passou a ser tutelada pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e começou a ministrar um novo curso, o de Técnico Agrícola (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009).

No campo da História da Educação há algumas pesquisas e trabalhos em torno do tema ensino agrícola. Os pesquisadores que se debruçam sobre o assunto trazem nos seus escritos informações e dados sobre a produção desses estudos. Por exemplo, Mendonça (1997) mencionou que o tema centrado na educação rural é um dos objetos de estudo insuficientemente explorado pelos pesquisadores e identifica lacunas acerca da pesquisa em torno do ensino rural nos primeiros cinquenta anos do século XX.

Em concordância as autoras Damasceno e Beserra (2004) realizaram um levantamento no banco de resumos de teses e dissertações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, além de periódicos acadêmicos nacionais e em outras obras, e salientaram os poucos estudos desenvolvidos “na área da educação rural, entre os anos de 1980 e 1990” (ÁVILA, 2013, p. 20).

Mas os estudos sobre a história do ensino agrícola vêm galgando número no campo de investigação da História da Educação no Brasil e, como afirma Nascimento (2010, p. 95) “os estudos sobre o tema buscaram entender os procedimentos educacionais próprios a esse tipo de ensino”.

Na apresentação do **Dossiê Educação Rural**, Werle (2011, p. 7), afirma que um “conjunto de investigadores tem compartilhado o interesse pelo tema a partir de meados da década de 2000” e que “a rede de pesquisadores que discute educação rural, em diversas perspectivas, tem crescido”. O material traz pesquisas sobre este objeto de estudo não só no Brasil, mas também em países como México, Argentina e Bolívia. A autora identifica que o tema é profícuo e aponta algumas abordagens de pesquisas em torno dele, que vão desde “um debate do conteúdo político do termo rural e da educação do ou no campo, com mobilização de programas e projetos governamentais, bem como de conferências nacionais sobre o tema” (WERLE, 2011, p. 7-8), até trabalhos que se dedicam a compreender a proposta de formação técnica e profissional para o setor rural, ou que se debruçam sobre histórias de vida de profissionais que se detiveram a atuar

em escolas rurais, como, por exemplo, professores e até mesmo pessoas que foram estudantes deste tipo de estabelecimento de ensino (WERLE, 2011).

Ávila (2013) traz na explanação de sua tese um balanço sobre o que considera como poucas pesquisas realizadas na área do ensino agrícola. A autora fez uma investigação no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES, no ano de 2010, e constatou que dentre os 5.948 estudos de doutorado na área da Educação, 165 transitavam no tema da educação rural e estavam ambientados em diversas áreas do saber, como na Agronomia, Economia, História e Sociologia (ÁVILA, 2013). Especificamente no campo da História da Educação, a autora aponta a produção de onze trabalhos na área e apenas uma tese – **Avanços e Retrocessos da educação rural no Brasil** (BEZERRA NETO, 2003) – que trata sobre a história da educação rural nacional.

Particularmente sobre a educação primária na zona rural há um dossiê denominado **Representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural**, organizado por Souza e Ávila (2014). É um estudo que põe “em relevo a importância da escola rural no processo de escolarização da infância durante o século 20” (SOUZA; ÁVILA, 2014, p. 9).

A contribuição destes trabalhos para esta tese esteve alicerçada no entendimento do ensino agrícola como objeto de estudo principalmente no campo da História da Educação.

No programa de Pós - Graduação em Educação da UFPR, há três dissertações de mestrado que têm o ensino agrícola como objeto de pesquisa, são elas: Fabiano Antônio dos Santos (2006), cujo título é **Trabalho e Educação do Campo: A evasão da Juventude nos Assentamentos de Reforma Agrária - O Caso do Assentamento José Dias** abordando o ano de 1988; a de Liane Vizzotto Vendrame (2007), intitulada **Educação do Campo: Limites e Possibilidades da Proposta de Concórdia (SC) a partir da Concepção de Escola Unitária de Gramsci** no município de Concórdia - SC a partir de 2001, tendo em vista os pressupostos nacionais, elaborou uma proposta de educação voltada para as classes multisseriadas das escolas do campo; o trabalho de Mendes (2009), denominado **A escola do campo e seu significado: o ponto de vista de professores e professoras da rede estadual de educação do Paraná**. Estes foram trabalhos que, apesar de não focarem no recorte temporal desta tese, contribuíram no que diz respeito ao entendimento do contexto histórico acerca do

ensino agrícola, proporcionaram também noções de procedimentos metodológicos com as fontes, bem como a compreensão da formação profissional para cada especificidade de pesquisa.

Na linha de História e Historiografia da Educação, foi publicada recentemente a dissertação de Flavia Regina Marchiori Oganauskas (2015), intitulada **Semear a "terra do futuro": projetos de modernização e o ensino agrônomo no Paraná (1898-1933)**, que contribui para o entendimento do ensino agrícola no estado do Paraná, através da atuação de intelectuais paranaenses na fundação da Escola Agrônoma do Paraná, no recorte temporal de 1897 a 1933.

A dissertação da autora Silvia Aparecida Caixeta Issa (2014), cujo título é **A Escola Agrícola de Urutaí (1953-1963) singularidades da cultura escolar agrícola**, busca pelo entendimento da criação da Escola Agrícola de Urutaí, no estado de Goiás. Este trabalho auxiliou na construção desta tese, pois aborda um recorte temporal similar e trouxe discussões sobre o curso de Iniciação Agrícola que também foi oferecido na instituição. Dessa maneira, pude estabelecer um comparativo, no que tange ao curso de Iniciação Agrícola, nos dois estabelecimentos de ensino.

Especificamente sobre o ensino agrícola no estado de Santa Catarina existe a dissertação de Luiz Alberto Ferreira (1995), intitulada **Ensino Agrícola em Santa Catarina: investigações acerca das relações entre Educação e Trabalho**. O autor estabeleceu uma discussão sobre a relação entre a educação e o trabalho no curso de técnico agrícola perante os estudantes e egressos do Colégio Agrícola de Camboriú, que no ano de 1995, junto com o colégio de Araquari, esteve sob a tutela da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Ferreira (1995) fez um percurso sobre o entendimento da formação de um técnico agrícola na perspectiva de alguns órgãos, como a Associação de Técnicos Agrícolas de Santa Catarina – ATASC, Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio de Santa Catarina – SINTAGRI, empresas do setor, e ainda o que determinava a legislação em torno do curso. Elaborou também um histórico do ensino técnico agrícola catarinense.

Na dissertação de Ivan Brognoli (1998), denominada **Ensino Agrícola em Santa Catarina: da aula de agricultura prática às primeiras escolas (1875 – 1940)**, o autor traz para análise o mais antigo registro encontrado no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina acerca da educação agrícola, que foi a aula

de Agricultura Prática ministrada no Ateneu Provincial, em 1875, até a criação das escolas agrícolas no estado nos municípios de Lages e Canoinhas, no ano de 1940. Aborda discussões referentes a implantação da escola, currículo escolar, disciplinas e os cursos oferecidos nestas instituições de ensino agrícola.

Esses estudos auxiliaram na construção do trabalho na perspectiva de verificar os caminhos de investigação e debate em torno da estruturação do problema de pesquisa apresentado. Além disso, oportunizaram a percepção de que, apesar da dispersão disciplinar em torno do objeto, há um crescente interesse de investigação nesta temática, como tantas outras, não menos importantes, dentro no campo da História da Educação. Seria de grande valia, principalmente para os que se debruçam sobre o tema do ensino agrícola, um estudo atualizado sobre esse objeto de pesquisa. A proposta seria um balanço através do esforço conjunto de investigadores da Educação e de outras áreas do conhecimento, como: História, Geografia, Sociologia dentre outros; esta seria uma contribuição para os campos do saber, assim como para apontar em quais linhas de pesquisa este tema está sendo estudado.

Para além da linha de História, a autora Sonia Regina de Mendonça é uma das autoras que se debruçam sobre o ensino agrícola. Nas suas pesquisas, Mendonça (2013; 2010; 2010a; 2009; 2008; 2007; 2006; 2006a; 1997) efetua uma relativização das representações na historiografia brasileira sobre o ensino agrícola, como, por exemplo, que ele foi desenvolvido a partir do ano de 1930, com Getúlio Vargas no poder e a Constituição de 1934. Segundo a autora, a historiografia tratou estes dois eventos como os propulsores do ensino agrícola no Brasil, fato que ela discorda e discute, pois os pressupostos em torno do ensino agrícola estavam sendo engendrados no Brasil desde a criação do Ministério da Agricultura em 1909. Dessa forma, a década de 30 não seria o ponto de partida para as discussões acerca da educação rural, mas sim uma continuidade no debate sobre este tipo de ensino. A autora assevera que a “política de ensino agrícola praticada pelo MA [Ministério da Agricultura] contou com uma solução de continuidade após 1930, contrariamente ao que aponta a historiografia especializada” (MENDONÇA, 2006a, p. 94).

Araújo (2013) faz suas considerações com esta mesma premissa delineada ao considerar que

A primeira característica comum encontrada nas obras que tratam do ensino agrícola é a vinculação do ensino rural aos acontecimentos de 1930 e as iniciativas do Ministério da Educação e Saúde Pública desconsiderando o Projeto Educacional do Ministério da Agricultura que data de 1910 (ARAÚJO, 2013, p. 2).

Ainda nessa ideia, o autor chama a atenção que a historiografia considera que “o processo que constrói a política educacional do período varguista é apresentado como uma marcha modernizadora dos aparelhos estatais da administração da educação” (ARAÚJO, 2013, p. 2).

Com essas considerações estabelecidas, esta tese endossa os pressupostos desses dois autores, Mendonça (2013; 2010; 2009; 2008; 2007; 2006; 1997) e Araújo (2013). Ao longo da narrativa a linha de raciocínio caminhará no viés de que o ensino agrícola no Brasil foi sendo esboçado na construção da história do país e que especificamente a década de 30 não foi originária das proposições deste tipo de ensino, mas sim uma continuidade “das práticas e diretrizes que a pasta da Agricultura já adotava para o ensino rural” (ARAÚJO, 2013, p. 3).

Os estudos desses autores auxiliaram de maneira significativa a construção deste trabalho na perspectiva de não perpetuar a consagração de algumas afirmações sobre o tema e exercer uma das facetas do ofício de historiador que é problematizar informações e dados já estabelecidos.

É importante relativizar determinadas consagrações da historiografia que se transformaram em consensos ao longo da sua repetição nas produções bibliográficas, apresentações em congressos e seminários, e que acabaram se tornando representações não mais questionadas. Apontar determinada lei, constituição, manifesto, campanha para a compilação de objetos de estudo e temas de pesquisa não significa transformá-los em marcos consagrados na história. É pertinente ao ofício dos historiadores, atuantes ou não no campo da História da Educação evidenciar que a criação de determinado decreto, ato, órgão, ministério, promulgação de constituição, enfim, não é livre de tensões, intenções, divergências de opiniões, interferência política, social e intelectual.

Ávila (2013) efetua um trabalho na área do ensino agrícola e foca sua discussão em uma comparação entre a configuração do ensino primário rural dos estados de São Paulo e Santa Catarina, no recorte temporal de 1921 a 1952. Uma

questão pontual abordada na sua pesquisa, que foi apontada por Pinho (2008) e merece um estudo aprofundado, é em relação às denominações e aos usos dos termos sobre o ensino agrícola,

Termos como “educação rural”, “educação de sentido ruralista”, “educação no campo”, “escola rural de ensino de primeiras letras”, “escola de ensino rural”, “escola rural”, “escola campesina”, “ensino rural”, “ruralização do ensino”, “ensino regular no meio rural”, “pedagogia rural”, aparecem nos trabalhos muitas vezes tratados como sinônimos (ÁVILA, 2013, p. 22).

É importante salientar que na revisão bibliográfica realizada para compreender e situar o objeto de estudo deste trabalho, foi encontrado justamente o que Ávila (2013) afirma no final da citação acima. Os termos sobre a educação no meio rural são utilizados pelos pesquisadores com a mesma significação. Werle (2011, p. 7) aborda que entre os pesquisadores que se debruçam sobre a educação rural “há um debate do conteúdo político do termo rural e da educação do ou no campo”. Percorrendo leis e documentos que tratam do tema, foi verificado que os termos em torno da educação voltada aos que vivem no campo são usados também como sinônimos, por exemplo, o termo trabalho agrícola é associado a uma educação rural do e no campo, no que se refere ao texto da Constituição de 1934; e utiliza-se uma educação aplicada à agricultura como sinônimo de ensino agrícola na primeira edição, em 1955, das diretrizes enviadas pelo então Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, Newton Belleza, à Escola de Iniciação Agrícola em Araquari.

Não é, a princípio⁴, intenção deste trabalho, definir termos e ou conceitos em torno do ensino agrícola. Contudo, neste momento, estes foram assumidos como sinônimos. É importante indicar que um estudo específico sobre o assunto contribuiria de forma positiva às gradativas pesquisas sobre este objeto.

Nesta tese o entendimento sobre o significado do termo ensino agrícola gira em torno do estabelecido na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, de 1946, que ditou “as bases de organização e de regime do ensino a agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura” (BRASIL, 1946): Estabelecimentos de ensino que

⁴ Digo a princípio, pois cada vez que avanço nas pesquisas em torno do meu objeto de estudo enfrento esse problema em torno das denominações sobre o ensino agrícola.

fornece cursos de formação profissional para o trabalho na área agrícola e pecuária.

Portanto, o uso dos termos: educação agrícola, educação rural, ensino agrícola, ensino rural, escola agrícola e escola rural foram respeitados, conforme consta na documentação e nas fontes manuseadas.

Artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos foram utilizados como fonte, pois situam sobre o debate plural de intelectuais frente às propostas para implantação e modelos de escolas rurais, discussões em torno dos currículos e disciplinas do ensino agrícola, no período de 1954 a 1967, na perspectiva do MEC/INEP, em especial quanto às proposições para esta modalidade de educação no Brasil.

Outro material utilizado na construção deste trabalho foi a série Documenta referente ao período de 1962 a 1970, que trata sobre a legislação e pareceres relativos ao ensino agrícola, fornece diretrizes delineadas pelo Conselho Federal de Educação aos estabelecimentos educacionais da União, indica currículos mínimos, regimentos e estatutos aos cursos criados, possui ainda ofícios e portarias do e para o Ministério da Agricultura depositados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. A abordagem destas fontes ligadas à legislação, foram tratadas conforme concepções de Faria Filho (1998), como fonte que se relaciona com as demais na intenção de verificar as maneiras como o prescrito foi implantado. As considerações deste autor evidenciam tensões e os conflitos pertinentes ao contexto de discussões e à própria criação destes documentos ligados à legislação federal e estadual.

Produções realizadas em torno do atual IFC *Campus* Araquari foram utilizadas neste trabalho, são elas: duas monografias, uma de Francisco Airton Garcia⁵ (1989), cujo título é **Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira 1959-1970**; e a outra de Duval Nessler intitulada **Futebol: o veículo de socialização dos educandos do Colégio Agrícola de Araquari** (1994). Há quatro dissertações de mestrado, sendo elas: **O Estágio Supervisionado na formação dos alunos do Colégio Agrícola Senador Carlos de Oliveira/SC: a relação entre o discurso e a prática**, de Moacir Soares Pereira, defendida em 2008; a dissertação defendida no mesmo ano de 2008 por Joverci Antonio Pocera,

⁵ Foi diretor do Colégio Senador Gomes de Oliveira no período de 1989 - 1993.

intitulada **Análise das relações desencadeadas pelos jogos cooperativos na Educação Física do Colégio Senador Carlos Gomes de Oliveira**; a de Duval Nessler, com o nome **Atividades Físicas de aventura na natureza: Perspectivas para o ensino da educação física no Colégio Agrícola “Senador Carlos Gomes de Oliveira”- UFSC**, defendida em 2009, e a última, de Danielle Engel Cansian Cardoso, **Memória Institucional: estudo de caso do Instituto Federal Catarinense – campus Araquari**, defendida no ano de 2013. Estas produções auxiliaram na construção desta tese, no sentido de demarcar especificidades do objeto de estudo. Embora nem todas sejam voltadas à área da História, e muito menos especificamente ao campo da História da Educação, é possível identificar nelas histórias que contam e constroem a escola de ensino agrícola em Araquari.

Foram elencados também dois livros, um deles foi escrito por servidores e docentes da instituição, em 2009. Este é um material comemorativo aos 50 anos de fundação do Colégio, denominado **Uma história de sucesso! 50 anos do ensino agrícola em Araquari** (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009). O outro material é de Trümmer (1999), denominado **Os marcianos não eram verdes**⁶. Roberto Trümmer é ex-aluno do Colégio e estudou entre os anos de 1962 e 1965, formando-se na primeira turma do Curso de Mestria Agrícola. Fez o livro mencionado acima, no qual relata situações vivenciadas por ele e mais quatro amigos durante a permanência na escola. Apesar do livro se destinar a um público infanto-juvenil e abordar histórias de cunho folclórico da região, Trümmer (1999) expõe narrativas sobre o cotidiano escolar e deixa pistas do dia a dia vivido pelos estudantes da época. Ele estudou concomitantemente com alunos do curso de Iniciação Agrícola e com os de Mestria Agrícola, sendo assim, suas passagens trazem elementos das práticas na escola em Araquari.

A utilização destes materiais passou pelo entendimento que estes foram elaborados dentro de uma perspectiva repleta de memórias, cujo objeto ou pano de fundo das obras foi uma história da ou na escola agrícola em Araquari. Sendo assim, as contribuições de Nora (1993), acerca da memória e da história do lugar, foram de importância para a análise destas obras e suas memórias na construção desta tese, pois “na mistura, é a memória que dita e a história que escreve” (NORA, 1993, p. 24). Estes escritos estão carregados de lembranças e trazem

⁶ Livro infanto-juvenil escrito por um ex-aluno do curso de Mestria Agrícola que ingressou na instituição no ano de 1962.

consigo uma memória sensível, que se traduz na história do lugar sobre a escola agrícola em Araquari e da vivência das pessoas naquele local.

Fontes ditas oficiais utilizadas nesta pesquisa, referentes a decretos enviados pelo Ministério da Agricultura à escola em Araquari, diretrizes da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, leis, boletins de trabalhos escolares agrupados trimestralmente e divididos por ano, relatórios administrativos docentes e discentes, circulares, documentação escolar dos ex-alunos, diários de classe, dentre outros, estão alojadas no Arquivo Institucional⁷ do IFC *Campus* Araquari.

Foram usadas também fotografias tiradas ao longo da trajetória da escola e seu cotidiano. Bencostta (2011) afirma que há uma crescente utilização deste material como fonte de investigação no campo da História da Educação. O autor explanou que na grande maioria das vezes as fotografias “careçam, na mais das vezes, de análise mais sistemática desses textos fotográficos”. O autor aponta também mais duas dificuldades do uso deste material: “ausência de metodologia mais apropriada na análise, a falta de arquivos específicos” (BENCOSTTA, 2011, p. 398). No caso das fotografias utilizadas nesta tese, estão sem identificação de data e autoria, foram encontradas em um dos Arquivos Mortos do IFC *Campus* Araquari, alojadas em pastas com outros materiais, ou seja, encontram-se na situação demarcada por Bencostta (2011): dispostas em lugares não adequados para este tipo de material. A análise deste material iconográfico está centrada no esforço de compreensão do contexto fornecido pela foto, com fins de detectar certas identificações e especificidades da Escola Agrícola em Araquari.

Em relação à quantidade de alunos que ingressaram na escola agrícola em Araquari, bem como o perfil desses estudantes, foram esboçados apontamentos nos capítulos referentes ao período e curso correspondentes aos estudantes. Para isso, foram utilizados documentos escolares, como boletins, certificados, bilhetes

⁷ Desde o ano de 2014 há um trabalho realizado por mim e por alguns servidores da Secretaria Acadêmica para a criação e organização do Arquivo Institucional do *campus* Araquari. É um trabalho gradativo e caminha a passos muito lentos. A princípio, todo o material estava alojado no que comumente é conhecido como Arquivo Morto. A documentação escolar dos ex-alunos da instituição já está organizada e alojada em um local denominado Arquivo Permanente. A documentação relativa aos diários de classe está na fase de limpeza e posterior organização. Os demais documentos aguardam procedimentos.

dos responsáveis pelos alunos, localizados no recém-criado Arquivo Institucional do IFC *Campus Araquari*⁸.

Fontes localizadas no Arquivo Histórico de Joinville e que foram usadas neste trabalho são os documentos relativos ao tema agricultura, em Santa Catarina, principalmente na região norte, na qual o município de Araquari está localizado. Exemplos destes documentos são: os Anais da Primeira Reunião Econômico-Agrícola realizada no ano de 1947, na cidade de Florianópolis - SC, que também trouxe contribuições à modalidade de ensino agrícola no estado naquele momento.

As mensagens dos governadores do Estado de Santa Catarina também são elencadas nesta tese como fontes de pesquisa. Elas estão compiladas em forma de relatórios apresentados à Assembleia Legislativa nos respectivos anos e mandatos de governos de cada representante do executivo, localizadas no Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis. Essas mensagens trazem informações sobre o que se estava pensando e fomentando a respeito do ensino agrícola catarinense no período de 1954 a 1967.

Além disso, foi utilizado como fonte o jornal⁹ denominado Joinville Rural, também localizado no Arquivo Histórico de Joinville. Ele teve uma circulação mensal no período de junho de 1962 a agosto de 1973, com uma tiragem inicial de mil exemplares e final de três mil. Foi um jornal criado com formato de Boletim Informativo da Associação Rural, ligada à Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina – ACARESC. Este órgão foi desenvolvido dentro dos ideais norte-americanos, no cenário de aproximação entre EUA e Brasil em um projeto intitulado Extensão Rural. Foi um projeto instituído em Santa

⁸ Esses documentos se referem ao arquivamento da documentação de ex-alunos da instituição separados por pastas individuais, organizadas pelo número de matrícula de cada estudante e seguem essa sequência em seus devidos cursos. Há uma determinada lógica de documentos na maioria das pastas constantes no Arquivo Institucional. Esses começam com histórico escolar final do aluno, ou parcial, no caso dos estudantes que foram transferidos antes da conclusão do curso; após tem-se os boletins de notas e frequência dos referidos anos de curso; em seguida uma ficha de identificação dos alunos com informações de seus dados pessoais, o histórico da procedência desse aluno, ou seja, onde estudou anteriormente, certidão de nascimento do estudante e correspondências e solicitações da família pedindo autorizações das mais diversas à direção da escola. Como a escola, desde seu início teve o regime de internato, era comum que os pais dos alunos pedissem a liberação dos mesmos nos finais de semana. Em algumas pastas constam a data do exame de admissão para a entrada no Colégio, além de atestado médico e de vacinação.

⁹ Outros jornais foram pesquisados, a exemplo do jornal A Notícia, contudo, nada foi encontrado para a pesquisa.

Catarina no ano de 1956, com a perspectiva de assistência técnica rural e pecuária ao homem do campo.

O jornal Joinville Rural circulou em boa parte do recorte temporal estabelecido nesta tese e oferece subsídios para compreender a contribuição norte-americana em solo brasileiro, em especial nas instruções aos agricultores localizados na região norte do estado. A abordagem desta fonte está pautada no entendimento de Vieira (2007, p. 15), de que para o:

Consumidor ele [o jornal] representa, por excelência, um meio de acesso à informação. Para a instância jurídica do Estado, de acordo com parte significativa das constituições modernas, trata-se de um serviço privado com responsabilidades públicas, enquanto, para as forças políticas constitui-se em um protagonista importante, capaz de alterar ou manter as relações de poder. Por outro lado, para os proprietários, segundo uma retórica regularmente exercida nos editoriais que definem a posição dos jornais, ele dá voz à opinião pública.

Por fim, utilizo a fonte oral através de entrevistas¹⁰ com dois ex-alunos da instituição agrícola de Araquari. Um foi ex-aluno da primeira turma do curso de Iniciação Agrícola e o segundo foi da primeira turma do curso posteriormente oferecido, ou seja, Mestría Agrícola. A criticidade desta fonte foi levada em consideração, tanto como as demais utilizadas. A fonte oral revela a memória e as recordações que marcaram a vida destes estudantes durante o período que estiveram na instituição. São informações que não estão nos livros e nas legislações mas possibilitam novos olhares para o objeto de estudo e revelam especificidades que subsidiam a pesquisa (RANZI, 2007).

Estas entrevistas foram entendidas como relatos de memórias conforme o estabelecido no conceito de representação de Chartier (1988). Conforme o autor propôs, tomar “o conceito de representação num sentido mais particular e historicamente mais determinado” (CHARTIER, 1988, p. 20). O mesmo considerou “as representações (individuais ou coletivas, puramente mentais, textuais ou iconográficas) não como simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade”, mas também “como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social” (CHARTIER, 2009, p. 7).

¹⁰ No Apêndice deste trabalho consta o termo de autorização das entrevistas.

Entendidos desta forma, estas memórias possibilitaram o acesso às representações destes sujeitos frente à escola agrícola, porque “essas representações, assim como a historiografia, são produzidas *a posteriori*, o que significa que estão imbricadas com o posicionamento dos(as) sujeitos(as) que as geraram e com o contexto de sua produção” (BELLO, 2013, p. 13).

Durante as entrevistas ocorreram situações que o entrevistado utilizou abreviações de palavras, uso de gírias, dentre outros. É preciso esclarecer que no momento da transcrição estas ocorrências foram “corrigidas com base na norma culta padrão, evitando assim expor esses sujeitos a situações vexatórias” (SOARES; MOSCHETTA, 2016, p. 72).

O conceito de *representação*, utilizado na construção deste trabalho, foi definido por Chartier (1988, p. 17) como “esquemas intelectuais incorporados que criam figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. Desta forma, “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forajam”. Entendemos nesta tese, que as representações então trabalham proporcionando a operacionalização das representações construídas num ideal nacional e internacional de constituição do ensino agrícola no Brasil. Porém, conforme aponta Chartier (1988, p. 17), mesmo que essas representações almejem o pressuposto universal – os ideais nacionais articulados com os internacionais para a implantação do ensino agrícola no Brasil – são designadas por determinado grupo cujos interesses estão implícitos e explícitos na articulação de consolidação da proposta, neste caso, o ensino agrícola. Desse modo faz-se “o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1988, p. 17). Nesse contexto, a intenção foi evidenciar na narrativa que

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor autoridade à custa de outros [...], a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1988, p. 17).

Para auxiliar a análise outro conceito de Chartier (1988, 2009) foi utilizado: *apropriação*. Para entender pressupostos e maneiras que determinado conjunto de

sujeitos e seus interesses ao implantar uma escola voltada ao ensino agrícola no município de Araquari. O conceito de *apropriação* foi definido pelo autor como o modo que o sujeito recebe as condicionantes do espaço social e cultural em que vive e as compreende, tendo “por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1988, p. 27). Este conceito foi manuseado no sentido de perceber interpretações e práticas utilizadas na constituição da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari. De que forma o que foi estruturado em leis e decretos foi empregado na criação da escola e na consolidação dos cursos oferecidos ao longo do recorte temporal estabelecido – 1954 a 1967. O emprego das proposições estabelecidas para a escola de ensino agrícola de Araquari foram interpretadas e “remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1988, p. 26).

A concepção de currículo de Goodson (1991) veio para auxiliar no tratamento que o historiador fornece ao conjunto de fontes e dos objetivos elencados para esta pesquisa. O currículo escolar é uma tradição inventada e sua construção se dá na variedade de ângulos e níveis. O currículo é uma construção social que atenta para certa finalidade seja essa política, econômica e cultural ou “como qualquer outra reprodução social é no âmbito onde se desenvolvem todo tipo de movimentos, interesses e relações de dominação” (GOODSON, 1991, p. 7). O uso desse conceito foi na intenção de compreender permanências e mudanças nos currículos existentes nos dois cursos que foram ofertados pela escola agrícola em Araquari no período de 1959 a 1967, quanto à formação profissional.

Recorro também ao conceito estabelecido por Dominique Julia (2001) acerca da Cultura Escolar. Para o autor este conceito corresponde a um conjunto de regras e práticas que intentam disseminar saberes, anexados a outras culturas, como a cultura política, econômica, social e popular, pertinentes ao seu contexto histórico, levando em consideração também os sujeitos que são chamados a empregar e os que são chamados a obedecer estas diretrizes. A intenção aqui é utilizá-lo na perspectiva do terceiro eixo do entendimento do autor sobre cultura escolar, como objeto histórico: “análise dos conteúdos ensinados e das práticas

escolares” (JULIA, 2001, p. 9)¹¹. Busquei pontuar especificidades de práticas escolares nas disciplinas que compuseram o currículo, que foram sendo elaboradas e desenvolvidas no interior da escola agrícola em Araquari nos cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola. A escola produz certa cultura que lhe é única e específica, realizada pelos profissionais que atuaram na instituição e investiram suas normas utilizando “dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação” aos que “são chamados a obedecer” (JULIA, 2001, p. 10).

Estes quatro conceitos vão se adicionar ora com um, ora com outro, na medida da arguição das fontes para a produção deste trabalho. O conceito de Julia (2001) sobre cultura escolar, que tomo especificamente aqui na perspectiva das práticas escolares, caminha em consonância com o conceito de Goodson (1991), acerca da elaboração do currículo, pois a adição das práticas escolares e currículo – objetos da cultura escolar – nada mais são do que “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar” (JULIA, 2001, p. 10). Nesta perspectiva, é “um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10). Ou seja, cabe utilizar os conceitos de representação e apropriação elaborados por Chartier (1988), apontando diretrizes estabelecidas para a realização do ensino agrícola na escola em Araquari e de que maneira estas foram aplicadas aos estudantes do colégio.

Esta tese foi dividida em quatro capítulos, sendo que o primeiro, busca por compreender o debate político-educacional-intelectual-legislativo em torno do ensino agrícola e os motivos para a criação da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, no âmbito nacional e estadual até o estabelecimento na cidade de Araquari. Neste capítulo meu esforço é o de entender a fundação da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, a partir da perspectiva de Magalhães (1999, p. 69):

A instituição educativa constrói um projeto pedagógico, indo ao encontro de um determinado público, constituindo-se, deste modo, a relação e a razão fundamentais para a manutenção e desenvolvimento do seu projeto educativo – um processo que envolve dimensões humanas, culturais e profissionais de diversas naturezas: dimensões pedagógicas, sociológicas, administrativas,

¹¹ Julia (2001, p. 9) estruturou a discussão em torno do conceito de Cultura Escolar como objeto histórico de pesquisa em três eixos: o primeiro se refere “as normas e finalidades que regem a escola”, o segundo avaliação do “papel desempenhado pela profissionalização do trabalho do educador” e, por último, a “análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares”.

relações de poder e de comunicação, relações de transmissão e apropriação do saber.

O projeto pedagógico e educativo da escola em estudo é destinado ao ensino agrícola, com formação do curso de Operário Agrícola. Busco evidenciar as apropriações e representações de implantação de uma instituição voltada ao ensino agrícola, articulada com as ideias educacionais do Estado de Santa Catarina e União – através do Ministério da Agricultura –, já que a escola inicialmente esteve vinculada a este ministério.

O segundo capítulo tem por objetivo entender como foi a constituição da infraestrutura da escola; quais especificidades foram sendo estabelecidas para a construção da instituição educacional agrícola em Araquari; bem como identificar profissionais e professores que trabalharam no colégio no período de 1954 a 1967, como eram contratados, que tipo de serviços exerciam, quais funções estavam sob suas responsabilidades e a formação acadêmica, escolar e profissional destes servidores.

No capítulo três, a intenção foi compreender a organização do currículo escolar e as disciplinas correspondentes às três turmas do ensino agrícola no período de 1959 a 1962, com o curso de Iniciação Agrícola e as seis turmas do Curso de Mestria Agrícola, 1962 a 1967, e compreender as especificidades de cada formação profissional para o trabalho no campo.

No capítulo quatro foram analisadas mudanças e permanências no perfil dos ingressantes do curso de Iniciação Agrícola e no curso de Mestria Agrícola. Isso no que diz respeito ao local de origem dos estudantes e idade de ingresso na instituição.

Nunes (1990) salienta que são infinitos os motivos que impulsionam uma pessoa a pesquisar o entendimento da educação no enredo histórico, e que os pesquisadores possuem certo desejo em passar horas a fio dentro de um arquivo. Meus motivos e desejos agora giram em torno da compreensão da compilação do currículo e suas disciplinas para a formação profissional para o trabalho agrícola nos dois primeiros cursos ofertados pela Escola de Iniciação Agrícola de Araquari no período de 1954 a 1967.

A intenção deste trabalho está diretamente relacionada com a de Duby (1993, p. 7), “compartilhar com os leitores uma emoção” através do tema de investigação desta tese: ensino agrícola.

CAPÍTULO 1 - ENSINO AGRÍCOLA E A ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI

1.1 – Ensino Agrícola no Brasil: um olhar sobre o percurso desta modalidade de ensino do início da República até meados da década de 1950

O Brasil terá que ser um país agricultor, tanto quanto manufatureiro, quer para atender às suas necessidades de abastecimento, quer para poder manter-se no mercado internacional mediante a diferenciação e o aperfeiçoamento dos seus produtos agrícolas (MOREIRA, 1957, p. 88-89).

Essa citação faz parte do artigo escrito por João Roberto Moreira¹² (1957) à **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, denominado “Educação Rural e Educação de Base”, que fala da realidade econômica agrícola nacional frente aos ideais industriais que permearam o Brasil nas décadas de 1950 e 1960, bem como o panorama educacional encontrado nas escolas rurais. Moreira (1957) adverte que o Brasil teria que se firmar no cenário nacional e internacional como um país agrícola e, nesse segmento, melhorar seus produtos.

Segundo Mendonça (1997), ao analisar a História do Brasil há um consenso de que o país tem certa vocação para a agricultura. Salienta que a historiografia sobre o assunto consiste na “defesa da chamada vocação eminentemente agrícola do país” (MENDONÇA, 1997, p. 11). Considerações de Fiori (2002) apontam que “no ano de 1900 [...] a população brasileira apresentava um forte caráter rural, que se acentuou com a chegada de novos contingentes de imigrantes estrangeiros, os colonos, que se instalaram nas regiões rurais” (FIORI, 2002, p. 232).

Segundo Oliveira, M. (2004, p. 133) “a República brasileira tomou para si a tarefa de colocar o país ‘em pé de igualdade com as nações civilizadas’” e buscou propagar no Brasil “as mudanças em curso no mundo capitalista, percebidas enquanto introdutoras do progresso”. Sendo assim, “a instituição capaz de forjar

¹² Nascido no município de Mafra, no estado de Santa Catarina e formado em Pedagogia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro. No ano de 1947 foi aprovado num concurso do INEP. Neste órgão coordenou a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar – CILEME, e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA. Para maiores estudos, consultar Daniel (2009) e a sua dissertação (DANIEL, 2003).

essa nova realidade seria a educação” e através da escola adequar a população que “precisava ser preparada para o trabalho” (COSTA, GABARDO, FREITAS, 2005, p. 35).

É válido salientar que a alteração do regime imperial¹³ para “o advento da Proclamação da República (1889) não modificou a realidade enfrentada pela população do campo” pois “as escolas eram mal adaptadas para o fim a que se destinavam e em número insuficiente para atender a demanda” (ÁVILA, 2013, p. 31). Segundo Ávila (2013, p. 31), esta realidade não era somente para as escolas rurais, mas “também encontrada nas escolas urbanas”.

Tal papel de civilização a ser cumprido pela escola assumia importância nas áreas rurais na medida que a população rural, ao encontrar-se excluída dos benefícios facultados aos trabalhadores urbanos, possuía muito menos motivos para entusiasmar-se com as promessas da chegada de um novo mundo em que a miséria e a injustiça não mais encontrariam lugar (ANDRADE, 2014, p. 97).

Foi no início do período republicano que a Sociedade Nacional de Agricultura – SNA, comandada pelos cafeicultores paulistas, lutou pela criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio¹⁴ que ocorreu no ano de 1909. Fiori (2002, p. 233) afirma que a “defesa desta bandeira ocultava articulações, nacionais e regionais” e que “buscavam [...] a institucionalização, junto ao aparelho de Estado principalmente, mas também junto à sociedade civil, de interesses agrários”. Para Mendonça (2007, p. 246) a SNA possuía uma “política de ‘Ensino Agrícola’ tida como veículo promotor da transformação do *rurícula* em *trabalhador nacional*”.

Um dos principais objetivos “da atuação do Ministério da Agricultura na Primeira República consistiu em implantar uma política de ensino agrícola calcada

¹³ Durante o período imperial do Brasil foram criadas instituições voltadas à educação do ensino agrícola, especificamente no ano de 1859 foi fundado o Imperial Instituto Baiano de Agricultura e o Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura. No ano seguinte – 1860 – foram criados o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e o Imperial Instituto de Agricultura Sergipana. Em 1864 o imperador D. Pedro II criou uma escola para servir de modelo ao ensino agrícola e rural – Escola de Agricultura – localizada na então capital – Rio de Janeiro. Três anos depois, 1867, houve a criação de outras escolas voltadas ao ensino agrícola, foram elas: o Instituto de Agricultura Rio Grandense, a Escola Prática de Agricultura e a Escola Agrícola do Maranhão (VIANA, 2012). Porém, conforme as considerações de Viana (2012, p. 20), “apesar da implantação dessas instituições, não houve um efetivo acompanhamento por parte do estado imperial” nestes locais e seu ensino, voltado às questões da agricultura.

¹⁴ Segundo Oliveira (2004), no período de 1984 a 1908 o setor agrícola no Brasil ficou sem a tutela de uma pasta na estruturação governamental federal.

num conjunto de práticas de arregimentação de mão de obra” (MENDONÇA, 2006a, p. 90). Segundo as considerações de Oliveira, M. (2004, p.131-132) os que se dedicavam aos trabalhos no campo “eram desqualificados pela ótica dos proprietários e das elites em geral ao serem nomeados preguiçosos, apáticos, presos a práticas atrasadas, resistentes ao progresso e às mudanças”. Esta mão de obra esteve “justificada em nome da Educação tida como capaz de produzir o chamado trabalhador nacional” (MENDONÇA, 2006a, p. 91).

A criação do Ministério da Agricultura no Brasil foi pensada nos moldes do Ministério da Agricultura norte-americano e apostou, entre os anos de 1910 e 1920, na criação de uma escola fundamentada nos ideais ruralistas, que dizia

Respeito tanto a uma política agrária de sentido mais amplo, quanto a uma contrapartida ideológica, fomentada e reproduzida por meio da montagem de um sistema de ensino agrícola considerado capaz de atuar sobre o campesinato, transformando suas maneiras de pensar e agir (MENDONÇA, 1997, p.10).

Considerações de Araújo (2013) colaboram com essas ideias ao focar que uma das

Frentes da atuação do Ministério da Agricultura na Primeira República consistiu numa política para o ‘ensino agrícola’ voltada para a qualificação de mão de obra para o campo, mediante os mais variados mecanismos, todos eles marcados pelo centralismo político adotado pelo Estado no que diz respeito à construção do mercado de trabalho no país (ARAÚJO, 2013, p. 3).

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio “lançando mão de recursos existentes e criando outros, na intenção de civilizar e modernizar o campo [...] formulou propostas diversificadas para o ensino agrícola”. Com isso foi delineada a premissa de abarcar o território nacional do país e “disciplinar, com base em procedimentos científicos e técnicos, uma população previamente definida como seu alvo, objetivando a sua incorporação numa nova ética do trabalho (OLIVEIRA, M. 2004, p.141)”.

Sendo assim, o Ministério da Agricultura criou, por exemplo, instituições intituladas de Aprendizados Agrícolas¹⁵ e outra denominada de Patronatos

¹⁵ Entre os anos de 1911 e 1930 o Ministério da Agricultura proporcionou a manutenção de até oito Aprendizados Agrícolas (MENDONÇA, 2006).

Agrícolas¹⁶, com o intuito de formar os trabalhadores rurais através de uma educação agrícola adequada. Os Aprendizados Agrícolas “atenderiam a jovens, filhos e filhas de pequenos produtores rurais, com idade entre 14 e 18 anos” (OLIVEIRA, M., 2004, p.136). As dependências desses estabelecimentos eram muito parecidas com uma grande propriedade rural e ministravam um ensino prático e voltado para a formação do trabalhador rural (MENDONÇA, 2006). Já os Patronatos Agrícolas “foram criados enquanto misto de agência de ensino agrícola e de alternativa às instituições presidiárias” (OLIVEIRA, M., 2004, p.137).

Segundo Oliveira, M. (2004, p. 130), as intervenções do Ministério da Agricultura “eram orientadas para uma modernização, concebida a partir da introdução de princípios científicos nas atividades agropecuárias” e especificamente a intervenção do Estado no “sistema de ensino voltado para o campo, foi orientada para a incorporação de saberes com bases científicas” (OLIVEIRA, M., 2004, p. 133). Ou seja, “a escola contribuiria para a produção de um ‘agricultor moderno’, isto é, aquele que orientasse os seus procedimentos pelas técnicas de produção baseadas no conhecimento científico”. Dessa forma a “escola era representada como instância privilegiada, concorrendo para ampliar a base da agricultura moderna” (OLIVEIRA, M., 2004, p. 134).

Viana (2012, p. 22) comenta que “esses ideais influenciaram as ações do governo federal, que em 1925, através da Reforma João Alves Rocha Vaz, estabeleceu convênios com os estados da federação, com o intuito de desenvolver o ensino agrícola no país”.

A Associação Brasileira de Educação – ABE – foi criada em 1924. Para os membros desta associação “já não bastaria alfabetizar o povo: era preciso prepará-lo para saber usar a educação”. Alguns defendiam “propostas de ruralização que, um tanto românticas, ressaltavam as maravilhas de uma vida no campo” (PEREIRA, E., 2013, p. 88).

Além desses, outros profissionais também dedicaram suas análises e discussões sobre a escola de ensino agrícola como, por exemplo, o educador Sud Menucci¹⁷, o estatístico Teixeira de Freitas¹⁸, o “sanitarista” Belisário Pena¹⁹ e o

¹⁶ Entre os anos de 1918 e 1930 foram construídos no Brasil cerca de 98 Patronatos Agrícolas. Esses locais ofereciam cursos profissionalizantes na área rural, principalmente aos órfãos (MENDONÇA, 2006).

¹⁷ Educador, político e escritor, defendia o ensino agrícola. Desde 1910 esteve atuante numa escola de ensino rural, no município de Cravinhos no Estado de São Paulo. Foi diretor do

político Alberto Torres²⁰ (FIORI, 2002). Esses profissionais tinham “a visão da escola como instituição capaz de aglutinar os alunos em torno de assuntos agrícolas” (FIORI, 2002, p. 234).

Segundo Fiori (2002, p. 234), um dos mais relevantes neste contexto foi Alberto Torres (1865-1917), que apontou suas considerações sobre a questão do homem no campo e que teve “um importante papel nos rumos do ruralismo pedagógico”. Sua preocupação maior era com o homem da nação brasileira desprovido de incentivos governamentais e políticas públicas e educacionais e não com o imigrante que viera por variadas condições – dentre essas a aquisição de terras para o cultivo e morada – para o Brasil.

Conforme Pereira, E. (2013, p. 89), Alberto Torres faleceu em 1917, porém suas ideias pautadas na defesa do meio rural ressurgiram principalmente nos anos de 1930, com a reedição de suas obras: **O Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de organização nacional** (1914); **A Organização Nacional** (1914) e **As Fontes da Vida no Brasil** (1915).

Segundo Fiori (2002, p. 234), “os intelectuais da década de 1930 que efetuaram uma apropriação de seu pensamento, e de agências que, das mais variadas formas, vão se relacionar com o mundo das ideias que Torres defendeu”, dentre essas, “o entendimento de que o Brasil tinha uma ‘vocação agrícola’ e que necessitava ser respeitada” (FIORI, 2002, p. 234-235). Ainda, segundo as considerações desta autora

Departamento de Educação durante o governo de Getúlio Vargas. Para saber mais consulte Mota (2010).

¹⁸ Formado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, esteve à frente da direção, a partir de 1908 da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas promovendo pesquisas que envolviam a estatística. <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/pioneiros-do-ibge/mario-augusto-teixeira-de-freitas>. Acesso 04/11/2014.

¹⁹ Médico formado na Bahia, em 1904 foi para a cidade do Rio de Janeiro e ingressou na Diretoria Geral de Saúde Pública e assumiu, no ano de 1918, o cargo de diretor do Serviço de Profilaxia Rural. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/belisario_pena. Acesso 04/11/2014.

²⁰ Segundo Santos (1985, p. 6) Alberto Torres “empenhou-se pela criação de uma “república agrícola” em que os males sociais fossem sanados. Combateu a grande propriedade rural, o uso predatório da terra, a conseqüente “saarização” do país. Propôs que a ação governamental junto às populações rurais se traduzisse em obras de saneamento e na difusão do ensino profissional. Não era um entusiasta da imigração; para Torres, o trabalhador nacional deveria receber a assistência dos poderes públicos, preocupados até então apenas com o colono estrangeiro”. Pinho realizou, em 2007 uma dissertação de mestrado, defendida na UFMG sobre Alberto Torres, intitulada **Alberto Torres: uma obra, várias leituras**. Este estudo aponta como as obras de Alberto Torres foram apropriadas pela geração da Associação Brasileira de Educação - ABE e também pelos intelectuais da década de 50.

O apelo de Alberto Torres era no sentido de que os intelectuais brasileiros deixassem de seguir os modelos europeus e passassem a ser a força social necessária para a organização nacional e para que se forjasse uma consciência nacional (FIORI, 2002, p. 238).

É válido ressaltar que a apropriação de pressupostos de Alberto Torres por alguns intelectuais está imbricada no cenário da década de 1930, que teve a figura política de Getúlio Vargas como presidente do Brasil, e que ambientou um projeto nacional de educação (FIORI, 2002). Alguns intelectuais e pensadores criaram o termo “ruralismo pedagógico” que “foi cunhado para definir uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico a ideia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia” (BEZERRA NETO, 2003, p. 11). A hipótese desta tese gira em torno deste pressuposto, percebendo que a ideia estabelecida na década de 1930 continua nas propostas de formação para o trabalho agrícola, nos dois cursos oferecidos pela Escola Agrícola em Araquari.

Apesar de haverem conflitos e divergências em torno das ideias do ruralismo pedagógico, pessoas atuantes do setor político e intelectuais dedicados às questões educacionais do período refletiam sobre “a possibilidade de construção de um país moderno e civilizado fundado na ordem e no progresso [...]convicção fortemente presente nas primeiras décadas do século XX” (PEREIRA, E., 2013, p. 87). Sendo que através da educação os cidadãos brasileiros seriam moldados nas ideias sadias e consubstanciados em gente boa, vivendo numa sociedade sã, “propunham a questão educacional preponderantemente da ótica da ‘formação da nacionalidade’” (CARVALHO, 1998, p. 24).

Intelectuais da Escola Nova, contratados pelo governo Vargas, produziram um modelo educacional para o Brasil. A construção desse projeto esteve anexada a um debate que também sugeriu diferentes tipos de ensino, em específico a educação no campo: “no interior o ensino rural e agrícola, em formas de escolas, patronatos e internatos” (ÁVILA, 2013, p. 54).

Foi neste contexto, que a questão do ensino agrícola foi tratada na historiografia, a citar os trabalhos de Andrade (2014), Ávila (2013) e Mendes (2009) como pauta de discussão e ações decisivas a partir do regime governamental de Vargas e da promulgação da Constituição de 1934. Foi neste momento que a educação rural ganhou destaque e o governo “passou a tratá-la como direito social

na Constituição [...], a lei contemplou o atendimento escolar do campo com previsão de orçamento anual para sua manutenção” (ÁVILA, 2013, p. 52). Conforme o artigo 156 da Constituição de 1934, “para realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das quotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual” (BRASIL, 1934). Outro ponto importante a ressaltar é que constava o objetivo de formação para o ensino agrícola na Constituição de 1934, conforme o artigo 121 “o trabalho agrícola [...] objeto de regulamentação especial [...] procurar-se-á fixar o homem no campo” e “cuidar de sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas” (BRASIL, 1934).

Porém, esta tese, como dito na introdução, entende que tanto no sistema do governo imperial e republicano houve políticas para o ensino agrícola. Nas mudanças de regime governamental, bem como alterações de figuras e grupos no poder, ocorreram continuidades, reestruturações e rupturas nesta modalidade de ensino e a “‘inovação’ dos novos grupos no poder, nem 1930 devem continuar figurando como ‘marco canônico’ na total redefinição dos rumos da Educação brasileira” (MENDONÇA, 2007, p. 249).

Na década de 1930 as práticas e as formulações que envolvem o ensino agrícola são palco de tensões e disputas internas e externas entre os Ministérios da Agricultura, Indústria e Comércio e, principalmente, com o da Educação e Saúde, em função de ter se constituído num momento de tensão entre os especialistas da educação – os liberais (Escola Nova) *versus* intelectuais católicos – na disputa pelo controle e participação na construção do Plano Nacional de Educação.

Frente à tensão criada entre os Ministérios da Educação e Saúde e o da Agricultura, esse último passou por uma remodelação administrativa no ano de 1938, com a criação da Superintendência do Ensino Agrícola, com o objetivo focado nas questões educacionais agrícolas (MENDONÇA, 2006). Isto é, mesmo com a criação do Ministério da Educação e Saúde, o ensino agrícola não saiu do escopo de atuação do Ministério da Agricultura. Segundo Mendonça (2006), o Ministério da Agricultura teve sob sua atenção o ensino rural até o momento da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 1961. A Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, por exemplo, ficou subordinada e foi

coordenada pelo órgão anexado ao Ministério da Agricultura – Superintendência do Ensino Agrícola – no período de 1959 a 1967 (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009).

Mendonça (2006) também explorou as tensões provenientes dos embates políticos acerca da função e objetivos da educação rural. Segundo a autora

Discussões sobre o ensino agrícola no Brasil atingiram seu primeiro apogeu na década de 1920, polarizando-se junto a duas vertentes: o ensino agrícola enquanto alfabetizador da população rural, via escolas primárias regulares ligadas ao Ministério da educação e o ensino agrícola enquanto ‘educação para o trabalho’, viabilizado através de escolas técnicas sob a alçada do MA [Ministério da Agricultura] (MENDONÇA, 2008, p. 10).

O Conselho Nacional de Educação, órgão criado pela Constituição de 1934, tinha como objetivo engendrar um Plano Nacional de Educação para o Brasil e teve um caminho permeado por conflitos de interesses. O ensino agrícola foi tema de interesse entre alguns intelectuais ligados à Associação Brasileira de Educação – ABE- sendo alguns engajados com

A educação rural [...] defendendo o ‘homem certo no lugar certo’ [...] mostrava certa nostalgia ao veicular propostas de ruralização que, um tanto românticas, ressaltavam as maravilhas de uma vida no campo (PEREIRA, 2013, p. 89).

Figuras como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Afrânio Peixoto signatários do **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**²¹, os denominados “pioneiros”, realizaram reflexões sobre o *ruralismo pedagógico*. Paiva (1987, p. 127) assevera que o ruralismo pedagógico foi uma

Tentativa de fazer o homem do campo compreender o sentido rural da civilização brasileira e de reforçar os seus valores a fim de prendê-lo à terra, para tanto era preciso adaptar os programas e currículos ao meio físico e à cultura rural.

Um dos estudos de Mendonça (1997) é sobre como o movimento do ruralismo ou agrarismo se estabeleceu no Brasil no recorte temporal de 1888 a 1931, ou seja, expõe que ideias sobre o ruralismo já estavam no cerne de

²¹ O Manifesto dos Pioneiros da Nova Educação foi escrito por Fernando de Azevedo, no ano de 1932 e foi assinado por intelectuais e compartilhavam com o manifesto. Cito: Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Cecília Meirelles e Afrânio Peixoto (ROBALLO, 2007).

discussões antes do advento da República no Brasil. A autora esboçou um histórico de que a concepção de ruralismo se moldou no país em uma:

Política agrária de sentido mais amplo, quanto a uma contrapartida ideológica, fomentada e reproduzida por meio da montagem de um sistema agrícola, considerado capaz de atuar sobre o campesinato, transformando suas maneiras de pensar e agir (MENDONÇA, 1997, p. 10).

Aponta que mesmo com a República e os ideais de progresso e modernidade que permearam a construção de mecanismos de alteração do modo de vida no espaço urbano pautado nos investimentos no capital estrangeiro aos setores econômico e industrial do Brasil, em meados dos anos de 1920 “75% da população economicamente ativa do Brasil continuariam alocados na atividade agrícola, contra apenas 13% na indústria” (MENDONÇA, 1997, p. 22). Fiori (2002) considera que o ruralismo “apoiou-se no pressuposto de que o país possuía ‘uma vocação eminentemente agrícola’ – representação que vai unir inexoravelmente os destinos da nação e da agricultura, conferindo certo ar sagrado à última” (FIORI, 2002, p. 233). Afirma também que “o ruralismo, trilhando um caminho acidentado, chegou às escolas” (FIORI, 2002, p. 232).

Prado (1995) comenta que durante o Estado Novo (1937-1945) pressupostos do ruralismo pedagógico são “preciosas fontes” (PRADO, 1995, p. 5) para o entendimento deste período da história do Brasil. A autora ambienta e identifica o ruralismo pedagógico como

Uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que, no período em questão, formularam ideias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Estes encontram-se diluídos entre o que se pôde perceber como interesses de caráter econômico das classes e grupos de capitalistas rurais ou como interesses de grupos, principalmente políticos interessados na questão urbana. Legitimando e reforçando ambas as posturas, encontram-se os intelectuais ligados à educação, estudiosos do papel da educação rural naquele momento e das características e opções que a escola deveria assumir, a fim de compartilhar o projeto abrangente do Estado Nacional (PRADO, 1995, p. 6).

Bezerra Neto (2003, p. 11) concorda com esta ideia ao afirmar que alguns estudiosos “defendiam que deveria haver uma pedagogia que ajudasse a fixar o

homem no campo, ou que, pelo menos, dificultasse, quando não impedisse, sua saída desse habitat”.

Conforme Calazans (1993) esses intelectuais tinham propostas de integração do homem do campo frente ao crescente desenvolvimento do país que, até aquele momento, centrou suas políticas educacionais na área urbana. Ávila (2013) apresenta na sua tese que desde a I Conferência Nacional de Educação, realizada na cidade de Curitiba – PR, no ano de 1927, já havia uma divisão de opinião entre os intelectuais sobre o projeto educacional que deveria se fixar no Brasil com Getúlio Vargas no poder: escola rural ou urbana. Outra questão apontada na discussão por Bezerra Neto (2003), é sobre que entendimento faziam alguns pensadores acerca do ensino agrícola e o homem do campo, como: Sud Menucci, Carneiro Leão e Alberto Torres.

Nesse sentido, ideais de Alberto Torres sobre as questões rurais, são, por exemplo: inserção do homem brasileiro e não o estrangeiro ao mundo rural; o ensino profissional no campo deveria ser gratuito e sua premissa delineadora “de que o Brasil tinha uma ‘vocação agrícola’ que necessitava ser respeitada” (FIORI, 2002, p. 235). Estas foram resgatadas e apropriadas dentro de um contexto político-educacional-intelectual dos anos de 1920 e 1930, frente ao desejo de formação de um país moderno e civilizado forjado por um “‘novo’ projeto educacional tido como legítimo” (MENDONÇA, 2006a, p. 7). Este projeto foi almejado por profissionais denominados especialistas da educação, especificamente os “intelectuais da década de 1930 que efetuaram uma apropriação [...] e de agências que, das mais variadas formas vão se relacionar com o mundo das ideias que Torres defendeu” (FIORI, 2002, p. 234-235).

Segundo Bezerra Neto (2003, p. 15) esses “pedagogos ruralistas entendiam como sendo fundamental que se produzisse um currículo escolar que estivesse voltado para dar respostas às necessidades do homem do meio rural” e que o “currículo escolar deveria estar voltado para o fornecimento de conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades do seu cotidiano”.

A dimensão das ideias de Torres ganha mais destaque no ano de 1932 ao ser fundada na cidade do Rio de Janeiro a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Uma das funções desta organização era desenvolver os Clubes Agrícolas Escolares e as Semanas Ruralistas (FIORI, 2002).

Houve o desdobramento desta sociedade em sedes estaduais e regionais inclusive no estado de Santa Catarina, interligadas com a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que ganhou espaço no território catarinense como incentivador dos Clubes Agrícolas bem como dos eventos de formação docente denominados de Semana Educacional (PEREIRA, 2013). Sendo esta iniciada

Em 24 de maio de 1936, [...] a sessão de abertura da *Semana Ruralista*, no município de Tubarão, sul do Estado de Santa Catarina [...] O evento [...] o primeiro da série [...] com o objetivo desenvolver na população local, ora na população rural, os sentidos ligados à valorização do campo, à produção agrícola e aos aspectos considerados ‘de brasilidade’ (BOMBASSARO, 2006, p. 25).

Essas Semanas, que tinham como objetivo a propaganda das questões rurais e a vida do homem do campo, foram sendo moldadas conforme o avanço e consolidação das ideias e propostas pedagógicas e educacionais da Escola Nova (PEREIRA, 2013). Tanto que esses encontros passaram a ser chamados de Semana Educacional, contando com a participação dos professores catarinenses que angariavam também a função de

Contribuir para a uniformização e modernização de suas escolas, ao retornar das Semanas Educacionais os docentes deveriam atuar como multiplicadores para que os ideais da Escola Nova fossem implementados nos processos pedagógicos e efetivamente se transformassem na forma oficial de fazer educação no Estado de Santa Catarina (PEREIRA, 2013, p. 90).

Segundo Fiori (2002, p. 240), havia um “conjunto de ações, que em sua maioria visavam desenvolver a agricultura e recuperar do abandono as populações rurais” e o mais pontual neste contexto é que “até mesmo a Associação Brasileira de Educação reconhecia estar muito presente o pensar de Alberto Torres”.

Ávila (2013, p. 36) considera que “no campo educacional, foi Sud Mennuci (1892-1948), educador paulista, quem melhor traduziu no plano teórico e político o pensamento de Alberto Torres, especialmente nos anos 30 e 40 do século XX”. Tanto que as obras²² de Alberto Torres foram reeditadas discutindo questões rurais

²² **O problema Nacional Brasileiro; Vers la paix** — *Études sur l'établissement de la paix générale et sur l'organisation de l'ordre Internationale* — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909. [Disponível, em português, no eBooksBrasil]; **Le problème mondial** — *Études de politique internationale* — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913. [Disponível, em português, no eBooksBrasil]; **A Organização Nacional** — Primeira parte: A Constituição — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914. [Disponível no eBooksBrasil]; **As Fontes da Vida no Brasil** — Rio, 1915.

e ganharam força no cerne do debate dos intelectuais da Escola Nova. Os ideais agrícolas de Torres foram motivadores propícios nos debates que circulam entre intelectuais de uma linhagem mais tradicional, pertencentes à Associação Brasileira de Educação (PEREIRA, E., 2013, p. 88). Defendiam o homem e a vida no campo, direcionando o discurso em torno da valorização de propostas de fortalecimento do Brasil com vocação para as atividades rurais. Dessa forma “Torres torna-se paulatinamente ‘tema de uma geração’, sendo louvado, citado, referenciado por intelectuais e cientistas das mais variadas correntes ideológicas” (PINHO, 2007, p.1).

O educador Sud Mennucci esteve ligado também à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e “defendia a criação de escolas normais e grupos escolares rurais, em sua perspectiva, verdadeiras ‘escolas brasileiras’” (PEREIRA, 2013, p. 94).

De acordo com Ávila (2013), houve outra aproximação com os pressupostos da Escola Nova em terras catarinenses, no ano de 1933 através do então interventor federal em Santa Catarina, Aristiliano Ramos, determinando que se reformulasse o ensino estadual com a aplicação de novos métodos e práticas de ensino, anexados aos pressupostos da Escola Nova, no curso de formação de professores. Essa mesma pesquisadora reforça que no estado de Santa Catarina as instituições destinadas à educação rural eram as localizadas e denominadas escolas isoladas e “de acordo com a norma legal, o ensino seria o mesmo desenvolvido nas escolas urbanas e adaptado às necessidades locais” (ÁVILA, 2013, p. 125).

Em junho do ano de 1942 a ABE realizou na cidade de Goiânia o VIII Congresso Nacional de Educação. As questões do ensino agrícola estiveram presentes neste evento, que teve como “foco [...] a educação primária, com destaque especial ao ensino no meio rural” (PEREIRA, 2013, p. 101). Na introdução dos Anais do VIII Congresso Brasileiro de Educação (1944), organizado pela comissão redatora²³, focaliza a atenção do congresso abeano na “valorização

[Disponível no eBooksBrasil]. <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresb.html>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2014.

²³ Comissão composta por: José Augusto Bezerra de Medeiros, Fernando Tude de Souza e M.A. Teixeira de Freitas.

cultural da gente patricia [...] para que às populações rurais seja levada a educação e, com esta, melhores condições de vida” (ANAIS, 1944, p. 3).

Dentre os estados do sul, Santa Catarina enviou quatro teses para este Congresso e seus representantes credenciados foram os professores: Roberto Moreira e Luiz Trindade²⁴ (ANAIS, 1944, p. 11-12).

Segundo Prado (1995)

Em relação ao campo como em relação à cidade, o Governo esperava dos brasileiros posturas disciplinadas (...), bem como sentir-se adaptado e integrado ao seu meio social, fosse rural ou urbano. A escola assumia um importante papel na construção de uma consciência concomitantemente modernizante e conservadora, onde se pregava o apego ao ‘meio’ e, ao mesmo tempo, pressupunha-se uma ação eficiente, autônoma, racional e produtiva, no contexto desse mesmo ‘meio’” (PRADO, 1995, p. 11-12).

Sobre este encontro, Prado (1995) enfatiza que não havia apenas um pensamento sobre o ruralismo pedagógico, mas sobre a escola rural havia certa atenção voltada, de maneira “urgente [para] organizar uma instituição de ensino adaptada e adaptadora do homem ao seu meio”. A escola para o espaço urbano “tratava-se da escola e pronto”, mas a escola rural “Tratava-se de uma outra escola, referida a um outro meio e a um outro homem” (PRADO, 1995, p. 12).

De acordo com Prado (1995), ao analisar os Anais (1944) do VIII Congresso, é fato perceber que o entedimento sobre o ensino agrícola não era unânime entre os participantes do evento, Havia certas divergências²⁵ sobre a percepção da escola rural, do ensino rural e em especial o primário, bem como objetivos da educação rural para os que residem no campo.

Por exemplo, o tema especial de número três, conforme os Anais do VIII Congresso Brasileiro de Educação (1944), foi denominado de **O professor primário das zonas rurais: formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência**, e teve como abertura um relatório elaborado pelo professor Sud Mennucci. As considerações de Mennucci foram delineadas a partir do censo de 1940, o qual mostra que 75% do cidadãos brasileiros viviam nas zonas rurais.

²⁴ Luiz Bezerra da Trindade, catarinense atuou como docente na cidade de Laguna (FIORI, 1975).

²⁵ Um estudo especificamente pautado nessas discordâncias no VIII Congresso Brasileiro de Educação, sobre o ensino rural, seria profícuo para os que se debruçam sobre este tema de pesquisa.

Desta forma, para este professor, o “aparelhamento educativo” no Brasil deveria ser “caracterizado por dois tipos de ensino bem diverso: um, muito grande, que gozaria naturalmente de todas as nossas preferências, para os moradores da campanha” (ANAIS, 1944, p. 289). Mennucci, ao se referir aos moradores da campanha, reportou-se aos habitantes do campo, pois eram naquele momento a maioria do povo brasileiro. O outro tipo de ensino seria para os que residiam na área urbana, o então professor apontou que o tamanho do aparelho educacional necessário seria “pequeno, três vezes menor que o outro, para a gente da cidade” (ANAIS, 1944, p. 289). O autor enfatizou que esta divisão não estava pautada num “proteccionismo”, mas “logicamente do exame de uma simples e clara situação” (ANAIS, 1944, p. 289), ou seja, 25% da população do Brasil vivia nas cidades.

Sua ideia acerca de uma educação voltada para as questões do campo foi pautada no viés de que “tudo vem da terra, porque dela vem a alimentação das massas humanas” (ANAIS, 1944, p. 289). Baseado neste foco, Mennucci colocava em segundo plano o progresso e as indústrias que se localizam nos grandes centros urbanos, afirmando ser “inútil que a indústria progrida e se aperfeiçoe e obtenha graus de rendimento fora de todos os limites: ela será sempre satélite da terra” (ANAIS, 1944, p. 289).

Particularmente sobre a educação nas zonas rurais, o professor indicou dois aspectos referentes à escola rural e à formação dos professores destinados a ministrarem aulas nessas escolas. Sobre a escola do campo apontou que “nós lhe oferecemos escola de tipo exatamente idêntico ao das cidades [...] quer isto dizer que nós damos aos nossos camponeses um tipo de ensino como se eles tivessem que viver nas cidades” (ANAIS, 1944, p. 289-290). Ou seja, não foi pensado e nem construído um tipo de escola que ambientasse os alunos do campo no seu meio, mas sim, num meio que é muitas vezes desconhecido por eles.

No que diz respeito aos professores que atuavam na escola rural, Mennucci ponderou que

Mandamos para a roça professores cuja formação intelectual e profissional e cuja mentalidade estão inteiramente voltadas para a vida social urbana e que não conhecem nem fazem a mínima ideia da organização rural em que vão viver e atuar (ANAIS, 1944, p. 290).

Ou seja, não havia uma preparação para os profissionais que iriam atuar na escola da zona rural. Dessa forma, os professores lecionavam conhecimentos aos estudantes que residiam no campo, representados com exemplos do modo de vida social da zona urbana.

Mennucci abordou, através de um tripé, o panorama da escola rural:

A escola rural que estamos atualmente fornecendo, é um aparelho que todos indistintamente guerreiam: o mestre, em primeiro lugar, que não havendo sido preparado para ela, a aceita como uma penitência, pesado tributo que tem que pagar às leis do ensino, para poder fazer carreira; o aluno, que não entende o mestre e a ele não pode afeiçoar-se, desde que aquele lhe ensina cousas que não está em harmonia com os seus desejos e menos ainda com suas aspirações; os pais dos alunos e os proprietários agrícolas porque pressentem, nessa escola urbanista, literária, e fundo industrial, um inimigo, um desintegrador, um dissolvente do grupo social, uma vez que ela traz diretrizes contrárias, mesmo hostis às que o meio reclama e necessita, ensinando cousas que põem em perigo e fazem periclitar a persistência da unidade espiritual do núcleo (ANAIS, 1944, p. 290).

E, por fim, concluiu suas considerações sobre a condição da escola rural, baseadas no pressuposto de Alberto Torres “porque a realidade, provada pela experiência, é que todas as raças degeneram quando não recebem educação para o trabalho” (ANAIS, 1944, p. 290). E o trabalho das escolas da zona rural é destinar educação aos estudantes com formação profissional para o campo.

Artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP – endossam a prerrogativa do ensino rural. É possível mencionar artigos tais como o redigido por João Roberto Moreira, em 1957, **Educação Rural e Educação de Base**, no qual o autor defende que a educação rural no Brasil necessita de organização e orientação específicas de sentido mais modernizador do ensino no campo

A educação das crianças e dos jovens das áreas rurais é fundamental para que possamos chegar, como povo integrado numa sociedade nacional, à compreensão da estrutura e dos aspectos operacionais da economia nacional e do lugar que a agricultura, a pecuária e a produção extrativa aí vem ocupar (MOREIRA, 1957, p. 89).

Contudo, existe no tema geral dos Anais (1944) o trabalho de Dulcie Kanitz Vicente Viana, intitulado **Haverá diferença entre os objetivos gerais da educação ministrada nos dois tipos de escola: rural e urbana?**. Neste artigo a

autora teceu considerações acerca das diferenças nas diretrizes educacionais das escolas localizadas na zona urbana e rural, refletindo se as funções de cada uma não deveriam ser diferenciadas. A autora – que atuava como técnica de educação²⁶ – apontou que há no Brasil duas escolas, mas comentou que não se consegue “facilmente determinar onde termina a zona urbana e onde começa a rural” (ANAIS, 1944, p. 108). E que a educação

Deve ter como fito capital ‘homogeneizar’ a população, dando a cada nova geração o instrumento do idioma, os rudimentos da geografia e da história pátria, os elementos da arte popular e do folclore, as bases da formação cívica, a feição dos sentimentos e ideais coletivos em que afinal o senso da unidade e da comunhão nacional repousam” (ANAIS, 1944, p. 108).

E conclui “não havendo portanto, a nosso ver, diferenciação entre os objetivos gerais da educação nelas ministrada” (ANAIS, 1944, p. 108).

Perspectivas e abordagens em torno do ensino agrícola, entre intelectuais e profissionais ligados à área educacional, são perceptíveis neste documento – Anais (1944). Isso só reforça a ideia de que este tema esteve presente nos debates não só na relação entre educação e intelectuais/profissionais da educação, mas também em outras áreas, como na política.

Na seara política, especificamente após o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) há uma maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos²⁷. Essa aproximação resulta para o ensino agrícola em um impulso através da cooperação internacional entre o Ministério da Agricultura do Brasil com a fundação americana – *Inter-American Educational Foundation, Inc.* (MENDONÇA, 2010). Resultando, em 03 de abril de 1946, conforme publicado no Diário Oficial, na criação da *Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais*

²⁶ O documento não traz a informação sobre o local de trabalho desta profissional, tão pouco mais informações sobre a mesma. Mas, segundo Costa e Costa (2012), atuou como técnica do INEP e foi diretora estadual de ensino de Minas Gerais.

²⁷ Na década de 1930 o presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, empreendeu no seu plano de governo chamada a ‘Política da Boa Vizinhança,’ com os países latinoamericanos, inclusive o Brasil. No ano de 1942, houve a criação do *Institute of Inter-American Affairs*. A função deste organismo foi a de trazer melhoramento nas áreas da saúde, educação e no setor da agricultura (MENDONÇA, 2006).

– *CBAR*²⁸ – cujo objetivo foi o de realizar estudos na área da sociologia rural, além de incluir:

O fornecimento, pelos Estados Unidos, de um grupo de especialistas em ensino agrícola; a realização, em cooperação com autoridades brasileiras, de estudos e pesquisas através de viagens de educadores e técnicos nacionais à América do Norte; o treinamento local de professores de ensino técnico agrícola; a aquisição de equipamentos e material de ensino dentre eles rádio e cinema, além de missões rurais ambulantes (MENDONÇA, 2006a, p. 103).

A Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais – *CBAR* – contava com a participação de funcionários do INEP (ANDRADE, 2014). Suas metas centravam-se na

Implantação de Centros de Treinamento (CTs) destinados exclusivamente à qualificação profissional de trabalhadores rurais adultos; a difusão nacional de Clubes Agrícolas Escolares para infância e juventude; a formação continuada de técnicos especializados nos EUA e, finalmente, a preparação das chamadas ‘lideranças rurais’, mediante programas educativos teoricamente capazes de incutirem nos trabalhadores do campo o ‘amor à terra e ao trabalho’ (MENDONÇA, 2010a, p. 191).

Segundo Mendonça (2006) é nesse momento, da aproximação americana no cenário brasileiro, que as tensões entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação ganharam nova roupagem. Pois alguns intelectuais ligados ao Movimento da Escola Nova faziam parte do INEP, como, por exemplo, Anísio Teixeira, e estes disputavam no cenário político, com os profissionais ligados ao Ministério da Agricultura, o controle sobre o ensino agrícola. Principalmente quando em 1947 o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, imbuíu o INEP de “colocar em prática um amplo programa de construção de escolas rurais e simultânea formação dos quadros docentes a elas destinados” (ANDRADE, 2014, p. 98). Mesmo esta modalidade de ensino estando, naquele momento, na responsabilidade do Ministério da Agricultura e supervisionada pelo órgão deste

²⁸ Não pretendo centrar a atenção nas atuações da *CBAR* no Brasil. Minha ideia é apontar que a constituição da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari está configurada numa discussão maior acerca do ensino rural no Brasil. Fato é que a *CBAR* é fruto de um contexto mais amplo ligado a Terceira Conferência Interamericana de Agricultura, realizada em 1945, em Caracas – Venezuela, que solicitava aos demais países na América Latina a consubstanciação de Planos Agrários (MENDONÇA, 2006). Indico o trabalho de Mendonça (2008) para explanação sobre este órgão.

ministério – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário –, criada em 04 de novembro de 1940 pelo Decreto-Lei Federal nº 2.832 (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009), o ex-presidente definiu que “ao órgão federal orientador dos problemas pedagógicos foi confiada a missão de selecionar os tipos mais apropriados e econômicos de prédios escolares, para as zonas rurais”. Além disso encarregou também o INEP de “distribuir, equitativamente, os novos recursos disponíveis entre as unidades da Federação, mediante acordos bilaterais” (DUTRA, 1950, p. 75).

Segundo as considerações de Andrade (2014), a aproximação com os norte-americanos configurou uma escola rural com o dever de:

Assumir ela mesma a função de espaço físico e social no qual se materializariam valores, hábitos e formas de comportamento exemplares para a comunidade. Por meio dela deveria ser colocado em marcha, tanto um processo de elevação cultural, quanto, e este talvez o de maior importância [...] de melhoria econômica daquela mesma comunidade (ANDRADE, 2014, p. 102).

Pensando nos pressupostos para o ensino agrícola, ao contrário do período anterior, 1930 a 1945, no qual esta modalidade de ensino foi incluída na Constituição de 1934, com destaque para o percentual de verbas da união e tutelado pelo Ministério da Agricultura e seu respectivo órgão – SEAV, a cooperação dos Estados Unidos com o Brasil, no final da década de 1940 e início da década de 1950, fez com que algumas especificidades do ensino agrícola, como a construção de prédios e distribuição de recursos, fossem apropriadas por órgãos e profissionais ligados ao Ministério da Educação. De alguma forma, profissionais dos dois Ministérios e colaboradores americanos, através de decisão presidencial, estabeleceram certo tipo de contato para debates em torno da educação voltada à população rural. Contudo, a missão da escola rural não diferiu da defendida nas discussões de 1920 e 1930, ou seja, a escola rural continuava com as diretrizes de “missão educativa [...] formação de um novo modelo de cidadão e de trabalhador. [...] moldar no interior do país a partir dos novos valores gestados nas cidades do trabalho e do progresso” (ANDRADE, 2014, p. 99).

A Escola de Iniciação Agrícola de Araquari assumiu este mesmo objetivo de “capacitar a população da região, estimulando sua atividade agropecuária” (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p. 11). E esta função se estendeu a outros lugares, seja para os municípios de Barra Velha, São Francisco do Sul, Joinville,

Guaramirim, Jaraguá do Sul²⁹, e também outros localizados no estado catarinense, pois “o benefício da escola [...], por meio do exame de classificação, independente de onde reside, qualquer pessoa pode ingressar e realizar seus estudos” (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p.11).

As bases e a organização do ensino agrícola obtiveram sua regulamentação através do Decreto-Lei Federal nº 9613, de 20 de agosto de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola –, tornando-se a primeira legislação que anexou o ensino agrícola até o segundo grau ao sistema escolar brasileiro (GARCIA, 2011, p. 24). Para Mendonça (2007, p. 258), esta lei fez “parte de um ‘pacote’ integrado pelo conjunto das leis orgânicas de cada ramo de ensino” e lançou “as bases de uma nova orientação para a Educação Profissional Rural”.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola organizou esta modalidade de ensino em dois ciclos educacionais. O primeiro se referia a dois cursos, o de Iniciação Agrícola e o de Mestria Agrícola, com duração de dois anos cada um. A lei não esboça especificidades sobre a distinção entre estes dois cursos, apenas expõe que para cursar Mestria Agrícola o aluno deveria ter concluído o curso de Iniciação Agrícola, aponta idade mínima de 12 anos para iniciar o curso de Iniciação Agrícola, mas não para o de Mestria. Determina que a preparação profissional destinada ao estudante de Iniciação Agrícola é o de operário agrícola e o de Mestria é o de mestre agrícola, mas não explica a diferença e ou particularidades de um ou de outro (BRASIL, 1946).

Já o segundo ciclo também estava dividido em duas modalidades de curso: os cursos Agrícolas Técnicos e os Cursos Agrícolas Pedagógicos, com três anos de duração cada um. Sendo que nos cursos de Agrícolas Técnicos o ensino é destinado à formação técnica específica em um dos setores da agricultura, seriam eles: Curso de Agricultura, Horticultura, Zootécnica, Práticas Veterinárias, Indústrias Agrícolas, Laticínios e Curso de Mecânica Agrícola. Já os destinados para os Cursos Agrícolas Pedagógicos voltavam-se para o ensino de formação de pessoal docente (BRASIL, 1946).

Em Araquari o ensino esteve coordenado pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV-, circunscrita ao período de 1959 a 1967, era um

²⁹ Conforme verificado nas pastas dos alunos localizadas no Arquivo Institucional do IFC *Campus Araquari*, os alunos ingressantes eram provenientes de outras localidades de Santa Catarina e não somente do município de Araquari, o que será abordado com mais detalhes no Capítulo 4 deste trabalho.

órgão que, como explicou Belezza (1955 p. 219), desconhecia “limites quanto aos assuntos de interesse agrícola uma vez que todas as especialidades estão dentro do seu âmbito”, e “tem de obedecer aos princípios que regem todo empreendimento educacional”.

Mendonça (2006a, p. 104) salienta que a Lei Orgânica apontou “as bases de uma nova orientação para a educação profissional rural que previa tanto a reorganização das instituições de ensino [...] quanto a criação de novas”, além disso, “impunha, ainda, a ampliação do número de matriculados nos estabelecimentos subsidiados pela Pasta da Agricultura, projetando um aumento de 1500 para 2500, entre 1946 e 1947”.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola foi uma medida paliativa frente disputas por esta modalidade de ensino:

O ano de 1946 foi decisivo para a consagração da educação rural enquanto ramo ‘especial’ e hierarquizante do Ensino. Ou seja, como ‘escola para o trabalho’ [...] tal modalidade de ensino foi definitivamente alijada da rede escolar primária regular, mantendo-se sob a alçada do Ministério da Agricultura (MENDONÇA. 2010, p. 152).

As considerações de Mendonça (2010) a respeito da implantação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, trazem a possibilidade de pensar que esta lei estabeleceu, de certa forma, a diferença do ensino rural e urbano, ao delinear que a escola destinada ao ensino agrícola fosse caracterizada para uma educação voltada ao trabalho.

Conforme os apontamentos de Mendonça (2006, p. 108) “a presença norte-americana na educação rural no Brasil seria consideravelmente ampliada nos anos de 1950 através de novos acordos” com o Ministério da Agricultura. Tais como a implantação da Campanha Nacional de Educação Rural – CNER (1952- 1963)³⁰ –, a Campanha Nacional de Alfabetização Rural (1953), a criação do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (1954) e o Serviço Social Rural – SSR , por meio da Lei Federal nº 2.613, de 23 de setembro de 1955.

Além disso,

³⁰ Foi criada durante o governo Vargas, oficializada no mandato de Juscelino e extinta no ano de 1963 (BARREIRO, 2006).

Uma nova modalidade de ‘cooperação’ se estabeleceria, enfatizando a implantação de instituições de assistência técnica ao trabalhador do campo, resultando na criação do Serviço Social Rural do MA [Ministério da Agricultura] em 1955 (MENDONÇA, 2006, s/p).

Esses organismos e programas criados pela parceira norte-americana no Brasil refletem a apropriação feita pelos órgãos/funcionários brasileiros das ideias consubstanciadas pela política governamental americana aos países da América Latina, com a intenção maior dos Estados Unidos de dificultar que esses países tivessem uma aproximação com o bloco comunista.

Tanto a CNER como o SSR estiveram na confluência do nacional-desenvolvimentismo relativo aos pressupostos governamentais do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Na década de 1950 “falava-se de uma educação rural que promovesse a valorização do trabalho rural” e “supunha-se [...] que fosse possível convencer os trabalhadores rurais de que o seu papel era o de garantir o sentido da vocação agrícola do país” (DAMASCENO; BESERRA, 2004, p. 75). Apontamentos de Moreira (1957, p. 88) indicam que “face à possibilidade crescente de concorrência no mercado internacional de produtos agrícolas [...], a nossa própria agricultura se vê na contingência de modernizar-se, adotando novas técnicas e mecanizando-se”.

A Campanha Nacional de Educação Rural “constitui-se [como] a primeira iniciativa de política nacional de ação do Estado e da sociedade civil para o campo, que tinha como objetivo adequar o homem do campo ao plano de desenvolvimento econômico por meio da educação” (DALMAZ, 2014, p. 3). Esta campanha refletia as preocupações do governo com o desenvolvimento econômico do Brasil: “foi importado dos EUA, um programa de trabalho para educação nas zonas rurais, cuja técnica consistia na formação de missões rurais” (CAINELLI, 1994, p. 49).

No Brasil, a primeira experiência de missão rural foi empreendida na cidade de Itaperuna, localizada no estado do Rio de Janeiro e foi a partir das conclusões obtidas nesta missão rural que foi criada a CNER. A princípio a missão rural de Itaperuna tinha uma equipe de trabalho constituída por profissionais das mais diversas áreas, como “agrônomos, médicos, veterinários, sanitaristas, especialista em economia doméstica, assistente social, operador de rádio e cinema e motorista” (CAINELLI, 1994, p. 49). Estes técnicos estavam imbuídos da “ideia de

modernização integrada à necessidade de fixação do homem ao campo através do processo educativo” e o “trabalho educativo da CNER tinha por base o homem do campo, ‘atrasado e incivilizado’” (CAINELLI, 1994, p. 53-54).

A autora ainda reforça que dentre os objetivos da CNER não se pretendia “valorizar a zona urbana enquanto ideal a ser alcançado e sim a zona rural como ideal a ser aperfeiçoado” (CAINELLI, 1994, p. 61).

Já o Serviço Social Rural tinha por fim, conforme os seis itens do artigo terceiro da lei que o instituiu:

I.a prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da sua população, especialmente no que concerne: **a)** à alimentação, ao vestuário e à habitação; **b)** à saúde, à educação e à assistência sanitária; **c)** ao incentivo à atividade produtora e a quaisquer empreendimentos de molde a valorizar o ruralista e a fixá-lo à terra. **II.** Promover a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho adequadas ao meio rural; **III.** Fomentar no meio rural a economia das pequenas propriedades e as atividades domésticas; **IV.** Incentivar a criação de comunidades, cooperativas ou associações rurais; **V.** Realizar inquéritos e estudos para conhecimento e divulgação das necessidades sociais e econômicas do homem do campo; **VI.** Fornecer semestralmente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho relações estatísticas sobre a remuneração paga aos trabalhadores do campo (BRASIL, 1955).

No governo de Juscelino Kubitschek foi implantada também uma campanha cujo objetivo era o de combate ao analfabetismo no Brasil, considerado uma das grandes chagas do atraso econômico do país. Esta ação foi denominada de Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA, cujo período de duração foi do ano de 1958 a 1963 e estendeu-se a várias regiões, inclusive em Santa Catarina, estabeleceu-se no município de Joinville e na capital Florianópolis – única capital a sediá-la (GUTTSCHOW, 2011). Com a intenção de promover a CNEA, e também divulgar os esforços do governo federal no combate ao analfabetismo, foi realizada uma campanha cinematográfica em 1958, com duração de 20 minutos. Este material, denominado **Educação e Desenvolvimento: Erradicação do Analfabetismo no Brasil**, foi dirigido pelo cineasta José Geraldo Santos Pereira, com o auxílio e colaboração de João Roberto Moreira, no município de Leopoldina – MG.

No início das filmagens, são descritos aspectos do município de Leopoldina, formado por uma população basicamente rural, apontando a pobreza,

a falta de higiene e de conforto presentes nas casas das pessoas. Este cenário, segundo a narração, é devido ao analfabetismo proveniente do pouco acesso dos munícipes leopoldinenses à escola (GUTTSCHOW, 2011).

O enredo da história vai centrar-se na figura de um homem que trabalha no campo, o qual é representado como alguém sem instrução e com falta de perspectiva de melhora de vida. Sai, sem rumo, com suas ferramentas agrícolas rudimentares à procura de trabalho em uma fazenda, porém, não o consegue, pois não sabe lidar com a mecanização gradativa da agricultura. Em seguida vai à cidade pedir emprego na fábrica de tecidos, mas como se encontra desajustado às técnicas modernas, e não sabe ler, não consegue trabalho. Desconsolado, instala-se em uma maloca que, segundo a narrativa, é comparada a tocas infestadas de promiscuidade (GUTTSCHOW, 2011).

O ideário do nacional-desenvolvimentismo está presente no decorrer da filmagem. Seja no âmbito rural ou urbano, faz-se necessário o indivíduo esteja atualizado sobre as técnicas modernas da economia. Ou seja, o indivíduo permanecendo no campo, deve ser encaminhado para a escola, para adquirir conhecimentos específicos e técnicos da sua área de trabalho. Essa conjuntura de ideias está pautada na figura do Jeca Tatu, que necessitava se atualizar com as novas tecnologias. Para isso foi necessário que a população se instruisse, que se dirigisse para a escola na perspectiva de aprender não só as técnicas de leitura e escrita, mas também princípios de organização e cultura calcados nos valores da vida racional e produtiva, pretendidas para o Brasil. Moreira (1957, p. 89-90) salientou que a

Educação rural [...] deve procurar desenvolver na população do interior a noção mais exata e operacional possível, dos caminhos a serem palmilhados pela evolução econômica, política e social das áreas rurais dentro do contexto de relações de toda a nossa sociedade, de modo a que possa participar inteligentemente para o levantamento do nível de vida dessa sociedade, o que significará o próprio progresso e desenvolvimento do rurícola.

É nessa confluência de atribuições conferidas ao ensino agrícola e à escola de caráter rural que está inserida a criação da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, no Estado de Santa Catarina.

1.2 – Implantação da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari

Os agricultores araquarienses, por sua vez, tinham dificuldade de comercializar os produtos fora do próprio município porque trabalhavam com uma agricultura artesanal, voltada para a subsistência, que não dispunha de conhecimentos técnicos suficientes. A difícil realidade com que a maioria da população se encontrava desencadeia um processo de migração para a cidade vizinha de Joinville, cuja economia urbano-industrial era crescente. Para reverter essa situação surge o interesse de implantar uma escola agrícola em Araquari. (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p. 10).

Segundo a citação acima, feita pelos os autores do livro elaborado face à comemoração dos 50 anos do ensino agrícola na cidade de Araquari, denominado **Uma história de sucesso! 50 anos do ensino agrícola em Araquari**, os motivos para a criação da escola na modalidade rural estiveram ligados a dois fatores, sendo que um desencadeia o outro. Os que residiam no campo possuíam uma agricultura com práticas artesanais e de subsistência, em função da não disponibilidade de conhecimentos técnicos na área agrícola. É válido ressaltar que o entendimento de artesanal foi baseado no uso dos saberes populares, aprendidos na prática com os mais velhos, além do hábito de utilização de objetos simples nas tarefas agrícolas. Sendo assim, se a produção era de subsistência e familiar, não deveria sobrar muitos produtos para o comércio no município e região. A falta de conhecimentos técnicos não necessariamente implicaria numa produção em baixa escala. O conhecimento técnico na área agrícola também poderia ser aplicado na agricultura familiar de pequena propriedade, continuaria sendo de subsistência, mas com um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis na propriedade. Em decorrência da realidade enfrentada por esses agricultores de Araquari no período, houve o êxodo rural de parte da população araquiense para a cidade vizinha, Joinville - SC, que no ano de 1938 já apresentava, nos mais diversos ramos de atividade, o número de 349 indústrias (COELHO, 2000). Moradores de Araquari que se dedicavam a atividades de agricultura, pecuária e silvicultura na década de 1950 estavam em torno de 4.096 (IBGE, 1952, p. 72). Já na década seguinte, ou seja, 1960, este número diminuiu para 3.631 habitantes. Desse modo, com a finalidade de barrar este surto migratório para a cidade de Joinville e melhorar a vida dos que residiam no município de Araquari, nasceu o

interesse de criar uma escola agrícola na cidade que “melhoraria as condições de vida dos colonos, que não recebiam assistência técnica e ajuda do governo” (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p. 10).

Os autores ainda reforçam que:

A ideia de implantar uma escola agrícola, [...] em Araquari [...], está vinculada ao interesse de capacitar a população da região, estimulando sua atividade agropecuária, muito embora o benefício da escola se estenda a outros municípios (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p.11).

Portanto, a consolidação desta escola possuía objetivos claros de formação para o trabalho em atividades ligadas à agricultura e à pecuária, não só para o município, mas também para as demais cidades do estado. Desde o início, a intenção na fundação de uma escola agrícola em Araquari não foi, conforme as considerações dos autores, um atendimento de capacitação técnica apenas aos que moravam no município e viviam das atividades agrícolas e pecuárias, contemplou também os que residiam nas cidades próximas à escola.

A escola em Araquari obedeceu à regulamentação delineada para a modalidade do ensino agrícola, que foi a Lei Orgânica de 1946, e forneceu uma educação profissional rural ambientada na conjuntura da década de 1950 e início da década de 1960. Período no qual o ideal desenvolvimentista, presente no contexto brasileiro, teve desdobramentos para o campo, pois “era corrente a ideia de que os habitantes rurais deveriam modernizar-se para se integrarem ao plano nacional de desenvolvimento” (BARREIRO, 2006, p. 124). Dentro desta perspectiva, seria através da implantação de escolas voltadas ao ensino agrícola, que os que residiam no campo iriam inserir-se no ideário desenvolvimentista do período. Andrade (2014, p. 98) afirma que em

1947 o presidente da República [Eurico Gaspar Dutra] encarrega o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos de colocar em prática um amplo programa de construção de escolas rurais e de simultânea formação dos quadros docentes a elas destinados.

Especificamente ao estado de Santa Catarina foram destinadas verbas federais ao ensino rural para a construção de 288 prédios, no período de 1947 a 1953 (ÁVILA, 2013, p. 152). Isso foi em consonância com a economia desenvolvida no estado que até meados dos anos de 1940 esteve baseada “na pequena

propriedade e nos setores tradicionais da economia – têxtil, alimentos, extração mineral (carvão) e vegetal (madeira e erva-mate) –, [...], com alterações apenas na quantidade produzida” (GOULARTI FILHO, 2005, p. 628). Especificamente em Araquari, os agricultores do município “trabalhavam como uma agricultura artesanal, voltada para a subsistência, que não dispunha de conhecimentos técnicos suficientes” (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p. 10).

Em consonância com a economia agrícola catarinense, no ano de 1947, precisamente entre os dias primeiro a quatro de maio, foi realizada na capital do Estado, Florianópolis, através da Secretaria da Viação, Obras Públicas e Agricultura, a primeira Reunião Econômica-Agrícola de Santa Catarina. A sessão solene de abertura foi presidida pelo então governador do Estado – Aderbal Ramos da Silva –, no edifício da Cruz Vermelha. Em seguida, na sessão de instalação da reunião, Leoberto Leal – Secretário da Viação, Obras Públicas e Agricultura, proferiu discurso no qual apontou que a intenção do evento foi de:

Fixar pontos de vista, elaborar exposições, traçar roteiros que, sintetizados em indicações cujo acerto é oportunidade o plenário ateste, hã[sic] de constituir a contribuição dos que se batem pelo nosso progresso na pecuária, na agricultura, na economia rural, na colonização, na meteorologia, na silvicultura, na mineração, no **ensino agrícola**, à ação do governo que, segundo feliz assertiva de V.Excia, ‘deve se dirigir, forte e sem delongas, no sentido de propiciar ao lavrador’ – e ao produtor em geral – ‘condições e regalias que lhe permitam produzir mais e melhor’(ANAIS DA PRIMEIRA REUNIÃO ECONÔMICO-AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA, 1947, p.5. grifo nosso).

A Reunião Econômica-Agrícola do estado catarinense apontou o ensino voltado à modalidade agrícola como um dos agentes de contribuição ao agricultor e sua família, para alcançarem uma maior produtividade da terra, que serviria tanto para o sustento familiar quanto para a venda dos produtos ao mercado consumidor. Na mensagem proferida à Assembleia Legislativa pelo então governador, Aderbal Ramos da Silva, no ano de 1948, a Reunião Econômico-Agrícola foi referida. Dentre seus objetivos o primeiro destinou-se a “consagrar os Agricultores, Veterinários, Técnicos e Práticas Rurais, interessados e convidados especiais, para a apresentação, explanação, estudo e debates das questões relacionadas com a vida rural” (SANTA CATARINA, 1948, p. 135).

Essa reunião contou com a participação de entidades e seus devidos agentes, num conjunto de representações acerca de propostas de melhoria da situação da economia agrícola e pecuária catarinenses, traduzidas e organizadas nos Anais do evento. Na relação de pessoas que compareceram nesta Reunião Econômica-Agrícola esteve Itamar Cordeiro, membro da Associação Rural de Araquari. O Sr. Itamar foi o prefeito do município de Araquari que atuou como representante da cidade na doação dos terrenos necessários para a construção da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, no dia 10 de junho de 1954, conforme a Certidão de Escritura Pública de Doação (ARAQUARI, 1972). O ex-prefeito do município, no qual a escola foi instalada, por ser ligado a um órgão rural e participar da primeira reunião sobre assuntos da economia agrícola catarinense, esteve no cerne das discussões que envolviam, dentre os vários interesses na área da agricultura e pecuária, o ensino agrícola em Santa Catarina.

A seção de número oito dos Anais, foi destinada às proposições do Ensino Agrícola no Estado de Santa Catarina, analisadas por uma comissão que estabeleceu três temáticas: 1- Escolas Práticas de Agricultura; 2 - Clubes Agrícolas e 3- Bolsas de Estudo. Os membros da comissão refletiram sobre propostas elaboradas por um ou mais autores acerca do ensino rural no estado e emitiram um parecer ao final. As proposições de números 15, 16 e 17 referem-se a tornar as Escolas Práticas de Agricultura³¹ em Santa Catarina mais autônomas e independentes de outros órgãos.

Os Anais da Reunião apontam que havia duas escolas no estado, são elas: a de Vidal Ramos, localizada no município de Canoinhas, e a localizada na cidade de Lages. Na relação das pessoas que compareceram na Reunião Econômica-Agrícola de Santa Catarina apenas o diretor – o engenheiro agrônomo José Rodrigues de Oliveira – da Escola Prática de Agricultura de Vidal Ramos esteve no encontro.

A mensagem do governador catarinense – Irineu Bornhausen – pronunciada à Assembleia Legislativa, em 15 de abril de 1951, ou seja, quatro anos após a reunião na capital, indica que a quantidade das escolas Práticas de Agricultura não se alterou: “são duas as Escolas de Agricultura: a ‘Vidal Ramos’ de

³¹ Estas escolas seriam as localizadas nos municípios de Canoinhas e Lages. O trabalho de Brognoli (1998) abordou estas duas escolas.

Canoinhas e a 'Caetano Costa' de Lages" (SANTA CATARINA, 1951, p. 23). É clara a percepção que apesar da economia do estado de Santa Catarina estar baseada nos anos finais da década de 1940 e início dos anos de 1950 na agricultura e na pecuária de pequena propriedade, o ensino agrícola não foi uma prioridade de educação.

O ex-governador esboçou também a situação em que se encontravam essas duas escolas:

O programa de disciplina está merecendo revisão, com ampliação das aulas práticas. A falta de corpo docente completo e de professores especiais tem contribuído, também, para diminuir a eficiência do ensino. A fuga dos diplomados às atividades agrícolas tem prejudicado profundamente o cumprimento da finalidade [...] das Escolas, qual seja a de preparar homens para o campo (SANTA CATARINA, 1951, p. 23-24).

Conforme a citação acima é possível identificar além das dificuldades que as escolas práticas de agricultura passaram naquele momento, a proposta de formação para o trabalho agrícola pensada para os egressos das Escolas Práticas de Agricultura do Estado de Santa Catarina: preparação de mão de obra qualificada para o trabalho no campo. O então governador do Estado também abordou outro assunto referente à maioria dos egressos das escolas agrícolas: "valendo-se do conhecimento teórico que adquirem, inclusive das disciplinas fundamentais, preferem encostar-se a cargos públicos ou a empregos outros que [...] lhes permitam fruir do ambiente das cidades" (SANTA CATARINA, 1951, p. 23 e 24). É bem provável que este cenário fosse de conhecimento dos participantes da Reunião Econômico-Agrícola de Santa Catarina, em 1947, pois a proposição de número 20, elaborada por José Rodrigues de Oliveira, foi construída no sentido de aproveitar egressos, formados nas Escolas Práticas de Agricultura, em cargos públicos, com a seguinte prerrogativa do parecer da quinta comissão: "reorganização dos quadros estaduais em cada dependência da produção animal e vegetal, lugares de Práticos Rurais, que deverão servir preterivelmente nas zonas de onde provieram" (ANAIS, 1947, p. 269). Com essa premissa delineada, a ideia foi de estimular a ida dos egressos para cargos públicos ou outros postos de trabalho, mas que estes estivessem localizados em torno das regiões que residiam.

Outra situação explanada na mensagem do governador, em 1951, diz respeito ao número reduzido de ingressantes nas Escolas Práticas de Agricultura,

na perspectiva de que Santa Catarina possuía naquele momento “bem mais de um milhão de habitantes e que tem na agricultura uma de suas principais riquezas” (SANTA CATARINA, 1951, p. 24). Nos anos de 1950 a população catarinense girava em torno de 1.560.502 habitantes, sendo que os que se dedicavam às atividades de agricultura, pecuária e silvicultura eram 298.408 trabalhadores, contra apenas 62.231 que estavam no setor da indústria de transformação (IBGE, 1952, p. 1 e 26). Esses dados refletem que o que foi especificado pelo então governador, acerca do ramo de atividade a qual os catarinenses exerciam, estava de acordo com o recenseamento feito no mesmo período.

Especificamente quanto ao número pequeno de egressos salientado pelo governador, é verificado este mesmo cenário na escola de caráter agrícola em Araquari. No ano de 1959 foram 20 alunos, no ano seguinte, em 1960, o número subiu para 25, mas caiu para 18 em 1961. Capdeville (1991) afirmou que, por muitas vezes, a educação agrícola no Brasil, principalmente a destinada ao ensino superior, ficou desprovida de interesse pelo fato que nossa agricultura estava fundamentada no “latifúndio, na monocultura de exportação, [...] na abundância de terras novas e férteis e no descaso do manejo e preparação do solo, exigia muito pouca diversificação e quase nenhuma qualificação da força de trabalho” e desta forma entendia-se “que nenhum serviço a escola tinha a lhe prestar” (CAPDEVILLE, 1991, p. 229-230).

Contudo, a situação dos cidadãos catarinenses não era a de sobreviverem num latifúndio monocultor, mas sim de pequenas propriedades que cultivavam variados produtos, além da criação de uma pecuária doméstica. Hipóteses para o ingresso reduzido de estudantes nas escolas agrícolas em Santa Catarina podem ser levantadas nas seguintes perspectivas: a primeira, em função das escolas se localizarem em municípios pequenos e, conseqüentemente, com um número reduzido de habitantes, então os estudantes que se propuseram a estudar em uma escola agrícola foram proporcionalmente poucos. A segunda é que dentre esses que se formaram em um curso voltado às questões agrícolas, esta formação proporcionou a saída do município de origem para uma cidade maior e com outras oportunidades de trabalho, fora da zona rural e de pequena propriedade, conforme já salientado na mensagem do governador no ano de 1951. Isto, por conseguinte, influenciou na falta de qualificação de mão de obra e infraestrutura que esse egresso deveria prestar à sua região de origem. Por fim, a terceira hipótese é que

poucos pais e responsáveis enviavam seus filhos para a escola, pois perderiam uma força de trabalho na propriedade.

As proposições de número 19, 21 e 22 dos Anais (1947) recomendam a criação de Escolas Agrícolas nos municípios de: Biguaçu, Orleans e Tijucas. Os autores destas propostas estão solicitando escolas agrícolas, conforme o estabelecido na Lei Orgânica do Ensino Agrícola nº 9.613, de 1946. Provavelmente estes proponentes estavam cientes do reduzido número de escolas voltadas ao ensino agrícola no estado e ambientados com a criação da lei que regulamentou esta modalidade de ensino no país. Justificaram suas propostas para Santa Catarina por entenderem que “grande é o número de filhos de lavradores que continuam na rotina da lavoura com métodos antiquados por falta de instrução agrícola” (ANAIS, 1947, p. 270). Esta observação endossa a ideia de que a economia catarinense estava baseada no minifúndio, cultivando certa diversidade de alimentos e criando poucos animais domésticos, portanto somente uma escola voltada às questões do campo poderia fornecer uma educação adequada para a exploração da pequena propriedade.

Já a proposição de número 23 solicita a criação de uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária na capital do Estado – Florianópolis. Esta proposição esclareceu que esta escola de nível superior em agricultura e na área de veterinária deveria ter a mesma organização e atenção dispensada à Faculdade de Direito, criada no estado em 11 de fevereiro de 1932³². A justificativa da proposição de número 23³³ considerou que para o desenvolvimento dos setores e serviços agrícolas catarinenses se fazia necessário a formação de técnicos nesta área. Desta forma a criação de novos espaços que desenvolvessem a modalidade do ensino agrícola se fazia necessário.

Na proposição de número 15 o autor José Rodrigues de Oliveira sugeriu a separação das Escolas Práticas de Agricultura dos Campos de Sementes³⁴.

³² A Faculdade de Direito fez parte de um complexo denominado Instituto Politécnico de Florianópolis, no qual vários cursos eram ministrados neste local, como, por exemplo, o de Agrimensura, até seu definitivo desmembramento na década de 1930 (KRELLING; BOITEUX, 2010).

³³ A proposição de número 23 também indicou que a Estação Agrônômica de Santa Catarina fosse transformada em patrimônio e sede da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, além de recomendar que a Fazenda Assis Brasil ficasse a disposição dos estudantes da escola superior para receberem as aulas práticas. Por fim, a proposição estabelecia que também houvesse a criação e o funcionamento em comum de uma Escola Prática Rural junto à Escola Superior.

³⁴ Não foram encontradas pesquisas e informações sobre o órgão Campo de Sementes.

Idêntica é a proposição de número 17, elaborada pelo autor Jonas Bayer de Amorim. Na proposição 15 o autor não justifica os motivos para a separação das escolas do órgão citado, aliás, das sete propostas neste item para nenhuma foi dada explicação. Já o idealizador da proposição 17 justificou a separação das Escolas Práticas do órgão Campos de Sementes sob três aspectos: primeiro, como as escolas encontram-se subordinadas ao Campo de Sementes, os técnicos deste estabelecimento ficam sobrecarregados com as funções que exercem, pois dividiam seu tempo com as atividades que exerciam no órgão e as aulas que ministravam nas Escolas Práticas. A segunda justificativa diz que, em função das atividades exercidas pelos funcionários nos Campos de Sementes, eles tinham que se ausentar das aulas para atenderem aos agricultores que solicitavam sua ajuda na aquisição de sementes, maquinário e outras consultas. Assim os alunos na Escola Prática ficariam sem seus professores para ministrarem as aulas (ANAIS, 1947). Por fim, a terceira justificativa esclarece que há falta de professoras normalistas nas Escolas Práticas de Agricultura, desta maneira, os técnicos/professores do órgão Campos de Sementes ficavam carregados em demasia com as aulas. Segundo os Anais (1947), estes profissionais chegavam a lecionar oito disciplinas e muitas vezes sobre assuntos que não dominavam, o que demandava estudo redobrado de matérias com a intenção de repassá-las aos alunos (ANAIS, 1947). É interessante observar que esta proposição indicou dificuldades sofridas nas escolas de ensino agrícola, bem como de outro órgão do ramo agrícola, o Campo de Sementes. Ficou evidente a sobrecarga sofrida pelos técnicos do Campo de Sementes, que atuavam neste órgão e nas escolas práticas de agricultura, quando ministravam aulas de cunho técnico e quando cobriam a falta de professores nas disciplinas de caráter normalistas.

A proposição de número 15 indicou também a adaptação do Decreto 170³⁵ ao Decreto-Lei Federal nº. 9.613, que é a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Esta proposta solicitou novamente a mudança do período de férias das Escolas Práticas de Agricultura para os meses de junho e agosto, e também entre o período de 21 de dezembro a 7 de janeiro. O autor – José Rodrigues de Oliveira – justifica esta

³⁵ Até o momento não encontrei na legislação de Santa Catarina este decreto ou até mesmo um decreto relativo ao ensino agrícola para atestar o ajustamento que foi pretendido, talvez o número do decreto tenha sido datilografado erroneamente. Sei que o encontro deste documento é relevante para a compreensão desta adaptação sugerida ao Decreto- Lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946.

alteração fazendo uma ressalva, que o período de férias sugerido foge às determinações da lei, mas ela se torna viável em função do clima dos períodos citados acima, pois este acarreta a falta de hortaliças e frutas no início do inverno e no auge do verão. Segundo a Lei Orgânica do Ensino Agrícola o período de férias iria de 21 de dezembro a 19 de fevereiro, e de 16 de julho ao dia 30 do mesmo mês. As justificativas feitas pelo autor para alterar o período de férias mostram que o mesmo tinha ciência das regulamentações da lei, mas que, devido a situação climática do estado, o período de férias não era propício às atividades práticas na escola de modalidade agrícola no estado catarinense, o que acarretaria a falta de produtos.

O quinto item da proposição de número 15 diz respeito à mudança da Escola Prática de Agricultura Vidal Ramos para Escola Agrícola Vidal Ramos, conforme as diretrizes da Lei Orgânica do Ensino Agrícola nº 9.613 no artigo 12 parágrafo segundo. Este determina que o objetivo das Escolas Agrícolas, era o de ministrar cursos de Iniciação Agrícola e de Mestria Agrícola. Os itens seis e sete dizem respeito aos pressupostos do artigo 50, especificamente ao item de número 3 do Decreto-Lei Federal nº 9.613: oferecer cursos de aperfeiçoamento aos diplomados no curso de Iniciação Agrícola e/ou Mestria Agrícola, também aos formados em cursos pedagógicos na área do ensino agrícola, bem como para professores e outros funcionários ligados a este ramo da educação rural, além de oferecer bolsas de estudos. O item seis propõe sobretudo a criação de uma Escola Agrotécnica no Estado de Santa Catarina, na qual seriam ofertados dois cursos de aperfeiçoamento: o de enfermeiros veterinários e o de técnicos em agricultura (ANAIS, 1947).

A proposição seguinte, a de número 16, elaborada pelo autor Clóvis da Costa Ribeiro, estabelece que as Escolas Práticas de Agricultura seriam separadas do Serviço de Fomento da Produção Vegetal. O autor esclareceu que tudo o que é produzido dentro dos estabelecimentos destas escolas deveria permanecer nas mesmas, como forma de mantê-las em funcionamento, e não para a distribuição da sua produção aos agricultores da região. Esta distribuição aos agricultores ficaria a cargo do Serviço de Fomento da Produção Agrícola (ANAIS, 1947). Talvez o que o autor desta proposição queria dimensionar era que as escolas práticas de agricultura estavam adquirindo uma finalidade, em função do excedente produzido nelas, que competia naquele momento, a outro órgão e não à escola.

As proposições de número 25, 26 e outra proposição que não foi numerada, fazem menção às ideias de Alberto Torres e seus simpatizantes da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Isso fornece elementos para concluir que os autores destas proposições que compuseram, os Anais de 1947, estavam ambientados com as discussões que movimentaram a modalidade do ensino agrícola no país. A proposta sem numeração, por exemplo, sugere a realização, nas Escolas Práticas de Agricultura, todos os anos no período de férias dos alunos, de uma Semana do Agricultor, com a justificativa de ministrar aulas para os agricultores, bem como a demonstração de maquinários agrícolas e seus benefícios (ANAIS, 1947). A de número 25 teve também o intuito de promover uma Semana Rural, mas nos municípios do estado catarinense, com os lavradores. A proposta contempla a participação dos agrônomos e técnicos, tanto para o esclarecimento de dúvidas dos agricultores, quanto para a fomentação de discussões acerca dos temas pertinentes da área agrícola e pecuária (ANAIS, 1947).

Os autores José Nicolau Born e Heitor Wedekin dos Santos elaboraram a proposição de número 26 e solicitaram um incentivo moral e monetário aos Clubes Agrícolas catarinenses. Porém este incentivo deveria partir do Departamento de Educação e não da Secretaria de Agricultura do Estado. O ensino agrícola era de responsabilidade do Ministério da Agricultura e houve, num determinado período certa tensão entre este ministério e o da Educação, em função de o ensino de caráter rural não pertencer ao escopo do Ministério da Educação. Tanto que o parecer de aprovação da quinta comissão, a respeito desta proposta, foi que houvesse um entendimento direto entre a Secretaria da Agricultura com o Departamento de Educação do Estado para que, objetivamente, ocorresse o incentivo aos Clubes Agrícolas (ANAIS, 1947).

A última proposição a de número 27 feita pelo autor José Mendes Barcellos sugere que o Estado de Santa Catarina organize cursos rápidos nas áreas de Horticultura, Pomicultura e Pequenas Criações, que poderiam ser, avicultura, apicultura e cuniculturas, para os professores que lecionam em escolas primárias da zona rural dos municípios. Solicita também que o órgão de Fomento Agrícola forneça aos professores instrução, sementes e instrumentos necessários para a confecção de pomares e hortas. Essas seriam realizadas pelos alunos destes educadores, através da orientação que os professores receberam deste órgão (ANAIS, 1947).

É importante apontar que não houve na reunião nenhuma proposta de criação de uma escola de ensino agrícola na região de Araquari, nem qualquer outra proposta na área agrícola e ou pecuária para o município e arredores. Outra questão importante a salientar é que a grande maioria dos proponentes construíram suas propostas se apropriando das orientações constantes na Lei Orgânica do Ensino Agrícola. É proposto considerar que os que fizeram parte da primeira Reunião Econômica-Agrícola atribuíram certa força à lei criada para este tipo de modalidade de ensino e sabiam que a economia do estado estava baseada na agricultura de subsistência, de pequena propriedade com mão de obra familiar. Dessa forma, faziam-se necessárias inovações na economia do Estado de Santa Catarina, baseadas no setor agrícola. Sendo assim, propostas para a criação de novas escolas na modalidade agrícola, tanto de nível técnico como superior, organização de cursos rápidos às famílias de pequenos agricultores, cursos de aperfeiçoamento, semanas rurais dentre outros fizeram-se presentes nesta primeira reunião. Isto indica que as propostas refletem uma apropriação das regulamentações da lei para o ensino agrícola e são também representações acerca do entendimento dos proponentes acerca da lei.

A economia catarinense foi também alvo de pesquisas dos técnicos da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – que elaboraram uma monografia³⁶, em 1958, tratando do desenvolvimento econômico do Estado. O estudo abordou, no item denominado “assistência à agricultura”, que o investimento nesse setor foi “destinado a atender a um serviço de assistência mais efetiva à lavoura e à pecuária” e se projetou “com os recursos [...] a instalação de novos serviços [...] um Instituto Agrícola e Industrial, e escolas práticas de agricultura em Lages e Canoinhas” (CAPES, 1958, p.84). Este apontamento reforça que investimentos deveriam ser feitos nas escolas agrícolas nos municípios de Lages e Canoinhas, além de maiores recursos investidos no setor agrícola, corroborando com a proposição de número 18 dos Anais do evento em Florianópolis no ano de 1947. A proposta recomendava ao Governo a criação de novas Escolas Práticas de Agricultura e estabelecia a fundação de uma escola para cada quatro municípios de Santa Catarina, o que totalizaria 11 Escolas

³⁶ Esta monografia fez parte de uma série denominada Estudos de Desenvolvimento Regional.

Práticas de Agricultura no estado, e propôs também a ampliação das escolas desta natureza estabelecidas nos municípios de Canoinhas e Lages (ANAIS, 1947).

Os técnicos que compilaram a monografia sobre a economia do Estado de Santa Catarina afirmam em diversos momentos do texto que “a agricultura catarinense caracteriza-se por uma razoável preponderância da pequena e média propriedade” (CAPES, 1958, p. 61) e reforçam que estes minifúndios são de “um tipo de propriedade mais apto de ligar o homem à terra” (CAPES, 1958, p. 62).

Este estudo ainda apontou que “as atividades agrícolas e extrativas são o elemento básico formador da renda territorial” catarinense (CAPES, 1958, p. 31). Reforçou também que “as atividades agrícolas e extrativas revelaram uma expansão real de 74,7%, enquanto a indústria de transformação e os serviços, tomados em conjunto, só cresceram 27,4%” (CAPES, 1958, p. 33). Essas considerações sinalizam que Santa Catarina era um estado destinado à produção agrícola e isso ocorreu porque não houveram “deslocamentos internos maciços de população [...] na realidade a população é mais estável devido à disseminação da pequena propriedade que prende o homem à terra” (CAPES, 1958, p. 42).

Especificamente sobre a economia de Araquari, o município concentrava suas atividades econômicas na agricultura, principalmente para a produção de farinha e açúcar (PEIXE, 198-?-). Outro setor era o da pesca, já que a região é banhada pelos rios Parati e Itapocú, mas “não tinha valor econômico” (PEIXE, 198-?, p. 80). Provavelmente por não ser desenvolvida em larga escala ou abastecer apenas as famílias do município.

Araquari, denominada anteriormente de Paraty³⁷, já constava como cidade destinada às atividades agrícolas desde 1905, conforme a Revista Agrícola (1905) criada pela Sociedade Catharinense de Agricultura. O município “dispõe de terras férteis muito próprias para cultura da mandioca, milho, feijão, canna de assucar, melancias, abóboras, alhos, cebolas, arroz, etc” (REVISTA AGRÍCOLA, 1905, p. 55).

No ano de 1908 ocorreu, na cidade do Rio de Janeiro, a Exposição Nacional Comemorativa do Centenário de Abertura dos Portos do Brasil ao Comércio Internacional. com a participação de expositores brasileiros dos mais variados

³⁷ Teve como primeira denominação Paranaguá-Mirim. Com o decreto da Lei nº 375 de 1894, passou a ser conhecido como Senhor Bom Jesus do Paraty, ou só por Parati. No ano de 1880, foi elevado a categoria de vila e, em 1943, seu nome mudou para Araquari, que significa em tupi-guarani *Rio de Refúgios dos Pássaros*. Para saberes maiores, consultar Findlay (2007).

ramos (PEIXE, 198-?-). Provenientes da cidade de Araquari, produtores participaram do evento como expositores³⁸ e foram premiados com medalhas de ouro, prata e bronze pelos seus produtos. Foram eles: o Sr. Henrique Wulf, a Câmara Municipal, a Municipalidade e a Comissão Municipal e Superintendência (PEIXE, 198-?). É bem provável que exceto o Sr. Wulf, os órgãos que participaram do evento representassem um conjunto de pequenos agricultores da cidade de Araquari e região, que se organizaram num grupo em função dos custos da viagem e estadia para a cidade carioca.

A fundação da Escola de Iniciação Agrícola em 1954 iniciou em um panorama peculiar da década de 1950, denominado “desenvolvimentismo”³⁹. Neste cenário, no ano de 1951, através do Ministério da Agricultura, houve a liberação de recursos para a criação de escolas profissionalizantes, com a intenção de fornecer mão de obra e suporte ao processo de desenvolvimento econômico do Brasil. O então ministro da Agricultura, na época do segundo governo de Vargas, era João Cleofas, tinha como seu chefe de gabinete o catarinense Antônio Carlos Konder Reis, nascido em Itajaí - SC, que enviou um projeto para criar uma escola agrícola em Camboriú - SC, situada perto de sua cidade natal. Outra figura política que adentrou este cenário foi o então senador Carlos Gomes de Oliveira⁴⁰, que “empenhou-se na criação do colégio, o político lutou para incluir verbas no Orçamento da União visando à construção de suas instalações físicas” (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p. 10), destinadas a fornecer educação rural no município de Araquari. Trabalhos realizados sobre a escola em Araquari esboçam

³⁸ Não sei precisar de qual maneira essas pessoas se organizaram, se foi por produto produzido ou por afinidade de interesses, mas todos os produtos premiados estavam ligados ao setor agrícola e pecuário. Por exemplo, o Sr. Wulf recebeu medalha de ouro pelo seu azeite e condimentos, pelo seu queijo e manteiga. A farinha produzida em Araquari e representada na ocasião pela Câmara Municipal, recebeu a medalha de bronze. Já a Comissão Municipal e Superintendência recebeu o Grande Prêmio – o documento não informa o que vinha a ser esse prêmio – nos produtos agrícolas (PEIXE, 198-?, p. 83).

³⁹ Por meio do programa de governo denominado Plano de Metas, o então presidente da república, Juscelino Kubitschek, almejava tirar o Brasil do atraso econômico. Para isso iniciou um projeto de desenvolvimento da economia com a injeção de capital nacional e estrangeiro no setor da indústria de base brasileira (GUTTSCHOW, 2011).

⁴⁰ Nasceu em 12 de outubro de 1894, na cidade de Joinville. Seus primeiros anos de vida escolar foram em escolas do seu município natal que lecionavam o ensino em português. Estudou também, num período curto, na Deutsche Schule, em Joinville, atual Associação Educacional Luterana Bom Jesus Ielusc, cujo ensino era ministrado na língua alemã. Após passar pelo Colégio Conselheiro Mafra foi para Florianópolis estudar no Colégio Catarinense. Em 1918 graduou-se em Direito na Faculdade do Largo São Francisco, na cidade de São Paulo. De volta a Joinville fundou e redatou o Jornal de Joinville. Em 1928 elegeu-se deputado federal, no período ditatorial de Vargas foi nomeado diretor do Instituto do Mate. Em 1950 foi eleito senador da República (COSTA, 1996).

o esforço quase único da figura do político catarinense – Carlos Gomes de Oliveira – que ocupava o cargo de senador da República naquele período, em implantar a escola agrícola no município de Araquari. É perceptível que o cenário montado sobre a criação da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari está demasiadamente demarcado com essa apropriação⁴¹.

Nenhum dos trabalhos elabora questionamentos frente ao interesse do ex-senador em criar uma escola agrícola em Araquari, ou esboça o entendimento que possuía este político acerca da educação e, mais especificamente, do ensino rural. Não há críticas ao delegar a constituição de uma escola a somente uma pessoa. Isto talvez se deva por não serem esses questionamentos parte do tema e dos objetivos abordados nesses estudos. Mas, certo é afirmar que: há uma apropriação de forma consensual na bibliografia, de que a escola em Araquari somente foi fundada graças aos esforços oriundos de Carlos Gomes de Oliveira.

Foi durante o período de 1952 a 1959, quando Carlos Gomes de Oliveira ocupou o cargo de senador, que a escola em Araquari foi implantada no município. Sua construção iniciou dois anos após o mandato do ex-senador, em 1954, e as atividades escolares começaram no ano de 1959.

Fica evidente que uma das falas recorrentes nos discursos e artigos do ex-senador está em torno da vida e dos problemas enfrentados pelo homem do campo. Segundo Ternes (1994), as discussões de Carlos Gomes de Oliveira centram-se em três quesitos: ensino, nacionalização e emancipação das classes menos favorecidas. Um dos discursos proferido certamente depois de 1942⁴², que possui a temática das classes menos abastadas, cujo título é **O problema do Custo de Vida**, diz o seguinte:

Havemos, entretanto, de enfrentar o problema da produção agrária, com método, com plano, para que possamos sair da precariedade em que se debate o lavrador. [...] E para os pequenos, sabe-se que não há crédito, nem garantia de espécie alguma, Ele é como o

⁴¹ Três obras são mais específicas na determinação de Gomes de Oliveira na efetivação da escola: as de Garcia (1989), Pereira (2008) e Cristofolini *et al.* (2009). Garcia (1989), afirma na sua monografia que a instituição inicialmente recebeu o nome de Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, porém, no ano de 1959, quando iniciou as atividades escolares, houve a mudança do nome para Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira, sendo reconhecido “o esforço e empenho deste político na implantação do educandário no município de Araquari” (GARCIA, 1989, p.12).

⁴² Não foi possível precisar a data do discurso, o ex-senador comenta que o problema do custo de vida estava sendo debatido mais efetivamente desde a Coordenação da Mobilização Econômica em 1942.

proletário das cidades até há pouco. Esta sujeito a todos os riscos de natureza, e a especulação sobretudo. Fala-se em preço mínimo para o lavrador e é comum atos oficiais fixando-os para determinados produtos [...]. Ora, estamos num estágio rudimentar de nossas atividades agrícolas. Não há senão que encará-las dentro de um plano de assistência total. Num panorama de pequena propriedade, deparam-se, aqui, os vários fatores que, se não paralisam, emperram ou encarecem a nossa produção agrícola. Esses fatores são de ordem básica. Técnica, econômica e educacional: a) de ordem básica- a terra cansada ou ruim, insuficiente para uns, monopolizada, mal aproveitada ou abandonada por outros; b) de ordem técnica – falta de orientação ou de elementos para revitalização da terra ou para trabalhá-la; c) de ordem econômica – falta de créditos de defesa contra o intermediarismo (OLIVEIRA, 194?).

O discurso se finda sem abordar a questão educacional que foi apontada por Gomes de Oliveira como uma das causas da precariedade da vida da população da zona rural. Talvez o discurso não tenha sido reproduzido na íntegra, ou Carlos Gomes não quis, naquele momento, pronunciar-se sobre a questão educacional. Provavelmente não será possível precisar a elucidação desse ponto, mas é possível fazer como Davis (1987, p. 34) aproximação com outras evidências que ajudem a elucidar se Carlos Gomes de Oliveira, de fato, explicitaria seus argumentos sobre o ponto educacional.

Essas evidências permitem mostrar que em sua trajetória profissional, o ex-senador foi, em determinados momentos, atuante no setor educacional, sendo o ensino um dos componentes que mereceram atenção especial de Gomes de Oliveira. No ano de 1931, foi designado Inspetor de Ensino em sua cidade natal, Joinville. Segundo as considerações de Ternes (1994), ocupou este cargo abdicando da remuneração, para que fosse mais um recurso, além dos exigidos por ele, para a compra de cadernos e lápis para as crianças. A obra de Ternes (1994) possui caráter laudatório à figura de Gomes de Oliveira, e a constatação que abdicou do seu salário é apontada como um ato altruísta do ex-político. Contudo, no momento em que atuou como inspetor de ensino também esteve à frente do Conselho Consultivo Municipal e – num período curto – atuou como prefeito da cidade de Joinville. Ou seja, nestes cargos provavelmente recebeu salários, o que possibilitou abrisse mão do pagamento como inspetor e destinasse o valor para a compra de material escolar para os estudantes. Não é intenção

negar sua contribuição mas, também, não reforçar a ação como ato heroico ou abnegado.

Com o cargo de inspetor de ensino o ex-senador pôde obter conhecimentos na área educacional para findar seu discurso e abordar as dificuldades que o aluno da escola rural possuía para realizar seus estudos como, por exemplo, ao enfrentar todos os dias o deslocamento, muitas vezes excessivo, entre sua casa e a escola.

Em seu discurso parlamentar, no dia 08 de maio de 1952⁴³, expôs suas considerações enquanto ocupante do cargo de inspetor de ensino municipal

Pude constatar a ineficiência do que se chama a escola isolada, pequena escola rural. Testemunhei a deficiência do ensino ministrado nessas pobres escolas [...]. Cheguei à conclusão - foi em 1931 - de que tínhamos que rumar para nova solução quanto ao ensino rural em nosso país. Nas cidades, criamos os grupos escolares para substituir as escolas isoladas, porque só num estabelecimento maior de ensino poderemos alcançar a eficiência desejada. Quanto às zonas rurais, é indispensável tomar o mesmo rumo adotado para os centros urbanos. A criança pobre, o menino filho do lavrador, viajando dois, três e mais quilômetros, chega à escola, em geral, cansadinho, com fome, doente, e ali encontra uma professorinha que também faz de sua fraqueza força para poder ensinar alguma coisa àquele que a defronta em precárias condições de capacidade para receber qualquer ensinamento. Só, portanto – concluí eu -, um centro escolar de maior vulto, onde se concentrem a ação educativa e os recursos do poder público, possibilitará proporcionar às crianças da zona rural ensino e assistência - não apenas intelectual, de alfabetização, mas médica, dentária e alimentar (BRASÍLIA, 1992, p. 31).

Segundo pesquisa de Costa, Gabardo e Freitas (2005, p. 43) , que tratam do ensino municipal na cidade de Joinville – SC, “as escolas isoladas eram típicas da zona rural e em número superior às da área urbana”. Essa predominância de instituições em relação às que se localizavam na cidade não era devido a grande quantidade de estudantes, mas por que nessas escolas denominadas isoladas apenas um “professor ensinava, no mesmo horário escolar e na mesma sala de aula, a todos os alunos da escola, mesmo que estes apresentassem diferentes níveis de adiantamento escolar e de anos de escolaridade” (COSTA, GABARDO, FREITAS, 2005, p. 43).

⁴³ Carlos Gomes de Oliveira foi senador da República no período de 1952-1959.

Na fala de 08 de maio de 1952, Carlos Gomes de Oliveira constatou as dificuldades imbricadas nas escolas rurais, além das péssimas condições dos estudantes e do professorado, bem como a necessidade de se construir uma instituição voltada para o ensino agrícola mais bem dotada de recursos. Para o ex-senador, uma solução para os inúmeros problemas enfrentados pelo homem rural seria “daquilo que chamamos ‘Centro de Cooperação Rural’. Nele concentraríamos os elementos indispensáveis à ação agrícola e própria ação educacional” (BRASÍLIA, 1992, p. 35-36). A proposta do então senador Carlos Gomes de Oliveira foi uma articulação do Centro de Cooperação Rural com a escola. Em suas palavras:

Com a ideia do Centro, conciliei a da Escola Centralizada. A Escola deve encarar a educação em si, identificando-se, porém, com o Centro e constituindo talvez seu elemento básico. Assim, ao lado da escola, estaria o assistente técnico, que, com a cooperativa, o financiamento e outros elementos que ao trabalhador isolado não se pode dar facilmente, completaríamos o quadro da solução permanente (BRASÍLIA, 1992, p. 34).

Essa solução é referida à permanência do homem no campo, ou seja, que esse fique na labuta agrícola e não migre para a cidade, ocasionando o êxodo rural. Situação que, conforme as considerações de Cristofolini *et al.* (2009), Araquari se encontrava e devido a este cenário surgiu o interesse de criar uma escola voltada ao ensino agrícola no município. Segundo Gomes de Oliveira era necessária a fixação do homem ao solo e a “salvação do homem do interior, sobretudo para orientá-lo em atividades produtivas e um destino mais feliz” (BRASÍLIA, 1992, p. 33).

Estas ideias mostram certa aproximação dos pressupostos defendidos por alguns intelectuais da década de 1920 e 1930, dentre eles, Sud Mennucci e Alberto Torres, que defendiam a fixação do homem no campo com orientação adequada através das escolas rurais. Fato é que nas falas de Gomes de Oliveira constam certas apropriações das ideias de determinados intelectuais escolanovistas acerca da educação rural. Pois o ex-senador atuou junto aos demais que elaboraram a Constituição de 1934 e, é proposto dizer, esteve ambientado com discussões a respeito da modalidade do ensino agrícola no período (TERNES, 1994).

Em maio de 1952, Gomes de Oliveira escreveu um novo artigo no *Jornal do Comércio*, centrando suas ideias nos problemas rurais, e chamou a atenção para a dificuldade de acesso à escola agrícola daqueles que mencionou viverem espalhados pelo mato, descrevendo o abandono em que se encontravam as pessoas do campo (OLIVEIRA, 1952). O ex-político expressou nesse artigo uma representação da figura do homem que vive no campo como um ignorante, como um Jeca Tatu.

Outro artigo de autoria do ex-senador, intitulado **Vive o trabalhador rural em situação de verdadeira penúria**, esse sem identificação do jornal ou data de publicação, abordou especificamente a questão do ensino rural e mostrou a sua insuficiência. Reforçou considerações já pontuadas no discurso parlamentar de 8 de maio de 1952, “a solução está num centro escolar mais amplo [...] ministrando à criança da zona rural não apenas o ensino mas dando a assistência médica, dentária e alimentar.” Ou seja, somente o ensino não bastaria, pois os estudantes moravam em locais afastados dos centros urbanos desprovidos de assistência hospitalar e acesso a um profissional dentista, sendo assim, a escola serviria também como um ponto de socorro na seara da saúde a esses alunos.

No ano de 1953 as questões relacionadas ao campo e ao ensino agrícola voltam à cena nos discursos proferidos pelo ex-senador. Em 05 de fevereiro do referido ano, mencionou as diretrizes do Seminário de Bem-Estar Rural que ocorreu na Escola de Agronomia do quilômetro 47 da Estrada Rio e São Paulo. Enfatizou a vinda de pessoas ligadas ao meio educacional, tanto do Brasil quanto de outras nacionalidades presentes no Seminário, com o intuito de debater os problemas rurais. Reforçou a necessidade de criação dos Centros de Cooperação Rural, pois no campo “os lavradores vivem fisicamente distanciados uns dos outros. Surgem então, os problemas do transporte, da saúde, da educação, da higiene, a deficiência, enfim, de todos os elementos necessários ao bem-estar social” (BRASÍLIA, 1992, p. 97-98). O então encarregado da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, Newton Belleza, em 1955 defendia também a criação desses centros, mas ele os denominava de “centros sociais rurais”, e enfatizou que deveriam funcionar “junto à escola como verdadeiros laboratórios da sociedade humana” (BELLEZA, 1955, p. 3).

No discurso de 27 de fevereiro de 1953, Carlos Gomes retomou a ideia de que a escola de ensino agrícola deveria rumar para a criação de grupos escolares,

tal como ocorreu na zona urbana, além de proporcionar a permanência do homem rural e seus filhos no campo. A questão a se pensar é o que neste momento dos anos de 1950 e 1960 se entende por urbano e rural. Evidentemente esta questão está bem definida nos dias de hoje, contudo, será que esta mesma delimitação da cidade e do campo se fazia tão presente nestas décadas? É possível que este distanciamento, naquele período e contexto não fosse percebido com tamanha nitidez e os sujeitos não compreendiam tal distinção conforme o estabelecido nos dias de hoje.

Mas, para Carlos Gomes a escola da zona rural, até aquele momento,

Não foi criada para adaptar a criança às condições rurais, prepará-la para as atividades agrícolas ou pecuárias. Chegávamos então à conclusão de que, para tornar eficiente o ensino rural, era preciso construir grandes centros educacionais, nos quais, à semelhança dos grupos escolares se pudesse ministrar às crianças ensino por classes, conforme seus conhecimentos, no primeiro, segundo, terceiro e quartos anos, preparando-as para sua futura atividade rural, na lavoura ou na criação, e ainda mais, proporcionando-lhe merendas, ministrando-lhe assistência médica e dentária (BRASÍLIA, 1992, p. 108).

É percebido que a escola rural pensada pelo ex-senador tem por base os grupos escolares da cidade, porém respeitando as especificidades de saberes e conhecimentos de caráter agrícola e pecuário. Além de promover a seriação por classes e não por fileiras.

Fica evidente, também, nos textos redigidos por Carlos Gomes de Oliveira uma representação dos homens que residem no campo como um Jeca Tatu, sem instrução, poucos mecanismos de sobrevivência e nenhuma tecnologia disponível para seu auxílio. Esta representação englobava todos que residiam num pequeno município e retiravam seu sustento da pequena propriedade familiar. Nesse sentido, a solução caminhou no viés de construções de escolas destinadas a este público, capacitando-os através da formação para o trabalho no campo, para o desenvolvimento da agricultura de subsistência e a criação de poucos animais. E é no que diz respeito à criação da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, que as ideias do ex-senador se fazem presentes para a consolidação da mesma. Conforme Cristofolini *et al.* (2009), Araquari apresentava, na década de 1950, uma população em torno de sete mil habitantes com uma economia pautada na

agricultura familiar e artesanal. Mas Peixe (198-?, p. 56) apresenta um quadro demográfico no qual expõe que, no mesmo período, a cidade apresentava uma população total de 16.487 habitantes, sendo que 1913 pessoas viviam na área urbana e o restante, cerca de 14.574, na área rural do município. Esses últimos números são mais precisos por serem retirados de dados coletados pelo IBGE, em 1959. Ou seja, Araquari se enquadrava na condição de município pequeno, com habitantes voltados à economia de subsistência, atividades ligadas à agricultura e pecuária se faziam presentes na vida da grande maioria do povo.

Segundo Peixe (198-?, p. 90) os produtos cultivados na zona rural de Araquari eram mandioca, arroz, aipim, cana-de-açúcar, milho, bergamota, laranja, café, banana e abacate, ou seja, eram culturas voltadas mais para a subsistência da família agricultora. O município também contava com uma produção de madeira, utilizada, segundo Cristofolini *et al.* (2009), para a fabricação de embalagens para os mais variados produtos. Mas, com o advento do papelão e a escassez da madeira no planalto catarinense, a economia nesse setor na cidade de Araquari foi prejudicada. Uma das saídas dos munícipes foi se dirigir para Joinville, cidade próxima, que contava naquele momento com um surto migratório em função da procura por empregos nas indústrias da cidade. Com o tempo a cidade de Joinville tornou-se um dos principais pólos industriais de Santa Catarina. Inclusive o próprio Carlos Gomes de Oliveira no seu discurso parlamentar de 27 de novembro de 1958, expôs as importâncias monetárias arrecadadas pelo município joinvillense aos cofres da União, Estado e à renda municipal, enfatizou que o montante era devido à importância das indústrias instaladas na cidade (BRASÍLIA, 1992, p. 589).

Frente ao cenário industrial da cidade vizinha, muitos habitantes de Araquari se dirigiram para Joinville com a intenção de conseguir um emprego na indústria e, conseqüentemente, adquirir uma vida melhor na cidade (CRISTOFOLONI *et al.*, 2009). Estas considerações elaboradas por Cristofolini *et al.* (2009) contrapõem a ideia da migração para Santa Catarina elaborada pelos técnicos da CAPES (1958), discutida em anteriormente. O que possibilita pensar que, talvez, os técnicos da CAPES não levaram em consideração, naquele momento da pesquisa, os movimentos migratórios internos do estado catarinense, ou também, não consideraram que a migração de indivíduos do município de Araquari para Joinville fora tão significativa assim como foi indicado por Cristofolini *et al.* (2009).

Estabelecendo uma comparação entre os Censos de 1950 e de 1960, especificamente nos municípios de Araquari e Joinville, no quesito no ramo de atividade principal são identificados os seguintes dados: em 1950 as atividades que abrangem o maior número de trabalhadores no município de Araquari são: agricultura, pecuária, silvicultura e indústrias extrativas. Estas contavam com um total de 4.766 trabalhadores, entre homens e mulheres maiores de 10 anos, envolvidos nestas atividades. Já na cidade de Joinville o ramo de atividade principal era o da indústria de transformação, com um total de 6.239 empregados, contando homens e mulheres com 10 anos ou mais (IBGE, 1952, p. 72). Para se ter uma ideia, no mesmo ramo de atividades de Araquari, o município de Joinville contava com 2.996 pessoas. O censo de 1960 demonstra que Araquari teve 3.631 pessoas exercendo os trabalhos na área da agricultura, pecuária e atividades extrativista, contra 3.788 na cidade joinvillense. O setor industrial Joinville passou a contar com 8.158 trabalhadores (IBGE, 1960, p. 70).

Desse modo, é verificado que houve uma diminuição de pessoas no município de Araquari que se dedicavam a atividades rurais e, em contrapartida, houve um aumento significativo de trabalhadores no setor industrial no município vizinho. Não é intenção afirmar que este aumento foi devido a migração de moradores de Araquari e sua inserção nas indústrias joinvillenses. Mas esses dados são uma evidência de que houve certo êxodo dos cidadãos de Araquari para outras regiões, bem como o abandono das atividades agrícolas e pecuárias no município.

É proposto imaginar que frente a este cenário a construção de uma escola agrícola na cidade tinha por objetivo fixar o homem no campo. Ideia esta que esteve associada às defendidas por Carlos Gomes de Oliveira e baseada na confluência desenvolvimentista da década de 1950. Segundo as análises de Mendonça (2006a, p. 109), “na década de 1950 o ensino agrícola seria ressignificado”, isso quer dizer que foram “deixados de lado práticas escolares destinadas a crianças e adolescentes”, que seriam as instituições denominadas de Aprendizados Agrícolas e Patronatos Agrícolas, e que a partir do ideal desenvolvimentista “as agências envolvidas insistiam em atribuir a suas práticas um cunho eminentemente educativo”.

A premissa foi capacitar o homem do campo nas atividades agrícolas e agropecuárias da região. Conforme Cristofolini *et al.* (2009, p. 17), a efetivação da

escola com seu curso de Operário Agrícola pretendia “preparar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, evidenciando, desta maneira, a utilização do ensino para fins práticos”.

O primeiro diretor da escola em Araquari – Benjamin Ferreira Gomes – apontou outro objetivo na criação da escola de caráter agrícola no município, segundo ele o “interesse do Governo Federal e Estadual na conclusão da obra era eminentemente político, pois uma Escola Agrícola em Santa Catarina reverteria em conquista de eleitores” (GARCIA, 1989, p. 10). Neste caso, foram duas escolas criadas nos municípios catarinenses naquela época: uma na cidade de Camboriú e a de Araquari. Essas escolas de caráter agrícola acabaram atingindo não só a população de seus municípios, mas também aos habitantes de outras regiões. Nos registros dos alunos ingressantes na escola em Araquari há aqueles provenientes desta cidade, mas também da cidade de Joinville, Barra Velha, São José do Cerrito, Mafra, dentre outras. Ou seja, considerando a fala de Benjamin Ferreira Gomes, a implantação da escola na cidade de Araquari reverteria, na visão dos políticos da época, em uma boa dosagem de votos.

Sendo assim, em 26 de fevereiro de 1954, firmou-se o acordo entre a União e o Governo do Estado de Santa Catarina para a construção de uma escola de caráter agrícola no município de Araquari. Este acordo estabeleceu as seguintes características para a instituição: que já no seu início essa funcionaria em regime de internato; a responsabilidade por ela foi dada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário; a União foi responsabilizada por manter a escola em funcionamento; a indicação do diretor ficou ao encargo do Ministério da Agricultura; o Plano de Trabalho instituído na escola foi anual tendo sido aprovado previamente pelo Ministério da Agricultura (BRASIL, 1954).

Há referências à construção da Escola em Araquari nas mensagens proferidas pelo governador Jorge Lacerda à Assembleia Legislativa nos anos de 1956 e 1958. Na primeira mensagem o exposto foi que “prosseguiram os trabalhos de construção dessa escola, tendo o Estado pago a cota que está obrigado por Acordo” (SANTA CATARINA, 1956, p. 138). Deixa claro que o Governo do Estado estava fazendo sua parte, em consonância ao acordo estabelecido com o Governo Federal, para a efetivação da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari. Na mensagem de 1958, na seção da Secretaria da Agricultura, afirmou que “os

trabalhos da construção da referida Escola prosseguem acentuados” (SANTA CATARINA, 1958, p. 103).

Com a morte do governador Jorge Lacerda assume o governo de Santa Catarina o vice, Heriberto Hülse. O ofício nº 228, expedido no dia 16 de fevereiro de 1959 por esse governador ao Ministro da Agricultura, Mario Meneghetti, informou, através de grifo em vermelho, “que não é possível autorizar o aumento” (ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, 1955-1960). Esse aumento refere-se a um pedido do Ministro da Agricultura para que o Estado Catarinense passasse a contribuir de Cr\$ 800.000,00 para Cr\$ 1.000.000,00⁴⁴, verba destinada à construção da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari. Mas ao verificar o ofício seguinte, ou seja, nº 229, foi solicitado também pelo então Ministro da Agricultura o mesmo valor de aumento para as obras da Escola de Iniciação Agrícola em Chapecó, município catarinense, sendo que este aumento foi autorizado pelo governador Heriberto Hülse (ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, 1955-1960). Um dos possíveis motivos que levaram o governador a aumentar o valor de repasse para a escola em Chapecó e negar para a de Araquari é que, talvez, as obras em Chapecó não estivessem adiantadas como as de Araquari, já que, conforme a mensagem do governador Jorge Lacerda de 1958 as obras da escola caminhavam em ritmo acelerado. A segunda hipótese é que isto ocorreu por questões políticas entre o governador e autoridades locais, na prerrogativa de estabelecer uma escola voltada ao ensino agrícola na região.

A Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV – foi o órgão ligado ao Ministério da Agricultura responsável pelas orientações destinadas à criação de escolas de ensino agrícola no Brasil. A SEAV era o antigo departamento subordinado ao Ministério da Agricultura, denominado de Diretoria de Ensino Agrícola. Após uma reestruturação, organizada por Apolônio Sales, presidente na pasta naquele momento, recebeu nova designação por “incorporar o ensino veterinário (tornando-se SEAV)” (ARAÚJO, 2013, s/p). Dessa maneira “essa entidade programou ações que intervieram de forma sistemática na educação das populações rurais” (ALMEIDA; CAVALCANTE, 2015, p. 2).

Para Koller (2003, p. 27)

⁴⁴ Em valores da época, o salário mínimo era de Cr\$ 6.000,00, sendo assim, o aumento de Cr\$ 200.000,00 representava um aumento de 33,34 salários mínimos de contribuição do Estado para a escola em Araquari.

A estrutura administrativa e os métodos de ação do SEAV, em consonância com o regime ditatorial de Vargas, tinham por objetivo controlar a rede pública de Ensino Agrícola e Veterinário, como forma de conter a revolta dos trabalhadores do meio rural e prepará-los para o trabalho técnico assalariado nas empresas agrícolas e nas indústrias.

Sendo assim, a “SEAV exercia um rígido controle no Ensino Agrícola em todo o território nacional, não só nas Escolas Federais, mas também nas escolas agrícolas mantidas pelos estados”. E também “controlava as escolas municipais ou particulares que tinham o seu funcionamento autorizado e fiscalizado pela SEAV” (KOLLER, 2003, p. 27).

Estudos de Seabra (2011, p. 16) revelam que a SEAV, “além de administrar o ensino agrícola, fiscalizava o exercício das profissões de Agronomia e Veterinária, ministrava o ensino médio elementar de agricultura” e ainda “promovia a educação das populações rurais e realizava estudos e pesquisas educacionais aplicados à agricultura”. É importante indicar as poucas pesquisas em torno da criação deste órgão que passou por mudanças na denominação e, possivelmente, alterações de suas funções. O que foi identificado é que este órgão é citado nos trabalhos que se dedicam a estudar o ensino agrícola, mas uma pesquisa específica sobre ele ainda não foi realizada.

O regimento da SEAV foi regulamentado no Decreto nº 16.826, de 13 de outubro de 1944, dois anos antes do estabelecimento da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. A finalidade deste órgão foi de “orientar e fiscalizar o ensino da agricultura e da veterinária em seus diferentes graus, fiscalizar o exercício das respectivas profissões” além de “ministrar o ensino médio e elementar da agricultura às populações rurais”. A SEAV era composta por cinco seções: Seção de Estudos e Pesquisas (S.E.P.); Seção de Difusão Educativa (S.D.E.); Seção de Administração Escolar (S.A.E.); Seção de Fiscalização (S.F.); Seção de Administração (S.A.). Cada uma delas tinha finalidades estabelecidas. Havia uma pessoa responsável pela SEAV, denominada superintendente, que designava um secretário, bem como os chefes de cada seção (BRASIL, 1944).

O superintendente deste órgão no ano de 1955 foi Newton Belleza, que escreveu um documento intitulado **Diretrizes para o Ensino Agrícola**, enviado ao então diretor – Benjamin Ferreira Gomes – da escola em Araquari. Neste

documento, o autor especificou a função da SEAV como “órgão realizador e estimulador da educação do homem rural, encarada realmente no seu todo, garantia de uma integração ao meio, às formas convenientes de suas atividades e à própria vida”. Aponta que a estratégia ideal para a obtenção de “uma modificação para melhor na vida do homem rural, é o aspecto educativo” (BELEZZA, 1955, p. 1). O autor desse documento também comentou a integração da escola rural com o município na qual foi implantada:

Compete à escola projetar-se sobre a comunidade a que serve, tornando-se o núcleo de todas as suas atividades, ao mesmo tempo em que receba a influência dessa própria comunidade quanto a interesses, costumes e aspirações coletivas (BELLEZA, 1955, p. 2).

Em função da “enorme extensão territorial [...] são numerosos os agricultores que nunca se beneficiaram de estudos e aprendizagens regulares e oportunos” (BELLEZA, 1955, p. 2). Desta forma, a escola agrícola em Araquari atenderia aos filhos dos agricultores do município e região, que não obtiveram antes a oportunidade de acesso à educação, muito menos uma de ensino voltado às questões agrícolas.

Belleza (1955) reforça nas diretrizes de seu documento como deveriam ser as escolas rurais

A aprendizagem não é apenas uma simples informação que se pode transmitir aos alunos sentados formalisticamente em suas carteiras, como ouvintes, por mais atentos que eles sejam. Muito acima e muito mais profunda do que a informação, a aprendizagem só se obtém pela incorporação de novas experiências aos próprios atos e, grau mais avançado, à própria conduta. Devem, portanto, os alunos participar intimamente de todos os trabalhos agrícolas efetuados na escola, para que se tornem conhecedores dos assuntos cujos ensinamentos se lhes pretende ministrar (BELLEZA, 1955, p.3).

Ao proferir as ideias de incorporação de novas condutas ao cotidiano, existe a possibilidade de pensar que o ex-superintendente, Belleza (1955), estivesse se referindo aos alunos ingressantes nas escolas rurais, que já possuíam um conhecimento prévio sobre as atividades do campo. Ou seja, tinham aprendido com seus pais e familiares a execução de determinadas tarefas, contudo, com o

aprendizado da escola de ensino agrícola, esses alunos poderiam perceber o que estavam efetuando de maneira imprópria e poderiam incorporar e transmitir o ensinamento adquirido nas aulas. Até porque, segundo o autor, a participação efetiva dos estudantes nas práticas escolares rurais era fator imprescindível para a obtenção do conhecimento.

Outro ponto abordado é ensinar aos estudantes que “a agricultura é uma atividade econômica, requerendo métodos de natureza econômica para sua verdadeira aprendizagem” (BELLEZA, 1955, p. 3). Ou seja, que adquiram recursos financeiros através das atividades que exercem, tornando o ramo agrícola viável e rentável, por consequência, fixando o homem no campo. Nessa premissa o autor asseverou

É preciso, [...]. que os alunos aprendam horticultura não somente praticando a horticultura, mas praticando horticultura com uma horta que produza renda, que façam avicultura, mas a façam num aviário que tenha os seus proveitos assegurados num consumo remunerativo; que cultivem diretamente milho, arroz, feijão, cujas colheitas se traduzem em valores esclarecidos pela contabilidade. Donde se concluí que é indispensável haver produção agrícola comercial nos estabelecimentos de ensino agrícola, como instrumento de formação profissional dos educandos (BELLEZA, 1955, p. 3-4).

A formação para o trabalho no campo, explanada pelo então responsável pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, não se baseou somente no aprendizado da preparação da terra, da sementeira, do plantio, dos cuidados com as plantações e colheita, mas também na compreensão que estas atividades deviam ao final – colheita e venda – gerar lucratividade aos agricultores. Através da renda obtida, os jovens que ingressaram na escola rural deveriam perceber que seus anos de estudos e dedicação renderiam frutos para o contínuo trabalho no campo.

Esse modelo de educação voltado ao ensino agrícola foi defendido por Belleza (1955) também para as mulheres. Pois segundo ele, não basta apenas educar os homens, pois considerou a mulher como o centro:

Das atividades da família que, por sua vez, é o núcleo da vida nas comunidades. Sem o seu concurso não será, portanto, possível obter-se a transformação rápida e eficiente do meio rural para uma vida melhor (BELLEZA, 1955, p. 4).

Mas, na escola implantada em Araquari, aparentemente, o ingresso das mulheres somente se deu no ano de 1978, momento no qual a escola esteve sob a responsabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e oferecia o curso de Técnico em Agropecuária. As primeiras matrículas foram de uma aluna proveniente do município de Araquari, de duas jovens da cidade de Rio das Antas e duas irmãs vindas do município de Jaraguá do Sul, todos municípios localizados no estado de Santa Catarina.

Ao final do documento elaborado por Belleza (1955) é válido mencionar que as ideias para a constituição de escolas agrícolas no Brasil andaram em consonância com os ideais norte-americanos para este tipo de ensino. O autor pontuou que os estabelecimentos construídos para o ensino agrícola no Brasil eram muito dispendiosos, em função do internato e das inúmeras áreas práticas dos setores agrícolas. Reforçou a utilização do modelo dos Estados Unidos que ministrava o ensino agrícola como um dos tipos de educação profissional oferecidos em uma escola que ofertava também cursos nas áreas industriais e comerciais. Neste caso as atividades práticas do ensino agrícola seriam desenvolvidas em “cooperação com proprietários agrícolas da circunvizinhança, pelo método dos projetos”. Mas também evidenciou que nos Estados Unidos essas escolas eram concebidas como escolas secundárias de caráter profissional e, no Brasil, a utilização seria em um “nível mais baixo, junto às escolas primárias” (BELLEZA, 1955, p. 5). O autor endossou que a consubstanciação desse programa para o ensino agrícola no Brasil foi baseado na colaboração já existente entre os governos americano e brasileiro, através dos educadores norte-americanos estabelecidos no Escritório Técnico de Agricultura. É importante apontar que o superintendente identificou certas apropriações que foram feitas acerca do modelo do ensino agrícola americano ao brasileiro. Houve certas adequações frente às especificidades do cenário brasileiro, como por exemplo, que o ensino agrícola aqui se destinou à formação para o trabalho no ensino primário, pois muitos estudantes não continuavam os estudos no próximo ciclo, então se fazia necessário uma formação para o trabalho no campo desde os primeiros anos.

O Ministério da Agricultura também enviou circulares no ano de 1955 para o diretor da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, o engenheiro agrônomo

Benjamim Ferreira Gomes. Um deles é a Circular nº 38⁴⁵, de 4 de novembro de 1955, na qual consta o decreto nº 38.042, de 10 de outubro do mesmo ano, com a pauta de Aprovação do Regulamento dos Currículos do Ensino Agrícola. Neste documento⁴⁶ constam as disciplinas que deveriam ser ministradas nos cursos voltados ao ensino agrícola. Os primeiros cursos e currículos apontados pelo decreto são os de Iniciação Agrícola e o de Mestria Agrícola – curso este oferecido somente a partir de 1962, sendo que seus devidos currículos, disciplinas e tipo de formação para o trabalho agrícola serão tratados no Capítulo 2 desta tese.

Este capítulo teve por finalidade trazer à tela discussões do repertório político-educacional-intelectual-legislativo acerca do ensino agrícola no Brasil, bem como delinear os passos iniciais para a criação da Escola de Iniciação Agrícola no município de Araquari - SC. Concepções sobre o ensino agrícola e a escola rural estiveram pertinentes nos debates políticos e entre intelectuais, sendo que estas concepções nem sempre estavam de acordo com o entedimento dos sujeitos envolvidos.

Outro objetivo deste capítulo foi o de evidenciar, a situação socioeconômica de Araquari e do Estado de Santa Catarina e os encaminhamentos indicados pela SEAV para a criação e organização da instituição agrícola neste município.

As cidades catarinenses apresentavam a característica de uma economia voltada para a pequena e média propriedade rural. Desta maneira, as propostas da SEAV giravam em torno da educação homem rural e sua integralização com o meio agrícola e pecuário.

⁴⁵ Nesta circular o assunto é referente a Remessa de Instruções de Caráter Administrativo Escolar, os documentos que fazem parte são: o Decreto nº 38.042 de 10/10/1955; a Portaria Ministerial nº 951, de 25/10/1955 e 11 quadros de distribuição de aulas, referentes aos diversos cursos constantes da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Sendo que os dois últimos documentos não constam na pasta da circular nº 38 e até o momento da pesquisa não foram encontrados.

⁴⁶ Recorri até o Arquivo institucional do IFC *Campus* Araquari e retirei as pastas referentes ao registro dos vinte primeiros alunos no curso de Operário Agrícola.

CAPÍTULO 2 - CURSO DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA (1959-1961) E CURSO DE MESTRIA AGRÍCOLA (1962-1967): A ESCOLA E SUA EQUIPE

A escola destinada ao ensino agrícola na cidade de Araquari foi construída a partir das regulamentações dispostas na lei Orgânica do Ensino Agrícola – Decreto-Lei Federal nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Conforme a Lei Estadual nº 363, de 31 de outubro de 1958:

O Governo da União obriga-se, uma vez, instalada a Escola, a mantê-la em perfeito funcionamento, de acordo com os termos da Lei Orgânica do Ensino Agrícola e a organizar os vários cursos previstos na citada Lei, tendo em conta os recursos disponíveis (SANTA CATARINA, 1958).

Foi uma escola financiada por recursos da União e do Estado de Santa Catarina, ficou até o ano de 1967 subordinada ao Ministério da Agricultura, sendo seu ensino coordenado pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV). Dessa forma, a implantação da escola de ensino agrícola em Araquari foi pensada conforme o que foi proposto pela Lei Orgânica e com a inspeção dos órgãos responsáveis em promover tal efetivação, o que já foi abordado no capítulo anterior.

Mas a criação de estabelecimentos destinados ao ensino agrícola também foi financiada por governos estaduais, como, por exemplo, as escolas agrícolas criadas pelo governo paulista. Foram três no período de 1930 a 1940: sendo a primeira estabelecida no ano de 1935, no município de Espírito Santo do Pinhal; em 1935-1936 localizada em Jacareí e, por fim, no ano de 1939, a de São Miguel (KANAZAWA, 2013).

Na escola em Araquari é importante esclarecer que a estruturação física, como também o paulatino funcionamento e organização dos cursos oferecidos, foram sendo apropriados pelos agentes responsáveis pela criação da escola de forma única e singular. São estas apropriações que serão indicadas e discutidas a partir deste momento.

Para empreender esta narrativa foi utilizado um artigo publicado em 1954 na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP –, denominado **A Escola Rural, no município**. Este artigo foi redigido por um defensor do ensino

profissionalizante e da educação rural, José Stênio Lopes⁴⁷. O autor abordou as dificuldades enfrentadas pela Escola Rural nas cidades brasileiras e ofereceu um modelo para a implantação deste tipo de estabelecimento de ensino, utilizando o subtítulo Plano de Escola Rural, dividido em 12 pontos.

Este modelo não foi base para a criação da Escola de Iniciação Agrícola estudada aqui, pois a mesma foi organizada frente à regulamentação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. O artigo de Lopes (1954) foi utilizado nesta tese por dois motivos: o primeiro, pelo fato de ter sido publicado no mesmo ano de início das obras de construção da escola no município de Araquari. O que demonstra, de certa maneira, pensamento e imaginário acerca da estruturação de escolas agrícolas no período. O segundo, como ferramenta para explanar o funcionamento e organização da Escola Agrícola de Araquari. Sendo assim, Os apontamentos do autor, através do estabelecimento de doze pontos denominados Plano de Escola Rural oferecem os quesitos que serão discutidos a seguir.

Este projeto de Lopes⁴⁸ (1954) foi entendido nesta tese como uma representação de um possível modelo para a implantação de uma escola de cunho rural, até porque a consubstanciação deste plano deve estar imbricada de tensões e reflexões acerca do assunto. Para Andrade⁴⁹ (2014, p. 97) “a escola assumia importância nas áreas rurais” e para “cumprir sua missão educativa, [...] de transmissão de uma cultura e de um padrão de comportamento a serem

⁴⁷ Educador, atuou principalmente na Paraíba, foi diretor do Senai por longo tempo. Seus escritos na Paraíba foram de estudos e pesquisas na área da educação, como indicam seus títulos: **Um grande Esforço em Educação: Município de Campina Grande** (1964); **Um fósforo na Escuridão** (1987); **Campina: Luzes e Sombras** (1989); **Uma Saga da Criatividade Brasileira (Senai 40 anos)** (1982); **Escola Politécnica de Campina Grande: Uma Experiência de Desenvolvimento Tecnológico no Nordeste** (1992); **Senai 50 Anos** (1992). <http://www.wscom.com.br/noticia/paraiba/MORRE+EM+FUNDADOR+DO+SENAI+EM+CG-89659>; http://www.rosario.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=64:asdf&catid=37:artigos&Itemid=176, acesso em 02 de fevereiro de 2015.

⁴⁸ A discussão foi estruturada a partir dos pontos de Lopes (1954), mas não conforme sua ordem. As considerações foram estabelecidas assim: no capítulo 2 os itens discutidos serão a infraestrutura da escola agrícola criado em Araquari e o perfil de profissionais e professores designados para trabalhar na escola agrícola. O capítulo 3 desta tese, versará sobre os itens que da disposição das disciplinas contempladas no currículo, o tipo de formação para o trabalho agrícola, previstas para o egresso nos cursos ministrados nos seus respectivos períodos, ou seja, de 1959 a 1961, com o curso de Iniciação Agrícola e 1962 a 1967, com o curso de Mestria Agrícola. Por fim, os itens indicados por Lopes (1954), trabalhados no capítulo 4, explicitaram o perfil dos alunos ingressantes no curso de Iniciação Agrícola e no de Mestria Agrícola.

⁴⁹ Esse autor analisou propostas atribuídas à escola rural, mais especificamente as ligadas ao ensino primário rural “entre o fim da ditadura varguista e o advento do golpe civil-militar de 1964 nas páginas da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos” (ANDRADE, 2014, p. 95).

idealmente seguidos” em função “da formação de um novo modelo de cidadão e de trabalhador” rural para o Brasil.

O projeto proposto por Lopes (1954) está contemplado nas conclusões de Andrade (2014, p. 99), que para a consubstanciação das escolas rurais no Brasil foi entendido que se fazia necessário “moldar o interior do país a partir dos novos valores gestados nas cidades do trabalho e do progresso [...] e dos princípios de organização em moldes racionais da vida produtiva”.

2.1 - Infraestrutura da Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira

No artigo de Lopes (1954) sobre o projeto de um Plano de Escola Rural o primeiro ponto abordado foi a:

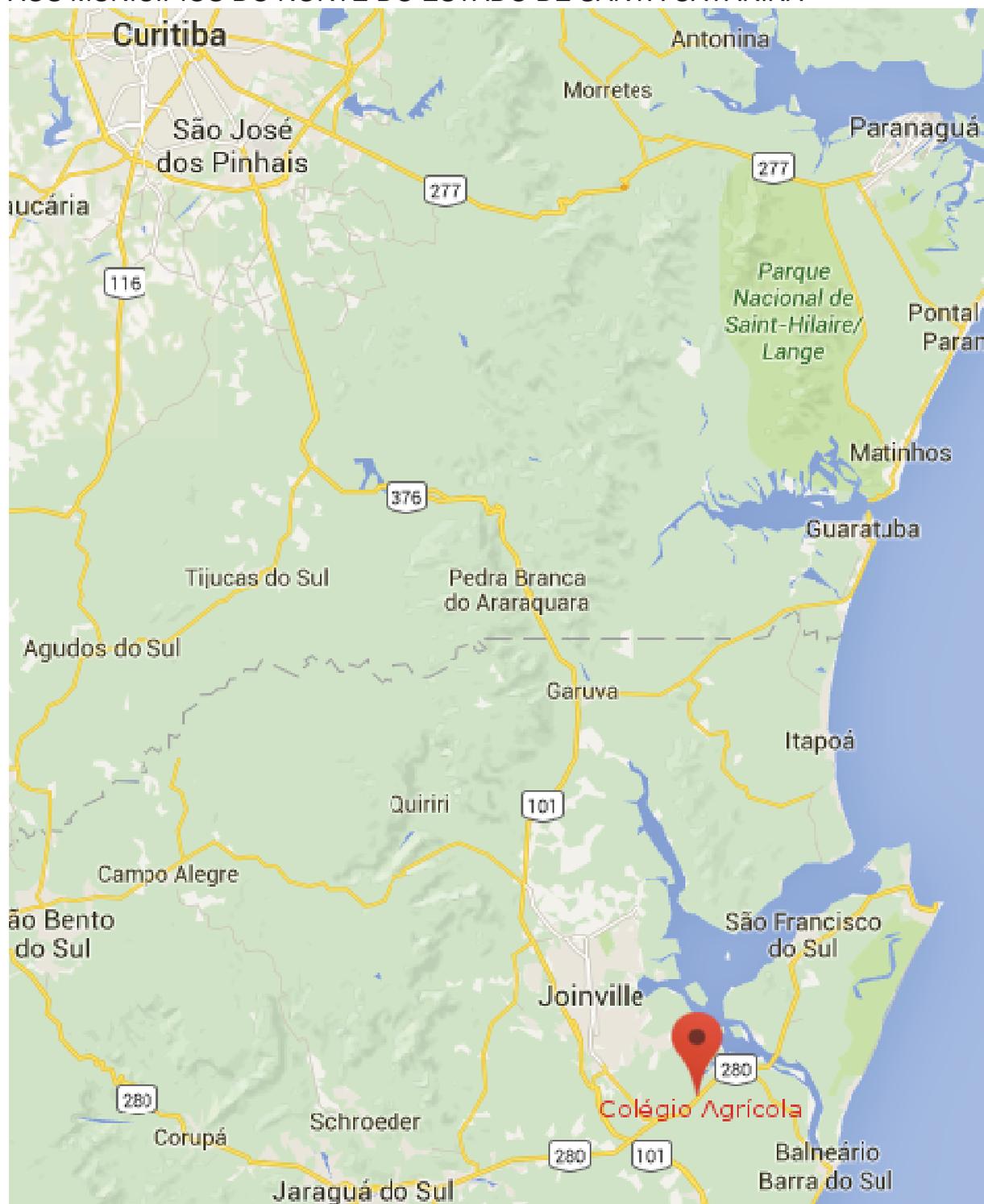
1 - Localização – a Escola Rural deverá ser situada em local habitado (vila, povoado, fazenda, irrigação de açude) onde a população se dedique à faina agrícola. Terrenos férteis, servidos de água. A Escola deverá possuir um mínimo de 5 hectares de terra boa para culturas diversas (LOPES, 1954, p. 181).

A Escola de Iniciação Agrícola de Araquari foi instalada Em um terreno muito maior do que a proposta do item número 1, com somente 5 hectares. Iniciou, em um terreno com 902.833 hectares, situado na cidade de Araquari – Santa Catarina – que possuía uma população dedicada às atividades da “agricultura artesanal, voltada para a subsistência, que não dispunha de conhecimentos técnicos suficientes” – com o objetivo “de capacitar a população da região, estimulando sua atividade agropecuária” (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p.10-11). Escolas agrícolas financiadas pelo governo do Estado de São Paulo, como a Escola Profissional Agrícola-Industrial de Jacareí⁵⁰ foi instalada em uma área de 35 alqueires (KANAZAWA, 2013). Importante destacar que o tamanho do terreno destinado à construção dos estabelecimentos de ensino agrícola variava de acordo com a disponibilidade das terras.

⁵⁰ Esta escola teve outras denominações ao longo de sua trajetória. Inicialmente foi denominada de Escola Profissional Agrícola-Industrial de Jacareí no período de 1935 a 1940. Em 18 de novembro de 1940 passou a ser chamada de Escola Profissional Mista Cônego José Bento.

A escola localizada em Araquari ficou estabelecida a três quilômetros do centro do município, à beira da BR-280 e da Rede Ferroviária Federal, entre as cidades de Joinville e São Francisco do Sul, e suas terras planas a oeste faziam limite com o Rio Parati (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009), conforme demonstra o mapa 1 a seguir:

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA AGRÍCOLA DE ARAQUARI EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DO NORTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA



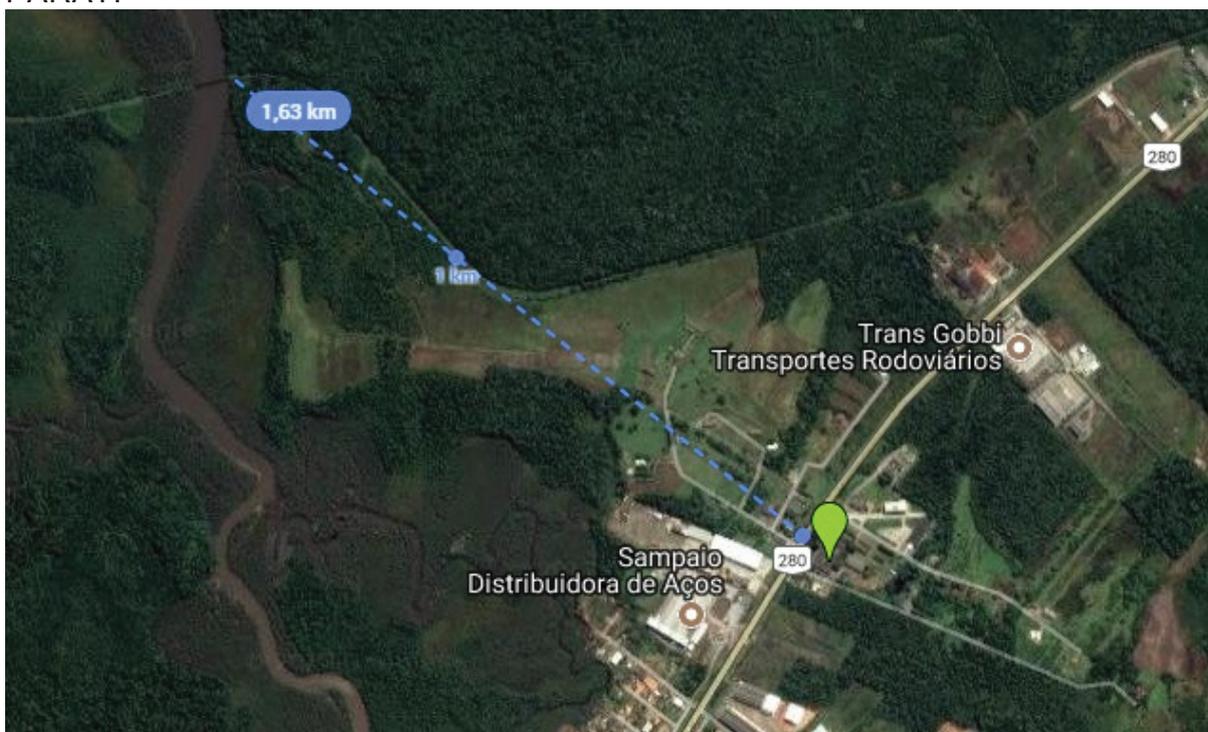
Fonte: imagens Google, acesso dia 10 de julho de 2016.

A sede da escola atendeu às diretrizes da segunda cláusula da Lei Estadual nº 363, de 31 de outubro de 1946, na qual o Governo do Estado catarinense se comprometeu que a área destinada à construção da escola deveria

se localizar “com boas aguadas, em zona salubre, próxima da sede do Município, servida por fáceis vias de comunicação, de preferência via férrea” (SANTA CATARINA, 1958).

A instituição de ensino agrícola ficava, aproximadamente, distante do Rio Parati um 1.636 m, como mostra o mapa 2.

MAPA 2 - DISTÂNCIA ENTRE A ESCOLA AGRÍCOLA DE ARAQUARI E O RIO PARATI



Fonte: imagens Google, acesso dia 14 de julho de 2017.

A necessidade de situar a escola próxima a uma estrada de ferro foi também uma das características apontadas na instalação da Escola Profissional Agrícola-Industrial de Jacareí, localizada no estado de São Paulo. Esta escola ofertava o “curso de técnico agrícola [...] servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil, devido ao desenvolvimento da agrimensura e pecuária nessa zona” (KANAZAWA, 2013, p. 229). Talvez a proximidade com a via férrea esteve alicerçada na ideia de que a instituição voltada a formar profissionais ligados à área agrícola proporcionaria uma alavanca na produção rural e pecuária da região. Desta forma, a produção poderia ser escoada por esta via de transporte.

As terras que compuseram as instalações iniciais da escola no norte de Santa Catarina foram doadas pela Prefeitura de Araquari, conforme a Certidão de

Escritura Pública de Doação no dia 10 de julho de 1954, através do outorgante doador, o então prefeito do município de Araquari - Itamar Bertino Cordeiro - ao outorgado do Governo Federal, o veterinário Luiz Irapuã Campelo Bessa.

Não necessariamente as terras deveriam ser uma doação da prefeitura, na cidade de Urutaí, em Goiás, por exemplo, uma Fazenda Modelo foi transformada em Escola Agrícola de Urutaí, no ano de 1953. A justificativa para tal mudança foi pautada na “possibilidade de atração de benefícios para Goiás, já que o estado não possuía nenhuma escola agrícola direcionada pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola e que fosse mantida pelo governo federal” (ISSA, 2014, p. 36).

Na primeira mensagem anual do governador do Estado de Santa Catarina – Celso Ramos – do ano de 1961, na seção denominada Educação, Financiamento e Mercado, constam comentários específicos sobre a educação rural e seu público. No item Problemas do Ensino em Santa Catarina, um dos elencados é em relação à localização da escola em Araquari, pois ela já está em funcionamento, mas é “mal localizada” (SANTA CATARINA, 1961, p. 339), contudo, não explana os motivos desta avaliação. Talvez o comentário negativo seja em função da rodovia BR-280 não ser pavimentada, obra que somente foi concluída no ano de 1969 (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009).

Cartas enviadas ao diretor da escola ou ao inspetor escolar, no ano de 1967, pelos responsáveis dos estudantes que estavam matriculados na escola em Araquari, revelam evidências sobre dificuldades de acesso à escola. Estas podem fornecer pistas sobre como foi entendido o sentido da má localização da escola, conforme a mensagem do ex-governador do Estado (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVIERA – Cartas Recebidas, 1967).

FIGURA 1 – COMUNICADO DE ATRASO DE UM ESTUDANTE AO DIRETOR DA ESCOLA ESCRITO POR UMA MÃE DE ALUNO. (1967).

Itajai 25-9-67

Dr. Dalto

O João Bostos chegara ~~at~~
atrasado na aula por moti-
vo do ônibus, que sai de
Itajai às 7,40 e chega ai
às 9,40

assinatura: Anita Bostos

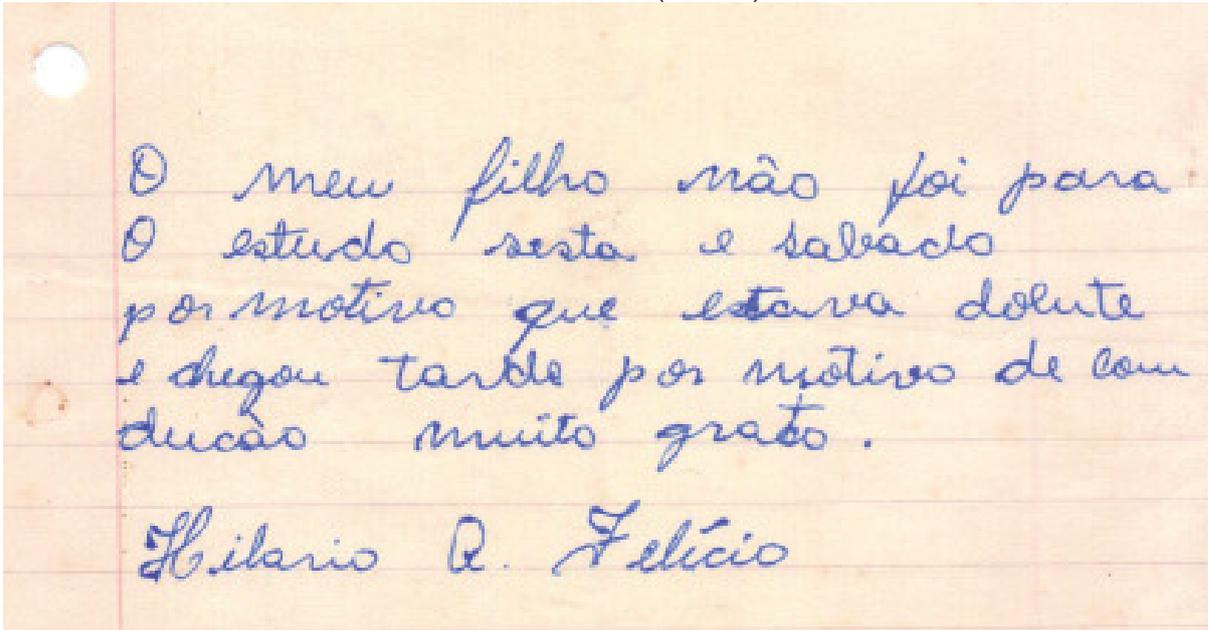
O João saiu de Itajai com
o ônibus das 7,40 horas, e chega
ai no ginásio às 9,40 horas

FIGURA 2 – COMUNICADO ESCRITO DE PRÓPRIO PUNHO SOBRE ATRASO DE ESTUDANTE. (1967).

Querem Ruanos: 20 de novembro de 1967:
 Ihno sr. Diretor
 Gostaria ~~lesse~~ ^{lhe desculpa} que meu filho
 João Hirtora Trentini não pode
 comparecer a este estabelecimento até
 as 7,40 por motivo que é a primeira
 condução é agora as 9,40. Eu quis
 mandar ele ontem a noite
 mas já era muito tarde
 para pegar o passageiro
 Poderá chegar até as 9,40 com
 o passageiro.
 Assinatura: João Trentini ~~junior~~

Fonte: Acervo do Arquivo Institucional do IFC Campus Araquari – Pasta Cartas Recebidas no ano de 1967.

FIGURA 3 – COMUNICADO ESCRITO DE PRÓPRIO PUNHO SOBRE OS MOTIVOS DA AUSÊNCIA DE ESTUDANTE. (s/data).



O meu filho não foi para
O estudo sexta e sábado
por motivo que estava doente
e chegou tarde por motivo de con-
dução muito grato.

Hilario R. Felício

Fonte: Acervo do Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari – Pasta Cartas Recebidas no ano de 1967.

Com esses bilhetes é fato que, mesmo após quase oito anos de funcionamento da escola agrícola em Araquari, a condução através de ônibus até o estabelecimento educacional era precária. Talvez essa dificuldade indique o sentido da má localização da instituição no município araquirense apontada pelo então governador Celso Ramos.

Os atrasos, conforme informados pelos pais e/ou responsáveis dos alunos, são devidos aos poucos horários de ônibus que passam pelo município de Araquari, e/ou também pela necessidade dos alunos ficarem um pouco mais de tempo na cidade de origem, ou retornarem antes com a intenção de adquirir algo, conforme Figura 4:

FIGURA 4 – COMUNICADO SOBRE ATRASO DE ESTUDANTE. (s/data).

Sr Diretor

Comunico-lhe que meu filho Luiz Carlos não^{tem} hontem a aula porque teve que ir a Itajai apim de comprar um par de sapatos, pois sabado ~~da~~ quando chegou a comercio ja estava feixado. Tambem desejava saber como ele vai de nota, pois não traz a caderneta.

Seo a bondade de remeter, se for' possivel, e pucaar mais um pouco por ele.

Desde ja agradeço-lhe.

Cecilia S. Silva

Fonte: Arquivo Institucional IFC Campus Araquari – Pasta Cartas Recebidas no ano de 1967.

Os pais/responsáveis destes estudantes pareciam ser letrados. Os bilhetes escritos, em folhas de caderno ou pedaços delas, demonstram alguns erros de português – acentuação, escrita e concordância – mas é possível afirmar que esses pais ou responsáveis explanaram com clareza suas necessidades. Porém,

podem ter sido escritos pelos próprios estudantes, pais e/ou responsáveis por eles, ou por outro parente ou amigo letrado.

O item dois do educador Lopes (1954) trata sobre o:

2 - Prédio - uma sala de aula para 30 ou 40 alunos. Uma sala para atividades extra-escolares. Um galpão para máquinas e instrumentos agrícolas. Um pequeno armazém. (As residências das professoras e dos capatazes deverão ser previstas) (LOPES, 1954, p. 181).

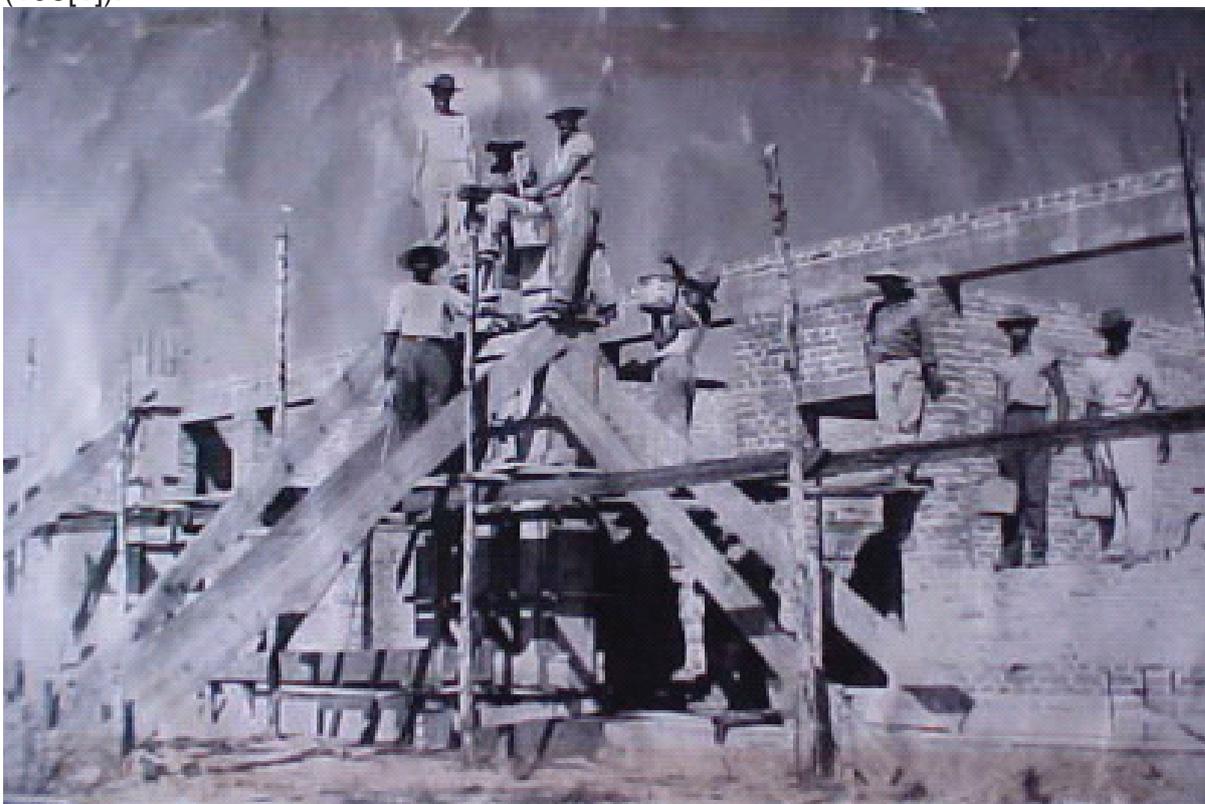
Em Araquari, o prédio construído entre os anos de 1954 e 1959 possuía

Quatro salas de aula, uma biblioteca, uma sala de audiovisual, dependências sanitárias, dormitórios, cozinha, refeitório, lavanderia, secretaria, gabinete da direção, almoxarifado, sala de professores, pátio, corredores e caixa de água (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p.15-16).

Quatro salas foram de início demasiado, pois a princípio havia apenas uma classe com 20 alunos, mas estas já foram possivelmente contabilizadas para os posteriores avanços nas séries. O cuidado com a roupa dos estudantes era realizado por uma funcionária da instituição, “ela lavava a roupa de todos os alunos, passava e ficava aquele monte de roupa e cada um tinha que procurar a sua daí. E aí cada aluno tinha um armário né, um armário, e guardava seus objetos pessoais naquele armário” (TRÜMMER, 2017). Na Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Jacareí “a Escola fornecia cama, mesa, roupa lavada e passada” (KANAZAWA, 2011, p.193), basicamente o que também fornecia a instituição em Araquari, ou seja, local para dormir, alimentação e vestuário – trazido pelos estudantes – limpos.

Abaixo consta uma foto do início das obras da escola, a Figura 5.

FIGURA 5 – OPERÁRIOS TRABALHANDO NA OBRA DA ESCOLA AGRÍCOLA. (195[?]).



Fonte: Acervo do Arquivo Institucional do IFC *Campus Araquari*.

Na imagem há somente trabalhadores contratados para a construção do colégio e a maioria deles parou de executar seu trabalho e, nos seus próprios postos de serviço, posaram para a foto⁵¹. Apenas um trabalhador, aparentemente, continuou com seus afazeres; talvez não tenha se disposto a parar e posar para o fotógrafo ou sua postura foi devidamente indicada? O “equipamento de proteção” que utilizam é o chapéu, em consequência do sol forte e dia quente que deveria fazer naquela ocasião.

Nos Livros de Atas e no Livro de Compromissos da Câmara Municipal de Araquari⁵², não consta nenhum apontamento ou menção à escola agrícola na cidade. Provavelmente não houve nenhuma ação para com ela, pois a instituição foi de responsabilidade dos governos federal e estadual desde seu início.

⁵¹ Não foi encontrado nenhum documento ou informação sobre a contratação desses trabalhadores, se eram provenientes da região de Araquari ou contratados especialmente para a execução das obras da escola.

⁵² Na Câmara Municipal de Araquari foram analisados os seguintes Livros de Atas: 1953 a 1968; 1963 a 1968; 1969 a 1973; de 1978 a 1981. Além do Livro de Compromissos de 1940 a 1960.

A questão do ensino municipal aparece nas anotações do Livro de Compromissos de 1940 a 1960. Há diversas Atas de Compromissos de mulheres firmando compromisso no cargo de professora nas escolas da cidade de Araquari. Não há nenhuma designação para a Escola Agrícola neste sentido, ou mesmo outro serviço como aferição de balanças, zeladoria e outros.

Retomando o período de construção da escola, a Figura 6 flagra trabalhadores em seus postos de trabalho, e há em destaque a figura do senador Carlos Gomes de Oliveira, à direita, e do primeiro diretor da escola, Benjamim Ferreira Gomes, à esquerda.

FIGURA 6 - SENADOR CARLOS GOMES DE OLIVEIRA E O DIRETOR BENJAMIM FERREIRA GOMES VISTORIANDO AS OBRAS DA ESCOLA AGRÍCOLA (195[?]).



Fonte: Acervo do Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

Na Figura 6, alguns trabalhadores continuam a realizar seus devidos serviços, enquanto outros demonstram certa curiosidade ao olhar para a câmera. Não há qualquer informação neste documento – a foto – sobre a data desta visita do senador e do diretor. Contudo, dentre os documentos arquivados do senador há um artigo de jornal sem referência, detalhes sobre uma visita que Gomes de

Oliveira empreendeu na cidade de Araquari (ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, 195-?). No conteúdo desta reportagem, diz que o então senador junto com sua esposa – Sara, visitaram o município de Araquari e comeram no almoço caranguejos embaixo de uma copa de árvore em função do calor. Caranguejo é um alimento apreciado na região norte de Santa Catarina e consumido na época do verão. Esta evidência leva à hipótese que a visita de Carlos Gomes e sua senhora, referida no jornal, foi no período em que o engenheiro agrônomo Benjamim Ferreira Gomes esteve á frente da direção da escola – 1954 a 1956. O conteúdo do artigo também apontou que o senador obteve informações sobre o andamento progressivo das obras da escola, o que levaria à inauguração da mesma em meados daquele ano. Porém, a escola teve seu ano letivo iniciado em maio de 1959, portanto é certo afirmar que a imagem da Figura 6 e o jornal fazem menção a visitas diferentes do ex-senador a escola, pois na época das finalizações das obras do colégio o diretor era o engenheiro agrônomo Paulo Henrique Rocha de Farias.

Foi percebido também que apesar do calor referente aos meses de verão no norte de Santa Catarina, o ex-senador aparece utilizando terno e gravata. Ou seja, faz uso de um traje que corrobora com a sua posição política naquele momento: um senador visitando a obra da futura escola agrícola a ser implantada no município de Araquari.

O diretor iniciou seus trabalhos através de licitações com empresas a construção da estrutura física da escola e “uma empresa de Itajaí venceu e iniciou a obra imediatamente” (GARCIA, 1989, p. 9). Em carta, expedida no dia 29 de outubro de 1954, à empresa denominada Francisco E. Canziani & CIA. LTDA, o diretor determinou a “execução dos serviços iniciais do Edifício da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari”, além disso, informou à empresa que estava em suas mãos a carta-contrato – documento que provavelmente diz respeito ao acordo estabelecido entre a empresa executora dos serviços e os pagantes – e que estava de acordo com a importância orçada por esta para o cumprimento das obras, sendo assim o diretor autorizou “dar início imediato ao serviço” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI, 1954b).

Sobre o funcionamento da Escola, o item 2 do artigo de Lopes (1954), aborda a importância da caixa d’água para o desenvolvimento das atividades escolares. Porém na escola em Araquari, nos anos iniciais a água deveria faltar constantemente, conforme a informação da citação a seguir:

Era comum na época, faltar água [...], éramos levados de caminhão para a Barra do Sul para tomarmos banho, porque não havia água no colégio. Isso muitas vezes em pleno inverno (TRÜMMER, 1999, p. 12).

Afinal, mesmo a Escola fazendo limite com o Rio Parati, não poderia utilizar desta via que possuía águas salobras, “por causa da influência direta das águas do mar, por meio do Canal do Linguado” (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p. 13). Sendo assim, por qual motivo não era usado o rio para o banho dos alunos? Já que a água era salobra do mesmo modo tanto no rio quanto no mar. Talvez por se apresentar muito fundo nas imediações da escola, não oferecendo um lugar seguro para a entrada e saída dos discentes.

O ex-aluno do curso de Mestria Agrícola, Sr. Trümmer, revelou também que a ida até o Balneário de Barra do Sul não era somente para banho, mas também para “os mais velhos passarem rede pra ver se pegavam peixe”, para alimentar os estudantes. O Sr. Trümmer ainda reforçou que “o banho era de água fria, o ano todo, sem chuveiro, era direto do cano” (TRÜMMER, 2017).

Balneário Barra do Sul foi distrito do município de Araquari até janeiro de 1992, e é a praia mais próxima de Araquari. Local, segundo o depoimento do ex-aluno, de banho dos estudantes da escola agrícola em tempos de escassez de água. É claro que não deveria ser tarefa fácil para os alunos se lavarem no inverno, porém, é certo imaginar que a ida de caminhão até a praia, mesmo nas condições descritas, deveria ser considerada pela maioria dos estudantes uma aventura, já que grande parteda famílias dos discentes não possuía condições econômicas favoráveis e que possibilitassem a ida á praia, bem como não deveriam possuir um veículo motorizado.

O item dez da proposta de Lopes (1954, p. 182) abordou a compra de materiais para serem utilizados na escola agrícola:

10 - Material agrícola – Arados a tração animal e mecânica. Todos os utensílios acessórios necessários para a lavoura mecanizada. Vale a pena não esquecer que Escola Rural deve ser escola de trabalho real. Será necessário ainda ter uma oficina de reparos e fabricação de objetos de utilização comum na vida rural.

O **Boletim dos Trabalhos Escolares correspondentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1960**, na seção do Serviço Prático no Núcleo de Agricultura, afirmou que este núcleo era composto pelas oficinas de Carpintaria, Marcenaria e de Mecânica, especificando práticas realizadas, como o reconhecimento de peças de motor a gasolina, aplicação de verniz, aprendizagem da nomenclatura e reconhecimento, bem como o manejo de ferramentas. Apontou também a confecção de equipamentos referentes ao setor da Oficina de Madeira. Esses objetos eram novos: mesa para torno, armação de uma casa de operário, três esquadrias de janelões de madeira, encabamento de 36 enxadas, confecção de sete portas de madeira, de uma banderóla e de oito folhas de janelas sem vidro. O Boletim relatou também consertos, como o realizado na carroceria de uma carreta. Já no núcleo da oficina de ferro as obras foram na instalação de torno e no conserto de quatro caixas de descarga do prédio escolar, em duas fechaduras, na troca do retentor de comando do trator John Deere e na raspagem do chassis do caminhão (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1960).

A partir do ano de 1961 além desses equipamentos, foram adquiridos na Escola de Iniciação Agrícola em Araquari “um trator de implementos agrícolas e implementos agrícolas de tração animal. Um caminhão F-600, melhorou o transporte” (GARCIA, 1989, p. 19-20). Esse, provavelmente, foi o caminhão que levou por diversas vezes os alunos para o banho em Balneário Barra do Sul.

Abaixo há uma foto, sem data e identificação, Figura 7, desse possível caminhão. Possivelmente esta foto se refere aos alunos da escola em plena atividade prática: descarregando terra com pás e enxadas, trazidas pelo caminhão em uma área livre da mata e das árvores – eventualmente desmatada por eles mesmos. O aterro e adubação desse espaço deveria servir posteriormente para uma área de futuros cultivos. Fica evidente pela fotografia que foi feito um caminho delimitado, por uma espécie de tijolos ou lajotas enfileiradas no chão, para a passagem de pedestres, ou seja, os alunos e responsáveis pelo cuidado e aprendizado na plantação. Poderia ser um trajeto projetado para a manutenção da futura horta. Todos os alunos estão de calças compridas, usando camisas e alguns utilizam chapéus para proteção do sol. Não é possível afirmar até este momento da pesquisa se os equipamentos eram adquiridos pela escola ou pelos responsáveis pelos alunos.

FIGURA 7 – ALUNOS DA ESCOLA AGRÍCOLA TRABALHANDO (196[-?]).



Fonte: Acervo: do Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

Segundo as recordações do Sr. Oliveira, ex-aluno da primeira turma de Iniciação Agrícola, quando questionado sobre a horta, enfatizou “que era nós que fazíamos também, nós tínhamos que trabalhar” além de “preparar o terreno, fazer os buracos, trocar a terra de cima pra baixo, inverter a terra” e “que é o essencial pra fazer a plantação” (OLIVEIRA, 2017).

O ex-aluno, Argemiro Sotero da Silva – pertencente à primeira turma da escola do curso de Iniciação Agrícola, ano de 1959 – comentou sobre as aulas práticas que mais interessavam aos alunos que eram as da “área de mecanização, onde o funcionário do setor fazia treinamento e balizamento com alunos dirigindo um trator Massey Ferguson 65 no ano de 1959” (GARCIA, 1989, p. 15). Para jovens menores de 18 anos, dirigir um trator naquele tempo talvez fosse a grande euforia das aulas práticas, até porque é bem provável que os estudantes não tivessem em suas propriedades tal equipamento mecanizado.

O Sr. Oliveira, ao ser questionado sobre as aulas práticas, imediatamente recordou do trator: “as aulas práticas eram boas, ia todo mundo pro campo, aprender lá a mexer, dirigir o trator”, e “a gente fazia festa naquele trator, engatava os arados de aiveca, de grade de disco” (OLIVEIRA, 2017).

A seguir consta uma foto de um homem guiando o possível trator Massey Ferguson-65 mencionado, na tarefa de arar determinado terreno.

FIGURA 8 – TRATOR DA ESCOLA AGRÍCOLA. (196[-?]).



Fonte: Acervo do Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

Consta no **Segundo Relatório do Segundo Semestre do ano letivo de 1964**, que o trator foi utilizado no setor de agricultura geral para os trabalhos de preparo do solo, equipado com arado e grade de disco. Através do uso destes equipamentos acoplados ao trator foi possível arar 37.500 m², efetuar o gradeamento de 75.500 m² e destocamento de 15.000 m². A Figura 8 retrata

exatamente a utilização do trator na função de arar a terra para a futura semeadura.

Segundo as memórias do ex-aluno da primeira turma do curso de Mestria Agrícola, o destocamento era realizado naquelas

Áreas que eram derrubadas, aí nos tínhamos que fazer o destocamento, ou seja, deixar as raízes nuas, as raízes das árvores nuas, pra depois o trator puxar aquelas que a gente não conseguia arrancar por nossa força, aí puxava com o trator e um cabo de aço (TRÜMMER, 2017).

Certamente esses dois equipamentos, trator e caminhão, foram de suma importância para a escola nos anos iniciais de sua criação. Primeiro o caminhão, por se localizar às margens da BR-280 e ser uma escola de caráter agrícola, facilitando a compra de materiais, como adubo, e ue necessitavam de um meio de transporte adequado. Segundo, o trator, para o auxílio no desmatamento das áreas em torno da escola que seriam destinadas às práticas agrícolas, bem como para utilizá-lo na prática do arado com a terra. Além disso proporcionaram um aprendizado aos estudantes: direção de maquinários utilizados no setor agrícola. É bem provável que esta unidade de aprendizagem como um todo fosse uma das mais esperadas pelos estudantes

Cristofolini *et al.* (2009, p. 23), informam que tanto o trator como o caminhão foram adquiridos com “recursos do Projeto Aliança para o Progresso⁵³, financiado pelo Governo Norte Americano, por meio da Organização dos Estados Americanos”. O autor não especificou em qual documento se baseou para afirmar tal informação.

Sobre a presença americana em solo brasileiro nas questões relativas à agricultura, houve um estudo divulgado através da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Esse estudo foi preparado por Lourenço Filho⁵⁴ (1953) por solicitação

⁵³ Este projeto foi criado no governo de J.F. Kennedy no contexto da Guerra Fria, que “conduziu os Estados Unidos a uma mudança paradigmática na política externa para a América Latina; uma política de ‘generosidade’ econômica e estratégica” constituindo-se como “um plano de cooperação decenal, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, social e político” (MATOS, 2008, p. 359).

⁵⁴ Manuel Lourenço Filho (1897-1970) nasceu em Porto Ferreira – SP. Dedicou sua carreira ao magistério, atuando em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nos anos de 1922 e 1923 foi responsável pela reforma no ensino público no Ceará. Na década de 30, durante o governo Vargas, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde exerceu o cargo de chefe de gabinete do Ministro da Educação, Francisco Campos. Durante a gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação do Distrito

da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – acerca da preparação do pessoal docente para atuar nas escolas rurais primárias. Nele consta que antes da Lei Orgânica de 1946 já havia, no Brasil, algumas experiências em torno da formação docente para as escolas rurais. E também que no ano de 1951 funcionavam 121 cursos normais regionais, anexos às escolas normais comuns, totalizando um número de 434 cursos (FILHO, 1953, p.61). O estudo ainda trata sobre a primeira escola com preparação especializada no ensino rural, fundada em 1934, na cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará (FILHO, 1953, p. 73).

A presença americana também foi noticiada no jornal denominado **Joinville Rural**. Este periódico iniciou com uma tiragem de mil exemplares, aumentando para a tiragem máxima de três mil. Circulou na cidade de Joinville e região – consequentemente em Araquari – como um Boletim Informativo da Associação Rural, no período de junho de 1962 a agosto de 1973, ligado à Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina – ACARESC. Esta associação era de caráter civil, sem fins lucrativos e destinava-se ao financiamento do Serviço de Extensão Rural no Estado.

Conforme Rocha (2011), a ACARESC esteve imbricada no contexto desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, no qual consubstanciava a integração do mercado nacional através “da implementação de políticas visando à mecanização da produção agrícola e à sua função na reorganização social e técnica do território” (ROCHA, 2011, p. 340).

No primeiro número do jornal – junho de 1962 – há um esclarecimento aos leitores sobre o que é a Extensão Rural, em um artigo denominado **O que é ACARESC?** A narrativa asseverou que a Extensão Rural “teve seu grande desenvolvimento nos EUA da América do Norte. Hoje este tipo de trabalho acha-se espalhado em diversos países principalmente da América Latina” (JOINVILLE RURAL, junho de 1962, p. 1-2). Esclareceu também que a Extensão Rural foi

Federal, dirigiu o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. No ano de 1935 foi nomeado diretor e professor de psicologia educacional da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal. Assumiu o cargo de Diretor Geral do Ensino Público em São Paulo, foi membro do Conselho Nacional de Educação em 1937 e diretor geral do Departamento Nacional de Educação. No ano de 1938, a pedido do ministro Gustavo Capanema, organizou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos que, em 1944, lançou a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/manuel_lourenco_filho>. Acesso em: 28 de janeiro de 2015.

introduzida no Brasil no ano de 1948, no Estado de Minas Gerais e que em Santa Catarina este serviço ganhou o nome de ACARESC e foi criado no ano de 1956. Salientou que no ano de 1962 a ACARESC possuía em Santa Catarina trinta e três escritórios locais, instalados nos municípios do estado (JOINVILLE RURAL, junho de 1962).

No artigo citado foi definido o que significava a Extensão Rural naquele momento, pautada nos ideais americanos:

Significa antes de tudo Educação – educar homens, mulheres e crianças, mudar mentalidades acostumadas a métodos rotineiros de trabalho [...] criar novos hábitos sociais nas famílias do campo [...] Concretamente o trabalho da extensão quer dizer: ensinamentos práticos e objetivos em agricultura, pecuária e economia doméstica (JOINVILLE RURAL, junho de 1962, p. 2).

O jornal tinha como finalidade informar aos agricultores, estudantes da área rural e interessados, notícias sobre as questões específicas do campo dentro da perspectiva do “modelo desenvolvimentista em vigor, os agricultores catarinenses precisavam reconhecer – e ser convencidos – da eficácia de uma agricultura de precisão, dotada de componentes e instrumentos de produção até então desconhecidos por grande parte dos produtores rurais” (ROCHA, 2011, p. 342). Como afirma Rocha (2011, p. 343), “cabe frisar que a prática de campo realizada pelos extensionistas feita junto aos produtores rurais catarinenses aproximava-se dos métodos educativos desenvolvidos no meio rural norte-americano”.

Havia no jornal uma seção com nome de Conhecimentos Úteis e não é difícil encontrar informações acerca dos EUA, relativas a criações e plantio, como também relatos sobre pesquisadores norte americanos vindos para o Brasil, ou mesmo brasileiros indo para obter conhecimentos com profissionais de lá. Além desta seção havia artigos dispostos ao longo das páginas do periódico sobre a aproximação que os EUA tinham com o Brasil, como no exemplar de setembro/outubro de 1965, com o texto **SC importam reprodutores Suínos dos EUA**, explicando que isso é proveniente de uma campanha do Ministério da Agricultura para diminuir o consumo da carne bovina no Brasil e aumentar o consumo e produção de carne suína.

Estes diálogos entre o Brasil e os EU, apresentados pelo jornal, trazem uma ideia de proximidade com os norte-americanos, com o que há, naquele

período, de mais moderno na área de produção suína. Não é pretendido neste trabalho discutir esta aproximação, contudo, é importante destacar que este contato estava aparecendo no cotidiano dos sujeitos com um caráter de discurso de desenvolvimento para o estado catarinense e para o Brasil.

O Relatório Anual da ACARESC de 1969 relacionou os municípios atingidos por este órgão e, segundo o documento, as localidades eram divididas em regiões. A Região de Jaraguá Sul comportava os municípios de Jaraguá do Sul, Blumenau, Guaramirim, Schroeder, Joinville, Araquari, Gaspar, Ilhota, Massaranduba, Barra Velha, Pomerode e Corupá. Com esta informação pensamos que é bem provável que o jornal **Joinville Rural** fosse distribuído também a essas localidades.

Em Araquari este jornal deve ter sido enviado, lido e/ou utilizado pelos funcionários do Colégio Agrícola, pois há alguns exemplares na documentação existente no Arquivo da instituição. Outro indício do conhecimento deste jornal pela escola foi que no seu primeiro número, editado no ano de 1962, a página de número um foi destinada à apresentação do objetivo do periódico, sendo este redigido por Benjamin Ferreira Gomes, diplomado como engenheiro agrônomo e primeiro diretor do Colégio de Iniciação Agrícola de Araquari no período de 1954 a 1956. Nesse espaço o ex-diretor escreveu que o jornal é uma “iniciativa que de início parte de pequeno grupo de técnicos” (JOINVILLE RURAL, junho de 1962, s/p), ou seja, profissionais formados na área rural que dedicavam seus conhecimentos aos interessados. Gomes ainda informou que esta iniciativa veio da “vontade de chamar sobre o homem do campo, as atenções que merece como sustentáculo da nacionalidade” (JOINVILLE RURAL, junho de 1962, s/p), e de inserir o homem do campo na prerrogativa da construção do Brasil civilizado e moderno. O artigo expôs também que:

Os problemas do homem do campo são sempre relegados a plano secundário, mister que nós moços, conhecedores de uma realidade que muitos procuram negar e que outros procuram dela tirar apenas vantagens, venhamos conversar com o rurícola brasileiro e, com aqueles que por ele aptos estejam a fazer algo (JOINVILLE RURAL, junho de 1962, s/p).

O jornal também publicou matérias sobre a profissionalização e o acesso ao ensino rural no país. No periódico de fevereiro/março de 1964 uma reportagem

chamou atenção, com o título **Filho de Agricultor tem prioridade para bolsas**, explicando que no ano de 1964 o Ministério da Agricultura forneceria 4.800 bolsas para escolas de Agronomia, Veterinária e Agrotécnicas para todo o Brasil “objetivando incrementar a formação de maior número desses profissionais indispensáveis ao desenvolvimento do setor agropecuário” (JOINVILLE RURAL, fevereiro/março de 1964, s/p).

No número de fevereiro de 1965 a reportagem que diz respeito à educação rural trouxe a matéria intitulada **Universidade Rural de Santa Catarina**, informando que foi encaminhado ao governo do Estado catarinense e ao reitor da UFSC “um memorial em que a classe rural catarinense solicita às autoridades federais e estaduais a providência urgente da criação e instalação de uma Universidade Rural em Santa Catarina” (JOINVILLE RURAL, fevereiro de 1965, s/p).

A Figura 9 ilustra a utilização do trator, adquirido com o auxílio do financiamento norte-americano, no dia a dia da escola. A imagem mostra o ritmo de trabalho no desmatamento de uma área.

FIGURA 9 - TRABALHO NO CAMPO. (196[-?]).



Fonte: Acervo do Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

É possível identificar duas pessoas trabalhando na atividade em questão. Possivelmente o que está manuseando o trator fosse um dos servidores da escola agrícola e o outro um aluno exercendo uma das tarefas práticas do curso de formação para o trabalho rural.

O terceiro item apontado por Lopes (1954, p.181) é o da:

3 - Organização – A Escola Rural será organizada como uma unidade de vida econômica e social. Os alunos constituirão uma pequena comunidade rural. O auto-governo será garantido através de um grêmio escolar orientado pelas professoras – As escalas para trabalhos práticos e aulas será [sic] organizados pela direção do grêmio, sempre com a assistência das professoras. Tudo deverá fazer-se como na vida comum da população, apenas dentro do planejamento educativo da Escola.

A Escola em Araquari possuía um modelo de escola-fazenda. Dois alunos, Pedro Almeida – integrante da primeira turma em 1959 – e Ladislav Lenocho – integrante da turma de 1961 – que estudaram nos anos iniciais da instituição

informaram que “quando se falava em aulas práticas, já lembrávamos da foice e do machado” (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p. 19). Isso significa que, no início, os alunos tinham que empreender a força braçal para a criação do modelo escola-fazenda. A escola não estava pronta nas áreas das atividades práticas, era preciso naquele momento concretizar o “preparo da terra, plantio de hortaliças, frutas, grãos e instalação de pequenas unidades com bovinos e suínos” (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p. 19). Ou seja, da forma que foi proposto por Lopes (1954, p. 181) no final da citação acima “como na vida comum da população”. A família do pequeno agricultor compra determinada propriedade e tem tudo para fazer, para tornar aquela terra produtiva e tirar dela seu sustento. Os primeiros alunos eram os construtores da “pequena comunidade rural” (LOPES, 1954, p. 181), que, neste caso, era a Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira.

Na Escola Profissional Agrícola e Industrial Mista de Jacareí, localizada em São Paulo, houve também o estabelecimento de um modelo parecido.

A fazenda era o centro propulsor do ensino agrícola. Era o departamento experimental da Escola e foi dotado de benfeitorias, ano a ano, para torná-la um ambiente propício ao trabalho rural. Nela havia um campo escola e campos experimentais, onde várias culturas eram plantadas, para proporcionar aos aprendizes o ensino racional e prático (KANAWASA, 2011, p. 190).

É certo afirmar que na escola localizada no estado de São Paulo, como também no estado de Santa Catarina, “os jovens eram ensinados a trabalhar na agricultura, pelo aprender fazendo” (KANAWASA, 2011, p. 190).

Garcia (1989, p. 13) indicou no seu trabalho o depoimento de ex-alunos que alertaram que “a escola, embora fosse destinada ao ensino agrícola, inicialmente não possuía área de terra preparada e em condições de cultivo para demonstrar na prática os ensinamentos teóricos”. O ex-aluno Argemiro Sotero da Silva comentou que por volta de 1959 “as aulas eram ministradas muito teoricamente pois a nível de campo, a Escola estava iniciando o desmatamento [...]. Nestas tarefas os professores não acompanhavam o aluno, ia apenas um funcionário qualificado como feitor” (GARCIA, 1989, p. 15).

Há também no trabalho de Garcia (1989) o depoimento do então diretor, Benjamin Ferreira Gomes⁵⁵, no qual desabafou que:

Eu era da opinião que nós teríamos que deixar pelo menos preparada a terra destinada a várias culturas para quando iniciasse o ensino, pudesse aliar a doutrina a prática. Isto não ocorreu. Eu sei porque depois conversando com outros Diretores que me sucederam, eles confidenciaram-me estas dificuldades: davam o ensino teórico mas não poderiam dar o ensino prático, porque não tinha nada preparado (GARCIA, 1989, p. 13).

Algumas questões devem ser levantadas a partir destes depoimentos: a primeira, por que foram iniciadas as atividades escolares na escola em Araquari se a Escola não estava adequada a oferecer um ensino prático satisfatório? O então diretor da instituição comentou que em sua gestão e nas posteriores o ensino prático não ocorreu. Quais razões o impediram, e também aos que o sucederam, de concretizar a estrutura para o ensino prático? A quem cabia este preparo do ensino prático agrícola?

A proposta encontrada para driblar as dificuldades das aulas práticas foi que essas foram ministradas “através do aproveitamento da terra de propriedade de particulares onde aqueles alunos acompanhados por professores praticavam aulas onde aplicavam as teorias estudadas”. O terceiro diretor do colégio, o também engenheiro agrônomo Paulo Henrique Rocha Farias⁵⁶, apontou que a prática dos alunos em estabelecimentos particulares era de comum acordo e além de beneficiar aos estudantes ia “melhorando, ensinando aqueles colonos, aquela gente do interior a plantar melhor” (GARCIA, 1989, p. 13). O benefício então foi, de alguma forma, destinado não só aos estudantes do colégio agrícola como também aos agricultores da região.

Outro dado que permite levantar a hipótese acima é que da primeira turma, do ano de 1959, sete alunos eram oriundos da cidade de Araquari, o que permite cogitar que essas propriedades particulares, onde ocorria o aprendizado dos alunos, pudessem ser de pais, responsáveis, familiares dos estudantes, ou até mesmo de funcionários e professores que atuavam no Colégio naquele momento.

⁵⁵ Benjamin Ferreira Gomes era engenheiro agrônomo e atuou como diretor da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, no período de 1954 a 1956 (GARCIA, 1989, p. 8).

⁵⁶ Diretor no período de 1958 a 1961.

Desta forma é possível afirmar que as práticas ensinadas nas aulas estiveram diretamente associadas ao que era produzido/criado nestas propriedades.

A maneira como foram conduzidas as aulas práticas, nos anos iniciais no colégio agrícola em Araquari, foi uma apropriação realizada pelos agentes responsáveis em ministrá-las para cumprir em relação ao que foi estabelecido na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, dentro das condições objetivas da escola. Conforme as considerações de Chartier (1988, 2009) são entregues orientações aos sujeitos condicionantes, os mesmos as compreendem e as colocam em vigor de acordo com o espaço cultural e social no qual estão estabelecidos.

Informações retiradas dos bilhetes enviados pelos responsáveis dos alunos, em 1967, que continuavam naquele ano a labuta no sol:

FIGURA 10 - COMUNICADO ESCRITO DE PRÓPRIO PUNHO ACERCA DA SAÚDE DE UM ESTUDANTE, 15/09/67.

Fpolis - 15 - 9 - 67.

Sr. Diretor

Quero comunicar-lhe que levei Daxey ao médico, onde fiz todos os exames que necessitava. Seu caso é grave, necessitando de um grande tratamento, pois sendo sua doença sinusite. O problema inflamatório está muito adiantado, já tendo atingido os olhos, ouvidos e garganta. O médico recomendou que durante o tratamento ele não poderia tomar sal. Assim que acabar de tomar todos os remédios, deverá voltar para nova consulta. Sendo assim, peço fazer o favor de deixá-lo ir. Não fique pronto regressará imediatamente. Daxey leva o atestado médico, justificando as faltas e a recusa dos médicos em quêstere. Apresento-lhe os meus agradecimentos.

Aurea Raiz Gonçalves

Fonte: Arquivo Institucional IFC Campus Araquari – Pasta Cartas Recebidas no ano de 1967.

FIGURA 11 - COMUNICADO ESCRITO DE PRÓPRIO PUNHO SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DE TRABALHO AO ESTUDANTE, 06/11/67.

São Francisco de Sul 6 de novembro de 1967

Ilmo Sr: Diretor do ginásio
Agrícola

Atesto que meu filho
Dionísio Marcelino Ramos
estive em casa por motivo de
doença e por recomendação médica
não poderia trabalhar ao sol
até a 2ª ordem.

Será que o Sr. poderia justificar
as faltas e fazer este favor

Assim despede-se
Daniel Marcelino Ramos

Fonte: Arquivo Institucional IFC Campus Araquari – Pasta Cartas Recebidas no ano de 1967

Estas evidências indicam que os primeiros alunos iniciavam a aprendizagem das práticas agrícolas, relativas ao curso de formação para o trabalho rural, através do esforço físico de cada um, empreendendo também a construção dos espaços destinados para a horta e para o ensino aprendizagem agrícola e pecuário, por exemplo.

Em relação à constituição de um Grêmio na escola somente a partir do ano de 1964 houve na instituição esta organização, denominada Dalton Heros Malucelli – homenagem ao então diretor do ginásio, no período de 1962 à 1968. Uma das primeiras ações do grêmio foi promover “uma campanha para uniformização dos

estudantes do Ginásio através de jaquetas com emblemas da escola” (GARCIA, 1989, p. 17). Para tal emblema foi realizado um concurso entre os alunos, o desenho vencedor⁵⁷ era composto por um “arado de aveica nas cores amarelo e azul sobre fundo branco” (GARCIA, 1989, p. 17).

Mas segundo as memórias do Sr. Trümmer em “quatro anos que estive lá nós [1962 -1965] nunca tivemos uniformes, não tinha uniforme” (TRÜMMER, 2017). É possível pensar que estabelecer um uniforme para os estudantes do Ginásio Agrícola ficou somente no campo da ideia, mas na prática cada um se dirigia aos estudos com o vestuário que dispunha.

O grêmio do Ginásio Agrícola “acha-se em franca atividade [...] que neste primeiro semestre tem várias atividades esportivas e excursões às cidades de Joinville, São Francisco do Sul e Araquari” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1965c).

Segundo as recordações do ex-aluno da primeira turma do curso de Mestria Agrícola, o Grêmio no Colégio Agrícola não existiu no primeiro ano de seu ingresso – 1962 – mas nos anos seguintes, “1963, 1964, por aí, no primeiro ano não tinha, com certeza no primeiro ano não tinha” (TRÜMMER, 2017).

O item quatro do artigo escrito por Lopes (1954) fez referência aos:

4 - Horários – A Escola Rural funcionará de 7 horas da manhã às 17 horas da tarde. Das 7 às 11: Campo para a turma A, aulas teóricas para a turma B. Das 11 às 17: Campo para a turma B, aulas para a turma A. Recreio para merenda, pequenos intervalos para descanso, etc. serão estabelecidos conforme as necessidades locais. Almoço: 11 às 12 horas (LOPES, 1954, p. 181-182).

Conforme as considerações do autor, não se fazia necessário um regime de internato ou semi-internato no colégio. Porém, a escola em Araquari iniciou apenas com uma turma em regime de semi-internato durante o período de seis meses, mudando para internato após esse tempo (GARCIA, 1989). Esta ideia foi também defendida por Gomes de Oliveira quando afirmou que “cumpra seja realizado o semi-internato, munido do aparelhamento necessário para a condução dos alunos dentro de certo raio de ação. [...] Poderia alcançar 10 quilômetros” (BRASÍLIA, 1992, p. 35).

⁵⁷ Até o momento da pesquisa, 2017, não encontrei o nome do estudante vencedor muito menos uma foto, ou algo parecido, do emblema.

As aulas iniciavam na segunda-feira e findavam sábado ao meio-dia (GARCIA, 1989). Foram configuradas por:

Alvorada, hora de estudo, café, aulas teóricas, almoço, lazer. A tarde realizavam-se as atividades práticas de campo até às 16h30min, lazer, jantar, lazer e hora de estudo. O recolher dava-se às 22h sendo a alvorada às 6h da manhã seguinte (GARCIA, 1989, p. 16).

O período de estudo era das 19 às 21 horas (GARCIA, 1989). Segundo as memórias do Sr. Amauri, que estudou na primeira turma do curso de Iniciação Agrícola, os alunos de Araquari não residiram na escola. E a rotina era

Nós tomávamos o café da manhã lá, nós chegávamos de Araquari na Escola e íamos pro estudo, chegava ia pro estudo, meia hora de estudo, antes do café, até quem era internado lá. Saia lá do dormitório, fazia higiene e tal, sala de aula, [...] sete horas, sete e meia tinha que tá lá dentro, eu saia cinco horas da manhã de Araquari (OLIVEIRA, 2017).

Esta rotina se alterou conforme as memórias de Trümmer (1999), os horários dos estudantes da Escola Agrícola eram bem definidos:

Consistia em levantar às seis horas, arrumar a cama, tomar café às sete, assistir aulas das sete e trinta às onze e trinta, almoçar ao meio dia, e trabalhar das treze até dezessete horas, roçando, capinando, plantando, fazendo destocamento, cuidando de vacas, porcos, etc... (TRÜMMER,1999, p. 12).

Ainda segundo suas memórias:

Das onze e meia da manhã até a uma da tarde era o intervalo pra o almoço, pra almoço, e pra colocar uma roupa piorzinha, vamos dizer, porque da uma às cinco da tarde, tinha que capinar, roçar, cuidar de cavalo, vacas, fazer esta parte prática né, plantar, fazer os canteiros, plantar. E aí, às cinco horas. Aí, da uma às cinco, então era cabo da enxada, de foice, coisas assim, lidar com carroças, com plantação. Aí às cinco horas acabava. E nesse ínterim, era umas cinco, levavam um pão pra nós, nosso lanche era um pão, um pão para cada um, acabou, geralmente pão massinha. (...). Aí das cinco horas a gente voltava pro Colégio pra jantar às seis (TRÜMMER, 2017).

Após a labuta, “das dezenove às vinte e uma horas, ficávamos todos trancados na sala de aula, estudando, ou lendo os livros da biblioteca, que eram bem variados” (TRÜMMER, 1999, p. 15). Quando o autor se referiu ao trancamento dos alunos numa sala quis na verdade enfatizar sobre o constante monitoramento dos estudantes efetuado pelos inspetores.

A pesquisa de Kanazawa (2015) é também sobre uma escola de caráter agrícola, denominada Escola Profissional Agrícola e Industrial Mista Cônego José Bento, localizada no município de Jacareí, no Estado de São Paulo. Esta escola iniciou seu funcionamento no ano de 1937 com uma turma de 54 alunos. Durante os anos iniciais das atividades escolares deste estabelecimento a rotina dos alunos foi assim:

Os alunos trabalhavam no campo das 7 às 10h. Das 10h às 12h, descansavam. Das 12h às 15h, algumas vezes, até às 16h, tinham aulas teóricas. Das 15h às 17h eram distribuídos pelas oficinas de carpintaria, ferraria, alvenaria, selaria, piscicultura, apicultura e aviário, entre outras (KANAZAWA, 2015, p. 75).

A rotina de estudos e trabalhos na escola em Jacareí foi bem diferente da estabelecida em Araquari. Por exemplo, os trabalhos no campo eram pela manhã e apenas três horas. E no final do dia retornavam às atividades práticas nos setores específicos. Talvez em função do clima muito quente no município de Jacareí, foi necessário estabelecer uma rotina mais adequada àquela instituição.

Em Araquari, em um primeiro momento os alunos se dirigiam a escola todos os dias, iniciando suas atividades pela manhã e retornando às suas casas no final do dia. Na primeira turma de Iniciação Agrícola, sete discentes eram provenientes do município de Araquari. Para estes, ir pela manhã à escola e retornar à noite, mesmo que a residência fosse distante da instituição de ensino, não deveria ser um empecilho muito grande, mas para os demais, onde pernoitavam? Talvez na casa de parente próximos, funcionários da escola ou dos próprios docentes de Araquari. Na entrevista com o ex-aluno da primeira turma do curso de Iniciação Agrícola, Sr. Oliveira recordou que “nós vínhamos a pé todo dia lá da vila até na Escola Agrícola, com chuva, vento, sol. Só os que vinham de fora dormiam na Escola, ‘nós éramos externato’”. O caminho de acesso até a instituição agrícola “era chão batido” e “tinha um detalhe: não tinha calçado, nós não tínhamos calçado eu e meu irmão, era no pé, pé no chão” (OLIVEIRA, 2017).

O ex-senador Carlos Gomes de Oliveira defendia que os estudantes dos colégios agrícolas, durante o regime de semi-internato, deveriam possuir condução apropriada para a efetivação dos seus estudos, mas será que a escola que leva seu nome até hoje, preocupou-se com tal questão, ou deixou ao encargo dos responsáveis pelos alunos?

Segundo as memórias do Sr. Oliveira “assim que começou a Escola, assim que começou a gente vinha de Araquari com um caminhão” e “aquele caminhão, acho que era da escola, porque quem dirigia o caminhão era Sr. Manoel Conradt, o filho dele estudou também” na Escola Agrícola. Este rapaz foi companheiro de turma do Sr. Oliveira. O Sr. Manoel “trazia o pessoal na caixa, sem nada”.

Só que o caminhão não durou muito tempo, porque alguém acho que viu por problema de segurança, ou coisa parecida, ou cortaram devido à despesa de combustível, aquilo durou três ou quatro meses o transporte da vila até na Escola com o caminhão (OLIVEIRA, 2017).

Através do documento denominado Serviço Público Federal, Registro de Aluno – Arquivo Morto – ginásio e técnico 1959 a 1967, é possível indicar a origem destes estudantes. A primeira turma que ingressou na escola e conviveu com o regime de semi-internato era formada por 20 estudantes. Desses, sete eram provenientes da cidade de Araquari, outros seis estudantes eram do município de Barra Velha, localizado as margens da BR 101 e a uma distância de mais ou menos 42 quilômetros da escola em Araquari. Dois estudantes vinham do município de São Francisco do Sul, e conforme Trümmer (1999), os alunos que moravam neste município pediam carona em frente ao colégio. Outros vinham de Joinville – município vizinho com uma população urbana voltada às questões da indústria, distante aproximadamente 32 quilômetros de Araquari, e, por fim, um aluno do município de Guaramirim, localizado cerca de 38 quilômetros da escola.

Qual a condição de ida e vinda entre suas casas e o escola, para os alunos matriculados que não residiam em Araquari? O transporte foi por meios particulares de cada um? Será que receberam alguma espécie de auxílio para o transporte ou até se havia um ônibus, ou outro carro de semelhante espécie para transportar os alunos para a Escola? São questões as quais fontes e bibliografias não permitem responder, mas o certo é que esses estudantes e seus responsáveis conseguiram encaminhar a situação.

O trabalho de Kanazawa (2015) indicou que na Escola Profissional Agrícola e Industrial Mista Cônego José Bento, também foi ministrado o curso de Iniciação Agrícola, em meados da década de 1930. Esta escola, como em Araquari, oferecia internato aos alunos, no entanto, aponta que dos 42 da primeira turma somente “vinte e quatro deles foram admitidos no internato” e que esses “eram geralmente órfãos” (KANAZAWA, 2015, p. 75). Na escola em Araquari, na documentação escolar dos estudantes não há qualquer informação que aponte se os estudantes órfãos – caso que poderia ser – obtiveram algum privilégio no estabelecimento do internato durante a realização do curso.

O quesito posterior, oito, é sobre as férias:

Regime de férias – Cada turma terá 2 meses de férias ao ano, 1 mês depois de cada período de 5 meses de aulas. Mas as duas turmas não entrarão em férias simultaneamente: enquanto uma tem férias, a outra permanece na Escola e vice-versa. Como são duas professoras e dois capatazes, elas e eles também terão férias em períodos diferentes, conforme turma (LOPES, 1954, p. 182).

O período de férias dos alunos da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, registrado nos boletins dos alunos, é que no ano de 1959 as aulas iniciaram no mês de maio. Conforme Cristofolini *et al.* (2009), as aulas naquele ano iniciaram no dia 11 de maio, isto levaria a crer que as atividades escolares foram mais extensas naquele momento, em função de início de ano letivo tardio. Contudo os dados fornecem outros indicativos, já que em julho houve um mês destinado ao período de férias, findando as aulas no mês de novembro. Desta forma, o ano escolar de 1959 foi mais curto, pois, nos demais anos, as aulas iniciaram no mês de março, julho permaneceu como férias e finalizaram em novembro. Ou seja, as férias entre um ano e outro eram do início de dezembro até o início de março.

Atividades escolares não iniciadas no mês de março também ocorreram na antiga Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Jacareí⁵⁸. Neste estabelecimento as aulas iniciaram no dia 27 de setembro de 1937. A instituição também ofereceu aos primeiros alunos – 54 – o curso de Iniciação Agrícola (KANAZAWA, 2011).

Portanto, a escola em Araquari não foi a única a fugir à regra do início do ano letivo no mês de março. É condizente afirmar que as atividades escolares

⁵⁸ Atual ETC Cônego José Bento.

tinham início assim que o estabelecimento de ensino agrícola estava apropriado para tal, independente do mês do ano.

2.2 - Profissionais e Professores que atuaram na Escola e no Ginásio Senador Gomes de Oliveira

O último item do artigo de Lopes (1954, p. 182) se refere aos funcionários que atuavam com os estudantes do ensino agrícola “Pessoal – Duas professoras, dois capatazes, um mestre-ferreiro (com conhecimentos de solda, lato[^]varia [*sic*], marcenaria, etc.) e auxiliares na medida das necessidades”.

Segundo considerações de Garcia (1989, p. 8), antes mesmo da existência física da escola agrícola no município de Araquari “um diretor nomeado pelo Ministro da Agricultura ficou responsável pela agilização do processo”. É provável que o autor, quando escreveu sobre a responsabilidade do cargo diretivo em promover agilidade ao processo, estivesse se referindo às obras de infraestrutura para o funcionamento da instituição. Sendo assim, foi designado, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, através da portaria nº 531, de 09 de abril de 1954, “o Engenheiro Agrônomo Benjamim Ferreira Gomes para exercer a função de Diretor da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, Estado de Santa Catarina” (MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, 1954) .

Trabalhavam a princípio na escola: um diretor, um cozinheiro, uma lavadeira, inspetor de alunos, fiscais de classe, uma servente para as dependências administrativas, já que os alunos faziam em sistema de rodízio a tarefa de limpeza, um operador de máquinas e um marceneiro (GARCIA, 1989).

Trümmer (1999) relatou em sua obra que ele e seus amigos conseguiam se desvencilhar da vista dos inspetores e fiscais e cabulavam aulas para nadar no rio próximo ao estabelecimento de ensino, pegavam objetos como facões, alimentos e cobertas para acamparem nas imediações da instituição. Descreveu por diversas vezes a volta ao estabelecimento escolar fora do horário estipulado. Contudo, na entrevista concedida, afirmou sobre o severo monitoramento dos estudantes, realizado pelos inspetores. Provavelmente as escapadas mencionadas na narrativa de seu livro são para engrandecer os feitos dos rapazes.

Este mesmo ex-aluno relatou que os inspetores, “conforme o humor deles, eles chegavam a nos agredir, eles batiam em nós às vezes”. Também contou que, caso os alunos fizessem

Muita bagunça depois da hora de recolher, o que que eles faziam, faziam nós sairmos do dormitório, ficar em fila, ficar em pé [...] colocavam nós de pé, ao lado daquelas colunas que tem lá no Colégio e aí deixava nós lá em pé, uma hora, duas horas, três horas, até eles se enjoassem e agora podem voltar pra cama (TRÜMMER, 2017).

Além disso, mencionou que os inspetores também jogavam água fria enquanto eles estavam em pé na fila.

Pelas recordações do Sr. Oliveira, o inspetor não era tão fácil de ser enganado, ele era “jogo duro”. Uma das punições do inspetor relatadas foi que “ele colocava [o estudante] até preso no sanitário” ele “trancava lá, meia hora, uma hora, no sanitário” (OLIVEIRA, 2017).

Considerações que devem ser feitas aqui são sobre as memórias dos ex-alunos da Escola/Ginásio Agrícola. Suas lembranças fazem parte de uma “representação seletiva de um passado” (RANZI, 2001, p. 32), mas revelam também situações e especificidades de situações de um passado que os marcou de certo modo.

Há o relato que conseguiam comida com o cozinheiro do ginásio para engendrar suas aventuras nas matas que rodeavam a escola. Será que o cozinheiro era tão complacente para efetuar regalias a alguns alunos? Será que sobrava comida e com isso o cozinheiro fazia tais concessões? Pois Trümmer (1999) comentou que em seus anos de estudo na escola agrícola de Araquari, “era comum [...] faltar alimentos, inclusive pão. Inúmeras vezes, almoçávamos só aipim e laranjas, ou batatas” (TRÜMMER, 1999, p.12).

As memórias do Sr. Oliveira revelam uma outra realidade sobre a alimentação: “quem estava nessa época lá, reclamar da alimentação! Não podia reclamar, é impossível”. “Na época, era uma coisa higiênica, coisa perfeita, a gente conhecia as instalações, os alunos iam lá dentro, ajudavam a escolher feijão” e “era tudo ensinamento, a bandeija limpar diretinho, levar lá, você via a limpeza” (OLIVEIRA, 2017).

Através destas memórias é possível considerar que no início das atividades da Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira, com um número reduzido de discentes – vinte alunos – a alimentação fosse mais abundante. Porém, com o passar dos anos e o aumento do número de estudantes, é possível que esta situação tenha sido modificada. Frente a isto estão duas versões sobre a alimentação, de um lado um ex-aluno que esteve na escola nos anos de 1959 e 1960, e do outro egresso que iniciou seus estudos no curso de Mestría Agrícola e permaneceu na instituição o dobro de tempo do primeiro, ou seja, de 1962 a 1965.

Durante as obras da instituição, fotografias foram tiradas ao longo das etapas de construção, como indicam as figuras de número 5 e 6 deste trabalho. Nelas constam o diretor da escola, o senador Gomes de Oliveira e alguns trabalhadores durante a execução da obra. Mas não há nenhuma menção sobre a contratação dos funcionários, possivelmente porque a contratação era de responsabilidade da empresa construtora e não da instituição de ensino.

O Plano de Trabalho, elaborado e assinado a lápis por Benjamim Ferreira Gomes, foi encaminhado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário no dia 18 de junho de 1954. O primeiro item indicou os funcionários que estavam trabalhando naquele momento na escola agrícola: o diretor, um escriturário, um motorista, um feitor e um encarregado de material. Não consta neste plano o nome de quem exercia tais funções na escola, nem mesmo qualquer indicação de como foram escolhidos. O Ofício de número 4, de 20 de outubro de 1964, leva ao conhecimento do superintendente da SEAV a admissão, realizada pelo diretor Benjamin Ferreira Gomes “para os serviços desta Escola, os funcionários abaixo, os quais passarão a constar em folha de pagamento” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI, 1954c). Foram dois profissionais contratados, sendo um para o cargo de Encarregado do Material e outro como Feitor. É importante destacar que a admissão de alguns funcionários ficou ao encargo do próprio diretor da escola agrícola. Agora fica a questão: de que forma que estas contratações foram estabelecidas? Talvez os profissionais se dirigiram até a escola para oferecer seus serviços. Ou a contratação estava vinculada à indicação de alguém próximo ao diretor, ou a conhecidos seus.

Após dois anos à frente da direção do colégio, o Sr. Gomes foi desligado do cargo e um novo diretor foi empossado, o também engenheiro agrônomo João Palma Moreira. No Relatório do ano de 1956 (p.1) referente ao período de 15 de

junho a 31 de dezembro do referido ano, o novo diretor relatou que foi admitido em janeiro daquele ano pelo Ministro da Agricultura, mas revelou que o ex-diretor “negou a passagem do exercício, por ordem do ex-Governador do Estado”. A explicação para tal atitude foi “que existe um acordo entre a União e o Estado, inclusive no tocante a cotas anuais de verba, e, como tal, o Estado deveria ser ouvido nessas nomeações”. João Palma Moreira ainda enfatizou nesse relatório que a postura tomada tanto pelo ex-diretor e ex-governador não foi “nada contra minha pessoa, mas sim contra a política da União” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA, 1956, p.1).

Garcia (1989) explicitou que a nomeação do primeiro diretor da escola agrícola em Araquari foi uma indicação do deputado da União Democrática Nacional (UDN), Antônio Carlos Konder Reis. Mas devido a alterações no quadro político nacional, o partido vencedor do novo pleito – a coligação Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD) – indicou um novo diretor para a instituição em Araquari.

Este cenário revela que o indicado para ocupar o cargo diretivo da escola dependia do partido político que estava na situação. Dessa forma, a questão sobre o desempenho do trabalho efetuado pelo primeiro diretor não foi colocada em pauta para seu desligamento. A premissa girou em torno de que ele era uma figura opositora, ou não pertencia ao partido vencedor do pleito de 1955.

Com esta variável identificada, é possível pensar que a partir da indicação do diretor pelo viés político as demais contratações para atuação na escola agrícola em Araquari realizadas pelo indicado, também podem ter sido baseadas neste pressuposto, ou seja, na questão partidária.

No dia 15 de junho de 1956, João Palma Moreira assumiu a direção da escola em Araquari. No período em que a instituição ficou sem o representante do cargo de direção, o Sr. Moreira explicitou no Relatório de 1956 (p. 1) que “a Escola esteve acéfala” e naquele período houve apenas o “trabalho propriamente dito, somente do guardião, cuja incumbência era cuidar para não haver roubo de material em depósito” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI, 1956, p. 1).

Estas informações mostram que as obras foram abandonadas entre os meses de janeiro e até 15 de junho de 1956, ficando a escola apenas com um

funcionário, denominado guardião, e a disputa no setor político de dois engenheiros pelo cargo de direção.

No andamento do relatório o novo dirigente enfatizou que o plano de trabalho para o ano de 1956 não foi realizado pelo então diretor em exercício. Em função disso o plano foi feito na cidade do Rio de Janeiro, pelo Dr. Roberval Cardoso. Explicitou também que a verba destinada para o plano de trabalho daquele ano seria ultrapassada por dois motivos “a dívida deixada pelo meu antecessor” e “a necessidade da recuperação dos veículos” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI, 1956, p. 3). Ou seja, nas primeiras páginas do seu primeiro relatório como diretor João Palma Moreira foi deixando claro que o diretor que ocupou o cargo antes dele não fez ou não honrou com compromissos aos quais havia sido incumbido de realizar.

Para explicar o andamento dos trabalhos no primeiro semestre de sua gestão, o Sr. Moreira enfatizou que “não há dúvida que as obras poderiam estar mais adiantadas”, mas isto não havia ocorrido porque faltava “o projeto de instalações hidráulicas, elétricas e esgoto”, além de “concomitantemente pela demora do recebimento da verba do segundo semestre” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI, 1956, p. 2). Dessa forma, o diretor vai narrando ao longo do relatório que os eventuais problemas e atrasos nas obras da escola agrícola em Araquari não dizem respeito à sua falta de comprometimento com o trabalho, mas devido à falta de dinheiro ou à irresponsabilidade do diretor anterior.

No decorrer do relatório foi indicada a quantidade de pessoal que atuava naquele momento na escola. Este setor – Pessoal – foi dividido em três especificações. A primeira intitulada Mensalista, com a atuação de cinco funcionários: o Diretor, o Encarregado do Material, o Motorista, um Feitor e um Técnico Agrícola. Destes, é possível afirmar que Encarregado do Material tinha parentesco com o prefeito da cidade de Araquari, que doou terrenos para a construção da escola agrícola, pois possuíam o mesmo sobrenome. Sendo assim, reforça a questão levantada anteriormente que a indicação do diretor através do viés político também pode ter se efetivado na contratação de parte das pessoas que atuaram na escola.

A segunda divisão do setor pessoal foi denominada de Horista. Nesta seção havia: um Carpinteiro, que também exercia a função de Pedreiro, mais dois Pedreiros e um Vigia, sendo que este último cargo foi substituído cinco vezes.

Talvez este número de substituições tenha ocorrido no período de janeiro a junho do ano de 1956, momento em que houve o impasse na indicação do diretor da escola. Como ficou apenas o vigia no local de construção da escola, que não possuía fácil acesso e ficava distante do centro da cidade de Araquari, as pessoas foram desistindo do trabalho.

Por fim, a terceira divisão de cargos foi nomeada como Tarefeiros. Nesta seção havia, no total, 20 pessoas. Não há no relatório qualquer indicação sobre elas, se eram provenientes da cidade de Araquari ou região próxima, se a contratação foi realizada diretamente pelo diretor ou por empresa localizada na cidade de Itajaí como afirmou Garcia (1989). O Relatório de 1956 indica que existiam duas casas de madeira de pinho para operários, isto leva a pensar que, durante a execução das obras de construção da escola, os funcionários pernoitavam no local.

Ao findar o relatório do ano de 1956, especificamente do período em que atuou como diretor da escola, ou seja, de junho a dezembro, o Sr. Moreira informou que “há possibilidade do funcionamento desta Escola no ano de 1957”, para tanto encadeou 13 fotografias que mostram as obras da escola naquele dado momento. É provável que o diretor tenha feito uso das fotografias como forma de provar que estava, mesmo com o atraso na posse do cargo, empenhado na conclusão das obras do estabelecimento educacional agrícola.

João Palma Moreira deixou esclarecido em seu relatório do ano de 1956, que seu antecessor não havia preparado um plano de trabalho para aquele ano⁵⁹, e que por tal motivo, foi necessário um plano vir da cidade do Rio de Janeiro. Moreira montou seu plano de trabalho para o ano seguinte e o encaminhou à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA, 1956b).

Em primeiro lugar apresentou o item relacionado à admissão de novos funcionários. Esclareceu o diretor que “esta necessidade irá ser no mês de outubro, época em que esta Escola deverá iniciar o seu funcionamento, com o Curso de Adaptação dos alunos para vestibular no ano de 1958” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI, 1957, p. 1).

⁵⁹ Até o presente momento da pesquisa não foram localizados os Planos de Trabalho para os anos de 1955 e 1956.

Segundo estas considerações apontadas por João Palma Moreira, a previsão para o início do funcionamento da Escola de Iniciação Agrícola em Araquari era para o ano de 1957, especificamente no mês de outubro. Com as obras concluídas o primeiro ano letivo na escola seria a partir de 1958, no entanto isto apenas aconteceu no mês de maio de 1959. Os motivos que levaram a tal atraso foram expostos por ele no Relatório das atividades do ano de 1957 (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI , 1957c, p. 1); “demora da distribuição das verbas, onde a Cota federal só foi recebida no mês de dezembro” e “que este ano foi extremamente chuvoso, impedindo um ritmo maior dos trabalhos externos”.

O atraso no início do ano letivo também foi o que ocorreu na Escola Profissional Agrícola-Industrial de Jacareí – SP. As atividades deveriam iniciar no de 1936, mas começaram em 1937, e somente no mês de setembro. Ou seja, tanto em Araquari como em Jacareí as atividades letivas das escolas voltadas ao ensino agrícola, tuteladas pela União ou pelo Governo do Estado paulista não iniciaram no mês de março.

O Plano de Trabalho da escola de Araquari também indicou outros cargos e quantidade de funcionários que necessitaria para o funcionamento adequado da instituição:

2 escrevente-datilógrafos: um para desempenhar as funções de almoxarife. Outro para cuidar da escrituração do movimento escolar. Dois vigias, cuja função é a guarda dos alunos à noite, bem como a guarda da própria Escola, em sistema de rodízio. Um cozinheiro, cuja necessidade é mais que justificada, pois iremos manter o regime de internato. Um inspetor de alunos (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI, 1957b, p. 1).

É importante mencionar que o diretor sugeria as funções para as futuras contratações visando o bom funcionamento da escola agrícola, mas não indicava qual qualificação profissional cada um deveria ter. Esta questão deveria ficar sob a responsabilidade da SEAV, o diretor apontava as necessidades do estabelecimento de ensino e a superintendência se encarregava de resolvê-la. O diretor não

mencionou nada sobre a contratação dos professores⁶⁰ e se esta seria uma responsabilidade dele ou da SEAV.

No item “Relação Nominal” do pessoal existente em 31 de dezembro de 1956 consta: Antônio Leite, ocupando o cargo de feitor, admitido em 20 de outubro de 1954; Moacyr Borges Sprotte, no cargo de encarregado de material, admitido em 10 de julho de 1956; no cargo de motorista esteve Pedro Camilo Nascimento, com data de ingresso no dia 9 de maio de 1955; o de técnico agrícola, ocupado por Antônio Procópio de Carvalho, com data de admissão no dia 6 de agosto de 1955 e o agrônomo João Palma Moreira, admitido em 11 de janeiro de 1956 (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI, 1956).

No ano de 1957, nova figura foi nomeada para auxiliar nas obras da escola agrícola em Araquari. O diretor enfatizou “o prazer de contar com a presença do Agrônomo Paulo Henrique Faria”, este senhor era funcionário do Estado de Santa Catarina e foi “colocado a disposição desta Escola para auxiliar nos diversos misteres” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI, 1957, p.1).

Neste relatório o diretor somente fez menção, na seção Pessoal, aos trabalhadores que designou como Federal. Estes são os mesmos do relatório do ano de 1956, no qual foram denominados Mensalistas, ocupando os mesmos cargos indicados acima. Abaixo deles fez mais uma designação chamada Estadual, incluindo o agrônomo Paulo Henrique Faria, ocupante naquele momento do cargo

⁶⁰ No VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, realizado no ano de 2015 na cidade de Maringá, ocorreu a Sessão Coordenada de número 25, que pertencia ao Eixo Temático 5 - História da Profissão Docente, e era denominada História dos Professores Rurais no Brasil: Formação e Profissionalização (1930-1970), sob a coordenação de Rosa Fátima de Souza. Esta sessão enfatizou as poucas e recentes pesquisas sobre a história do magistério primário rural. Foram quatro comunicações, e cada uma apresentou formas distintas de formação do magistério rural em quatro estados do Brasil, foram elas: **Entre o povoamento e a educação: história da formação do professor primário no meio rural paranaense (1930-1960)**, da pesquisadora Analete Regina Scheubauer, abordando ações governamentais do Estado do Paraná para a expansão da educação rural nos municípios; **Constituição da profissão docente em escolas rurais no sertão Pernambucano (1950-1970)**, com autoria de Virgínia Pereira Silva Ávila, que diz respeito às características da profissionalização de docentes destinados a trabalhar nas escolas rurais do sertão de Pernambuco; **As políticas para a formação do professor leigo rural primário**, no sul de Mato Grosso, nas décadas de 1960 e 1970, escrito por Alessandra Cristina Furtado, abordando a questão da implantação de políticas para formação do corpo docente leigo para o ensino primário rural, especificamente na região sul matogrossense, por fim, a comunicação denominada **Formação dos professores primários rurais no estado de São Paulo (1930-1971)**, da pesquisadora Rosa Fátima de Souza, que trouxe à tona as particularidades dos cursos de especialização de formação do professor rural no estado de São Paulo. Estas comunicações revelam o potencial de pesquisa em torno da formação do magistério rural, não só relativo ao primário, mas também ao nível ginásial, secundário e superior. É uma lacuna de estudos profícua para os que se debruçam a estudar a História do Ensino Agrícola no Brasil.

de Auxiliar de Administração. Este agrônomo foi indicado para ocupar o cargo de diretor da escola no período de 1958-1961, foi então durante sua direção que tiveram início as atividades escolares em Araquari.

É importante mencionar que apenas para a função do cargo diretivo da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari foi indicada a formação profissional. Todos eles são engenheiros agrônomos. Segundo Garcia (1989), no período de 1954 a 1970 todos os que ocuparam a função de diretor da instituição tinham sua formação neste ramo. Após Paulo Henrique Rocha Farias, os engenheiros agrônomos que ocuparam a função diretiva da instituição foram: Arnaldo Manhães de Mattos (1961 a 1962) – durante seu exercício ocorreu mudança do curso oferecido, de Iniciação Agrícola para Mestria Agrícola, bem como a alteração do nome da instituição de Escola Agrícola para Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira -; Dalton Heros Malucelli (1962 a 1968), no final de seu mandato, especificamente na transição do ano de 1967 para o ano de 1968, também houve alteração do curso oferecido, Técnico Agrícola, do nome da instituição, Colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira, e a tutela do colégio passou para a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Segundo o Regulamento das Escolas Agrícolas, emitido pelo Ministério da Agricultura (p. 1) estas deveriam ser “dirigidas por um diretor nomeado em comissão pelo poder Executivo, escolhido entre os componentes do quadro único de Agrônomos do Estado”. Por ser um estabelecimento de ensino voltado à agricultura estas designações indicam a compreensão de que um diretor formado na área de atuação da escola saberia como organizá-la para o bom funcionamento das atividades educacionais.

Em relação aos professores, o documento denominado “Boletim dos trabalhos escolares correspondente aos meses de janeiro, fevereiro e março do ano de 1960”, traz o nome e a(s) disciplina(s)⁶¹ ministrada(s) por cada um. A característica marcante era que todos eram do sexo masculino, quadro que sofrerá uma alteração nos anos posteriores, quando haviam cinco professores e um deles era uma mulher (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1965, 1966 e 1967).

⁶¹ No capítulo 3 serão abordadas as disciplinas dos cursos.

Nestes relatórios não há evidências de como foi a contratação destes profissionais, muito menos a formação de cada um⁶². O trabalho de Issa (2014, p. 72) revelou que na Escola Agrícola de Urutaí, localizada no Estado de Goiás, “o corpo docente composto por profissionais bacharéis era predominante”, principalmente os que atuavam com disciplinas da cultura geral.

Este cenário assemelha-se, em parte, ao quadro de professores na escola em Araquari no período de 1959 a 1967. Em 26 de março de 1967 a Universidade Federal de Santa Catarina enviou uma carta ao diretor do Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira solicitando o preenchimento de um questionário com a finalidade de “melhor conhecer a realidade do ensino secundário catarinense e, [...] planificar melhor os Cursos de Treinamento para Professores” ofertados por aquela instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 1967). Neste questionário há espaços designados para o diretor informar o nome do professor, a matéria que este ministra, o tempo no qual o docente participou da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) e o último curso que o professor concluiu. No documento foram feitas anotações de sete professores e uma anotação sobre um determinado docente, no final do questionário.

O preenchimento do questionário foi feito na seguinte ordem: a primeira anotação foi feita para o concluinte do curso de Direito, em seguida no curso Normal do primeiro ou do segundo ciclo – em função da letra não estar legível não foi possível precisar corretamente –, na sequência o docente que concluiu o curso de Filosofia, um Técnico Agrícola. A única professora que lecionou no período de estudo desta tese, era Normalista, a anotação para o sexto docente está ilegível, e, por fim um, Contador. Ao final do questionário consta apenas informação do primeiro nome do professor e que sua formação era na área de Técnico Comercial (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 1967). Provavelmente este documento é apenas o rascunho do original enviado à UFSC.

Estas anotações disponíveis permitem afirmar que os seis professores informados pela instituição – o sétimo, que está registrado ao final do questionário, não informa qual disciplina lecionava naquele momento – são aqueles que ministram disciplinas não correspondentes à área técnica. Eram elas: Português, Matemática, Inglês, Ciências, Educação Física, História e Geografia. Ou seja,

⁶² Foi constatado poucos estudos e pesquisas sobre os docentes e sua formação para o ensino agrícola a partir do decreto da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, em 1946.

disciplinas voltadas à seção de Cultura Geral, como foi também estabelecido na Escola Agrícola de Urutaí.

Abaixo segue o Quadro 2 que identifica a formação do docente, a disciplina que esteve sob sua responsabilidade, o tempo que lecionava e a idade do professor.

Quadro 2 - DOCENTES DO GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, FORMAÇÃO ACADÊMICA, TEMPO DE ENSINO E DISCIPLINA QUE LECIONOU.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR	MATÉRIA QUE LECIONOU	TEMPO NO ENSINO	IDADE DO PROFESSOR
Direito	Português	11 anos	46
Normal 1º ou 2º ciclo	Matemática	8 anos	57
Filosofia	Inglês	11 anos	37
Técnico Agrícola	Ciências	15 anos	26
Normalista	Ciências	4 anos	22
Inelegível	Educação Física	7 anos	52
Contador	História e Geografia	8 anos	37
Técnico Comercial	Não informa	---	----

Fonte: A Autora, adaptado de documento denominado Questionário da UFSC.

Acervo: Arquivo Institucional do IFC *Campus Araquari*: Pasta Ofícios Recebidos de Diversos 1967.

Não é possível apontar qual critério foi estabelecido para a distribuição destas disciplinas em relação à formação profissional de cada docente. Se foi por opção do docente, afinidade com a disciplina, necessidade da instituição ou até mesmo indicação do diretor.

É provável que a idade ou o tempo no ensino do professor formado como Técnico Agrícola tenha sido registrado errado, pois ao considerarmos o que foi anotado sobre este profissional, o mesmo começou a lecionar aos 11 anos de idade.

O tempo de trabalho no ensino demonstra que o exercício da docência foi uma constante na vida destas pessoas. A única que apresenta um tempo menor é a professora normalista, porém ela estava com 22 anos, o que demonstra que iniciou suas atividades no ensino com 18 anos de idade.

Estudos de Weschenfelder (2010, p. 184) sobre a educação das pessoas que viviam no campo nas décadas de 1950 e 1960 no Rio Grande do Sul, revelam a visão sobre o docente da escola rural,

Considerada tipo ideal, seria aquela que deixasse “sementeira” por onde trabalhasse, para que os sucessores realizassem uma boa “colheita”. O que seria uma boa colheita? Seriam boas e visíveis transformações na organização do espaço escolar, aparelhando minimamente a escola rural, organizando clubes, hortas, novos lugares para desenvolver os trabalhos pedagógicos junto aos alunos-crianças e jovens. A sementeira seria a aprendizagem de noções básicas de agronomia moderna, para produzir mais de outros modos. Seria a aprendizagem de outras formas de lidar com a produção agrícola, produzindo a matéria-prima para a indústria rural caseira ou para abastecer os centros urbanos em expansão.

Interessante notar que a função do docente rural é semelhante à hipótese defendida nesta tese: a de estimular a fixação do estudante na terra, aumentar a produção rural e pecuária na sua região de origem e também com a intenção de fornecer produtos para os que residiam nos centros urbanos.

O estudo de Barreiro (2013, p. 647) abordou maneiras e programas de ensino agrícola que foram ofertados às professoras rurais, atreladas à Campanha Nacional de Educação Rural (1952-1963), e expõe a mesma ideia de fixação do homem no campo:

O ensino agrícola, parte integrante da educação rural, tinha a prerrogativa de formar o homem do campo numa perspectiva ampliada, para além da alfabetização, de modo a fixá-lo ao campo e igualmente a professora rural, devido a falta de professoras formadas e em especial para ministrar aulas no meio rural.

Importante mencionar que a mesma premissa contemplava os que residiam no campo e os docentes que se dedicavam a ministrar aulas em escolas rurais.

Possivelmente esta foi uma representação do homem do campo e dos professores que atuavam nos estabelecimentos de ensino agrícola cunhada nas décadas de 1950 e 1960, entre sujeitos inseridos no debate de organizações desta modalidade de educação.

Belleza (1956, p. 215), que foi superintendente da SEAV, afirmou que “Deverá,[...] a escola, funcionar como núcleo de constante aperfeiçoamento da

comunidade de que se tornará uma conseqüência ao mesmo tempo que um elemento de propulsão”. Conforme o autor, através do que foi estabelecido na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, no ano de 1946, foram indicados “instrumentos educativos que podem ser utilizados para a melhor adaptação do homem rural ao seu meio, em benefício do desenvolvimento geral do país” (BELLEZA, 1956, p. 216).

O entendimento da escola rural e dos atores que estão inseridos no cotidiano da mesma no período indicado, foi a de ambientar os atuantes do setor agrícola aos conhecimentos deste contexto. Deste modo, os agentes da escola rural também deveriam receber treinamentos referentes à vida no campo e transmitir os ensinamentos do campo no planejamento de suas aulas.

Do período de 08 de abril de 1964 a 06 de junho de 1967 a Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira contou com os mesmos 24 profissionais, dentre docentes e outros servidores, como, por exemplo, serviçal, feitor, inspetor de alunos e padeiro. Conforme o Ofício nº 104, de 06 de junho de 1967, emitido pelo diretor em Araquari, um servidor “não está incluído na relação mencionada [...], localizado por VS., pela Portaria nº. 2, de 1 de março de 1966 [...], mas percebendo, ainda pelo ex-Serviço de Expansão do Trigo” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967f). Creio que a palavra percebendo foi datilografada errada, o certo seria pertencendo ao serviço de Expansão Agrícola, deste modo, o servidor não poderia ser cedido, pois ainda estava vinculado a outra instituição.

Em relação à contratação dos professores que atuaram na escola agrícola em Araquari, foram estabelecidas, através da Portaria nº 449, de 20 de setembro de 1966, normas para a admissão de docentes horistas.

Nos educandários subordinados à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, quando houver necessidade imprescindível de recrutar professores em regime de hora-de-aula, deverá o diretor do estabelecimento encaminhar ao Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário a respectiva proposta, instruída com os seguintes elementos: a) justificativa da medida pleiteada, com a exposição de sua imprescindibilidade; b) nome do candidato e sua qualificação; c) indicação da disciplina ou disciplinas a lecionar; d) número de horas de aula semanais de cada disciplina, de acordo com o calendário escolar fixado para o estabelecimento; e) cálculo da previsão da despesa para o período letivo considerado, fixando-se para limite o dia 31 de dezembro, término do exercício financeiro

(SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1966b, s/p).

Desta maneira, ficava ao encargo do diretor da instituição informar sobre o candidato e sua qualificação ao cargo de docente, bem como mencionar a ou as disciplinas que lecionaria.

Esta portaria também indicava que “as propostas deverão ser enviadas à SEAV com a maior antecedência possível” e estas seriam “estudadas em caráter prioritário pelos órgãos técnicos competentes e submetidos ao Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário para a devida homologação” (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1966b, s/p). Isso significa que o diretor podia indicar o docente, mas o crivo de aceitação passava pela SEAV.

Segundo o Decreto nº 26.571, de 8 de abril de 1949, “o registro dos professores que pretenderem exercer sua atividade nas escolas agrotécnicas, escolas agrícolas e escolas de iniciação agrícolas” deveria ser realizado “na Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura”. Para efetuar tal registro os docentes deveriam entregar a seguinte documentação, conforme o artigo terceiro:

Prova de identidade; prova de idoneidade moral; prova de sanidade e capacidade física, pela qual se verifique que o candidato não é portador de moléstia infecto-contagiosa ou possuidor de anomalia orgânica ou funcional que o incompatibilize para o exercício do magistério, fornecida por serviço médico oficial; prova de idade não inferior a vinte e um anos; folha corrida; prova de que está em dia com suas obrigações concernentes ao serviço militar; prova de habilitação nos termos dêste Regulamento (BRASIL, 1949).

A prova de habilitação era diferenciada para os professores que atuavam nas disciplinas de Cultura Geral e Cultura Técnica. Para a primeira foi solicitada aos docentes uma das comprovações a seguir, conforme estabelecia o artigo quarto:

Diploma de licenciado dos cursos pedagógicos previstos na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, com exceção do Curso de Administração do Ensino Agrícola; diploma de licenciado pela Faculdade Nacional de Filosofia ou estabelecimento congênere ou reconhecido; certificado de habilitação em concurso para professor da disciplina, em estabelecimento de segundo grau, federal ou equiparado (BRASIL, 1949).

Aos de Cultura Técnica solicitaram-se uma das comprovações constantes no artigo quinto:

Diploma de curso superior reconhecido em que se ministre a disciplina; diploma de Técnico referente ao curso em que se ministre a disciplina, conferido por escolas agrotécnicas federais, equiparadas ou reconhecidas; certificado de habilitação em concurso para professor da disciplina, em escolas superiores de agricultura e veterinária, federais ou reconhecidas e escolas agrotécnicas federais ou equiparadas (BRASIL, 1949).

Especificamente para os professores que atuavam na disciplina de Educação Física e de Canto Orfeônico o decreto estabeleceu especificações:

Art. 8.º A prova de habilitação para os candidatos a professor de educação física será o certificado de registro expedido pela repartição competente do Ministério da Educação e Saúde.
Art. 9.º A prova de habilitação para os candidatos a professor de canto orfeônico será o certificado correspondente, expedido por estabelecimento oficial ou reconhecido, devidamente registrado na repartição competente do Ministério da Educação e Saúde (BRASIL, 1949).

O Ofício nº 779, de 03 de maio de 1967, informou que inicialmente o Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário solicitava homologação de uma relação de professores horistas ao Delegado Federal de Agricultura em Santa Catarina com a intenção de “satisfazer às exigências do Delegado Fiscal do Tesouro Nacional” (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1967, s/p).

Conforme as informações contidas no documento, a contratação dos professores para atuarem no Ginásio Agrícola em Araquari esteve atrelada não só à solicitação do diretor do estabelecimento, mas também à fiscalização e orientação de um Delegado Fiscal do Tesouro Nacional, encaminhado aos órgãos responsáveis.

Em seguida, outro Ofício – nº 1277 de 14 de junho de 1967, foi expedido pelo Chefe da Divisão de Administração Escolar – DADES, órgão ligado à SEAV, informando as seguintes diretrizes ao diretor do Ginásio Agrícola em Araquari :

Comunico-vos para os devidos fins que o Sr. Diretor do Ensino Agrícola homologou os professores horistas desse Ginásio, conforme relação anexa. Outrossim, o professor Wilson Corrêa não foi homologado por falta de registro nesta SEAV (DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, 1967, s/p).

A relação foi de sete docentes, sendo que somente um não foi homologado. Os nomes dos docentes são iguais ao do Ofício nº 779, de 03 de maio de 1967, com a única exceção houve a adição de mais uma disciplina ao professor que não foi homologado (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1967).

No documento também consta o nome do professor e a disciplina que estava sob sua responsabilidade na instituição agrícola. Essas eram: Práticas de Oficinas Rurais, Industrialização e Conservação de Produtos Agropecuários e Práticas Agrícolas, Educação Física – sendo estas duas últimas ministradas pelo mesmo docente-, Iniciação ao Estudo de Zootecnia e Práticas Zootecnicas, Inglês, Ciências Naturais – disciplina esta do professor não homologado por não ter realizado o registro na SEAV, e, por fim, História Geral e do Brasil e Geografia Geral e do Brasil, conferidas ao mesmo professor.

A homologação destes profissionais ficava ao encargo do Diretor do Ensino Agrícola e docentes deveriam ser registrados na SEAV, sem este registro, o professor era impedido de lecionar na instituição, deveria haver uma relação dos professores registrados no órgão competente com a indicação dos possíveis lugares que poderiam atuar. Ficava então ao encargo do diretor do Ginásio Agrícola informar ao Diretor do Ensino Agrícola sobre as necessidades de contratação de professores e correspondentes disciplinas, indicação de possíveis nomes, e o chefe da Divisão de Administração Escolar, endossado pelo Diretor do Ensino Agrícola, conferia os nomes destes professores em seus registros e emitia ofício ao solicitante, informando os futuros servidores do estabelecimento agrícola.

A Portaria nº 449, de 20 de setembro de 1966, informou que:

Art. 3º - Na impossibilidade de recrutamento de professores registrados, poderá o Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, mediante fundamentada justificação do diretor, homologar propostas em caráter excepcional: I- Para as disciplinas de cultura geral, de candidatos autorizados a lecionar pela Inspetoria Seccional; II- para as disciplinas de cultura técnica, de técnicos reconhecidamente especializados (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1966b, s/p).

Através destas diretrizes é possível afirmar que não bastava só ser indicação do diretor, era necessária a autorização de órgãos ligados à questão educacional e especialização devidamente reconhecida.

Em relação à formação acadêmica dos docentes, principalmente aos que lecionavam disciplinas de caráter técnico, foi constatado que estes professores tinham formação compatível para lecionarem tais conteúdos. O Ofício nº 1889, de 04 de agosto de 1967, expedido pelo Chefe da Divisão de Fiscalização Escolar Profissional ao Diretor do Ginásio Agrícola, localizado na cidade de Araquari, informou:

em atenção ao vosso requerimento, datado de 4/8/67, remeto-vos, em anexo, o Certificado de AUTORIZAÇÃO PARA LECIONAR AS DISCIPLINAS DE CULTURA TÉCNICA concedido ao Técnico em Agricultura (DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL, 1967, s/p).

É importante destacar que foi requerido pelo diretor do Ginásio Agrícola tal certificado, isto implica em concluir que o registro do docente na SEAV era mediante apresentação de diploma. E também que a chefia de divisão de Fiscalização Escolar Profissional emitia também um parecer sobre as qualificações do professor e indicava qual disciplina o mesmo ministraria na instituição.

A Portaria nº 449 informou sobre a quantidade de horas que um professor horista podia ter na instituição, que seria o “limite máximo de 36 (trinta e seis) horas de aula semanais, ainda que lecione mais de uma disciplina” (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1966b).

Além disso, a referida portaria indicou quais eram as obrigações do professor horista:

a) – ministrar aulas da disciplina ou disciplinas para que foi proposto, executando os respectivos programas, de acordo com as instruções metodológicas indicadas pelo estabelecimento; b) – ser assíduo e pontual; c) – estabelecer com os alunos um regime de mútua colaboração, ativa e constante; d) – registrar no diário de classe a frequência dos alunos e os outros dados exigidos; e) – organizar e julgar provas e exames das turmas sob sua responsabilidade; f)- integrar, quando designado pelo diretor, comissões de exames na disciplina que leciona ou em disciplinas correlatas ou afins; g) – exercer, no caso de ter habilitação legal e ser designado, a orientação educativa dos alunos; h) – comparecer

às reuniões e solenidades programadas, auxiliar na fiscalização de provas e exames e colaborar com a direção do estabelecimento na organização e execução dos trabalhos de caráter cultural, cívico e recreativo (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1966b).

Através destas diretrizes é pertinente dizer que a atuação do docente em um estabelecimento agrícola não estava vinculada apenas a ministrar conteúdos aos alunos, mas sim de interagir com o cotidiano da instituição nas mais diversas necessidades educacionais do ambiente escolar.

O Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira forneceu aos professores solicitantes atestados. Alguns estão datilografados em papéis timbrados do Ministério da Agricultura, firmando a prestação de serviços do docente:

Certidão, certifico, a pedido da parte interessada e para os devidos fins, que ANTÔNIO LAÉRCIO BRUNATO, é funcionário – Professor de Ensino Secundário – nível 16 – em efetivo exercício, deste Ginásio Agrícola “Senador Gomes de Oliveira”, de Araquari, Estado de Santa Catarina, órgão da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, a partir de 1 de março de 1962, tendo sido enquadrado em 6 de setembro de 1963, pelo Parágrafo único do art. nº. 23, da Lei 4.069, de 12 de junho de 1962. Araquari, 15 de junho de 1966. Dalton Heros Malucelli – Diretor (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1966e).

Em certas certidões há determinados cuidados em informar ao(s) interessado(s) a quantidade de órgãos aos quais o Ginásio Agrícola de Araquari estava vinculado, pontuar a categoria de enquadramento funcional do docente e as devidas leis e parágrafos.

Em alguns diários do curso de Iniciação Agrícola, como no curso posterior, Mestría Agrícola, há indicação do nome dos professores e das disciplinas que lecionam. Alguns receberam, além do título de professor, o de doutor. Nem sempre, mas os que recebiam a denominação de doutores eram os docentes que atuavam em disciplinas na área de agronomia ou veterinária. Talvez o título fosse concedido apenas aos docentes que tivessem alguma formação com nível de graduação.

Segundo o diário da disciplina de Preparo e Conservação de Produtos Agrícolas, do ano letivo de 1962, do curso de Mestría Agrícola, alguns professores se dirigiam ao Ginásio Agrícola com veículo fornecido pela Secretaria da

Agricultura. O docente escreveu na seção denominada Matéria Lecionada a seguinte informação: “As aulas do mês de junho não puderam ser dadas por encontrar-se o professor da cadeira sem condução (O Jeep foi recolhido pela Secretaria da Agricultura para revisão)”. Como não houve aulas o paliativo foi a realização de “uma prova mensal no mês de junho, sendo que a matéria da prova correspondente à lecionada nos meses de março, abril e maio. Data da prova: 20/06/62” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, Diários das Disciplinas Escolares 1962 a 1967).

Talvez a concessão de veículos para docentes não fosse para todos, mas apenas para os que tinham outra função na Secretaria da Agricultura, ou em outro órgão ligado à área agrícola. Ou também somente aos docentes que ministravam disciplinas das áreas técnicas, que não eram professores efetivos de uma única instituição de ensino agrícola.

É bem provável que seja por isso que estes professores das disciplinas técnicas não estão contemplados no questionário emitido pela UFSC. Pois não era da competência do diretor do ginásio agrícola informar a situação dos professores das disciplinas vinculadas aos saberes da agricultura e pecuária.

A intenção deste capítulo foi tecer considerações acerca da construção do estabelecimento agrícola em Araquari, indicando os profissionais contratados a princípio para a efetivação da obra.

Após a infraestrutura básica para o funcionamento da escola estar finalizada, foi dado prosseguimento para a contratação de docentes, o que estava atrelado à um conjunto de procedimentos determinados pela SEAV, órgão responsável pelo ensino agrícola durante o período pesquisado neste trabalho.

CAPÍTULO 3 - O OPERÁRIO AGRÍCOLA (1959-1961) E O MESTRE AGRÍCOLA (1962-1967): OS ALUNOS E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR

A discussão neste capítulo foi pensada a partir dos pontos de Lopes (1954), sobre a disposição das disciplinas contempladas no currículo, o tipo de formação para o trabalho agrícola e suas práticas escolares, previstas para o egresso diplomado como Operário Agrícola e Mestre Agrícola; e por fim, sobre o perfil dos alunos ingressantes nos dois cursos estudados neste trabalho.

3.1- Currículos e Formação Profissional Agrícola

O item 5 do Plano para a Escola Rural, de Lopes (1954), trata sobre:

5 - Programas – A fixar posteriormente. Note-se, porém, desde já, que nas aulas teóricas se estudarão português, aritmética, geometria, desenho, noções de história e geografia, noções de contabilidade, ciências físicas e naturais, legislação do trabalho. A agricultura racional será, entretanto, o ponto principal do programa. As outras matérias serão a ela subordinadas. Linguagem, aritmética, etc. não serão em vista as necessidades dos futuros lavradores em sua vida habitual (LOPES, 1954, p. 182).

Em Araquari o currículo foi estabelecido, segundo as considerações de Garcia (1989) e Cristofolini *et al.* (2009), conforme o Decreto nº 21.667, de 20 de agosto de 1946, que tratou do Regulamento dos Currículos do Ensino Agrícola. A princípio o currículo foi dividido em dois setores: Cultura Geral e Cultura Técnica, distribuídos conforme quadro abaixo:

Quadro 3- DISCIPLINAS OFERTADAS NO PRIMEIRO E SEGUNDO ANO DO CURSO DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA (1959).

CURSO	PRIMEIRA SÉRIE	SEGUNDA SÉRIE
Operário Agrícola	Português, Matemática, Ciências Naturais, Geografia e História do Brasil, Agricultura e Desenho.	Português, Matemática, Ciências Naturais, Agricultura, Criação de Animais Domésticos.

Fonte: A Autora, adaptado de GARCIA (1989).
Acervo: Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

É importante frisar que a denominação do curso ministrado na instituição de ensino no município de Araquari foi o de Iniciação Agrícola. Ao final do curso o egresso era diplomado como Operário Agrícola.

O curso de Iniciação Agrícola tinha o tempo de duração de dois anos e, referia-se à quinta e sexta séries do então denominado ginásio (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009). O capítulo V, do artigo 65, da Lei Federal nº 9.613, de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola estabelece que:

As escolas de iniciação agrícola poderão ministrar ensino primário, de conformidade com a legislação competente, adolescentes analfabetos ou que ainda não tenham recebido aquele ensino de modo satisfatório, e que sejam candidatos ao curso de iniciação agrícola (BRASIL, 1946, p. 13).

Conforme a regulamentação, os cursos de Iniciação Agrícola estão articulados com o curso primário, mas esta não define os ingressantes como formados ou cursando este ciclo de ensino. Além disso, não torna o ensino primário obrigatório, apenas sugere que poderá ser ministrada tal modalidade de ensino.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola dispõe que:

As disciplinas constitutivas do Curso de Iniciação Agrícola, do Curso de Mestría Agrícola, dos cursos agrícolas técnicos e do Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica serão de duas ordens: a)disciplinas de cultura geral; b) disciplinas de cultura técnicas (BRASIL, 1946, p. 4).

Estas disciplinas são bem semelhantes ao curso do Decreto nº 38.042, de 10 de outubro de 1955, denominado Iniciação Agrícola, emitido pelo Ministério da Agricultura à Escola Agrícola em Araquari através da circular nº 38, de 4 de novembro de 1955. Neste curso as disciplinas do primeiro e do segundo ano foram:

Quadro 4 – DISCIPLINAS QUE DEVERIAM SER MINISTRADAS NA PRIMEIRA E SEGUNDA SÉRIES DO CURSO DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA, CONFORME O DECRETO Nº. 38.042 DE 10 DE OUTUBRO DE 1955.

PRIMEIRA SÉRIE	SEGUNDA SÉRIE
Português, Francês, Matemática, Ciências Naturais, Geografia Geral e do Brasil, História Geral e do Brasil, Agricultura, Desenho Técnico e Inglês.	Português, Francês, Matemática, Ciências Naturais, Geografia Geral e do Brasil, História Geral e do Brasil, Agricultura, Desenho Técnico, Criação de Animais Domésticos e Inglês.

Fonte: A Autora, com base no Decreto nº. 38.042 de 10 de outubro de 1955.
Acervo: Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

No decreto, a disciplina de Inglês está escrita a lápis, quem escreveu e o motivo dificilmente será possível responder neste trabalho. Já o Decreto nº 21.667, de 20 de agosto de 1946, não dispõe sobre as disciplinas de francês e inglês.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola não indicou quais seriam as disciplinas propostas e ou conteúdos para a divisão estabelecida entre Cultura Geral e Cultura Técnica. Contudo, determinou, no artigo 18,

que os alunos de qualquer dos cursos de formação serão obrigados às práticas educativas [...]: a) educação física, obrigatória até a idade de vinte e um anos; b) canto orfeônico⁶³, obrigatória até a idade de dezoito anos (BRASIL, 1946, p. 5)

É doze o número de diários de classe dos docentes e, conseqüentemente, de disciplinas ministradas nos anos letivos de 1959, 1960 e 1961 no curso de Iniciação Agrícola.

A disciplina de Francês foi ministrada pelo professor Jairo Borges Sprotte, na primeira série do curso de Iniciação Agrícola, em Araquari. Nesta, algumas matérias de estudo trabalhadas foram: leitura, tradução, artigos definidos e indefinidos e exercícios de conjunção (ESCOLA AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, Diário de Classe de Francês, 1959). Francês também constou no segundo ano do curso, mas apenas com os assuntos de leitura e tradução. O professor Jairo Borges Sprotte também lecionou nas duas séries as disciplinas de Português, Educação Física e Canto Orfeônico – sendo que as duas últimas eram obrigatórias conforme determinava a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

⁶³ Disciplina destinada à educação musical, ministrada em cursos ginasiais e secundários desde a década de 1930 (LEMOS JÚNIOR, 2005).

Nos Diários de Classe dos primeiros 20 alunos⁶⁴ do curso de Iniciação Agrícola, do primeiro ano e do segundo ano, para alguns alunos não constam notas para a disciplina de canto orfeônico. A matéria lecionada, bem como os trabalhos dados aos estudantes foi teoria musical (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA, 1960). O Diário de Classe do ano letivo de 1959 revelou que os alunos tinham de três a quatro aulas da disciplina por mês e que provas parciais e mensais eram aplicadas aos estudantes.

Segundo as memórias do Sr. Oliveira – ex-aluno da primeira turma do curso de Iniciação Agrícola – ele “era bom em Canto Orfeônico”, cantavam “hino à Bandeira, hino Nacional, hino do Estado de Santa Catarina, tinha que cantar, cantar”. A disciplina não tinha instrumentos “era só no verbo, só cantado”, a disciplina ocorria “na sala de aula”, e “tinha que ter boa postura ao cantar o hino nacional, mão no peito”. (OLIVEIRA, 2017).

Esta disciplina foi contemplada nos cursos secundários a partir do ano de 1931, e foi adotada também, em cidade como Curitiba, em cursos ginasiais (LEMOS JÚNIOR, 2005). Contexto no qual “a educação musical no Brasil passava pelas duas finalidades do ensino [...]: a de “higiene moral” e a do “estímulo à cidadania”. Desta maneira “tornava-se imprescindível um ensino para as massas, necessário para a formação de uma República em busca de uma identidade nacional” (LEMOS JÚNIOR, 2005, p.16).

É percebido que especificamente em Araquari esta disciplina esteve no curso de Iniciação Agrícola enquanto a instituição era Escola Agrícola e no posterior, Mestria Agrícola, quando a instituição passou a ser denominada Ginásio, esta não foi mais ministrada.

Diretrizes para a atuação do professor na instituição agrícola estabelecidas pela SEAV através da Portaria nº. 449 do ano de 1966 – discussão estabelecida no capítulo anterior desta tese – indicou que dentre as funções do docente estava o que consta no item “d- registrar no diário de classe a frequência dos alunos e os outros dados exigidos”, como por exemplo, anotações relativas aos conteúdos ministrados em cada aula. (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1966b). Mas, por alguns diários de classe, como a do diário da disciplina de Oficina, pod-se afirmar que alguns professores na escola em Araquari

⁶⁴ Novamente foi necessário recorrer às pastas individuais dos ex-alunos, localizadas no Arquivo Institucional do IFC *Campus Araquari*.

não estiveram atentos a esta prática, ou seja, não preencheram devidamente seus diários e, por consequência, não cumpriram esta norma da portaria.

Uma peculiaridade nos Diários de Classe do ano letivo de 1959 é que, exceto no boletim de Oficina, há um registro feito com a mesma letra em todos os diários no mês de junho, a partir do dia 16, informando a suspensão de dois alunos por três dias, em função de indisciplina. Isto significa que os Diários de Classe foram acessados por outro servidor, além do docente e que não necessariamente estes diários ficavam o tempo todo com os professores. Não foi informado o motivo da indisciplina praticada pelos estudantes, mas a anotação desta irregularidade evidencia que, em um pouco mais de um mês de aula, a indisciplina já foi constatada e punida na Escola Agrícola de Araquari, além de divulgada para todos os professores do curso de Iniciação Agrícola.

Já no ano de 1961, ou seja, no segundo ano do curso de Iniciação Agrícola os conteúdos tratados na disciplina de Canto Orfeônico foram: finalidades do Canto Orfeônico, calífasia⁶⁵, declamação e rítmica. Mas em algumas pastas dos primeiros anos, a disciplina de canto orfeônico aparece riscada e escrita à caneta como Inglês. Será que houve a realização de uma seleção de aptidão para esta disciplina? Ou os alunos se inscreviam conforme seus interesses? Quem não cursasse a disciplina de canto orfeônico, ou não demonstrasse aptidão teria no seu lugar inglês? Talvez esta foi a alternativa encontrada na escola para contemplar o que estabelecia a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

As disciplinas de História e Geografia, no primeiro ano do curso se voltavam-se para assuntos relacionados ao Brasil e, no segundo ano aos assuntos de História e Geografia Geral. Já História do segundo ano, ministrada pelo professor Wilson Cesar Floriani, abordava assuntos de História Geral como, por exemplo, os hebreus. Em Geografia, ministrada também pelo professor Wilson, os estudos abordavam a Geografia Geral, como em nos assuntos sobre os continentes e suas devidas características e comparações (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1960).

Com este documento é possível pensar que o curso oferecido, e seu currículo nos anos iniciais da escola agrícola em Araquari, foi sendo constituído por sujeitos que o engendraram com um entendimento próprio, através da compilação

⁶⁵ Arte de falar com dicção e elegância.

das disciplinas que compuseram o currículo escolar do curso de Iniciação Agrícola. Uma explicação PARA ESTA apropriação poderia ser que ela feita com certas especificidades de um documento que se refere a 11 quadros de distribuição das aulas semanais do curso de Iniciação Agrícola⁶⁶. Estas distribuições de disciplinas se referem aos pressupostos da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. É assim proposto pensar que o currículo que estava sendo estruturado durante a construção da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari se pautou nas diretrizes dessa Lei. O parágrafo terceiro, da seção número dois, deixou claro que o curso de Iniciação Agrícola deveria ser revestido “em cada região do País, da feição e do sentido que as condições locais do trabalho agrícola determinarem” (BRASIL,1946). É provável que esta feição e sentido possam ter sido estabelecidos para cada instituição de ensino agrícola, através da disposição do currículo escolar e a função do curso oferecido por ela.

Quatro foi o número relativo às disciplinas de caráter técnico no curso de Iniciação Agrícola. Foram elas: Desenho, Agricultura Prática, Agricultura e Oficina. Com isto os estudantes que ingressaram no ano de 1959, 1960 e 1961 tiveram o mesmo currículo, com as mesmas disciplinas de caráter técnico. É possível afirmar que este currículo no curso de Iniciação Agrícola, definiu para a Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira “racionalidades e a retórica da disciplina, constituindo o único aspecto tangível de uma padronização de recursos (financeiros, avaliativos, materiais, etc.)” (GOODSON, 1997, p. 20). Foi com base nas disciplinas técnicas que os investimentos na instituição foram sendo destinados à construção de espaços de ensino dos trabalhos práticos, visando a formação para o trabalho agrícola e pecuário dos estudantes.

É possível analisar aqui a “estabilidade e persistência” destas disciplinas (GOODSON, 1997, p. 41). Foi com elas que o curso se manteve estável na oferta de uma formação para o trabalho agrícola e pecuário de caráter inicial, como o próprio nome do curso intenta significar. Talvez por apresentar praticamente os mesmos professores nos três anos em que o curso de Iniciação Agrícola esteve disponível na instituição foi possível manter as mesmas disciplinas da área técnica.

⁶⁶ Este documento consta na relação de documentação referida na pasta circular nº 38. Nesta pasta três documentos foram compilados como anexos: o Decreto nº 38.042, uma Portaria Ministerial nº 951, de 25/10/1955 e 11 quadros de distribuição de aulas semanais, referentes aos diversos cursos constantes na Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Contudo, os dois últimos documentos não estão alocados na pasta.

No diário da disciplina de Desenho, da primeira série de 1961, consta um documento denominado “Programa de Desenho para a Primeira Série do curso de Iniciação Agrícola”. Os conteúdos foram divididos em duas seções: a primeira denominada Desenho Natural dividido em cinco unidades, sendo que na quarta unidade está escrito a caneta a palavra “Não”. Possa ser que esta unidade, denominada “Perspectivas de corpos prismáticos”, não foi ministrada pelo professor da disciplina, por não ser apropriada à formação para o trabalho agrícola pretendida ao egresso do curso. A segunda divisão, intitulada Desenho Geométrico, foi classificada em quatro unidades de ensino.

O diário de Desenho, da segunda série do curso de Iniciação Agrícola, do ano de 1960, indicou que um dos conteúdos trabalhados com os discentes foi o de croquis de móveis como cômoda, mesa e guarda-roupa. Estes não fazem parte do dia no campo, todavia fazem parte do mobiliário de casa, ou seja, o estudante do curso de Iniciação Agrícola aprendia noções de feitiço de objetos que não deveriam ser de tão fácil acesso na época em função do preço. Nesta perspectiva aprender a desenhar estes objetos e, quem sabe, executá-los, facilitaria em parte o cotidiano da vida do trabalhador do campo.

Dentro do núcleo da disciplina de Agricultura, ministrada para o primeiro e segundo ano, pelo professor Arthur Buchelle, a matéria lecionada na primeira série foi direcionada para os conteúdos sobre solo agrícola, e, no segundo, máquinas aratórias. Esta constatação leva à possibilidade de pensar que o diário com o nome apenas de Agricultura foi dedicado para as aulas teóricas que, posteriormente seriam aplicadas na prática do campo, com o diário denominado Agricultura Prática. Os dois diários revelam que a única matéria lecionada foi a de solo agrícola. No ano letivo de 1959, a disciplina de Agricultura possuía então dois diários, um foi destinado à Agricultura Prática e outro apenas para Agricultura. Dentre todas as disciplinas da primeira série do curso, a de Agricultura foi a que teve o maior número de aulas, 98, devendo ser este número a somatória das aulas teóricas e práticas (ESCOLA AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, Relatório Anual de 1959).

Isto ocorreu também nos diários dos anos seguintes, de 1960 e de 1961, sendo que no diário de Agricultura neste último ano, 1961, há maiores anotações acerca dos conteúdos trabalhados em torno do solo agrícola sendo eles: características do solo, classificação dos solos, noções de microbiologia do solo.

Possivelmente este conteúdo simboliza justamente o que Goodson (1997, p. 41) denomina como “estabilidade e persistência” para a manutenção da disciplina escolar de Agricultura no currículo escolar do curso de Iniciação Agrícola.

Talvez seja por isso que ex-alunos da escola no período indicado mencionaram que “quando se falava em aulas práticas, já lembrávamos da foice e do machado”, pois “nos primeiros anos, as aulas práticas, realizadas três vezes na semana, visavam o preparo de áreas para plantio” de “hortaliças, frutas, grãos” (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p.19). A representação que estes ex-alunos possuem sobre a disciplina é que esta foi a matéria na qual se empreendia a maior concentração de sua força física para que se pudesse aprender.

O Sr. Oliveira, recordou dos ensinamentos do professor Arthur Buchelle sobre o conteúdo solo e ressaltou “que eu nunca esqueci”: solo é a camada superficial da crosta terrestre onde o agricultor aplica seus conhecimentos, lavras, gradagens e semeaduras, nunca esqueci” (OLIVEIRA, 2017).

Na Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Jacareí o primeiro conteúdo indicado no “ensino da seção técnica agrícola, visava o preparo do solo”, ou seja, este foi um conteúdo que, de maneira geral, foi imprescindível para os que se dedicavam a obter uma formação para o trabalho agrícola (KANAZAWA, 2011).

O documento distribuído pela Seção de Estudos e Pesquisas, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário no ano de 1960, denominado Programa de Ensino de Cultura Agrícola para as Escolas Rurais forneceu orientações e noções sobre Agricultura Geral. O primeiro item designado para o trabalho com os alunos foi justamente o solo, portanto, solo era o conteúdo norteador da disciplina de Agricultura, conhecê-lo era premissa certa.

O documento estabeleceu a finalidade do trabalho com o solo “conseguir que a terra pague o trabalho de tratá-la, garantindo uma produção econômica por muitos anos” pois, a intenção era fazer que o estudante sentisse “o que precisava saber e precisa realizar, aquele que vive junto a vida agrícola” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1960b, p. 1).

O Relatório do ano de 1956 revelou, através de algumas fotografias⁶⁷, a infraestrutura construída naquele ano e endossou que “há possibilidade do

⁶⁷ As fotografias não estão com uma boa qualidade.

funcionamento desta Escola no ano de 1957” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI, 1956, p. 11).

Ao visualizar as fotos foi percebido que a estrutura a qual se refere o relatório diz respeito ao prédio, conforme as Figuras 12, 13 E 14.

FIGURA 12 – TERRENO AO LADO DO PRÉDIO DA ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI (1956).



Fonte: Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, Relatório do ano de 1956, p.18.
Acervo: Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

FIGURA 13 – TERRENO AO LADO DO PRÉDIO DA ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI (1956).



Fonte: Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, Relatório do ano de 1956, p.17.
Acervo: Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

FIGURA 14 – TERRENO EM FRENTE AO PRÉDIO PRINCIPAL DA ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI (1956).



Fonte: Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, Relatório do ano de 1956, p.12.
Acervo: Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

É nítido que para além do espaço do prédio, mesmo na fachada principal como mostra a Figura 14, o terreno necessitava de muito trabalho. Talvez o contrato com a empresa que empreendeu a construção da escola não estabelecesse a preparação do entorno da instituição, ou esta atividade já foi devidamente engendrada para ser tarefa dos futuros alunos.

O relatório revelou também que serviços de roçadas foram realizados “nas adjacências do prédio principal, e necessária capina na frente do prédio e pátios internos” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI, 1956, p. 10). O relatório ainda informou que em relação a culturas diversas, pomar, parques e jardins nada havia sido realizado e que “pode-se dizer que dos 200 hectares deste terreno, somente uns 30 hectares esta desmatado” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI, 1956, p. 9). Ou seja, parece correto afirmar que estes trabalhos ficaram destinados aos alunos que ingressariam na escola e, na área destinada para a plantação “toda a produção obtida foi utilizada para a manutenção da escola”, desta maneira “não houve renda” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1959, p. 4-5).

Os itens produzidos no mês de janeiro de 1960 foram: banana, feijão, lenha picada, milho e pepino. Em fevereiro do mesmo ano: aipim, banana, cenoura, feijão, lenha picada, milho e pepino. Por fim em março de 1960: todos os itens de fevereiro e mais o palmito. Porém, como evidencia o documento, não houve, neste primeiro trimestre de 1960, renda no setor de agricultura e zootecnia (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1960). Fica evidente que o que era colhido/produzido na escola ficava para alimentar seus alunos e funcionários.

Nas memórias do ex-aluno da primeira turma de Mestria Agrícola, dentre o que era plantado e colhido o que era mais trabalhoso “era roçar a cana, porque dava muita coceira na gente, a gente de manga curta, e a cana dá um tipo de alergia” (TRÜMMER, 2017).

No ano de 1964 a capina com o uso da enxada foi realizada em 5.000 m² e com a capinadeira apenas 1.500 m². A disparidade do número de metros quadrados capinados deve ser em função que, em termos de equipamento, enxadas deveriam ter muitas mais, capinadeiras poucas. Desta forma, a força empreendida pelos estudantes com o primeiro utensílio novamente foi solicitada (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1964, s/p).

No ano de 1965 o processo usado nas capinas foi de uma capinadeira com tração animal. Neste ano 23.300 m² foram capinados com o auxílio deste método, enquanto com a enxada foram 50.500 m² (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1966, s/pg). O mesmo ocorreu com as roçadas, no ano de 1965 foram realizadas em 283.194 m² de áreas sendo que o processo utilizado para tal foi a foice, já com a capinadeira foram 40.000 m² (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1965c, s/p). Presumimos assim no mesmo sentido de explicação do uso da enxada, o número de foices deveria ser muito superior.

Já no ano de 1967 o uso da foice foi em apenas 25.200 m², enquanto com o auxílio de roçadeira foi em 174.800 m² de área (COLÉGIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967c, p. 4). É possível pensar que o uso de diferentes equipamentos para o mesmo trabalho fosse um modo de ensinar práticas agrícolas para os estudantes, para que os mesmos se ambientassem e tivessem conhecimentos sobre os diversos equipamentos que eram utilizados no campo. Além disso, ensinavam os discentes como a modernização das ferramentas também chegava a área rural.

No ano letivo de 1965 foram 41.250 m² de áreas derrubadas e 2.150 m² de abertura de estradas para acesso à lavoura (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1965c). Em 1966 as derrubadas foram para 89.021 m² e não houve mais aberturas de estradas de acesso à lavoura (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1966). Consta que no ano de 1967 as derrubadas foram “exclusivamente, de paus roliços para as diversas construções realizadas, afim [sic] de atender aos projetos em execução no Ginásio Agrícola” (COLÉGIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967c, p. 4).

A cada ano a instituição promovia o desmatamento de grandes áreas, isto deveria ser realizado principalmente pelos alunos, orientados pelos servidores, e docentes. Estas áreas deveriam ser destinadas não só ao plantio de produtos agrícolas, mas também para o estabelecimento de outros locais de ensino e aprendizagem.

Retomando a questão das disciplinas ministradas, uma delas na segunda série do curso de Iniciação Agrícola, correspondia a Criações, ministrada pelo professor Paulo Henrique Rocha Faria. Este também atuou como diretor da Escola no período de 1958 a 1961. Os conteúdos trabalhados nesta disciplina foram:

introdução à matéria; zootécnica, definição e divisão; importância da pecuária no Brasil; domesticação; classificação das funções e aproveitamento animais; compatibilidade das funções; classificação zoológica dos animais domésticos; reprodução animal; órgãos genitais masculino e feminino, e por fim, faces da reprodução (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1960).

O número de aulas era elevado e o diário do ano letivo de 1960 está bem preenchido e organizado. O diário revelou que no mês de março de 1960 foram 12 aulas dadas, chegando a 24 aulas em maio e 25 no mês de setembro. Conforme as considerações de ex-alunos as aulas práticas também foram destinadas à “instalação de pequenas unidades de bovinos e suínos”, na qual os alunos se dedicavam à “construção das edificações que abrigavam os animais” (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p. 19).

Ressalta-se que os primeiros alunos da escola em Araquari estavam construindo, na prática, as instalações da instituição, para que ela funcionasse de acordo com o caráter agrícola pretendido. Os alunos foram a mão de obra responsável por grande parte da estruturação do setor de aprendizagem prática da instituição. A construção das unidades de ensino e aprendizagem da escola foram o conteúdo aprendido nas disciplinas práticas do curso.

Vale salientar que os conteúdos das disciplinas técnicas estavam em consonância com o propósito formativo da escola agrícola: fixar o homem no campo. Estando a escola sem muitas unidades de ensino e aprendizagem prontas, esta condição forneceu aos primeiros estudantes uma noção de como iniciar ou até mesmo alavancar uma pequena propriedade rural. Com áreas para efetuar a derrubada da mata, a adubação, o preparo e manejo com poucos animais, a utilização de equipamentos mais simples, como a enxada e a foice, até instrumentos mais modernos, como roçadeiras, foram ambientando os estudantes à vida em uma pequena unidade rural.

O Boletim acerca dos Trabalhos Escolares também traz informações que, em janeiro do ano de 1960, a escola possuía cinco suínos desde o ano anterior, sendo que um morreu no ano de 1960. Não consta a informação do motivo da morte do suíno. Foram adquiridos também, em janeiro de 1960, dois bovinos e, em fevereiro do mesmo ano, registrou-se o nascimento de mais um. No mês seguinte houve a compra de mais um bovino (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA

SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1960). Estes deveriam ser os animais estudados na disciplina de Criações, ministrada na segunda série do curso de Iniciação Agrícola. Percebe-se que são poucos animais, ou seja, quantidade referente a pequenas propriedades agrícolas, destinadas à sustentabilidade da família e não a uma produção em larga escala. Sendo assim, as aulas práticas nesta seção foram ministradas conforme a especificidade da escola e de acordo com a formação profissional pretendida aos alunos: exercer sua função em uma pequena propriedade.

No ano de 1960 foi distribuído pela Seção de Estudos e Pesquisas da Superintendência do Ensino Agrícola, departamento ligado à SEAV, um documento enviado para as escolas agrícolas denominado: **Programa de Ensino de Cultura Agrícola para as Escolas Rurais: Noções de Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas**. Esse documento parece sugerir que estas eram disciplinas comuns em escolas com a modalidade de ensino agrícola.

Na segunda série do ano de 1960, um dos conteúdos anotados no diário de Agricultura foi o de máquinas aratórias. Já no diário de classe de Desenho, do ano letivo de 1961, da mesma série do curso, uma das matérias trabalhadas foi a de exercícios com máquinas agrícolas, arados e grades. Como também no diário de Agricultura do referido ano e série, foram ministrados conteúdos de máquinas aratórias, com arada de disco, grade de dentes e de discos e aração de terrenos limpos. Isto indica que, de alguma forma, principalmente no ano de 1961, os docentes estavam trabalhando com os estudantes os conteúdos do programa sugerido pela SEAV.

Neste programa constam orientações para ministrar de maneira adequada a disciplina de solo e cuidados com os animais domésticos. Neste último, especifica a utilidade da disciplina e fornece a formação profissional pretendida aos que frequentam os colégios agrícolas:

Procuramos nestas aulas despertar amor consciente do menino rural – para com os animais de trabalho e de produção, habilitando-o a auxiliar seus pais nos cuidados com esses animais, bem como, os serviços de defesa sanitária animal, sentindo a importância de suas recomendações, chegando mesmo a vacinar pequenos animais, convicto que não é ‘bobagem do governo’ o que ele realiza para salvar e melhorar os rebanhos. Estas aulas poderão e deverão ser dadas mesmo nas casas dos pais – dos alunos, onde existem estábulos, cocheiras, pocilgas ou apriscos

rústicos ou modelares (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1960, p. 7).

Na citação é verificado que havia, naquele momento, certa ação do governo em relação à vacinação dos animais e que esta atitude esteve também contemplada nas especificidades da educação no ramo pecuário. É presumível que ensinar os estudantes a prática da vacinação dos rebanhos resultaria na vacinação dos animais nas propriedades dos seus familiares.

Os diários da disciplina de Oficina estão praticamente em branco, em alguns há anotações relativas somente às frequências dos alunos, mas em relação ao conteúdo nada foi registrado. É válido lembrar que manter o diário atualizado era uma dentre as atribuições do professor.

No ano de 1967, já com o curso de Mestría Agrícola, o diretor do Ginásio enviou ao Delegado Federal de Agricultura um plano de trabalho denominado **Aperfeiçoamento do Trabalho em Oficina Rural**. Este plano teve a colaboração do Fundo Federal Agropecuário⁶⁸, que contemplou o Ginásio com uma Oficina Rural Didática. Por consequência “necessário agora se torna abastecê-la com matéria-prima para execução dos diversos trabalhos pelos alunos” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967e, p. 1).

Através da aquisição das matérias-primas, os seguintes trabalhos foram indicados para a execução na Oficina Rural: “Cordoaria; Selaria; Marcenaria; Carpintaria; Funilaria; Soldas; Ferraria”. O objetivo central da proposta foi o de “proporcionar aos alunos condições propícias de trabalho para aprendizagem, fornecendo-lhes o material necessário para a execução das tarefas na Oficina Rural” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967e, p. 1).

Mesmo que o objetivo deste plano de trabalho implique na aprendizagem do discente, é novamente ele a força de trabalho para o empreendimento de mais uma proposta vinculada ao órgão ligado ao Ministério da Agricultura.

Uma explicação possível para os Diários de Classe da disciplina de Oficina estarem sempre em branco, com apenas alguma anotações de frequência dos estudantes, seria porque não havia um espaço didático para a mesma ser

⁶⁸ Foi criado em 11 de outubro de 1962, como um fundo de natureza contábil ligado ao Ministério da Agricultura. Os recursos deste fundo poderiam ser aplicados em 21 modalidades de programas, sendo que o décimo quarto se referia à “construção ou aquisição de imóveis e instalações destinados à realização de pesquisas, investigações e trabalhos experimentais, científicos e técnicos, bem como no desenvolvimento das produções animal e vegetal” (BRASIL, 1962).

ministrada, ocorrendo a disponibilidade do espaço para o Ginásio Agrícola apenas no ano de 1967.

É correto afirmar⁶⁹ que a Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira foi voltada a um ensino pautado na concepção de trabalho no campo, em pequenas propriedades rurais e com animais de caráter doméstico. Conforme a hipótese que foi levantada na introdução deste trabalho, a formação para o trabalho presente nas três primeiras turmas que se formaram no curso de Iniciação Agrícola tinha uma conotação de atuação desses egressos em pequenas propriedades e até mesmo nas propriedades de seus pais e familiares. Isto, pois a quantidade de animais adquiridos pela escola, naqueles primeiros anos não é grande e, as disciplinas dispostas no currículo são voltadas à aprendizagem da criação de poucos animais, de cunho doméstico e de um cultivo baseado na policultura. Ou seja, estrutura que deveria assemelhar-se com o cotidiano dos alunos em Araquari, que pertenciam à realidade do campo.

Nos anos iniciais da escola em Araquari foi percebido, com os dados fornecidos pelas fontes, que os alunos das primeiras turmas não usufruíram das instalações prontas da escola, mas foram, por muitas vezes, os operários que construíram os setores educacionais da instituição. Lopes (1954, p. 183) reforça na sua proposta de modelo que “somente a Escola Rural com sentido profissional, isto é, preparando o lavrador, o sertanejo, tecnicamente para as atividades da lavoura e da criação, poderá constituir o objeto precípua do ensino rural”. Nas lembranças do ex-aluno da escola, eram eles que iam “roçando, capinando, plantando, fazendo destocamento, cuidando de vacas, porcos, etc...” (TRÜMMER, 1999, p. 12). Os alunos mesmo os que não vinham do meio rural, puderam vivenciar nas atividades que tinham que empreender na escola a formação para o trabalho no campo.

Outras habilidades tiveram que ser aprendidas pelos estudantes da escola em Araquari, como revelaram as memórias do Sr. Trümmer: “caia um botão, nós tínhamos que pregar, quem é que tem uma agulha? É eu tenho, empresta a agulha, tem linha?” (TRÜMMER, 2017). Ou seja, além do aprendizado com habilidades não tão masculinas, como por exemplo, pregar um botão, houve a

⁶⁹ Através dos elementos fornecidos pelo “Boletim dos trabalhos escolares correspondente aos meses de janeiro, fevereiro e março do ano de 1960” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1960) e pelo documento “Programa de Ensino de Cultura Agrícola para as Escolas Rurais: Noções de Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas” (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1960).

socialização e a solidariedade entre os estudantes que residiram, ou não, na escola.

No ano de 1962 a escola passa a ser denominada Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira e a oferecer o curso de Mestria Agrícola. Conforme as determinações da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, o estabelecimento que possuía o curso de Mestria Agrícola, ofertaria também o curso de Iniciação Agrícola e deveria ser denominada de Escola Agrícola (BRASIL, 1946). Mas, em Araquari, a denominação foi Ginásio Agrícola. Ainda segundo a lei “o Curso de Mestria Agrícola, com duração de dois anos, e seqüente ao Curso de Iniciação Agrícola” (BRASIL, 1946, p. 2). Isso leva a pensar que na instituição em Araquari o curso de Iniciação Agrícola foi mantido e houve a inserção do curso de Mestria Agrícola, mas com uma denominação própria da instituição que atendia às necessidades de formação para o trabalho daquele momento.

Porém, orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no ano de 1961 podem indicar porque em Araquari a escola passou a ser denominada Ginásio. Segundo o artigo 49, “os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos” (BRASIL, 1961). Talvez, em função de atender o que foi especificado na lei de 1961 a instituição retira as palavras “escola de iniciação” e incluiu “ginásio agrícola”. É importante dizer que o artigo 49 é o único que trata sobre os estabelecimentos de ensino voltados à modalidade do ensino agrícola. Os demais artigos abordam especificamente os cursos voltados à indústria e ao comércio. Não houve nova menção aos agrícolas, talvez porque esta modalidade estivesse subordinada ao Ministério da Agricultura e ao órgão específico, SEAV, por isto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961, não abordou tanto o ensino agrícola. As diretrizes dispostas no documento informam que “tendo em vista a indicação do Conselho Federal de Educação [...] em consideração ao texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, no presente caso, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola”, determinou que “o 1 [...] ciclo do Ensino Técnico Agrícola passam a denominar-se, respectivamente, Ginásio Agrícola” (BRASIL, 1965, p. 101).

Outra questão é que no livro de Registro dos Diplomas, o ginásio sob tutela do Ministério da Agricultura e do SEAV, denominou o curso concluído pelos formandos como Curso Ginásial Agrícola, conferindo o diploma de Mestre Agrícola. Mesmo que nos diários de classe e em outros documentos relativos à instituição o

curso no período de 1962 a 1967 seja denominado Mestria Agrícola, no registro do diploma a denominação é a disposta conforme estabelecido na LDB do ano de 1961.

Os estudos de Kanazawa (2015), sobre a Escola Profissional Agrícola e Industrial Mista Cônego José Bento, revelam que esta escola também, a partir de 1956, ofereceu os dois cursos: Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola, com duração de dois anos cada um. O autor também afirmou que “os alunos que cursavam a iniciação agrícola e a mestria agrícola, com duração de quatro anos, poderiam obter o equivalente ao curso ginásial” (KANAZAWA, 2015, p. 75). Ainda, segundo os estudos de Garcia (1989), o curso de Mestria Agrícola complementou o curso já existente na instituição. Essas informações levam à conclusão que a escola em Araquari, após três turmas diplomadas no curso de Iniciação Agrícola ofertou o seguimento ao curso – Mestria Agrícola – previsto pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, e alterou sua identificação para contemplar o que determinou a Lei De Diretrizes e Bases, até porque passou a ofertar um curso que tinha a equivalência de curso ginásial. Sua denominação configurou, naquele momento, o grau de ensino ofertado.

As disciplinas do curso de Mestria Agrícola foram estabelecidas conforme o Decreto Federal nº 21.667, de 20 de agosto de 1946 (GARCIA, 1989). Na primeira e segunda série, as disciplinas foram:

QUADRO 5 - CURSO DE MESTRIA AGRÍCOLA, AS DUAS PRIMEIRAS SÉRIES E AS DISCIPLINAS ESTABELECIDAS NO DECRETO FEDERAL Nº 21.667, DE 20 DE AGOSTO DE 1946.

PRIMEIRA SÉRIE	SEGUNDA SÉRIE
Português, Matemática, Ciências Naturais, Geografia e História do Brasil, Agricultura, Criação de Animais Domésticos, Noções de Veterinária e Higiene Rural, Indústrias Agrícolas e Desenho Técnico.	Português, Matemática, Ciências Naturais, Geografia e História do Brasil, Agricultura, Criação de Animais Domésticos, Noções de Veterinária e Higiene Rural, Indústrias Agrícolas, Economia e Administração Rural e Desenho Técnico.

Fonte: A Autora, com base em GARCIA (1989).
Acervo: Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

Porém, os dados referentes às disciplinas constantes no “Segundo Relatório do Segundo Semestre” do ano letivo de 1964⁷⁰, na primeira série do curso de Mestria Agrícola revelam que as disciplinas lecionadas foram:

QUADRO 6 - CURSO DE MESTRIA AGRÍCOLA, DISCIPLINAS OFERTADAS NO PRIMEIRO ANO DO RESPECTIVO CURSO EM ARAQUARI. (1964).

SÉRIE	DISCIPLINAS
Primeira	Português, Matemática, História, Geografia, Iniciação as Ciências, Inglês, Educação Física, Práticas Pecuárias, Práticas Agrícolas.

Fonte: A Autora, com base no Segundo Relatório do Segundo Semestre (1964).
Acervo: Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

Exceto as disciplinas de Português, Matemática, Ciências, Geografia e História, duas disciplinas – Inglês e Educação Física – são ministradas no curso de Mestria Agrícola em Araquari, mas não estão presentes no rol de disciplinas determinadas pelo decreto. As disciplinas de Práticas Agrícolas e Pecuárias têm sua designação própria em Araquari, não atendendo às designações do decreto, que seriam Agricultura e Criação de Animais Domésticos. Por fim, não foram ministradas as disciplinas de Noções de Veterinária e Higiene Rural, Indústrias Agrícolas e Desenho Técnico, conforme indicou o Decreto Federal nº 21.667/46.

Já na segunda série do curso de Mestria Agrícola as disciplinas ministradas eram as mesmas da primeira série (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1964b).

Isto revela que apesar de haver decretos indicando as diretrizes e disciplinas que deveriam compor o currículo do curso, no ginásio agrícola de Araquari nem sempre o estabelecido foi cumprido. É válido ressaltar que a disciplina se sobrepõe à oferta.

Na terceira série⁷¹ do curso ao invés de Iniciação às Ciências, a disciplina foi denominada de Ciências Físicas e Biológicas, houve a inserção do Francês e exclusão do Inglês, foram ofertadas, conforme o que determina o Decreto nº 21.667, as disciplinas de Agricultura, Desenho e Criação de Animais Domésticos; ocorreu a inserção da disciplina de Oficinas Rurais e Indústrias e Conservação de

⁷⁰ Importante dizer que no relatório de 1964 o quarto ano do curso de Mestria Agrícola não existia, desse modo não está contemplado no documento.

⁷¹ A quarta série só seria oferecida no próximo ano, ou seja, em 1965.

Produtos Agropecuários, e mantiveram-se as disciplinas de Educação Física, Práticas Pecuárias e Práticas Agrícolas.

É possível efetuar uma comparação de carga horária das disciplinas com o auxílio de dois relatórios, um de 1960 e outro de 1964. Sendo que o do ano de 1960 se refere ao curso de Iniciação Agrícola e o do ano de 1964 ao curso de Mestría Agrícola.

Estes documentos trazem a carga horária ministrada nas disciplinas dos cursos indicados. Em março de 1960, na primeira e na segunda série do curso de Iniciação Agrícola, foram ministradas por seus devidos professores, conforme quadro abaixo:

QUADRO 7 - CURSO DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA, DISCIPLINAS E SUAS CARGAS HORÁRIAS NO ANO DE 1960 NO MÊS DE MARÇO.

DISCIPLINA	QUANTIDADE DE AULAS NA PRIMEIRA SÉRIE	QUANTIDADE DE AULAS NA SEGUNDA SÉRIE
Português	10	7
Matemática	7	7
Francês	6	2
Ciências Naturais	9	8
História	4	4
Geografia	6	4
Desenho	5	5
Agricultura	10	14
Educação Física	5	6
Canto Orfeônico	3	3
Criações	-	12

Fonte: A Autora, com base no Boletim dos Trabalhos Escolares correspondentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1960, s/p.

Acervo: Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

A disciplina de Criações era somente ministrada no segundo ano, em função disso não há quantidade de aulas no primeiro ano do curso. Além disso, janeiro e fevereiro eram os meses de férias, deste modo, somente em março é que foi iniciada a contabilização das aulas.

O quadro abaixo mostra um panorama da disposição de disciplinas e respectivas cargas horárias no curso de Mestría Agrícola, perante os quatro anos de curso.

QUADRO 8 - DISCIPLINAS E SUAS RESPECTIVAS CARGAS HORÁRIAS NO SEGUNDO SEMESTRE DO ANO DE 1964.

DISCIPLINA	QUANTIDADE DE AULAS NA PRIMEIRA SÉRIE	QUANTIDADE DE AULAS NA SEGUNDA SÉRIE	QUANTIDADE DE AULAS NA TERCEIRA SÉRIE	QUANTIDADE DE AULAS NA QUARTA SÉRIE
Português	103	105	93	86
Matemática	107	97	108	102
História	84	81	-	-
Geografia	90	85	-	-
Iniciação às Ciências	77	80	-	-
Inglês	72	72	-	-
Educação Física	60	63	60	53
Práticas Pecuárias	69	61	69	-
Práticas Agrícolas	76	78	76	-
Ciências Físicas e Biológicas	-	-	70	81
Francês	-	-	86	85
Agricultura	-	-	70	58
Criação de Animais Domésticos	-	-	76	88
Oficinas Rurais	-	-	53	51
Desenho	-	-	74	48
Indústrias e conservação de produtos agropecuários	-	-	77	67
Práticas Agropecuárias	-	-	-	91
Oficinas Rurais	-	-	-	51
Noções de Veterinária	-	-	-	98

Fonte: A Autora, com base no Segundo relatório do Segundo semestre ano 1964 – Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira, referentes aos três primeiros anos do curso de Mestria Agrícola, s/p. Acervo: Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari – disciplinas do quarto ano do curso de Mestria Agrícola. Pasta nº 90.

É possível estabelecer algumas considerações frente aos dados obtidos. Primeiro que as disciplinas do curso de Mestria, comparado às de Iniciação, refletem um caráter bem mais específico, prático e técnico ao perfil do egresso do curso. E percebe-se um aumento significativo das disciplinas de caráter técnico tanto no setor agrícola como pecuário. Enquanto no curso de Iniciação as

disciplinas parecem estar mesmo no patamar da denominação do curso, iniciação aos trabalhos agrícolas e pecuários, no curso de Mestria Agrícola o currículo e a divisão das disciplinas focam um diplomado mais centrado nas práticas de trabalho agropecuário.

Em um segundo momento é correto verificar que disciplinas como História e Geografia saem do currículo no terceiro ano do curso de Mestria Agrícola, dando lugar às de caráter prático. Interessante notar que Inglês e Francês foram contempladas no curso de Mestria, sendo que a primeira foi ministrada nos dois anos iniciais do curso e a segunda nos dois últimos. Eventualmente porque manuais e informações técnicas poderiam vir a serem desenvolvidos nestas duas línguas.

Educação Física foi mantida nos dois cursos e não possuía uma carga horária significativa. Canto Orfeônico não foi contemplado no currículo de Mestria Agrícola, e no curso de Iniciação Agrícola sua carga horária foi reduzida.

Português teve sua carga horária diminuída ao longo dos quatro anos do curso, e a disciplina de Matemática, exceto no segundo ano do curso de Mestria Agrícola, manteve-se praticamente com uma carga horária estável. Isto deve ter sido mantido porque o domínio de alguns conhecimentos da disciplina implicavam no aprendizado de outras na área técnica.

No quarto ano as disciplinas de Práticas Agrícolas e Práticas Pecuárias foram aglutinadas em uma só, denominada Práticas Agropecuárias, e as de Oficinas Rurais e Noções de Veterinária foram abordadas no currículo do curso.

Especificamente ao curso de Mestria Agrícola foi estabelecido uma comparação entre o Segundo Relatório do segundo semestre do ano de 1964 e o Boletim Escolar de um ex-estudante localizado na Pasta nº 90 do Arquivo Permanente do IFC *Campus Araquari*. Foi possível identificar que as disciplinas e suas respectivas cargas horárias não são compatíveis. Isto significa aquilo que foi redigido no relatório como disciplinas ministradas não foi exatamente o que ocorreu na prática do curso de Mestria Agrícola.

FIGURA 15 – BOLETIM ESCOLAR DO CURSO DE MESTRIA AGRÍCOLA, 10 DE DEZEMBRO DE 1965, S/P.

DISCIPLINAS		N.º DE A DADO	FREQ CIA	MARÇ	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	ANUAL DOS EXERCÍ CIOS	PROVA FINAL	Escrita	Oral	Prática	Nota Média	NOTA FINAL
CULTURA GERAL	Português	83	80	6,0	6,0	6,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	6,5	6,0					6,5
	Matemática	90	89	9,0	6,0	3,0	3,0	6,0	3,0	6,0	6,0	6,0	5,8	3,0					5,9
	História	43	40	7,0	7,0	4,0	4,5	4,5	7,0	8,0	8,5	8,5	6,6	4,0					6,8
	Geografia	54	53	5,0	6,0	4,5	3,5	5,0	5,0	10,0	10,0	10,0	6,3	7,0					6,3
	Iniciação às Ciências	65	60	3,0	7,0	7,0	4,5	10,0	10,0	7,0	6,5	6,5	7,0	6,0					6,9
	Inglês	43	43	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0					9,0
	Francês	49	47	8,0	8,0	8,0	8,0	6,0	6,5	6,5	6,5	8,0	7,3	6,5					7,5
PRÁTICAS EDUCATIVAS	Desenho	39	29	4,0	5,0	4,0	4,0	4,5	4,5	10,0	6,5	5,3	5,0						5,4
	Agricultura	45	40	4,5	7,5	9,0	6,0	6,5	9,0	9,0	8,5	7,7	7,5						7,6
CULTURA GERAL	Português	129	120	4,0	4,0	6,0	5,0	5,5	5,5	7,0	7,0	5,38	8,0						6,0
	Matemática	108	108	5,5	5,5	4,0	9,0	6,0	3,5	6,0	6,0	5,64	7,5						6,0
	História	81	80	6,5	5,0	5,0	4,0	6,0	7,5	9,0	9,0	6,14	6,0						6,0
	Geografia	75	70	4,5	4,5	4,5	6,5	10,0	10,0	10,0	10,0	4,38							9,0
	Iniciação às Ciências	63	60	1,0	4,0	4,5	2,5	6,0	7,5	10,0	10,0	8,21							8,0
	Inglês	70	68	7,5	8,5	8,0	5,0	10,0	10,0	8,0	8,0	8,00							8,0
	Francês	65	64	6,0	7,0	4,5	6,0	5,0	5,5	6,0	6,0	5,71	6,5						6,0
PRÁTICAS EDUCATIVAS	Agricultura	36	36	6,5	6,5	8,0	9,5	7,0	10,0	10,0	8,0	8,35							8,0
	Criações de Animais Domésticos	79	78	7,5	7,0	3,5	6,0	5,0	9,0	6,0	6,0	6,38	7,5						7,0
	Desenho	79	78	8,5	9,0	8,5	10,0	8,5	10,0	10,0	10,0	8,35							9,0
	Educação Física	16	10	8,0	7,0	8,0	6,0	6,0	7,0	7,0	7,0	6,85	8,0						5,0
	Prát. Agropecuárias Geral e Aplicada	69	68	5,0	5,0	5,5	5,5	6,5	7,5	8,5	8,5	6,07	6,5						6,0
	Noções de Veterinária	49	48	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	4,38	7,5						5,0
	Ind. e Cons. de Prod. Agropecuários	70	70	8,0	8,0	8,0	9,5	9,0	9,5	8,5	8,5	6,35	7,0						6,5
Educação Cívica	58	57	4,5	8,5	8,0	8,5	10,0	5,0	5,0	5,0	6,50	2,5						5,0	
CULTURA GERAL	Português	43	36		4,0	6,0	9,0	8,0	8,5	8,5	8,5	7,25							7,0
	Matemática	108	104		3,0	4,0	4,5	4,0	3,0	5,0	5,0	3,91	5,5	6,0	8,0			7,0	5,0
	Ciências Físicas e Biológicas	70	68		10,0	8,5	7,5	10,0	7,5	7,0	7,0	8,41							8,0
	Francês	86	81		6,0	3,5	5,0	6,0	6,0	6,0	6,0	5,41	5,5						5,0
CULTURA TÉCNICA	Agricultura	70	65		7,0	7,0	7,5	10,0	6,0	10,0	10,0	8,58							9,0
	Criações de Animais Domésticos	76	75		9,0	4,0	3,5	7,0	8,0	3,0	3,0	6,58	4,5						6,0
	Desenho	74	71		7,5	10,0	7,5	6,5	8,0	10,0	10,0	8,25							8,0
PRÁTICAS EDUCATIVAS	Educação Física	60	58		6,0	6,0	6,0	8,0	7,0	9,0	9,0	7,00							7,0
	Práticas Agropecuárias	69	69		7,5	7,5	7,5	6,0	4,0	6,0	6,0	6,41	5,5						6,0
	Prát. de Ind. e Cons. de Prod. Agropec.	74	74		8,5	8,5	8,5	8,0	8,5	6,0	6,0	7,16							7,0
	Oficinas Rurais	53	51		6,0	6,0	5,0	6,5	6,0	6,0	6,0	5,91	5,5						6,0
	Práticas Agrícolas	76	76		7,0	7,0	6,0	6,0	6,0	9,0	9,0	6,83	5,0						6,0
CULTURA GERAL	Português	86	83		8,0	9,0	8,0	8,0	7,0	8,0	8,0	8,0							8,0
	Matemática	102	102		6,0	4,0	6,0	7,0	5,0	6,0	6,0	5,6	4,5						5,0
	Ciências Físicas e Biológicas	81	80		8,0	8,0	9,0	9,0	6,0	8,0	8,0	8,0							8,0
	Francês	85	82		6,0	6,0	5,5	6,0	4,0	8,0	8,0	5,9	6,5						6,0
CULTURA TÉCNICA	Agricultura	58	57		8,5	8,5	9,0	9,0	8,0	8,5	8,5	7,5							7,0
	Criações de Animais Domésticos	88	87		7,0	6,5	6,5	6,0	4,0	8,0	8,0	6,3	7,0						6,0
	Noções de Econ. e Administr. Rural	48	48		8,5	9,5	9,5	7,0	8,0	8,5	8,5	8,5							8,0
	Desenho	48	48		5,0	8,0	6,0	5,5	3,0	9,0	9,0	6,0	9,0						7,0
PRÁTICAS EDUCATIVAS	Educação Física	53	50		7,0	7,0	7,0	8,0	8,0	8,0	8,0	7,5							7,0
	Ind. e Conserv. de Prod. Agropecuários	67	66		8,0	10,0	9,0	9,0	7,0	9,0	9,0	7,1							7,0
	Higiene, Em. e Socorros de Urgência	16	16		8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0							8,0
	Práticas Agropecuárias	91	91		6,5	6,5	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	7,5							8,0
	Oficinas Rurais	51	48		7,5	8,0	8,0	8,0	5,0	9,0	9,0	7,5							8,0
	Noções de Veterinária	98	94		8,0	8,0	9,0	7,0	8,5	6,0	6,0	7,7							7,0

coluiu o Curso de Mestria Agrícola em 10 de dezembro de 1965

Fonte: Boletim Escolar da pasta nº 90.
Acervo do Arquivo Institucional do IFC Campus Araquari.

Comparando o Quadro 7 com a Figura 15 é possível perceber que, na prática, as disciplinas de Francês e Inglês foram ministradas, nos anos iniciais do curso de Mestria Agrícola, com uma carga horária bem mais reduzida do que a apresentada no Relatório de 1964. Cada disciplina deveria possuir uma hora aula apenas no horário acadêmico semanal, e apenas a primeira ficou no currículo até os anos finais do curso.

Noções de Veterinária estava sendo ministrada desde o segundo ano, e não apenas no último, como mostra o Relatório de 1964. Práticas Agropecuárias Geral e Aplicada foi o nome da disciplina ministrada já no segundo ano, Práticas Agrícolas foi inserida apenas no terceiro ano e Práticas Pecuárias não fez parte do currículo.

Algumas explicações para a discordância de dados sobre as disciplinas e suas cargas horárias, dispostas no Segundo Relatório do Segundo Semestre do ano de 1964 e o Boletim Escolar, exposta na Figura 15, seriam: os documentos não foram arquivados de maneira correta; ou, por se tratar de anotações internas, essas não foram registradas com o devido cuidado; não foram escritos no relatório todos os registros das disciplinas.

Deste modo, é plausível que o Boletim Escolar apresente de forma mais especificada as disciplinas, pois, com as devidas identificações do Ministério da Agricultura e a Secretaria que cuidava dos trâmites do ensino agrícola, os registros das informações devem ter tido um caráter mais zeloso nas anotações, até porque a escola tinha que atender diretrizes curriculares estabelecidas pela SEAV.

Mas é certo identificar, em relação à quantidade de disciplinas na área prática e a carga horária correspondente no primeiro ano do curso de Mestria Agrícola, que esta era bem reduzida em relação às séries seguintes do curso. Um dos motivos que levaram ao estabelecimento deste cenário no primeiro ano do curso pode ter sido a adaptação dos ingressantes no ginásio agrícola, e, talvez por isso, foi determinado que as práticas educativas no setor técnico do curso fossem apenas duas e que, num primeiro momento, o foco deveria ser voltado às disciplinas de cultural geral.

Tendo como referências os diários de classe do período de 1962 a 1967, identificou-se que a cada ano letivo e série do curso de Mestria Agrícola não foram mantidas a mesma quantidade e nem as mesmas disciplinas da parte técnica.

Abaixo está o Quadro 9 que identifica as disciplinas técnicas ministradas a cada série do curso de Mestria Agrícola, no período de 1962 a 1967. É necessário lembrar que no ano letivo de 1962 somente houve a primeira série do curso, em 1963 a primeira, segunda e na terceira série⁷², já em 1964 foi ofertado da primeira a terceira série do curso de Mestria Agrícola. Somente a partir de 1965 que o Ginásio Agrícola teve turmas relativas às quatro séries.

QUADRO 9 – DISCIPLINAS MINISTRADAS NO CURSO DE MESTRIA AGRÍCOLA, DE 1962 A 1967.

ANO LETIVO	SÉRIE	DISCIPLINAS PRÁTICAS	QUANTIDADE
1962	1	Agricultura; Desenho; Preparo e Conservação de Produtos Agrícolas; Criações; Noções de Veterinária.	5
1963	1	Prática Agropecuária Geral e Aplicada; Veterinária; Indústria e Conservação de Produtos Agropecuários.	3
1964	1	Práticas Agrícolas; Práticas Agropecuárias.	2
1965	1	Indústria e Conservação de Produtos Agropecuários; Práticas Agropecuárias; Noções de Veterinária; Oficinas Rurais; Higiene, Enfermagem e Socorros de Urgência; Criações de Animais Domésticos.	6
1966	1	Higiene e Enfermagem; Práticas Agrícolas; Práticas Zootécnicas; Desenho; Oficina Rural.	5
1967	1	Agricultura; Práticas Agrícolas; Desenho; Oficina Rural; Higiene, Enfermagem e Socorros de Urgência.	5
1963	2	Indústria e Conservação de Produtos Agropecuários; Agricultura; Criações de Animais Domésticos; Veterinária; Desenho Técnico; Prática Agropecuária Geral e Aplicada.	6
1964	2	Práticas Agrícolas; Práticas Pecuárias.	2
1965	2	Higiene, Enfermagem e Socorros de Urgência; Práticas Agropecuárias; Oficinas Rurais; Noções de Veterinária; Indústria e Conservação de Produtos Agropecuários.	5
1966	2	Higiene e Enfermagem; Práticas Agrícolas; Práticas Zootécnicas; Oficinas Rurais; Desenho.	5
1967	2	Práticas Agrícolas; Práticas Zootécnicas; Higiene, Enfermagem e Socorros de Urgência; Agricultura; Oficinas Rurais; Desenho.	6
1963	3	Criações de Animais Domésticos; Veterinária; Indústria e Conservação dos Produtos	6

⁷² Esta questão será melhor esclarecida no Capítulo 4 deste trabalho. Houve a oferta da terceira série em 1963, com um aluno matriculado – provavelmente este prestou o exame de admissão na instituição – e os demais alunos constantes na turma eram provenientes de outros anos da escola e que haviam se formado no curso de Iniciação Agrícola.

		Agropecuários; Desenho Técnico; Agricultura; Prática Agropecuária Geral e Aplicada.	
1964	3	Agricultura; Práticas Agrícolas; Desenho; Práticas de Indústrias de Produtos Agropecuários; Práticas Pecuárias; Criações de Animais Domésticos; Oficinas Rurais.	7
1965	3	Higiene, Enfermagem e Socorros de Urgência; Noções de Economia e Administração Rural; Agricultura; Criações de Animais Domésticos; Oficinas Rurais; Noções de Veterinária; Indústria de Produtos Agropecuários; Práticas Agropecuárias; Desenho.	9
1966	3	Higiene e Enfermagem; Zootecnia; Práticas Zootécnicas; Oficina Rural; Prática Agrícolas; Agricultura; Desenho.	7
1967	3	Prática Agrícola; Desenho; Iniciação ao Estudo da Zootecnia; Práticas Zootécnicas; Iniciação ao Estudo da Agricultura; Oficinas Rurais; Higiene, Enfermagem e Socorros de Urgência.	7
1965	4	Higiene, Enfermagem e Socorros de Urgência; Noções de Veterinária; Agricultura; Desenho; Práticas Agropecuárias; Práticas Industriais; Indústria e Conservação de Produtos Agropecuários; Oficinas Rurais; Noções de Economia e Administração Rural.	9
1966	4	Práticas Agrícolas; Oficinas Rurais; Práticas Zootécnicas; Desenho; Higiene e Enfermagem; Agricultura; Industrialização e Conservação de Produtos Agrícolas.	7
1967	4	Práticas Agrícolas; Desenho; Higiene, Enfermagem e Socorros de Urgência; Oficinas Rurais; Práticas Zootécnicas; Iniciação ao Estudo da Agricultura; Industrialização e Conservação de Produtos Agropecuários.	7

Fontes: Diários de Classe do período de 1962 a 1967.

Acervo: Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

Apesar da denominação das disciplinas serem parecidas, foi percebido que a mesma série, de um ano letivo para outro, possui quantidade e diferenciação próprias entre as disciplinas. É adequado pensar que tais alterações sejam em função da disponibilidade dos docentes para ministrarem as disciplinas técnicas no Ginásio Agrícola em Araquari.

A partir da disposição das disciplinas da parte técnica em cada série e ano letivo do curso de Mestría Agrícola, cada turma possui especificidades ímpares. A cada ano letivo o Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira e os sujeitos que atuavam na instituição de ensino se articulavam para engendrar um currículo voltado para a formação do trabalhador rural do curso em questão. Por isso, é importante para a discussão dentro do campo da História da Educação o

entedimento de currículo “como um artefacto social, concebido para realizar determinados objectivos humanos específicos” (GOODSON, 1997, p. 17).

Não houve no Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira um currículo escolar único nos seis anos em que foi oferecido o curso de Mestria Agrícola. As disciplinas de carácter técnico e a quantidade de cada uma foi diferente para cada ano e série do cursos.

Isto implicou diretamente na formação para o trabalho agrícola do egresso. Pois ao receber o diploma, cada formado obteve o título de Mestre Agrícola, mas as disciplinas e conteúdos aprendidos foram distintos em cada turma.

Foi identificado que alguns boletins escolares foram preenchidos diferentemente dos diários de classe, já outros foram alterados com anotações à caneta e até riscados, informando ao lado a disciplina que foi ministrada no respectivo ano letivo. Conforme afirmou Goodson (1997, p. 20) “o currículo escrito é o testemunho público e visível das racionalidades escolhidas e da retórica legitimadora das práticas escolares”. Ou seja, o currículo designado pelo Ministério da Agricultura e órgão responsável, a SEAV, são as disciplinas dispostas na seção de Cultura Geral, Práticas Educativas e Cultura Técnica conforme estabelecido na Figura 15. Porém, o currículo que se efetivou e as disciplinas que foram ministradas são as dispostas nos diários de classe dos docentes da instituição agrícola no período.

Desta forma, o que foi registrado nos boletins e o que realmente foi efetivado em sala de aula possui certo distanciamento, com especificidades de construção e elaboração de um currículo na escola em Araquari. A maneira que o ginásio agrícola se apropriou a cada ano do curso de Mestria Agrícola, para fornecer uma formação para o trabalho rural, foi ímpar e única para cada uma das seis turmas que se formaram na instituição.

Nas disciplinas práticas de Criações, Noções de Veterinária e Preparo e Conservação de Produtos Agrícolas, do primeiro ano do curso de Mestria Agrícola, no ano letivo de 1962, foram aplicadas para os discentes provas práticas e provas orais. Sendo que na disciplina de Preparo e Conservação de Produtos Agrícolas era prática realizar uma “sabatina mensal”. Segundo o Sr. Oliveira “todo o sábado, todo o sábado tinha sabatina” que “era um exame do aprendizado da semana”. E nesta prova tinha “um detalhe: não era um professor só na sala, eram todos os professores na sala” e os estudantes “não podia nem piscar, nem olhar pro lado” ,

então “era dada a matéria no quadro, pegava as folhas e escrevia”, e “era uma prova escrita”, sendo que “cada professor de uma matéria, ia pra sala para acompanhar” (OLIVEIRA, 2017i).

Estas foram maneiras de avaliação apontadas nos diários de classe, usadas pelos docentes da parte técnica que estavam presentes no cotidiano escolar dos discentes.

No diário de classe da disciplina de Preparo e Conservação de Produtos Agrícolas, do ao letivo de 1962, foi grampeado ao final os conteúdos que deveriam ser ministrados na primeira série do curso de Mestria Agrícola. Estão divididos em cinco unidades, sendo a primeira denominada Indústrias Agrícolas, a segunda, Indústria Açucareira, terceira, Indústrias Alcooleira, quarta, Indústrias Vinícola e Vinagreira e, por último, Elaiotecnía, que abordava assuntos relativos a óleos e gorduras vegetais e animais, além de óleos essenciais e temperos.

Especificamente sobre as práticas desenvolvidas no setor de zootécnica, por exemplo, no ano de 1965, segundo o Relatório de janeiro a dezembro, o número de suínos era de 5 animais adultos e 24 leitões nascidos. Sendo que desses um foi abatido e 2 leitões morreram⁷³. Em relação ao número de suínos do ano de 1960, não houve um aumento significativo de animais adultos – eram 4 em 1960 e 5 em 1965. Mas a quantidade de leitões nascidos cresceu, isso demonstra que as atividades dos alunos e servidores da escola estavam gradativamente aumentando.

Em relação aos bovinos, de 1960 para 1965 a quantidade era a mesma, 4 animais sem o nascimento ou aquisição de nenhum.

No ano de 1965, conforme o relatório, houve mais duas práticas: da Avicultura com o abatimento de 50 aves e produção de 255 dúzias de ovos; e da Apicultura, que obteve a produção de 15 quilos⁷⁴ de mel e 2 de cera

Lopes (1954, p. 182) aponta como item seis, em sua proposta de escola agrícola os:

Trabalhos práticos – Serão estabelecidos cuidadosamente, de acordo com a zona em que estiver localizada a Escola Rural. Deverão, porém, constar de: agricultura pecuária à região, criação, aviários, apicultura, criação do bicho-da-seda, horticultura, fruticultura, etc.

⁷³ Não há no relatório informações dos motivos das mortes dos leitões.

⁷⁴ O relatório não apresenta a designação da quantidade, mas creio que seja quilo ou litro.

Este ponto já foi abordado em parágrafos anteriores, ao narrar que as aulas práticas eram desenvolvidas para a Escola de Araquari em propriedades de cunho particular da região e também na construção das unidades de ensino da própria escola. Ao longo dos anos a Escola, através do trabalhos dos estudantes, colaborações de órgãos ligados ao Ministério da Agricultura, foi adquirindo/construindo suas unidades de ensino e aprendizagem, como por exemplo, em 1967, a Oficina Rural.

No ano de 1964, conforme o Segundo Relatório do Segundo Semestre, as atividades dos alunos ficaram centradas no setor de Agricultura Geral. Após o trabalho no solo foram realizadas as seguintes semeaduras: alface, couve flor, repolho e beterraba, e foram colhidos 573 pés de alface, 1164 quilos de aipim, 98 quilos de abóbora, 47 quilos de banana, 30 quilos de chuchu, 151 pés de couve, 12 quilos de cenoura, 16 quilos de palmito e 202 quilos de farinha de mandioca – que neste, caso devem ter sido feitos a partir da colheita do aipim, mas consta no relatório como colheita. A capina com enxada foi realizada em 5.000 m² e com a capinadeira em 1.500 m² (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1964b, s/p).

No setor de Fruticultura, ou seja, nos pomares, foi realizado o enxerto em 36 pés de laranja com limão, laranja com lima em 37 pés e em 36 pés o enxerto de laranja com cidra. Em contrapartida no mesmo setor não houve nenhuma produção de mudas e também nada foi realizado nos seguintes setores: experimentação vegetal, silvicultura, assistência vegetal e animal, produção de vacinas. No setor de obras da escola os reparos foram na pocilga com a troca de 12 tábuas, e instalação de bebedouro tipo calha, houve ainda reparo em 300 metros de cerca.

É fato concluir que no ano de 1964 as atividades práticas da escola localizada no município de Araquari centraram-se na execução de espaços destinados à agricultura, as demais atividades ficaram em segundo plano. Os alunos empreenderam seus esforços em carpir e preparar o solo para a semeadura, o que garantiria, aos estudantes de 1964 e dos anos posteriores, alimento proveniente deste trabalho inicial de preparo da terra bem como os cuidados com as plantações.

No ano seguinte, 1965, segundo o Relatório de Janeiro a Dezembro, atividades de construção foram realizadas: 8 obras e 3 especificamente na casa do

diretor do Ginásio Agrícola. Além disso, no setor de Atividades Agrícolas galpões de madeira e alvenaria foram construídos para a guarda de máquinas e ferramentas, como também foram abertas de estradas para acesso à lavoura com o uso do trator equipado com esteira com lâmina. Estas atividades provavelmente foram executadas pelos alunos do Ginásio Agrícola, orientados pelos servidores da instituição. Houve também trabalhos práticos nos setores de zootécnica, avicultura, apicultura e bovinocultura. O mesmo ocorre nos anos seguintes, 1966 e 1967, conforme os devidos relatórios, ou seja, as atividades a partir do ano de 1965 no não estão restritas apenas ao setor de agricultura, houve a inserção de conhecimentos de pecuária.

O relatório do ano de 1965 também aponta, no Setor da Indústria, a produção de: 60 quilos de goiabada, 50 de bananada, 60 quilos de banha, 20 de torresmo e, por fim, 50 quilos de linguiça. Após estas especificações, fornece a seguinte observação: “as máquinas usadas na fabricação dos produtos acima foram emprestadas dos vizinhos” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1965c, s/p). Isso corrobora com a ideia que a escola de caráter agrícola em Araquari, mesmo após seis anos de fundação, não dispunha de todo o material e equipamento para a aprendizagem dos alunos e dependia da camaradagem dos proprietários da região com o empréstimo de maquinários.

Quando um trator do Ginásio foi retirado do local sem autorização, foi aberta uma sindicância através de “uma comissão designada pelo Snr. DELEGADO FEDERAL DE AGRICULTURA”, o acusado pelo delito foi um ex-diretor da instituição e que ocupava naquele momento o cargo de Deputado Paulo Henrique Rocha Faria. Além desta, estava também “em andamento uma sindicância referente ao enquadramento de pessoal deste Ginásio” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1965c, s/p). Talvez esta para averiguar os responsáveis pela entrega do trator ao então deputado. Não houve inquéritos e/ou sindicâncias nos relatórios dos anos seguintes, 1966 e 1967. Os resultados destas sindicâncias não foram encontrados até o momento da pesquisa.

Em 23 de outubro de 1967 o diretor do Ensino Agrícola enviou o Ofício Circular nº 37, informando ao diretor do Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira que estava “expressamente proibido o empréstimo de tratores, máquinas, bem como semoventes e quaisquer outros móveis pertencentes ao patrimônio da União e sob a responsabilidade desse educandário”. Provavelmente este ofício

caracterize uma resposta oficial do órgão da Diretoria do Ensino Agrícola, ligado ao Ministério da Educação e Cultura, em relação às sindicâncias que ocorreram no ano de 1965 (DIRETORIA DO ENSINO AGRÍCOLA, 1967).

É importante dizer que no relatório de 1965 não consta nenhuma indicação de projetos na área de Horticultura. Talvez isto demonstre que a tarefa nos anos iniciais da escola foi a de organizar, construir e estabelecer as áreas e a estrutura para as práticas agrícolas na instituição. Como teoria e prática os estudantes da primeira série do ano letivo de 1963 tiveram, na disciplina Prática Agropecuária Geral e Aplicada conteúdos de Horticultura, a citar: Escolha do local e preparo do terreno; Preparo de Canteiros para semeadura de hortaliças; Plantio; Adubação e Amostra de terras para análise.

O Relatório Anual de 1966 revelou que no setor de Atividades Agrícolas foi dado “andamento um Projeto de Horticultura executado pelos alunos da 4ª Série, ocupando uma área de 1.500 m²” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1966, s/p). No ano seguinte, 1967, o relatório informou a continuidade destes projetos de horticultura, mas com algumas diferenciações. Enquanto no ano anterior o projeto se destinou apenas a alunos do último ano do curso, em 1967 a proposta integrou os “alunos das diversas séries do Curso de Mestria Agrícola” e que “por esse sistema prático, os alunos estão aprendendo a executar corretamente as diversas fases da implantação de hortas para fins de subsistência ou fins lucrativos” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967c, p. 5).

O Ofício Circular nº 37 de 23 de outubro de 1967, determinou que “as aulas práticas a serem ministradas de acordo com as exigências do currículo somente sejam realizadas em áreas do educandário” e que “as aulas fora o recinto do mesmo somente deverão ser realizadas após autorização desta Diretoria, sob vossa solicitação” (DIRETORIA DO ENSINO AGRÍCOLA, 1967). É bem provável que esta decisão só pode ser tomada no ano de 1967 porque os locais de ensino das aulas práticas já estavam estabelecidos, construídos e em funcionamento no Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira. Afinal, alguns anos antes a aprendizagem das disciplinas de caráter técnico não foi ministrada na sua totalidade na instituição, muitas delas foram propostas em áreas de propriedades rurais de particulares da região da instituição.

É importante ressaltar que os projetos em execução no Ginásio Agrícola em Araquari para os discentes do curso de Mestria Agrícola revelam o propósito de formação para o trabalho agrícola. Uma formação para a subsistência, em seguida com aspecto de lucro, ou seja, primeiro o formado se preocupará em fomentar na pequena propriedade o fornecimento de alimentos para os moradores dela, a sobra irá para a comercialização.

O relatório também mostrou quais eram as espécies que estavam elencadas no projeto de Horticultura: tomate, pimentão, quiabo e cebola. Além disso, o relatório forneceu uma situação que possivelmente o agricultor enfrenta no dia a dia da propriedade, a geada. Em função dela, algumas espécies ligadas aos Projetos de Horticultura foram prejudicadas, como o tomate que foi colhido no primeiro semestre do ano, somente 1.800 pés, enquanto foram nulas as colheitas no mesmo período de pimentão, feijão de vagem, repolho e alface (COLÉGIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967c, p. 5).

Foi naquele ano também, 1967, como informou o relatório, que foi estabelecido entre o Colégio e o CONTAP II⁷⁵ a instalação de um projeto na área de Avicultura. O CONTAP II foi o órgão orientador e

Que subvencionou a instalação do referido Projeto, que está sendo executado pelos alunos, orientados pelos Drs. Dalton Heros Malucelli, Diretor do estabelecimento e Antonio Alir Dias Raitani, ambos Engenheiros Agrônomos (COLÉGIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967c, p. 8).

É relevante comentar que este projeto deveria ter sido significativo e mostrava até certo prestígio naquele momento, por ser orientado por um órgão e por dois engenheiros agrônomos da instituição, sendo que um deles ocupava o cargo de diretor do Colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira. Segundo Sobral (2005, p. 120), projetos ligados ao CONTAP II possuíam “por objetivo proporcionar condições para a efetividade do processo ensino/produção fazendo do trabalho um elemento integrante do processo ensino-aprendizagem” conciliando “educação-

⁷⁵ Convênio Técnico da Aliança para o Progresso. Este foi introduzido no Brasil em 1966, em função da implantação do “Programa do Conselho Técnico-Administrativo da Aliança para o Progresso - CONTAP II (Convênio Técnico da Aliança para o Progresso, MA/USAID para suporte do ensino agrícola de grau médio)”. Este sistema “foi implantado a título de experiência em alguns ginásios e colégios agrícolas, procurando minimizar os problemas existentes na estrutura técnico-pedagógica e administrativa do ensino agrícola brasileiro (SOBRAL, 2005, p.29).

trabalho e produção com pouca ou nenhuma visão crítica ou transformadora da realidade”.

Outra questão significativa é que este projeto só poderia acontecer se estivesse ligado com a cooperativa escolar do colégio. Aspecto salientado por Lopes (1954) no item décimo primeiro de seu artigo:

Cooperativa – Toda Escola Rural será sedimentada à base de cooperativismo. Os produtos da exploração agrícola dos alunos reverterão à pequena comunidade rural de que fazem parte. Para isso é necessário que os alunos tenham noções de contabilidade rural, organização de vendas, distribuição, consumo, etc (LOPES, 1954, p. 182).

Segundo Cristofolini *et al.* (2009, p. 22) a Cooperativa na instituição escolar agrícola de Araquari foi denominada COOPERCASGO (Cooperativa do Colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira), cuja função era “trabalhar em parceria com o colégio, construindo um novo posto de vendas para comercializar o excesso de produção”. Porém, na ata da assembleia que constituiu o Grêmio do ginásio não indicou o nome dado à cooperativa. O documento informou que a data da fundação foi no dia 12 de agosto de 1967.

Frente às informações é possível levantar a hipótese de que com a diversificação dos trabalhos dos alunos na agricultura e na pecuária, a partir do ano de 1965 o excedente da produção foi mais visível, o que possibilitou fomentar entre os estudantes do ginásio agrícola de Araquari a criação de uma cooperativa, objetivando a venda de produtos e com a reversão do dinheiro em melhorias para a instituição.

No ano de 1967 a instituição de ensino em Araquari era chamada de Ginásio Agrícola, somente a partir do ano de 1968 é que passa a ser Colégio. Desta maneira, por que a cooperativa teria no nome “colégio” se esta não era a denominação do estabelecimento de ensino? Provavelmente foi a partir do ano de 1968 que a cooperativa começou a ser denominada COOPERCASGO, pois foi neste ano que a instituição passou a ser denominada Colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira, cuja tutela foi exercida pela UFSC.

A cooperativa:

Teve por fim unir os alunos do Ginásio Agrícola 'Senador Gomes de Oliveira', educá-los dentro do princípio do sistema cooperativo, da solidariedade e do auxílio mútuo, e inculcar-lhes hábitos de economia e previsão (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967, s/p).

Além disso, a abertura da reunião ratificou que “o fim [...] era da fundação de uma cooperativa escolar de fins lucrativos e econômicos” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967, s/p).

O propósito pensado pelos fundadores para a cooperativa foi pautada na solidariedade, na cooperação, auxílio mas, principalmente na aquisição de hábitos ligados às finanças. A ideia foi disseminar entre os envolvidos que era possível angariar fundos e investimentos com o trabalho em uma propriedade rural.

A ideia de criação de uma cooperativa na instituição, leva a considerar que do ano de fundação, 1954, até o ano letivo de 1967 o colégio estava produzindo excedentes através dos trabalhos efetuados pelos estudantes nas unidades de aprendizagem agrícolas e pecuárias. Assim como numa propriedade rural, a escola levou um certo tempo para chegar a esta situação, deste modo, pôde, a partir do ano de 1967, ensinar os alunos à aferir lucros à produção obtida.

Foram dispostos, na Ata 65, fundadores da cooperativa do ginásio agrícola, todos eles foram indicados como alunos e residentes na cidade de Araquari.

Ao verificar se o nome dos fundadores estava no livro de matrículas do período, com a intenção de estabelecer um indicativo do tempo que este sujeito estava na instituição escolar, foi percebido que alguns só se tornaram alunos em anos posteriores, como, por exemplo, nos anos letivos de 1969 e 1970. Além disso, alguns nomes não foram localizados no livro de matrículas. Estas informações levam à conclusão que, na criação da cooperativa do Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira não necessariamente os fundadores eram ou foram estudantes no local. Estas pessoas poderiam estar ou não em outras instituições de ensino da região. Segundo Weschenfelder (2010, p. 182) as cooperativas escolares revelam “sua importância como instituições educativas, especialmente por serem constituídas e dirigidas por alunos, propiciando aos mesmos exercitar em pequena escala o sistema da cooperação”. A cooperativa fora pensada “como lugar de exercício para a padronização da produção [...], além de ser um lugar para, de forma cada vez mais livre, consolidar hábitos e conceitos”.

Frente à constatação indicada, algumas questões são levantadas: por que houve a criação de uma cooperativa com a participação de pessoas que não estavam ligadas ao ginásio agrícola? Será que isto ocorreu porque estudantes do ginásio não concordavam com tal criação? Quais critérios foram estabelecidos para que outros sujeitos fossem convidados a participar?⁷⁶

Mas, o que é possível pensar, é o que representa estar naquele momento, perante a comunidade escolar como um dos fundadores da cooperativa do Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira. Talvez a posição como fundador garantia ou demonstrava um interesse substancial, em alguma medida não identificada até este momento da pesquisa, para o ingresso no ginásio agrícola.

A cooperativa funcionava através de instruções, intituladas Instruções Cooperativas Escolares, contendo até modelo de ficha para o preenchimento dos dados da cooperativa., que deveria ter seu registro no órgão do Serviço de Economia Rural (SER), vinculado ao Ministério da Agricultura.

Um exemplo sobre a comercialização de produtos pela cooperativa foi o frango. Segundo dados do Relatório Anual de 1967:

O Projeto de Avicultura, instalado no Ginásio Agrícola 'Senador Gomes de Oliveira' tem proporcionado um bom lucro, revertido para os cofres da Cooperativa Escolar deste estabelecimento, de acordo com orientação do CONTAP II [...]. (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967c, p. 8).

Este projeto na área de Avicultura foi iniciado no ano de 1965 e consistiu na criação de frangos de corte, pelos alunos da quarta série. A proposta foi baseada da seguinte forma: a turma era composta por 18 alunos “ficando cada dois alunos incumbidos de executar um projeto de criação de 75 frangos” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1965c, s/p.). Isso seria o total de seiscentos e 675 frangos criados. A hipótese levantada frente a este projeto é que foi a forma encontrada para atender o pressuposto das disciplinas de Indústria Agrícola e ou Economia e Administração Rural, ministradas nas duas primeiras séries do curso de Mestría Agrícola, conforme determinava o Decreto nº 21.667, de 20 de agosto de 1946. O capital para a execução do projeto “ficou a princípio de

⁷⁶ Este é um assunto que este trabalho indica para uma outra investigação e pesquisa.

ser fornecido pelo Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado de Santa Catarina, porém este falhou no momento de fazer o financiamento, ficando comprometido [sic] a continuidade do projeto” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1965c, s/p.).

Na prática, a participação foi de 17 alunos divididos em seis grupos. Cada grupo construiu um galinheiro com capacidade para cem frangos, e cada grupo de três alunos recebeu 70 pintos e os grupos de dois alunos 50 animais, com duração do projeto para o período do ano letivo e o período da criação de 58 dias. As conclusões deste projeto foram que “os alunos puderam, dentro de cada grupo com escrituração própria de todas as ocorrências (pesagem periódica, despesas, controle sanitário, etc.) aprender e verificar as vantagens de uma criação racional” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1965, s/p).

Este projeto teve continuidade no ano de 1966 com as seguintes alterações: foram 12 alunos da quarta série, divididos em quatro grupos compostos por três alunos. Cada grupo construiu um galinheiro com capacidade para cem frangos de corte, cada grupo recebeu 60 pintos. A duração do projeto foi o do período escolar, mas o tempo de criação foi de setenta dias (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1966b, s/p).

Sendo assim, o projeto continua no ano posterior, 1967, com orientação do CONTAP II, mas não aponta como foi efetuada a divisão dos alunos e a distribuição dos animais, em a quantidade.

Segundo Ofício nº 1011, recebido da SEAV no dia 15 de maio de 1967, projeto orientado pelo CONTAP II, deveria ser

Desenvolvido através de programas agrícolas orientados, vinculados à Cooperativa Escolar, visando o auto- abastecimento de educandário e que vem possibilitar aos educandos uma aprendizagem realista, uma vez que, os mesmos, participando diretamente dos trabalhos agrícolas, ficarão familiarizados com os complexos problemas de produção e comercialização agropecuária (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1967b).

Além destas diretrizes, o ofício informou que a

Viabilidade deste programa está condicionada principalmente à adoção de um currículo adequado, (...), e que permitirá à direção do estabelecimento esquematizar um horário de aulas, de maneira que

comporte dedicar 3 ou 4 horas diárias aos programas agrícolas orientados (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO,1967b).

Informações acerca do Projeto de Avicultura, inclusive o resultado do primeiro lote de frangos recebidos pelo Colégio através do CONTAP II, mostram que foram recebidos, no ano de 1967, 217 pintos, mas foram pagos 210, que a idade de venda foi de 66 dias com boas condições de saúde e, que a mortalidade das aves ficou na faixa de 3,22%. O documento também informou sobre a mão de obra do projeto, “calculada na base de 80% do salário mínimo regional, para um aluno trabalhando 4 horas diárias” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, Projeto Avicultura, 1967, p. 2). Ou seja, o aluno que se dedicou ao serviço deste projeto trabalhou em média as quatro horas especificadas no Ofício nº 1011, de 15 de maio de 1967. A questão que se faz é: será que os estudantes receberam por isso? Ou o cálculo referente ao trabalho exercido foi somente para aprendizagem dos educandos?

Conforme relatório do ano de 1967, “a produção, referente aos frangos vendidos e consumidos, foi de 1491 cabeças” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967c, p. 8). O que permite deduzir que houve um aumento significativo do número de animais distribuídos aos alunos naquele ano para a execução do projeto na área de avicultura.

É válido salientar que este projeto foi um dos desenvolvidos pelos alunos do Ginásio Agrícola e também lembrar que este auxiliou nas atividades da COOPERCASGO. Além disso, foi executado de início pelos alunos que estavam no último ano do curso de Mestria Agrícola e já possuíam certos conhecimentos adquiridos ao longo do curso. As aves eram destinadas ao consumo dos alunos e servidores da escola agrícola e o excedente vendido na cooperativa. É importante dizer que o projeto não foi destinado a uma grande produção, mas sim numa pequena escala, o que reforça a hipótese apresentada na introdução desta tese: que apesar das mudanças nos cursos oferecidos pela Escola em Araquari no período de 1959 a 1967 “de Iniciação Agrícola, com dois anos de duração, para Mestria Agrícola, com quatro anos de duração), a formação do profissional atenta ao pequeno produtor. Ou seja, a formação para o trabalho agrícola pretendida para ambos os cursos foi fixar o homem na pequena propriedade rural, de caráter

familiar, de pequenas plantações e reduzida criação de animais domésticos, com a utilização dos conhecimentos para um melhor aproveitamento dos recursos.

De acordo com o Relatório Anual de 1966, além do projeto do setor de Avicultura, mais um foi desenvolvido com os alunos na área de Horticultura, mas não houve detalhamentos destas atividades. No ano seguinte os dois projetos acima são novamente mencionados e consta que houve mais um projeto na escola, este destinado ao setor de Gado Leiteiro, também sem esclarecimento do mesmo (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967b, p.12).

Em relação ao projeto desenvolvido na área de Horticultura, sua prática deixa clara a representação da proposta de formação para o trabalho do curso de Mestria Agrícola, oferecida aos estudantes, “os alunos estão aprendendo a executar corretamente as diversas fases da implantação de hortas para fins de subsistência ou fins lucrativos” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967b, p. 5). Como afirmou Chartier (1988), todo o escrito irá obedecer a categorias de pensamento e formas de apreensão do real, ou seja, para os docentes que criaram o projeto de Horticultura, naquele momento, propuseram um conjunto de saberes aos estudantes do curso objetivando prepará-los para aplicação dos conhecimentos adquiridos na propriedade familiar, tanto no quesito sustentabilidade quanto na obtenção de lucro através do excedente produzido. Com a criação da cooperativa escolar no Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira foi possível fornecer aos estudantes um aprendizado na prática sobre as finanças dos produtos provenientes do campo.

Em relação às disciplinas localizadas na divisão de Cultura Geral, Português e Matemática se mantiveram em todas as quatro séries do curso de Mestria Agrícola.

A disciplina de Educação Física em alguns momentos, como no ano letivo de 1966, juntou turmas relativas à primeira, segunda e terceira séries em uma única turma, talvez por apresentar um número reduzido de estudantes.

História e Geografia por vezes eram voltadas para os conteúdos de caráter geral e, em outros casos, centradas em assuntos que diziam respeito apenas ao Brasil. Ciências, Ciências Físicas e Biológicas, Francês e Inglês também foram disciplinas constantes nas séries no curso em questão no período de 1962 a 1967.

Uma disciplina que compôs o quadro curricular do curso de Mestria

Agrícola foi a de Educação Cívica. Esta disciplina foi ministrada na primeira série, segunda e terceira séries somente no ano letivo de 1963. Nos demais anos do curso de Mestria Agrícola, (1964, 1965, 1966 e 1967), esta disciplina não foi dada aos estudantes do Ginásio Agrícola. Imaginamos que a disciplina, bem como os assuntos nela compilados, possa ter sido ministrada para atender o disposto na lei nº4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as bases e diretrizes da educação nacional e pautou suas finalidades “na compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;” além do “respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; o fortalecimento da unidade nacional” (BRASIL, 1961).

Na primeira série os conteúdos ministrados pelo docente foram: formação de hábitos e atitudes morais, sociais e cívicas; noções de autoridade e ordem no lar, pra escola e para sociedade; comemorações cívicas e símbolos da Pátria, dentre outros. Na segunda série, a disciplina se ateve a conteúdos, por exemplo, ligados a Leis e projetos; Governo e suas atribuições; Legislativo; Poder Judiciário; Poder Executivo; Repressão dos Crimes; Estado de Sítio. E na penúltima série do curso, a terceira, alguns assuntos foram: Noção de organização política da República; Deveres do cidadão; Conhecimento da origem do dia primeiro de maio; Registro Civil. Em todos os diários há anotações sobre a realização de exercícios, provas mensais e correção da atividade avaliativa.

Foi identificado que certas vezes o professor faltou e esta anotação foi realizada por ele nos diários de classe.

No diário de classe da disciplina de Português do ano letivo de 1966, foi encontrada uma prova aplicada aos estudantes da primeira série, no dia 25 de outubro daquele ano. Esta prova foi ditada ou escrita no quadro para que os alunos copiassem e tinha três questões. A primeira relativa a vocabulário, o aluno deveria escrever o que significavam 20 palavras. Algumas das palavras já tinham ênfase técnica, “tordilho”, cujo significado foi escrito pelo aluno como animal de pelo escuro, a 11ª palavra era “grilhão” e a resposta dada pelo estudante foi corrente. A segunda questão foi a análise gramatical de dez palavras, como, por exemplo, a quarta palavra, “duplo”, sendo que a classificação dada pelo estudante foi: numeral ordinal multiplicativo. Nestas questões também haviam palavras associadas à parte técnica do curso, como foi o caso de “cardume”.

O mais interessante desta avaliação é a questão de número três, que é uma pergunta de ordem pessoal e a resposta dada pelo discente:

Por que prefere estudar no Ginásio Agrícola? R: Porque aqui poderei conseguir carreira para um agrônomo com, todo esse meu esforço, quando eu tiver terminado todo o meu curso poderei até ser um técnico agrícola e também depois de todo o meu esforço poderei fazer as minhas tarefas de um ministério da Agricultura (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1966d).

O estudante enfatiza por duas vezes a dedicação que é fazer um curso de Mestría Agrícola. Enfocou, também, as possibilidades de futuro na carreira ao imaginar-se em um posto de trabalho junto ao Ministério da Agricultura. Esta resposta leva a duas indagações: primeira, que o entendimento, pelo menos para este estudante, de estar cursando Mestría Agrícola era apenas um primeiro passo para os cursos seguintes, como o de Técnico Agrícola ou Agrônomo. O aluno tinha noção da trajetória profissional dos que se dedicavam ao ensino de caráter agrícola e do emprego que poderiam adquirir frente à sua formação profissional.

É possível questionar também, considerando os objetivos da formação agrícola em Araquari, o seguinte a: será que o docente não esperava que o estudante formulasse sua resposta centrada na pequena propriedade e na fixação do homem no campo?

Segundo as memórias do ex-aluno do curso de Iniciação Agrícola, Sr. Oliveira, durante sua estada na instituição, no período de 1959 e 1960, o “objetivo da Escola era que a gente se formasse em engenheiro agrônomo”, continuar e “ter uma sequência” de estudos até se formar em engenheiro”, “os professores incentivavam” (OLIVEIRA, 2017). Segundo as recordações do ex-estudante da escola a formação para a área agrícola era incentivada pelos professores. O Sr. Oliveira não seguiu a carreira na área agrícola, mas seu irmão que estudou no mesmo momento que ele fez em seguida um curso de Apicultor.

Diante do arcabouço elencado como fonte é possível concluir que no período de 1959 a 1964 o Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira pretendia uma formação para o trabalho na pequena propriedade rural com o estabelecimento do homem na zona agrícola. A instituição empenhou recursos financeiros e empreendeu através dos servidores e alunos, a construção dos espaços e dos setores da instituição. Tudo estava para ser realizado, e foi este o

trabalho nos primeiros anos deste estabelecimento de ensino, construí-lo, moldá-lo como escola agrícola.

Nos anos posteriores, 1965, 1966 e 1967 outras atividades ligadas à vida no meio rural puderam ser ofertadas aos alunos, pois o mínimo das instalações estava concluído devido ao trabalho nos primeiros anos da instituição. Além da formação profissional pretendida aos egressos centrada nas áreas de pequenas propriedades rurais, havia também a divulgação entre os estudantes das possibilidades de outros destinos na carreira agrícola. O curso de Mestria possuía um objetivo e o Ginásio Agrícola de Araquari estava, dentro das condições estabelecidas, fornecendo aos estudantes novos rumos e outros locais de trabalho poderiam ser ocupados pelos egresos que se dedicassem em estudos posteriores.

Por fim, o item sete do artigo de Lopes (1954) abordou a duração do curso “Dois anos, cada ano dividido em dois períodos de 5 meses de trabalho escolar” (LOPES, 1954, p. 182). São apontamentos já esboçados ao longo deste capítulo, ou seja, o primeiro curso oferecido, com três turmas formadas, foi com o período de duração de dois anos, passando em 1962 para quatro anos, com o curso de Mestria Agrícola. Este último ofereceu uma formação profissional mais ampla, com a inserção de disciplinas práticas específicas na área agrícola e veterinária.

É importante dizer que houve outras atividades realizadas pelos e para os estudantes na Escola Agrícola em Araquari, não contemplados por Lopes (1954).

No ano de 1959 foram desenvolvidos momentos denominados Atividades Sociais na sala de projeções da escola. Com o “Instituto Brasileiro do Café – escritório de Itajaí, foi realizado [...] uma sessão cinematográfica com documentário, film [sic] sobre cultura do café” além da colaboração deste órgão houve também o auxílio do “ETA⁷⁷, foi realizada sessão cinematográfica com film [sic] apresentando atividades agrícolas realizadas por aquele serviço e films [sic] educativos” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1959, p. 4).

Estas projeções não foram exibidas somente para os alunos da escola agrícola mas também “compareceram lavradores e moradores da região

⁷⁷ Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano foi uma agência binacional, que funcionou na cidade do Rio de Janeiro no período de 1953 a 1964. Esteve subordinada ao Ministério da Agricultura, e ao Foreign Office dos Estados Unidos da América. O ETA foi responsável pela “redefinição do próprio significado do ensino técnico agrícola, que progressivamente se distanciou de sua dimensão escolar, assumindo o cunho de práticas extensionistas” (MENDONÇA, 2010, p.140).

totalizando a frequência de 398 pessoas” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1959, p. 4). Isto demonstra que de início a instituição procurou estabelecer uma aproximação com moradores principalmente os que estavam ligados à área agrícola. Talvez esta atitude estivesse atrelada a alguns motivos: fazer uma propaganda da escola junto aos moradores e agricultores da região, com a intenção de motivá-los a enviar seus filhos para estudar; estabelecer parcerias com moradores ligados à área rural do município de Araquari e região para que as aulas práticas pudessem ser ministradas, sendo em que as estruturas na escola agrícola para tais aulas não estavam finalizadas; levar o conhecimento agrícola também a lavradores residentes no entorno da escola, mostrar as técnicas e estudos por trás do setor agrícola.

A biblioteca foi um ambiente que esteve presente no cotidiano dos estudantes da instituição agrícola. Trümmer (1999, p. 15) esboçou que “das dezenove às vinte e uma horas, ficávamos todos trancados na sala de aula, ou lendo os livros da biblioteca, que eram bem variados”. Relatou que a biblioteca naquele momento possuía a “coleção de Karl May, do Monteiro Lobato, os grandes clássicos da literatura tais como Ivanhoé, Moby Dick, A ilha do Tesouro, Vinte mil léguas submarinas, etc” (TRÜMMER, 1999, p. 15).

Segundo suas memórias o presidente do grêmio “convidou-me pra ser bibliotecário”, “organizava os livros, tudo certinho”, e “nesses quatro anos que eu passei no Colégio Agrícola, pelo menos uns dois anos eu era o bibliotecário”.

Através deste depoimento é possível afirmar que não havia um funcionário destinado pela instituição para exercer o cargo de bibliotecário. Esta era mais uma função destinada aos alunos.

O horário que o Sr. Trümmer exerceu esta função foi

Das sete às nove, quando todo mundo tinha que estudar, então aí, eu tinha uma hora pra ficar na biblioteca. Como eu era o bibliotecário, eu tinha a opção: ou eu estudava ou eu ficava organizando a biblioteca. Tinha pessoas que podiam pegar os livros, mas iam ler na sala. [...] Quem ficava na biblioteca era o bibliotecário (TRÜMMER, 2017).

Talvez pelo fato de a biblioteca ficar, naquele momento, aberta apenas duas horas por dia não foi necessário designar um funcionário para assumir tal função. Sendo assim, um estudante exercendo tal cargo foi a opção disponível.

O Relatório de janeiro a dezembro do ano letivo de 1965 traz outra informação sobre a biblioteca “é ainda modesta, contando apenas com 176 [livros] e várias revistas técnicas recebidos periodicamente”, este número seria de cento e dois⁷⁸. Talvez para o ex-aluno da escola – Trümmer (1999) – os livros que a biblioteca dispunha eram, no entender dele, uma grande riqueza. Dependendo de onde o aluno tivesse estudado nos anos anteriores, pode-se imaginar que sua antiga escola não possuísse um espaço para biblioteca no qual pudesse pegar livros na estante e dispor de horas de leitura. No Relatório Anual de 1966 consta que o número de livros na biblioteca era 150, e 280 revistas. Foi percebido que houve uma baixa no número de volumes de livros do ano de 1965 para 1966 e um aumento significativo de revistas. Talvez isso tenha ocorrido pelo extravio das obras. Outro dado importante que este relatório traz é sobre a movimentação destes exemplares. Em relação aos livros a movimentação foi de 197 empréstimos e de revistas 216. Com este panorama é possível deduzir que os alunos do Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira destinavam parte de seu tempo na leitura dos exemplares dispostos na biblioteca. Seja como uma atividade de lazer ou para o estudo e elaboração de trabalhos escolares, ou poderiam estar relacionados com atividades ou trabalhos das disciplinas e esses serem materiais especializados em determinada área.

Os dados do Relatório Anual de 1967 evidenciam o aumento relevante o de livros dispostos na biblioteca – 340 volumes – e de revistas – 1169 exemplares. Possivelmente o aumento considerável do número de revistas seja devido aos exemplares que eram enviados de graça, conforme documento abaixo, encontrado na pasta de Cartas Recebidas no ano de 1967:

FIGURA 16 – INFORMATIVO SOBRE ENVIO DE REVISTA AO GINÁSIO AGRÍCOLA (1967).

⁷⁸ Creio ser de cento e dois volumes e não de cento e dois recebimentos periodicamente.

Aliança Comercial de Anilinas S. A.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ANILINAS E PRODUTOS QUÍMICOS

São Paulo - Zona 1
CAIXA POSTAL 959
R. PEDRO AMÉRICO, 68 - 7.º - 9.º e 10.º ANDARES
TELEFONE 37-7186

END. TELEGRÁFICO: CORANIL
DEPÓSITO:
RIO DE JANEIRO
Estado da Guanabara
AV. RODRIGUES ALVES, 143
TELEFONE 43-4900

**FÁBRICA E DEPÓSITO:
SÃO PAULO**
R. ALEXANDRE DE GUSMÃO, 606
SOCORRO / SUB. DISTRI. STO. AMARO
INSCRIÇÃO FÁBRICA 008.773
INSCRIÇÃO DEPÓSITO 008.772

DEPT.º FITOSSANITÁRIO

MATRIZ:
RIO DE JANEIRO
RUA D. GERARDO, 64
8.º - 10.º ANDARES
TEL. 43-4803
CAIXA POSTAL 660 - ZC - 00

FILIAIS:
RECIFE
AV. DANTAS BARRETO, 507
8.º ANDAR - S/ 008 - 018
TELEFONE 7747
CAIXA POSTAL 942

PÓRTO ALEGRE
R. SIQUEIRA DE CAMPOS, 1184
7.º ANDAR
TELEFONE 8461
CAIXA POSTAL 1656

Ilmo. Sr.
Daltom Heros Malucelli
Ginásio Agrícola " SENADOR GOMES DE OLIVEIRA"
ARAQUARI - SC -

São Paulo, 18.1.67
Carta N.º P- 186

*Araquari - SC
24.1.67
D.H.M.*

Prezado(s) Senhor(es):

Ref.: CORREIO AGRO-PECUÁRIO "BAYER"

É para nós um grande prazer, poder comunicar-lhe(s) que tomamos as devidas providências para que V(V). S(S).. receba(m), com toda regularidade o nosso "Correio Agro-Pecuário".

A distribuição da nossa revista é gratuita, isto é, sem ônus por parte do assinante, sendo a remessa feita, diretamente da nossa casa matriz em Leverkusen, na Alemanha. Outrossim, levamos ao conhecimento de V(V). S(S). que a revista em questão é editada trimestralmente.

Colocando-nos ao inteiro dispor de V(V). S(S).. para quaisquer esclarecimentos, subscrevemo-nos,

atenciosamente
ALIANÇA COMERCIAL DE ANILINAS S. A.
Dept.º Fitossanitário

Ap. J. Aguiar

ANEXO
Revistas ainda disponíveis
Ø Sr. Saulo
CH/lfs

Fonte: Acervo do Arquivo Institucional do IFC Campus Araquari – Cartas Recebidas no ano de 1967.

Porém, é importante ressaltar que a movimentação desses materiais foi consideravelmente menor do que o ano anterior, ou seja, no ano de 1966. Em relação aos livros foram apenas 158 empréstimos e nas revistas 67. Será que

horas destinadas à leitura no Ginásio Agrícola, naquele ano, deixaram de ser não mais obrigatórias?

Outra atividade que foi desenvolvida no Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira, conforme o Relatório de Janeiro a Dezembro do ano de 1965 foi um jornal, não é exato afirmar se foi em 1965 que este foi criado, mas nos relatórios seguintes – 1966 e 1967 – ele não é citado. Pode ter sido foi uma atividade que não atendeu às expectativas do professor ou dos alunos e por isso não foi dada sua continuidade.

O jornal⁷⁹ foi uma

Iniciativa do professor Antonio Laercio Brunato e com a colaboração dos alunos, foi fundado e está em pleno funcionamento o jornal mural, que periodicamente traz notícias e conhecimentos novos, constituindo atividade sadia e instrutiva para os alunos (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1965c, s/p).

É possível dizer pelo nome do jornal, Mural, este era impresso apenas uma vez e afixado em um mural. Mas a instituição recebia também jornais de outros estabelecimentos de ensino. Há exemplares, um tanto deteriorados no acervo do IFC, intitulados O Mensageiro e O Tatú, este último que foi um órgão informativo dos alunos matriculados no Ginásio Agrícola Caetano Costa, localizado no município de Lages – SC. Desta maneira, o jornal foi uma forma de ligação e comunicação entre os alunos das instituições agrícolas de Araquari e Lages.

Especificamente no ano de 1965 foi desenvolvida, pelos alunos do Ginásio Agrícola através da colaboração financeira dos professores da instituição, uma cantina. Essa foi “dirigida por três alunos do terceiro e quarto ano” e “mantém estoque de refrigerantes, balas, doces, frutas e outras guloseimas que são adquiridos [...] nas fábricas a preço razoável e são revendidos aos alunos também a preço razoável” (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1965c, s/p). O relatório não informa em que o lucro da cantina era aplicado ou se era dividido entre os três alunos responsáveis por ela.

⁷⁹ Até o momento da pesquisa não encontrei nenhum documento que pudesse vir a ser este jornal, seria interessante verificar sobre quais assuntos e quais conhecimentos os alunos tratavam neste periódico.

O objetivo deste capítulo foi trazer a discussão sobre o currículo e as disciplinas dispostas no primeiro e no segundo curso ofertado pela instituição agrícola de Araquari. Comparando as disciplinas dispostas no currículo do curso de Iniciação Agrícola e no de Mestria Agrícola foi percebido que o último curso objetivava uma formação para o trabalho mais específica e prática na área rural e pecuária. Tendo em vista, não só o aumento da duração do curso, como também, da carga horária e número de disciplinas.

Foi identificado que nas turmas do curso de Mestria Agrícola não houve uma conformidade de disciplinas nos quatro anos do curso de Mestria Agrícola. Cada turma que iniciou este curso em Araquari teve um currículo diferente, porém, sem alterações na formação profissional pretendida, ou seja, profissional destinado à pequena propriedade agrícola.

CAPÍTULO 4 - PERFIL DO ALUNO E PERFIL DO EGRESSO – O TRABALHADOR FORMADO NOS CURSOS DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA E MESTRIA AGRÍCOLA

Em 1954, poucos anos antes da inauguração da Escola em Araquari, Lopes esboçou no seu artigo como a escola rural deveria funcionar:

A Escola Rural funcionaria num período contínuo [...]. Uma Escola Rural é diferente de uma Escola Profissional de artesãos, visto que a atividade agrícola exige permanentemente a presença atuante do homem. Por isto é que supusemos que em cada Escola Rural, composta de duas turmas de alunos, uma destas entraria de férias (um mês depois de cada período letivo de 5 meses), enquanto a outra continuaria a cuidar dos vários setores e departamentos a constituírem o centro de interesse da Escola. Cada turma teria, portanto, a sua professora e o seu capataz. Capataz treinado em educação, capaz de ensinar os garotos a trabalharem dentro de normas científicas [...]. Não se pode prescindir do material agrícola – instrumentos diversos que seriam delimitados por especialistas. E por isso não se poderiam matricular na Escola Rural menores abaixo de 12 anos, sendo incompatível a sua pouca idade (LOPES, 1954, p. 184).

A Escola em Araquari iniciou suas atividades escolares no dia 11 de maio de 1959 com apenas uma turma composta por 20 alunos (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009), e não duas conforme sugerido por Lopes (1954). Nos Diários de Classe dos primeiros estudantes, na seção das Notas Escolares, os meses de janeiro, fevereiro, março e abril estão em branco, não houve nenhuma anotação. Registros referentes às notas estão escritas a partir do mês de maio. Não há nenhuma identificação em vinte diários sobre o dia exato de início das aulas.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola (BRASIL, 1946, p. 5) estabeleceu que o período letivo do curso de Iniciação Agrícola é de “20 de fevereiro a 15 de junho e 1 de julho a 20 de dezembro”. Dessa forma, fica evidente que no primeiro ano de funcionamento da Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira não foi atendido o regulamentado na Lei Orgânica. É provável que as aulas no ano de 1959 iniciaram no mês de maio ao invés de fevereiro, devido ao momento de conclusão das obras da escola.

Do ano de 1960 até o ano de 1967 período equivalente aos cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola, nos registros dos boletins não consta especificamente a data de início das atividades escolares no Colégio Agrícola, mas

os registros de notas nos boletins dos alunos indicam que o período letivo foi a partir do mês de março e finalizaram, através da aplicação das provas finais, em dezembro.

Segundo dados de Cristofolini *et al.* (2009), já expostos acima, os estudantes que ingressaram na Escola Agrícola em Araquari no ano de 1959 estariam na quinta e sexta série do ginásio, contudo, o autor não sinalizou nenhuma fonte ou referência para afirmar tal informação. Nos registros escolares dos ex-estudantes há alguns documentos que atestam a conclusão do ensino primário dos ingressantes daquele ano, conforme o exposto na Figura 17:

FIGURA 17 – CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO (1956).


 ESTADO DE SANTA CATARINA
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE
CURSO PRIMÁRIO ELEMENTAR**

Escolar *Escolas Reunidas Prof. Pedro Paulo Philippi*

Eu, Diretor do Grupo Escolar *Escolas Reunidas*
Prof. Pedro Paulo Philippi de Barra Velha faço saber que,
vista da aprovação obtida na série final dêsde grupo, pel *5*
un *5*
nascido em *Barra-Velha* a *30* de *agosto* de
1946
th *5* de *Domélio Gonçalves e Adelina*
Gonçalves Gonçalves The confiro, no uso da faculdade que me é
da pelas Leis do Estado, o presente certificado de conclusão do
urso primário elementar.

Barra-Velha, *15* de *dezembro* de *1956*
Alia Gusella Gusella
DIRETOR

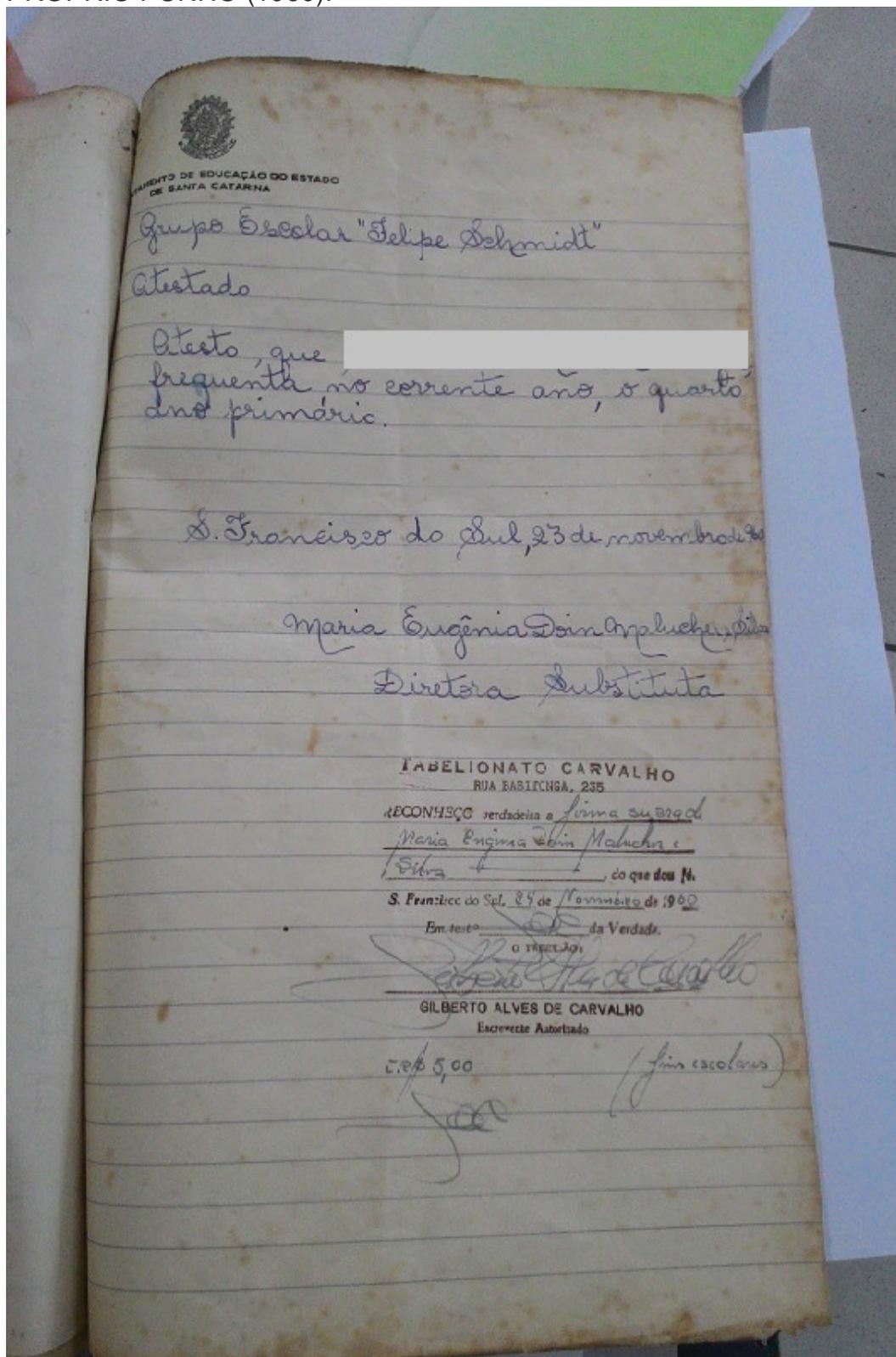
Reconheço verdadeira a firma

Fonte: Acervo do Arquivo Institucional do IFC Campus Araquari.

Há também outra forma de comprovação – conforme Figura 18 – da frequência da série do ensino primário, uma carta escrita de próprio punho pelo

responsável do colégio e reconhecida em cartório, na qual atestava que o aluno estava cursando a modalidade de ensino.

FIGURA 18 – CERTIFICADO DE FREQUÊNCIA DO ENSINO PRIMÁRIO, PRÓPRIO PUNHO (1960).



Fonte: Acervo do Arquivo Institucional do IFC Campus Araquari.

A partir desses documentos é possível afirmar foram admitidos alunos que já haviam concluído o ensino primário e também aqueles que ainda o estavam cursando. Não são em todas as pastas de cada estudante da primeira turma do colégio, que há algum documento que comprove a conclusão do ensino primário ou ateste qual o nível ou ano de escolaridade dos ingressantes. É bem provável que os documentos entregues pelos alunos aos responsáveis na secretaria escolar não tenham sido arquivados ou frente a muitos não possuem o documento, isso não foi empecilho para o ingresso na escola.

Conforme o artigo 65 da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, a escola de iniciação agrícola poderia ministrar o ensino primário aos estudantes, mas, aos que já haviam concluído este ensino, será que foram oferecidos em Araquari outros ensinamentos e assuntos? Pelos diários escolares, o que ocorreu foi uma organização de disciplinas e conteúdos e não houve nenhuma diferenciação de matérias para os que já haviam concluído o ensino primário ou o estivessem cursando.

Outra questão afirmada por Cristofolini *et al.* (2009) é que o curso ofertado na escola em Araquari foi o de Operário Agrícola. Os apontamentos de Lopes (1954), assim como na regulamentação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola denominam o curso de Iniciação Agrícola. Levando em consideração que a escola seguiu o estabelecido nesta Lei, o curso oferecido em 1959 foi de Iniciação Agrícola – informação comprovada através da ficha de inscrição localizada nas pastas dos alunos da primeira turma – destinado ao terceiro e quarto anos, ou seja, os dois últimos anos do curso primário regular. Além disso, conforme o Decreto-Lei Federal nº 9.613/1946 no parágrafo primeiro do capítulo IV, “Escolas de Iniciação Agrícolas são as destinadas a ministrar o curso de iniciação agrícola”, ou seja, em Araquari, a escola teve no período de 1954 até 1962 a denominação de Escola de Iniciação Agrícola – primeiro de Araquari e depois Senador Gomes de Oliveira⁸⁰ – e pôde ministrar o curso de Iniciação Agrícola aos jovens que se matricularam na instituição. Não há no documento um curso denominado Operário Agrícola –

⁸⁰ Só para recordar que a partir das atividades escolares iniciadas em 11 de maio de 1959 a Escola de Iniciação Agrícola de Araquari tem seu nome modificado para Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira. Homenagem concedida ao empenho do Senador Carlos Gomes de Oliveira em construir a escola de caráter agrícola no município de Araquari (GARCIA, 1989).

primeiro curso de duração de 2 anos ofertado pela Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira nos anos de 1959, 1960 e 1961.

No Livro nº 1 de Registro de Diplomas a designação consta da seguinte forma: “o presente diploma de Operário Agrícola, por haver concluído o curso de Iniciação Agrícola”. Com esta identificação, o curso que foi oferecido a três turmas no colégio em Araquari foi o de Iniciação Agrícola, conforme o estabelecido na Lei Orgânica para o Ensino Agrícola. No período de 1959 a 1962 foi ofertado o curso de Iniciação Agrícola, que diplomou o egresso em Operário Agrícola.

As memórias do ex-aluno do Colégio Agrícola em Araquari demonstram que era um orgulho dizer que estudava na escola:

Amávamos nosso colégio, como se ama nossa família, como se ama a primeira namorada, como se ama a pátria. Quando perguntados, respondíamos com orgulho: ‘Eu estudo no Colégio Agrícola’ (TRÜMMER, 1999, s/p).

O quesito nove, discutido no artigo de Lopes (1954, p.182), refere-se ao “Tipo de aluno – Serão matriculados na Escola Rural alunos entre 12 e 16 anos, já alfabetizados”, a mesma idade escolar estipulada para a Escola em Araquari:

Os candidatos ao curso de iniciação agrícola deveriam satisfazer as seguintes exigências: ser do sexo masculino, ter recebido educação primária, ter doze anos completos, possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares ser aprovado em exame de admissão, apresentar atestado de sanidade física e mental bem como comprovante de estar vacinado (GARCIA, 1989, p. 14).

Conforme o trabalho de Garcia (1989), desde o início haviam testes de admissão para o ingresso na escola “porque o número de alunos sempre superava o número de vagas” (GARCIA, 1989, p. 14). As considerações de Cristofolini *et al.* (2009) afirmam que desde o começo da Escola existia o concurso de admissão composto por teste escrito e entrevista, e nas seleções havia maior número de candidatos do que de vagas, contudo, não há indicação de fonte da qual os autores retiraram esta informação. Segundo a consulta feita pela União Nacional dos Estudantes de Agrotécnica sobre a prevalência dos exames vestibulares nos cursos agrícolas, a resposta foi que “tanto para ingressar no curso de Iniciação como no de Mestria, são exigidos vestibulares específicos”, como também “novo

vestibular, naturalmente, é exigido ao concluinte do curso de Mestría para ingressar no curso técnico do segundo ciclo” (BRASIL, 1962, p. 113-114).

O Sr. Oliveira⁸¹, que residia na época no município de Araquari, explicou que foi necessário “fazer um exame de admissão ao ginásio”. Segundo suas memórias, no ano de 1958 ele e seu irmão tiveram aulas de “uma professora particular, a Dona Rosa que tomou pela frente para ensinar a maioria do pessoal que estavam interessados” no ingresso à escola. A questão “é que nem todos podiam fazer este curso com ela, esta preparação, porque era honeroso, [...] tinha que pagar para ela”. As aulas de preparação para a prova aconteciam “sábado à tarde, a gente ia na casa dela para se preparar”. Tinham “ali com ela tinha uns cinco ou seis” estudantes. Mas “o problema de estudar no caso eu e meu irmão, era um livro só” e “na capa do livro dizia “Curso de Admissão ao Ginásio” (OLIVEIRA, 2017).

Segundo as recordações deste estudante, a comunidade em geral sabia da instalação da escola agrícola em Araquari e estudar no local era um grande prestígio.

No ano de 1959, tendo como base as pastas que contêm documentos escolares dos ex-alunos da Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira, os candidatos prestaram exames vestibulares ao curso de Iniciação Agrícola. Foram dois exames, “em virtude do número de aprovações no primeiro exame ser muito reduzido”. No primeiro 42 alunos se inscreveram e destes apenas nove foram aprovados, um desistiu e 32 inscritos foram reprovados. No segundo exame vestibular houve a inscrição de 27 alunos, sendo que deste número 13 foram aprovados, o mesmo número para os reprovados e novamente um desistente. A Escola de Iniciação Agrícola iniciou “com 22 alunos matriculados, sendo que durante o período letivo, foram desligados dois” (ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1959, p. 3).

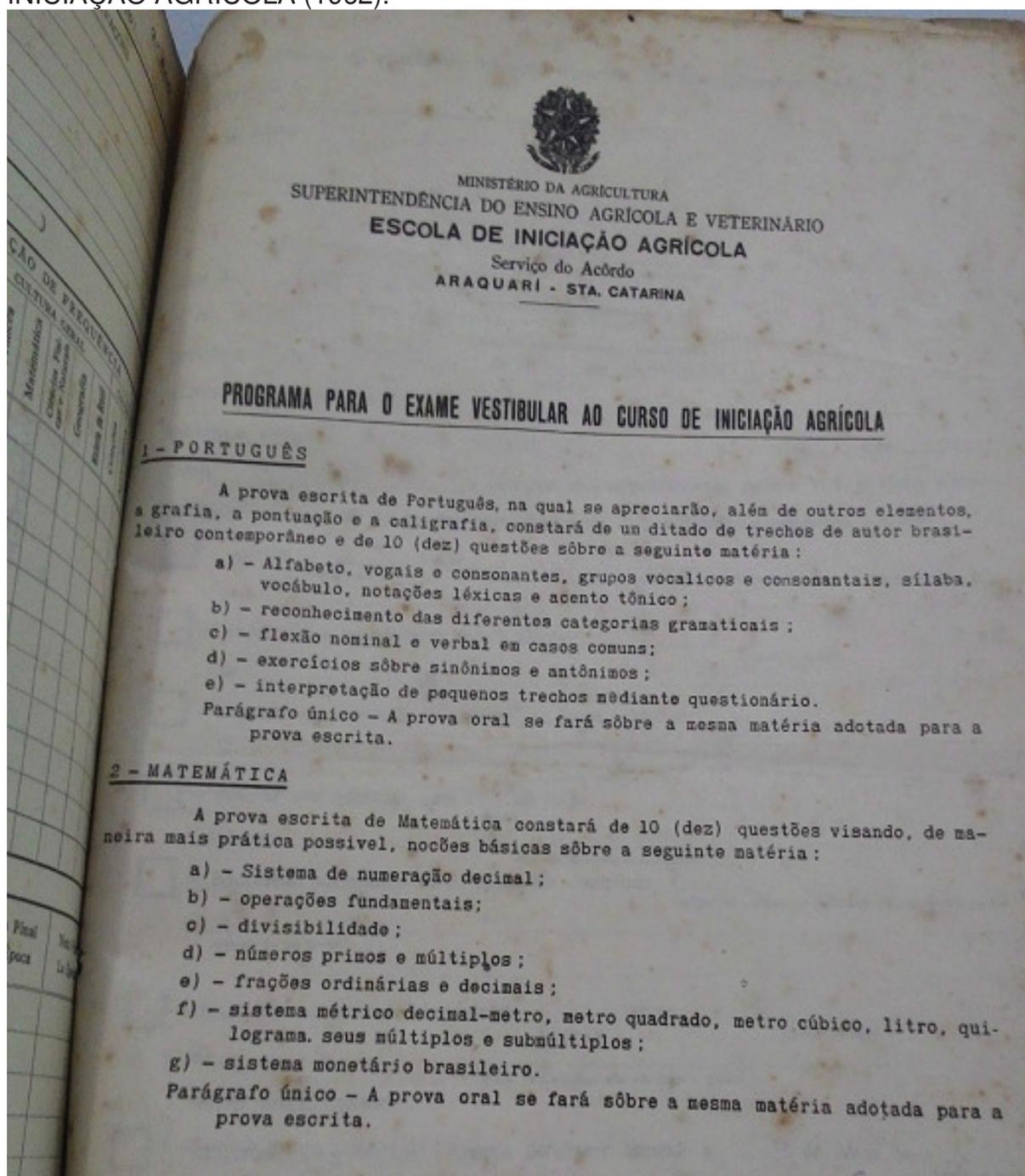
Até o presente momento da pesquisa não foi encontrado documento relativo ao conteúdo programático da prova aplicada para o curso de Iniciação Agrícola. Nas recordações do ex-aluno, o Sr. Oliveira, a prova teve “conhecimentos gerais, que era na época, matemática que era uma Aritimética, Português, História

⁸¹ Entrevista concedida à autora no dia 20 de junho de 2017.

e Geografia, essas matérias fundamentais que se aprendia”, e foi um teste “só escrito, prova oral não teve” (OLIVEIRA, 2017).

Na pasta de número 84 está anexado, junto aos documentos do estudante do ano letivo de 1962, o programa com os conteúdos destinados para a prova de admissão, conforme Figura 19:

FIGURA 19 – PROGRAMA PARA O EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA (1962).



Fonte: Acervo do Arquivo Institucional do IFC *Campus* Araquari.

Esses conteúdos fornecem dados para identificar quais foram os assuntos abordados na prova, que as disciplinas cobradas eram somente de Português e Matemática, num total de 20 questões divididas igualmente entre as duas disciplinas. Na escola analisada por Kanazawa (2011, p. 190) também era aplicado um exame de admissão aos candidatos nas áreas de Português e Aritmética, “em nível de 4º ano primário e eram avaliadas por notas, de 0 a 10, com exigência de nota 5 no conjunto e 4, por matéria, para aprovação”. A autora não especifica sobre qual maneira foi a elaboração desta prova ou em que momento foi realizada pelos candidatos.

O documento da Figura 19 mostra os vínculos da escola em Araquari em relação ao Ministério da Agricultura, ao órgão da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário e o nome da prova era de *exame vestibular*, conforme determina a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Outra questão é que no ano de 1962 o curso oferecido em Araquari já não era o de Iniciação Agrícola e sim de Mestría Agrícola, por qual motivo o programa do exame de admissão continua sendo destinado ao curso de Iniciação Agrícola? Por que não houve a alteração do nome do curso e dos conteúdos? Algumas hipóteses são levantadas: primeiro que a Escola em Araquari não informou em tempo hábil a mudança de curso à Superintendência do Ensino Agrícola, esta entendia que mesmo com a alteração do curso em Araquari não alterava o nível de escolaridade dos inscritos, sendo assim os conteúdos seriam os mesmos. No documento – conforme o leitor pode observar – não consta data, talvez ele possa ter sido anexado na pasta 84 por engano e há outro programa de exame de admissão ao curso de Mestría Agrícola, não encontrado até o presente momento da pesquisa. Ou simplesmente foi copiado do ano anterior.

Os documentos dos alunos nas pastas indicam que, no ano de 1959, os primeiros exames foram realizados no dia 25 de fevereiro, com prova escrita das matérias de Português e Matemática. Todavia a Lei Orgânica do Ensino Agrícola dispõe, na seção II e artigo 27, que “os exames vestibulares serão feitos na primeira quinzena de janeiro” e não prevê sobre outras épocas para aplicar o exame (BRASIL, 1946). Talvez o exame não tenha sido aplicado no mês de

janeiro, conforme o previsto na Lei, em função da não conclusão das obras da escola ou pela não total admissão de professores e demais servidores.

Para os que reprovaram neste exame foi oferecida uma nova oportunidade no dia 23 de março de 1959, como já informado em parágrafos anteriores. A Lei Orgânica do Ensino Agrícola não prevê um novo exame de admissão e nem nova data para tal (BRASIL, 1946). Mas a escola tinha que ter alunos naquele momento para iniciar as atividades escolares, até para justificar o investimento e os custos da instalação da escola agrícola em Araquari. Desta maneira, a escola apropria-se do entendimento das condicionantes do contexto cultural e social na qual está inserida e aplica nova prova aos interessados.

Mais um ponto que deve ser mencionado aqui é que no período de 1959 a 1967 a nota mínima para a aprovação dos candidatos era igual ou superior a cinco. Há uma ficha na pasta de cada ex-aluno na qual consta sua nota no exame, cujo cálculo foi realizado pela média aritmética da nota da prova da disciplina de Português e da disciplina de Matemática.

Não há indício que houve uma prova oral para os que prestaram o exame. A Lei Orgânica do Ensino Agrícola não estabelecia este tipo de prova, trazendo apenas em parágrafo único da seção II que “o exame vestibular para os candidatos à matrícula na Primeira Série do Curso de Iniciação Agrícola versarão sobre as disciplinas de Português e Matemática” (BRASIL, 1946). É pertinente apontar que no documento encontrado na pasta de número 84 – Figura 19 – é previsto em parágrafo único uma prova oral com o mesmo conteúdo da prova escrita. É pertinente questionar por que a Escola de Iniciação Agrícola em Araquari fez uso deste recurso – prova oral – para o ingresso na instituição já que não era previsto na lei que a regulamentou? Quem sabe uma possível resposta seja que essa determinação foi instituída pela Superintendência do Ensino Agrícola, órgão ao qual a escola esteve subordinada naquele momento?

Na Escola Agrícola de Urutaí, no Estado de Goiás que também esteve subordinada à SEAV, os candidatos prestavam provas de vestibular para o Curso de Iniciação Agrícola tanto na forma escrita quanto oral. Essas provas tinham questões referentes às disciplinas de Português e Matemática. Enquanto os candidatos que tentavam uma vaga para o Curso de Mestría Agrícola, além de efetuarem as provas do primeiro curso referido “faziam provas prático-orais de Agricultura” (ISSA, 2014, p. 58).

É certo dizer que foram realizados os exames de vestibular para o ingresso dos alunos nas escolas agrícolas, mas dependendo da escola estas provas tiveram suas especificidades.

Ao atentar para as datas dos exames de admissão e da matrícula dos alunos em Araquari, a data de matrícula é anterior a dos exames. A primeira matrícula foi no dia 21 de janeiro de 1959, mais uma no dia 28 de janeiro, três no dia 29 de janeiro, nove matrículas no dia 30 e quatro no dia 31. No dia 14 de março de 1959 efetuou-se uma matrícula e no dia 18 de março mais uma. Não houve nenhuma matrícula no mês de fevereiro (SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, Registro de Alunos, Arquivo Morto – Ginásio).

É percebido que as datas das matrículas não se referem ao dia em que o aluno trouxe a documentação prevista para a efetivação da mesma, após receber a aprovação no processo de seleção, mas sim a data constante na ficha de inscrição do candidato no exame para o Curso de Iniciação Agrícola da escola. É uma ficha destinada ao diretor da Escola de Iniciação Agrícola, não faz menção ao nome completo, ou seja, Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira. Indica localização para preenchimento do: nome do candidato, nomes dos pais, data de nascimento, cidade de origem, endereço, telefone e solicita marcar com um “X” no quadro correspondente ao que deseja. Neste caso, as situações contempladas são: expedição de via de documentos como certificado de conclusão de curso, histórico escolar e outros; expedição de transferência para uma outra escola; cancelamento de matrícula e o motivo; renovação da matrícula e o curso; inscrição em exames de segunda época e as disciplinas; inscrição em segunda chamada e disciplina; a inscrição nos exames vestibulares ao Curso e, por fim, inscrição para o curso de adaptação. No final do documento a data e assinaturas do candidato e do seu responsável – pai, mãe ou tutor responsável. Conforme Figura 20:

FIGURA 20 – FICHA DE INSCRIÇÃO (1959).

Ilmo. Sr. Diretor da Escola de Iniciação Agrícola
Araquari - S. C.

De acordo. / /
Diretor

(Nome do aluno, por extenso e sem abrev.)
filho de RAULINO GOMES DE OLIVEIRA
(Nome do pai, por extenso e sem abrev.)
e de MARCIA MARCIA GOMES DE OLIVEIRA
(Nome da mãe, por extenso e sem abrev.)
nascido a 24 de fevereiro de 1945 em Araquari
(dia) (mês) (ano) (município)
estado de S. Catarina

residência do aluno: rua _____ n.º _____ fone _____
Cidade Araquari vem mui respeitosamente pedir a V. S. se digne mandar:
(Indique com um "X" no quadro correspondente, o que desejar e preencha o claro)

- expedir _____ via(s) _____
(Indicar quantas) (Indicar que documento deseja: certificado de conclusão do curso, histórico escolar, etc.)

- expedir uma transferência para a Escola _____
(Indicar o nome)

- cancelar sua matrícula no corrente ano letivo. (Motivo: _____)
(Indicar o motivo)

- renovar sua matrícula para a _____ do curso _____
(Indicar o curso)
(Motivo: _____)
(Ser está aprovado ou reprovado)

- inscrevê-lo nos exames de 2.ª época das disciplinas _____
(Indicar por extenso, as disciplinas nas que deverá prestar
exames de 2.ª época)

- inscrevê-lo na segunda chamada da _____ prova _____
(1.ª ou 2.ª) (parcial ou final)
de _____
(Indicar as disciplinas que não prestou prova)

Anexo atestado médico.

- inscrevê-lo nos exames de 2.ª época por haver atingido a _____ % de faltas às _____
(Indicar a porcentagem de faltas) (Indicar as faltas em prática)

- inscrevê-lo nos exames vestibulares ao Curso de INICIAÇÃO AGRÍCOLA
desta Escola no ano letivo de 1959

- inscrevê-lo para o curso de adaptação.

Nestes termos, espera deferimento
Araquari, 27 de Janeiro de 1959
Aimari Gomes de Oliveira
(Assinatura do aluno)
Raulino Gomes de Oliveira
(Assinatura do pai ou mãe (se viúva ou desamparado), ou tutor
legalmente investido)

(Reconhecer firma) Reconheço

Fonte: Acervo do Arquivo Institucional do IFC Campus Araquari.

Tudo leva a crer que a ficha de inscrição para o exame vestibular era aproveitada como a ficha de matrícula para os aprovados. É possível pensar que a marcação da data da matrícula no livro de registro da instituição ficou sendo a da inscrição para a realização da prova como formalidade para não ficar tão diferente do período regulamentado pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Nas fichas dos ex-alunos da Escola em Araquari, no período de 1960 a 1976, a prova é denominada de *exame de habilitação*, com conteúdos das disciplinas de Português e Matemática. Ou seja, apesar da alteração do nome da prova para a admissão na escola, as disciplinas e devidos conteúdos continuavam os mesmos.

Neste período os exames de habilitação foram realizados nas seguintes datas, conforme Quadro 10:

QUADRO 10 - DATA DOS EXAMES DE HABILITAÇÃO NO PERÍODO DE 1960 A 1967.

EXAME DE HABILITAÇÃO NO PERÍODO DE 1960 – 1967	
ANO	DATA DO EXAME DE HABILITAÇÃO
1960	24/02/1960
1961	28/02/1961
1962	27/02/1962
1963	15/02/1963
1964	21/02/1964
1965	15/02/1965
1966	14/02/1966 e 18/02/1966
1967	14/12/1966; 15/12/1966; 10/02/1967

Fonte: Arquivo Institucional IFC *Campus* Araquari. Serviço Público Federal, Registro de Aluno – Arquivo Morto – ginásio.

Nos dois anos finais do curso de Mestria Agrícola houve mais de uma data de exame de habilitação para o ingresso na escola em Araquari. No ano de 1966 houve duas datas próximas para a prova de ingresso. Apenas 12 candidatos foram selecionados. A justificativa oficial para o número reduzido de ingresso de estudantes foi que a grande maioria dos candidatos não conseguiu a nota mínima. Em um documento, denominado Ginásio Agrícola “Senador Gomes de Oliveira”

Araquari, de 18 de fevereiro de 1966, que se refere à listagem dos alunos que prestaram o exame de habilitação neste dia, apresenta uma relação com 159 inscritos, com apenas três desistentes. Esta lista está dividida em dez colunas, cada uma com uma especificação: primeira o número da inscrição do candidato; segunda, o nome do candidato; em seguida três colunas: uma com a nota obtida pelo candidato na prova de português, outra na prova de matemática e então a coluna destinada à média aritmética destas duas provas. Na coluna da prova de português, muitas anotações são apenas um traço ao invés de uma nota. Isso pode significar algumas coisas: o candidato não conseguiu responder à prova e a entregou em branco, ou o traço corresponde que a nota adquirida pelo candidato é zero, ou ainda que o candidato chegou atrasado para efetuar a prova de português. Não há qualquer indicação de que era aplicada uma prova oral aos candidatos. Em seguida, uma coluna denominada Pontos dos Títulos. Não foram encontrados subsídios que forneçam explicações sobre os títulos. Na listagem há candidatos que obtiveram a pontuação de número quatro ou oito e, em alguns casos, consta apenas um traço ao invés de um número, não é possível afirmar se esse traço equivale a zero. Talvez este item tenha relação com a indicação dos conteúdos da Figura 19. Pensando por este viés, os Pontos dos Títulos deveriam ser os assuntos designados – escolhidos por sorteio ou por indicação de algum docente – para a aplicação da prova aos candidatos (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1966c).

A próxima coluna é denominada Peso seis *versus* média, cogitamos que a média aritmética adquirida com as notas das provas de Português e Matemática tinham peso seis; a seguir uma coluna denominada Peso quatro *versus* título – o título que não é certo precisar até o momento se tem um peso equivalente a quatro –, e uma coluna com a média final. Por último, uma coluna que não foi preenchida em nenhum candidato, denominada Atividades do pai ou Tutor.

Já para o ano de 1967, houve três datas de realização do exame de habilitação. Sendo que as duas primeiras foram no ano anterior – 1966, especificamente no mês de dezembro. Quais motivos levaram à antecipação da prova de admissão ao Colégio? No ano de 1967 houve nova data de exame, a explicação poderia ser a falta de procura pelas vagas, em função da antecipação da data do exame de habilitação, o que obrigou a escola a efetuar em fevereiro nova aplicação da prova.

Essas informações levam à conclusão que nenhum exame de habilitação em Araquari foi realizado conforme o prescrito na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, ou seja, na primeira quinzena de janeiro. Dessa forma, o que estava determinado pela lei foi apropriado e desenvolvido de outras formas na escola em Araquari.

Em relação ao número de ingressantes, após a aprovação na prova, o Quadro 11 mostra o número de alunos matriculados na Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira no recorte temporal do primeiro curso oferecido – 1959 a 1961:

QUADRO 11- QUANTIDADE DE ALUNOS INGRESSANTES NO CURSO DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO DE 1959 A 1961.

ANO	NÚMERO DE MATRÍCULAS
1959	20 alunos
1960	25 alunos
1961	18 alunos

Fonte: Serviço Público Federal, Registro de Aluno – Arquivo Morto – ginásio.

Não houve um aumento significativo do número de matrículas no período de 1959 a 1961.

Todos os estudantes eram do sexo masculino, sendo que três desses alunos tinham 16 anos de idade, cinco alunos com 15 anos, três com 14 anos, cinco com 13 anos de idade, três com 12 – a idade mínima estabelecida, conforme as considerações de Lopes (1954). Porém, um fugia à regra: foi matriculado com idade de 10 anos, natural da cidade de Joinville – SC, que completou 11 anos no dia 15 de abril de 1959. Este aluno é o décimo primeiro aluno matriculado na Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, conforme Livro de Registro do Aluno. Será que foi o caso de abrir uma concessão em função do fechamento de turma? Será que esse garoto tirou uma nota superior aos demais, o que influenciou na sua admissão mesmo sem a idade recomendada?

A escola em Araquari foi regulamentada segundo a Lei Orgânica do Ensino Agrícola e esta diretriz dizia que os candidatos seriam admitidos após aprovação no exame e deviam “ter doze anos completos” (BRASIL, 1946, p. 6). A preferência é que as vagas fossem para “aquele aluno que viesse da zona rural” e os exames eram “a prova escrita e depois uma prova oral para fazer a seleção” (GARCIA, 1989, p. 14). Já foram levantadas algumas hipóteses sobre este ponto nesta

narrativa, mas há mais duas que devem ser levadas em consideração. A primeira: partindo da premissa que o aluno se destacou nos testes de seleção, talvez sua morada na cidade de Joinville fosse na zona rural, ponto, além da nota, que contribuiu para seu ingresso na instituição. A segunda: como foram muitas reprovações nos dois exames de seleção aplicados no ano de 1959 – 45 reprovações – a entrada deste estudante foi mediante uma boa nota no exame de admissão.

Foi verificado nos anos seguintes, 1960 e 1961 – que correspondem às turmas do curso de Iniciação Agrícola –, que houve ingressos de outros alunos com 11 anos ou abaixo disso. No ano de 1960 houve a matrícula de três alunos com a idade de 11 anos que iriam completar 12 anos no referido ano: José Antônio da Silva, no dia 10/03, Wulmar Calazaro Afroso no dia 22/05, e no dia 04/10 Lúcio Francisco Thomazelli faria aniversário de 12 anos.

Em 1961 houve o ingresso de quatro estudantes com 11 anos de idade e que iriam completar 12 naquele ano: Salustiano Moreira Veiga no dia 07/03, Rubens José Ferreira no dia 19/03, Ladislau Lenocho no dia 27/06 e, por fim, Nelson Belaro Júnior completaria a idade de 12 anos em 27/06.

Essa constatação revela que eram aceitos estudantes com idade inferior aos 12 anos, contrariando a idade recomendada nas considerações de Lopes (1954) e estabelecida pela própria Lei Orgânica do Ensino Agrícola (BRASIL, 1946). Mas ao efetuar a análise que o curso oferecido – Iniciação Agrícola – correspondia ao quinto e sexto anos do ginásio, conforme o que propôs Cristofolini *et al.* (2009), o aluno que ingressasse no primeiro ano do primário com 7 anos completos, angariando sempre a aprovação ao final de cada ano, chegaria ao quinto ano do ginásio com 11 anos. O estudante que ingressou na Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira em 1959 com 10 anos pode ter sido uma exceção, ou seja, entrou no primeiro ano do primário com 6 anos completos.

Kanazawa (2011, p. 189), afirmou que na Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Jacareí, no ano de 1937, era exigida “a idade de 12 anos completos” para a admissão. Contudo, a autora revelou que estudantes com idade de 11 anos estavam matriculados na escola.

Outro ponto para refletir é que nesses três anos do curso de formação para Iniciação Agrícola, alunos com idade de 14, 15 e até 16 anos ingressavam no primeiro ano junto com os de 10, 11, 12 e 13 anos de idade. Não ocorreu um

nivelamento de estudantes por idade escolar, mas sim por aprovação no processo seletivo.

O ano letivo de 1962 marcou o início do curso de Mestria Agrícola. No entanto, neste ano houve três turmas de primeiros anos. Duas delas eram classes relativas ao primeiro ano do Curso de Iniciação Agrícola, uma foi denominada Primeira Série A, com 29 estudantes, e a outra Primeira Série B, com 26 alunos. A turma de número três é referente à primeira série do curso de Mestria Agrícola, com apenas 14 discentes matriculados. Treze alunos desta classe são provenientes das turmas do ano letivo de 1959 e 1960, matriculados e concluintes do curso de Iniciação Agrícola, apenas um foi matriculado na instituição no ano de 1962. Este aluno veio transferido do Seminário Nossa Senhora da Salete, localizado no município de Concórdia - SC. Porém, no documento oficial desta instituição a localização da mesma é no Estado do Rio Grande do Sul. O referido estudante concluiu, no estabelecimento gaúcho o Ginásial, no período de 1957 a 1960.

Além destas turmas de primeiro ano houve também a correspondente ao segundo ano do curso de Iniciação Agrícola, com 26 alunos matriculados.

Entre a classe A e a B do curso de Iniciação Agrícola foi percebido que na última turma houve uma disciplina ministrada a mais, Francês. Também pode ter ocorrido o extravio do diário de classe da turma A, ou este não foi devidamente arquivado. É possível pensar ainda que houve a divisão das classes em função desta disciplina. Quem desejou tê-la no currículo manifestou seu interesse e conseqüentemente foi alocado na turma B do curso de Iniciação Agrícola.

É importante frisar que no ano letivo de 1962 a instituição agrícola em Araquari ofereceu concomitantemente os dois cursos, Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola, mas a partir do ano letivo de 1963 o curso oferecido foi apenas o último. Por este motivo os estudantes da turma A e B foram ambientados para o curso de Mestria Agrícola. Talvez seja pela adaptação dos alunos que, na segunda série do ano letivo de 1963, a turma de Mestria Agrícola teve naquele ano seis disciplinas da parte técnica.

A partir do ano de 1963 houve a possibilidade dos alunos ingressarem no Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira, não necessariamente no primeiro ano do curso de Mestria Agrícola, mas também nas demais séries do curso, ou seja, segunda, terceira e quarta séries. No ano de 1963, dos alunos aprovados na

prova de admissão dois ingressaram na segunda série e um na terceira série do curso. Contudo, como o curso teve início em 1962, teoricamente, no ano de 1963 apenas estaria funcionando a primeira e a segunda séries. Não há anotações de notas nas duas primeiras séries e nem na última – na quarta série, pois o aluno não concluiu o curso – somente na terceira com as disciplinas ministradas naquele ano letivo (ARQUIVO INSTITUCIONAL DO IFC *CAMPUS* ARAQUARI, Dossiê do aluno nº 125). Analisando os Diários de Classe das disciplinas relativas a referida série e ano, verificou-se que a terceira série foi ofertada no ano de 1963 com estudantes concluintes de outros anos letivos do curso de Iniciação Agrícola e mais este que se matriculou. Ou seja, foi possível o ingresso no curso de Mestria Agrícola após a conclusão do primeiro curso oferecido na instituição agrícola em Araquari. A questão aqui apresentada é: será que além do aluno matriculado no ano letivo de 1963, os demais fizeram exame de classificação, ou automaticamente deram continuidade aos seus estudos no Ginásio Agrícola de Araquari? É uma pergunta que provavelmente não será possível responder no momento.

No ano de 1964, três estudantes ingressaram na segunda série do curso de Mestria Agrícola e dois na terceira série. Em 1965 três alunos foram admitidos na segunda série e três na terceira. E no ano de 1966 apenas um ingressou na terceira série.

Nas seis turmas que ingressaram no período de 1962 a 1967, no curso de Mestria Agrícola, o número de estudantes matriculados foi o seguinte:

QUADRO 12- QUANTIDADE DE ALUNOS INGRESSANTES NO CURSO DE MESTRIA AGRÍCOLA NO PERÍODO DE 1962 A 1967.

ANO	NÚMERO DE MATRÍCULAS
1962	43 alunos
1963	16 alunos
1964	17 alunos
1965	15 alunos
1966	12 alunos
1967	16 alunos

Fonte: A Autora, com base no livro do Serviço Público Federal, Registro de Aluno – Arquivo Morto – ginásio.

Acervo: Arquivo Institucional IFC *Campus* Araquari.

No ano de 1962 ingressaram 43 estudantes – número significativo, tendo em vista que o máximo de alunos ingressantes na escola foi no ano de 1960 com 25 –, destes, dois tinham 11 anos. Casos assim voltam a acontecer no ano de 1965 e 1966, houve o ingresso de um aluno com 11 anos de idade nestes dois anos. E, no ano de 1967, houve a entrada de três alunos com 11 anos de idade.

Com esses dados é certo concluir que o prescrito na Lei Orgânica do Ensino Agrícola (BRASIL, 1946), sobre a idade mínima de ingresso em uma instituição agrícola, não foi plenamente acatado em Araquari. Algumas hipóteses são consideradas para explicar tal aspecto, como: a nota que esses estudantes obtiveram no exame de admissão, e que não havia uma expressiva procura pela escola, o que possibilitou o ingresso de estudantes em idade não prevista na lei.

A partir de 1962, ou seja, quando a escola passa a ser denominada Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira e oferecia o curso de Mestria Agrícola, ocorreu o ingresso de alunos maiores de 17 anos, isto em 1962, 1963, 1964 e 1965. Lopes (1954) e a Lei (BRASIL, 1946) previam somente idade mínima de entrada e no caso específico dos maiores de 17 anos, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (BRASIL, 1946, p. 13) estabelecia que “aos maiores de dezessete anos é permitida a obtenção do Diploma correspondente à conclusão do [...] curso de Iniciação Agrícola, independentemente de observância do regime escolar para tal exigido por esta lei”.

Em sua obra Trümmer (1999) revelou consequências ocasionadas pela disparidade de idade entre um estudante e outro. Abordou que, por muitas vezes, os alunos menores apanhavam dos maiores, cediam sua vaga na fila das refeições e executavam tarefas incumbidas aos alunos de mais idade, além das suas, para não sofrerem com os maus tratos.

O autor também apontou que a grande maioria dos ingressantes apresentava uma condição econômica precária. Enfatizou que “alguns andavam descalços, grande parte usava roupas velhas, herdadas possivelmente de irmãos maiores” (TRÜMMER, 1999, p.12). Além de muitos não se dirigirem para suas casas nos fins de semana e permanecerem na escola em função do preço das passagens. Já os que moravam na cidade de São Francisco do Sul pediam carona em frente ao colégio (TRÜMMER, 1999).

Segundo o autor os alunos que possuíam, por exemplo, um relógio, conseguiam adquirir certa quantia em dinheiro, pois emprestavam o objeto a alunos

mais velhos que iam namorar. O relógio acabava sendo um símbolo de *status* entre os rapazes e moças além da serventia de aviso da hora de retorno às instalações do colégio.

O superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, Walter Wolf Saur, nos anos de 1965 e de 1966, enviou duas portarias à escola em Araquari, referentes a uma regulamentação sobre o curso de preparação para os exames de admissão. Essas diretrizes dispunham sobre a organização de um curso preparatório para os candidatos ao exame de admissão. A Portaria nº 62 emitida no dia 04 de maio 1966, explicitou: para a “primeira série do Curso Ginásial Agrícola” o curso “será destinado exclusivamente a candidatos do meio rural”. Não é certo afirmar se houve ou não a execução desta preparação para o exame de admissão dos ingressantes na escola agrícola em Araquari, porém, os documentos oferecem pistas que para o ingresso no curso o candidato deveria provar a “idade mínima de dez anos completos” (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1966, p. 1). Isso leva à conclusão que o próprio órgão que subordinava as escolas destinadas ao ensino agrícola não seguia a Lei Orgânica que regulamentou, a partir de 1946, esta modalidade de ensino.

As portarias definem também a idade máxima para o ingresso no curso de preparação. A Portaria nº 53, de 30 de junho de 1965, determina a idade “máxima de 15 anos” (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1965, s/p). Enquanto a Portaria de nº 62, de 04 de maio de 1966, a idade “máxima de catorze anos” (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1966, p. 2). Porém os dados sobre a idade dos ingressantes no Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira indicam que os alunos entraram no primeiro ano do curso de Mestría Agrícola com idades superiores à definida pela SEAV. Isso implica na conclusão, neste aspecto, que a escola em Araquari também não atendeu ao que foi indicado pelo órgão ao qual esteve subordinada até o ano de 1967.

Em relação à seleção dos candidatos para o ingresso, Belleza (1955) afirmou no seu documento “Diretrizes para o Ensino Agrícola”, enviado para a então denominada Escola de Iniciação Agrícola de Araquari em 1955, que mesmo as escolas rurais sendo construídas para atender filhos de agricultores do município e região, era considerável a quantidade de ingressantes vindos da zona

urbana. Cristofolini *et al.* (2009, p. 16) indicaram através das memórias de um ex-aluno da instituição, Pedro Almeida, que dentre a primeira turma de Iniciação Agrícola, “dos 20 alunos matriculados, 18 eram de família do meio urbano”. O ex-aluno afirmou que “eu, inclusive, nunca tinha plantado um pé de cebola e acabei tendo toda a minha formação voltada ao setor agropecuário” (CRISTOFOLINI *et al.*, 2009, p. 16).

Na Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Jacareí o cenário em relação à primeira turma do curso de Iniciação Agrícola, no ano de 1937, foi o mesmo. Dos 54 estudantes, 44 residiam na zona urbana de Jacareí. Ou seja, não necessariamente os que residiam na cidade não se interessavam em ter uma formação voltada para as questões do campo (KANAZAWA, 2011, p. 192).

A questão a ser pensada é por que esses estudantes que não residiam na zona rural demonstravam interesse em estudar numa escola que fornecia cursos voltados à modalidade do ensino agrícola? Talvez por ser uma escola que foi apresentada à comunidade como uma instituição séria – devido ao ingresso ser efetuado através de um exame de seleção – que forneceria aos alunos interessados uma possível carreira agrícola ou no serviço público. E ainda por ser tutelada pela União através do Ministério da Agricultura e seu respectivo órgão.

Esta evidência possibilita afirmar que a distância sobre o entendimento entre o rural e o urbano era muito tênue. É provável que os que residiam na cidade não se percebiam tão distantes daqueles que viviam na área rural do município.

Seria de grande relevância a realização de uma pesquisa que verificasse se os egressos, tanto do curso de Iniciação Agrícola como de Mestría Agrícola, continuaram seus estudos nesta área do conhecimento, em áreas afins, ou se estabeleceram profissionalmente no setor agrícola e pecuário.

Pelos registros acadêmicos dos estudantes que ingressaram no primeiro curso ofertado pela escola em Araquari, no período de 1959 a 1961, o Quadro 13 correspondente à naturalidade de cada um:

*LCM = Localização no mapa

Quadro 13- Quantidade de alunos INGRESSANTES RELATIVO AS SUAS cidades DE ORIGEM DO PERÍODO ENTRE 1959 a 1961.

MUNICÍPIO DE ORIGEM NO ESTADO DE SANTA CATARINA	*LCM	QUANTIDADE DE ESTUDANTES 1959	QUANTIDADE DE ESTUDANTES 1960	QUANTIDADE DE ESTUDANTES 1961
Araquari	1	7	2	-----
São Francisco do Sul	2	2	10	7
Joinville	3	3	2	1
Guaramirim	4	1	-----	-----
Jaraguá do Sul	5	-----	1	-----
Rio Negrinho	6	-----	1	-----
São João do Itaperiú	7	-----	-----	1
Barra Velha	8	6	1	1
Penha	9	-----	2	-----
Ilhota	10	-----	2	-----
Navegantes	11	-----	-----	1
Itajaí	12	-----	-----	2
Camboriú	13	-----	-----	1
Florianópolis	14	-----	-----	1
Urubici	15	-----	-----	1
São Joaquim	16	-----	1	-----
Criciúma	17	-----	1	1
Sombrio	18	-----	1	-----
Concórdia	19	-----	1	-----

Fonte: A Autora, com base no livro do Serviço Público Federal, Registro de Aluno – Arquivo Morto – ginásio.

Acervo: Arquivo Institucional IFC *Campus Araquari*.

município de Araquari, ou cidades próximas à escola. Outro ponto a ser pensado é a própria demanda da cidade pela escola.

Já em 1961, último ano em que estudantes iniciaram na escola para frequentar o curso de Iniciação Agrícola, o destaque vai para o ingresso também do imigrante da Iugoslávia, Ladislav Lenoch. Neste ano novamente a maioria dos estudantes é proveniente da cidade de São Francisco do Sul e nenhum aluno ingressante da cidade de Araquari. Bem provável que tiveram candidatos que efetuaram a seleção, mas nenhum angariou a aprovação.

É possível identificar com os dados apresentados que, nos primeiros anos de funcionamento da escola, predominou o atendimento aos alunos da cidade vizinha de Araquari – São Francisco do Sul –, poucos estudantes naturais de Joinville –, e de pequenas cidades ao redor do município de Araquari, e alguns, de cidades como Sombrio e Criciúma, localizadas no sul do estado de Santa Catarina.

Estabelecendo uma comparação entre a primeira turma da escola em Araquari com a Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Jacareí, perceber-se que, na última, basicamente 95% dos estudantes pertenciam ao município de Jacareí, e também havia alunos nascidos em outro país, como, por exemplo, no Japão (KANASAWA, 2011). Enquanto que em Araquari apenas 35% eram oriundos do município no qual a escola estava instalada.

Esse panorama irá se alterar com a mudança do curso de Iniciação Agrícola para o de Mestría Agrícola, este com duração de quatro anos.

Em 1962, primeiro ano no qual foi ofertado o curso de Mestría Agrícola, a situação foi a seguinte:

*LCM = Localização no mapa

QUADRO 14- QUANTIDADE DE ALUNOS INGRESSANTES RELATIVO AS SUAS CIDADES DE ORIGEM DO PERÍODO ENTRE 1962 A 1967.

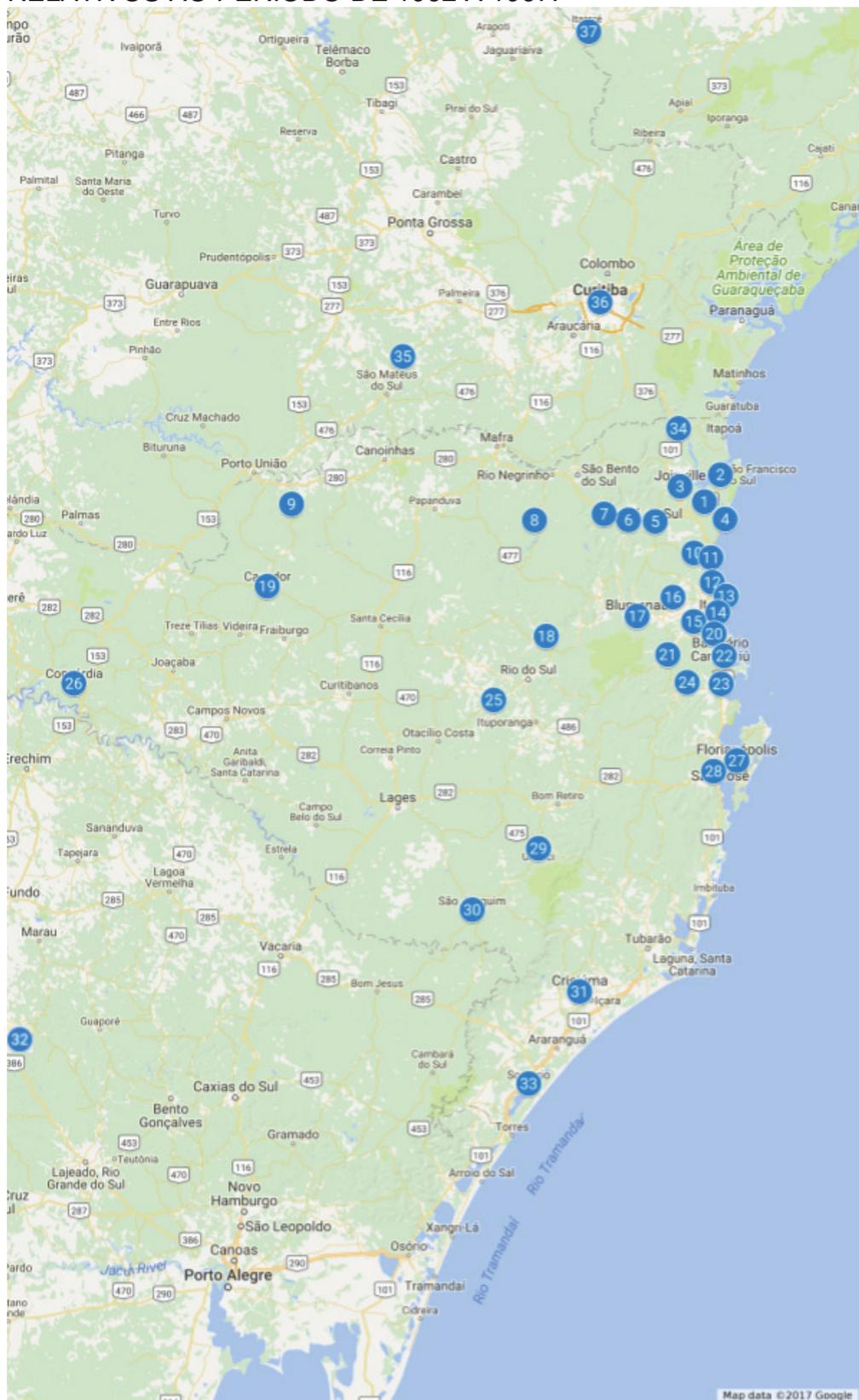
MUNICÍPIO DE ORIGEM DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARANÁ E SÃO PAULO	NÚMERO DE ALUNOS	*LCM					
	1962	1963	1964	1965	1966	1967	
Araquari -	2	-	1	-	1	-	1

SC							
São Francisco do Sul - SC	8	4	6	3	1	1	2
Joinville - SC	7	3	-	4	-	2	3
Itajaí - SC	5	1	-	2	-	-	15
Navegantes -SC	4	1	-	-	-	-	14
São Joaquim - SC	2	-	-	-	-	-	30
Camboriú - SC	1	1	-	-	-	1	20
Concórdia - SC	3	-	-	-	-	-	26
Guaramirim -SC	1	-	1	1	-	-	5
Blumenau - SC	1	-	-	-	-	-	17
Jaraguá do Sul - SC	2	1	1	-	1	-	6
Rio Negrinho - SC	1	-	-	-	-	-	8
Barra do Sul - SC	1	-	-	-	-	-	4
Corupá - SC	1	3	1	-	-	-	7
Penha - SC	-	1	3		1	-	13
Palhoça - SC	-	1	-	-	-	-	28
Garuva - SC	-	-	1	-	-	1	34
Brusque - SC	-	-	1	1	1	-	21
Santa Cruz - SC	-	-	1	-	-	-	9
Criciúma - SC	-	-	-	1	-	-	31

Florianópolis - SC	-	-	-	1	-	-	27
Trombudo Central - SC	-	-	-	-	1	-	25
Cruz Alta - SC	-	-	-	-	1	-	32
Tijucas - SC	-	-	-	-	-	1	23
Itapema - SC	-	-	-	-	-	1	22
Canelinha - SC	-	-	-	-	-	1	24
Piçarras - SC	-	-	-	-	-	3	12
Ibirama - SC	-	-	-	-	-	1	18
Caçador - SC	-	-	-	-	-	1	19
Ilhota - SC	1	-	-	-	-	-	16
Barra Velha - SC	1	-	-	2	1	-	11
São João do Triunfo - PR	1	-	-	-	-	-	35
Itararé - SP	1	-	-	-	-	-	37
Curitiba - PR	-	-	1	-	-	1	36

Fonte: Serviço Público Federal, Registro de Aluno – Arquivo Morto – ginásio

MAPA 4 – LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES DE ORIGEM DOS ESTUDANTES RELATIVOS AO PERÍODO DE 1962 A 1967.



Fonte dos Mapas: imagens Google, acesso dia 09 de outubro de 2017.

Estudantes vindos do município de São Francisco do Sul se fizeram presentes em todos os anos do período de 1962 A 1967, e foi de lá que houve o maior número de ingressantes na escola no período verificado. É certo observar também que o maior número de alunos que se matriculou no ano de 1963 era proveniente desta cidade, além do município de Joinville e de Itajaí. Houve a ampliação do número dos estudantes de outras regiões catarinenses e inclusive de dois outros estados – Paraná e São Paulo.

Nos anos de 1963, 1965 e 1967 não houve ingresso de alunos do município de Araquari, ao qual a escola pertence. Nos demais anos o número dos que ingressaram é pequeno em relação ao número de matriculados. Ou seja, com a alteração do curso oferecido, bem como do nome da instituição os alunos que foram em busca dos ensinamentos da escola em Araquari eram provenientes de outras cidades catarinenses, nem sempre tão próximas ao município onde se localiza a instituição e, até mesmo, de outros estados, como os do Paraná e de São Paulo. Isso talvez em função da migração dos seus pais para a cidade de Araquari, ou localidades próximas ao município, ou até mesmo pela escola oferecer internato, o que facilitaria a vinda destes alunos para o município de Araquari. Além disso, instituições voltadas ao ensino agrícola em Santa Catarina não eram muitas no período, havia, por exemplo, a que se localizava na cidade de Lages, denominada Caetano Costa, em Canoinhas intitulada de Vidal Ramos e a de Camboriú, que oferecia o curso Ginásio Agrícola. É possível dizer que por falta de opção próxima à cidade de residência, o ginásio agrícola em Araquari se tornava a única alternativa.

Nas recordações do ex-aluno, Sr. Trümmer, sobre esta diversidade de municípios de que os estudantes eram provenientes, ocasionava a formação de grupos conforme a cidade de origem:

Pessoal lá de Concórdia, por exemplo, tinha a turminha deles, o pessoal de São Francisco, tinha a turminha deles, que era chamado de papa siri [...] aí tinha um pessoal de Itajaí era um grupinho mais fechado, Itajaí, Navegantes, então tinha esses bloquinhos, principalmente no início (TRÜMMER, 2017).

Sobre a procura pela escola, na pasta denominada “Cartas Recebidas”, do ano de 1967, há algumas cartas dos pais e/ou responsáveis dos alunos solicitando vagas e informações sobre como ingressar na escola.

FIGURA 21 – SOLICITAÇÃO, ESCRITA DE PRÓPRIO PUNHO, DE INFORMAÇÕES DE INGRESSO (24/01/1967).

Ao Sr. J. de
 instrução as int.
 nos atos para se dirijam
 ao Cel.º Agrícola de Araquari
 rui. V. C. 67

Trombudo Central 24-01-67.

Prezado Senhor Secretário.

Inicialmente meus sinceros cumprimentos.

Eu, Ilton Bertoldi, brasileiro, solteiro, nascido aos 27 de Janeiro de 1949, residente em Trombudo Central, peço a V. Sa., o grato favor de informar-me se poderei ingressar na vossa elnada escola.

Possuo o curso Ginasial completo.

Pediria a V. Sa. para mandar-me os esclarecimentos a estes respeito: 1.º Em qual Escola a localidade que eu ingressaria? 2.º Quais são os meus vencimentos mensais. 3.º Quais os documentos exigidos para a matrícula? Onde deveria fazê-la? E quando?

Muito obrigado PD.

Ilton Bertoldi
 T. Central.
 S.C.

Recebido em 24/01/67
 Arquivo
 Escritório de Matrícula

Esta carta foi enviada da cidade de Urubici - SC no dia 28 de setembro de 1967:

Sr. Diretor da Escola Agrícola de Araquari. Peço a V.S. informar, se nesta escola há vaga para o internato gratuito de meninos ao próximo ano letivo. Caso positivo peço as orientações necessárias. Para a 1. Série do curso ginasial (GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1967d).

Estes documentos ressaltam que o interesse em matricular o filho na instituição de Araquari vinha de diversas cidades do estado. Revelam também que os pais ou responsáveis sabiam que havia internato e alguns tinham o conhecimento que o mesmo era gratuito, já outros questionam sobre os vencimentos que terão com a ida do estudante para a escola.

Não foi encontrado até o momento indicativo sobre se era solicitado aos responsáveis pelos estudantes, itens para que os rapazes se estabelecessem no internato. Kanazawa (2011, p. 193) expôs que para frequentar a Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Jacareí era necessário que os discentes levassem “botina para trabalhar, sapatos para sair, roupas para trabalhar, preferivelmente calças de brim ou macacões de brim, sempre em triplicata, camisas, cuecas ou calções, roupas para sair, pijamas, meias, lenços” e outros objetos como “escovas, pastas de dentes, pentes e objetos de uso pessoal”.

Trümmer (1999) destacou que os estudantes em Araquari vestiam roupas surradas e muitas vezes andavam descalços. Isto revela que na instituição em Jacareí, os responsáveis pelos estudantes deveriam enviá-los com um enxoval de trabalho e de saída e com determinados itens com três peças. De acordo com as memórias do Sr. Oliveira, ao ser questionado sobre se havia a necessidade de comprar um enxoval disse que não tinha nada sobre isso (OLIVEIRA, 2017). Pensando que ele e seu irmão se dirigiam à escola descalços, é possível imaginar que em Araquari, foram feitas exigências parecidas, contudo, como muitos não deveriam ter condições financeiras para cumprir o solicitado, como no caso dos irmãos Oliveira, é bem provável que isto tenha sido deixado de lado.

O Sr. Trümmer ressaltou que “ia com roupa da gente [...] cada um ia assistir a aula, ia assistir a aula, ia trabalhar com a roupa que dispunha” (TRÜMMER, 2017).

Além disso, o documento evidencia que a divulgação sobre o ingresso na escola e a própria instituição em Araquari não era de fácil acesso aos interessados, pois dependia de onde eles residiam para ter essas informações. Mas revela que a instituição foi de alguma forma reconhecida por ofertar um bom ensino e oferecer internato gratuito aos estudantes. Segundo as memórias do Sr. Trümmer, havia “dois dormitórios, dormitórios dos alunos mais velhos e maiores e o dormitório dos menores, então dormitório dos grandes e dos pequenos” (TRÜMMER, 2017). Isto revela que havia uma preocupação em separar os estudantes por idades, talvez pelo fato de estabelecer afinidades e evitar os possíveis confrontos e desavenças entre os mais velhos e os menores.

A Figura 22, a seguir, corresponde a uma carta de um responsável pedindo uma oportunidade para seu filho na escola em Araquari. Esclarece os motivos que o levaram a solicitar uma vaga de ingresso e expõe características positivas acerca do candidato. Nos elogios ao filho o pai não revela se o mesmo tem aptidão para o trabalho no ramo agrícola. O pai quer que o filho continue seus estudos, mas como não pode pagar por ele, está à procura de um local que o ofereça educação de forma gratuita, sem dar muita importância, ao que parece, para a formação de trabalho que o filho irá adquirir.

Foi percebido, tanto neste documento quanto no anterior, que há uma anotação à caneta de um possível número de ofício⁸² que foi enviado à família, bem como a data de expedição do mesmo. Havia certa preocupação e atenção dos responsáveis pela escola em fornecer respostas aos interessados por informações da instituição.

⁸² Não foi encontrada até o presente momento da pesquisa uma pasta que contivesse as respostas para estas correspondências.

FIGURA 22 – SOLICITAÇÃO DE VAGA PARA ESTUDANTE ESCRITA DE PRÓPRIO PUNHO (03/10/1967).

Rec. 20/67 - 25/10/67

Itajai 3 - 10 - 67

Sua Srsoria
 Diretor do Colégio Agrícola de Araquari

Venho a vossa Srsoria pedir-lhe incansavelmente
 um lugar para o menino Mário Jorge Klis
 sendo este muito exemplar a toda prova,
 estando cursando segundo nível no
 Ginásio com pouquíssimas faltas para
 concluir esse, o pedido é baseado por seu
 pai não ser abto para com o ensino
 não pode pagar o seu estudo no Ginásio
 e não pode adquirir bolsa, sendo que o menino
 é capacitado, prontificando a escrever a Sua
 Srsoria para possível ingresso deste menino
 se assim for aceito o pedido mande dizer
 quando estiver o que possibilite para
 o ingresso, aproveitando desde já o serviço
 de sua boa iniciativa agradeço

Sua Obsequial no. Fm Itajai S.C.

Jerônimo Gervasio

Fonte: Acervo do Arquivo Institucional do IFC Campus Araquari – Pasta Cartas Recebidas no ano de 1967.

Em relação ao atestado médico apontado no item nove, como indicado no artigo de Lopes (1954), há documentos como estes nas pastas dos ex-alunos, desde a primeira turma em 1959, conforme evidencia a Figura 23:

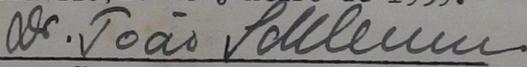
FIGURA 23 – ATESTADO MÉDICO (16/01/1959).


 ESTADO DE SANTA CATARINA
 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

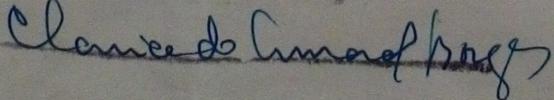
ATESTADO

O Dr. João Schlemm, infra assinado, Médico do Departamento de Saúde Pública do Estado, com exercício no Centro de Saúde desta cidade, atesta que, tendo examinado _____, com 13 anos de idade, constatou que o mesmo não é portador de molestia infecto-contagiosa, nem apresenta defeito físico ou mental.

Submeteu-se a exame radiográfico neste Centro de Saúde, com o seguinte radio - diagnóstico: — Campos pleuro pulmonares normais, coração e vasos da base com tamanho e aspecto radiológico normais.

Joinville, 16 de janeiro de 1959.

 Dr. João Schlemm, Chefe do 4º Dist. Sanitário.

(Isento de selos, para fins escolares.)

CLARICE DO AMARAL BORGES
 ARAQUARI - S. CATARINA
 Promotor(a) verdadeira da firma _____
 do Dr. João Schlemm
 no que dou fé e assino
 ARAQUARI 27 de Janeiro de 1959
 Com selo C.B. de Verdade
 @ TABELIÃO


Mas não são em todas as pastas que o atestado de vacinação é localizado. Talvez não tenha ocorrido a devida anexação dos documentos nas pastas dos alunos, ou eles realmente não foram vacinados e isto não foi considerado empecilho para seu ingresso na escola.

Em 24 de novembro do ano de 1965 foi enviado o Ofício Circular nº 108 pelo superintendente da SEAV – Walter Wolf Saur – fornecendo instruções para o funcionamento do setor de saúde e higiene escolar. Este documento expôs o entendimento do órgão sobre o atestado médico levado pelo ingressante em um colégio de modalidade do ensino agrícola, que não tivesse sido emitido pela própria escola esclarecendo que, “só é aceito no momento do exame de admissão à primeira série ginásial ou colegial” (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1965b, p. 1).

Conforme as diretrizes do ofício, até para efetuar a prova para o ingresso no Ginásio Agrícola se fazia necessário um atestado médico. Poderia ser emitido por médico que não estava a serviço do Colégio, e seria aceito para o candidato efetuar o exame de admissão, pois, para se matricular, segundo o documento, “todos os alunos devem ser submetidos ao exame de saúde com o médico da escola a fim de obterem o atestado regulamentar para fins de matrícula” (p. 1).

O documento direciona o trabalho a ser executado pelo serviço médico, orientando que “o aluno começa no início do ano a ser examinado na unidade de saúde para a verificação do estado mórbido que o impossibilite à frequência na escola” (p. 1). As análises de incapacidade giravam em torno das

Deficiências orgânicas ou fisiológicas de caráter crônico, irreversível, que impossibilitem condições de igualdade com os demais colegas na vida escolar ou que vá determinar licença médica periódica ou mesmo regimes alimentares por longo período deve ser evitado. Na parte odontológica, a ausência dos dentes mastigadores ou lesão que impliquem em extrações ou outras anomalias crônicas deve constituir contra indicação para admissão no estabelecimento (SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO, 1965b, p. 2).

É percebido que o objetivo destas inspeções estava na premissa de eliminação dos “jovens cujas condições de saúde contra-indique a permanência na comunidade escolar” (p. 2). Ou seja, os que não apresentavam condições mínimas

de saúde física deveriam ser impedidos de estudar nos estabelecimentos de educação agrícola.

Outro item que deveria ser analisado pela unidade de ensino na escola e seu devido médico, era o exame psíquico. Segundo o documento a constatação previa daria “valiosa contribuição aos problemas de disciplina e de pedagogia”. Enfatiza que “um exame psíquico um pouco descuidado pode trazer problemas para a comunidade, professor, disciplina à ao orientador educacional” (p. 2).

Essas indicações revelam certas preocupações com as questões referentes à saúde e higiene dos candidatos e alunos que ingressavam no colégio. Talvez pelos custos elevados de manutenção de um estabelecimento de ensino voltado à formação agrícola, como, as despesas com o internato, manutenção das áreas de agricultura, ração para os animais, fez com que essas diretrizes fossem delineadas. Não é certo afirmar que essas regras foram executadas na íntegra no Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira, porém, revelam que houve orientações para evitar a entrada de possíveis alunos que pudessem trazer problemas ao estabelecimento de ensino.

No primeiro curso, denominado Iniciação Agrícola e diplomado como Operário Agrícola, oferecido pela Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira, formaram-se três turmas. Conforme Livro n.1 de Registro de Diplomas no ano de 1960 houve dez alunos formados.

Isso significa que a metade dos discentes ingressantes obteve formação e a outra ou desistiu do curso ou foi reprovada. No município de Jacareí, na Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Jacareí, dos primeiros 54 alunos matriculados, “34 alunos foram eliminados do curso que ingressaram, 32 a pedido e 2 em razão de mudança para outro lugar” (KANAZAWA, 2011, p. 193). Apesar desta instituição ter um número de ingressantes⁸³ superior em relação a Araquari, nesta última instituição, proporcionalmente, os formandos correspondem a um percentual maior.

No ano seguinte, ou seja, 1961, treze alunos formaram-se na escola e a última turma deste curso teve, no ano de 1962, 24 alunos formados. O aumento do número de formados em 1962 ocorreu não devido ao aumento do ingresso de

⁸³ A autora não informa a quantidade de formandos e/ou reprovados neste estudo.

novos estudantes, mas em função da formação de alunos que repetiram nos anos anteriores.

O Sr. Oliveira não deu continuidade nesta área e sim na construção civil, mas seu irmão que estudou junto com ele fez um curso na área de Apicultura. Em suas memórias o ex-estudante enfatizou que a vivência na escola era “tudo ensinamento” e “era muito bom” (OLIVEIRA, 2017).

O Sr. Trümmer foi até o Colégio em Camboriú, prestou o processo de seleção e iniciou o primeiro ano do curso de Técnico Agrícola. Nas palavras deste ex-aluno:

Resumindo: todo mundo que passou por aquele Colégio ali, hoje fala com muito carinho daquela época, porque aquilo ensinou, nos ensinou a ser gente, porque: tínhamos que arrumar a nossa cama, tínhamos que varrer o pátio, tínhamos que trabalhar, tínhamos que estudar né, a gente ganhava casa e comida de graça, mas em compensação tinha que trabalhar, então foi um aprendizado muito grande (TRÜMMER, 2017).

Estes depoimentos revelam que o aprendizado na instituição agrícola Senador Gomes de Oliveira não esteve atrelado somente à formação para o trabalho na área da agricultura e da pecuária, mas também que estes alunos que deixavam suas casas para residir em Araquari adquiriram outros conhecimentos e habilidades.

Este capítulo teve como objetivo central discutir o perfil do ingressante nos dois cursos oferecidos pela instituição agrícola de Araquari no período de 1959 a 1967. Houveram estudantes que entraram na escola com idade inferior ao que era prescrito na Lei Orgânica do Enisno Agrícola. Além disto, a lei estipulava que deveria haver uma data para o exame de ingresso, mas, em Araquari, a instituição, frente ao número de reprovações, teve que aplicar novo teste.

Foi discutida também a proveniência destes estudantes, sendo que, a grande maioria dos discentes, não necessariamente, vinham da área rural de seus municípios de origem.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecer considerações finais para este trabalho na verdade me faz enxergar as contínuas tarefas que tenho pela frente e os possíveis temas e lacunas de estudo evidenciadas ao longo desta tese.

Trabalhos sobre termos e denominações, bem como o entedimento sobre eles em torno do ensino agrícola principalmente no aos períodos de 1930 e entre as décadas de 1950 e 1960 seriam de grande relevância para os que se debruçam sobre este tema.

Particularmente, um estudo sobre o VIII Congresso Brasileiro de Educação, relaizado em Goiânia, no ano de 1942, sobre os sujeitos que partiparam deste envento, abordando formação, atuação profissional e a compreensão destes sobre a educação rural, escola rural abordando aspesctos do espaço físico e pedagógico, formação do professor desta modalidade de ensino são indiações de possíveis pesquisas.

Pesquisas em torno das tensões imbricadas entre o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério da Agricultura frente a tutela do ensino agrícola, diferentes posicionamentos frente ao entendimento da educação rural. A própria instituição que é cenário deste trabalho traz possibilidades de estudos dentro do tema ensino agrícola, como, por exemplo, uma pesquisa sobre se os diplomados no curso de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola continuaram seus estudos na área ou ingressaram em atividades empregatícias vinculadas ao setor agrícola e pecuário seria de grande contribuição para os estudos que envolvem o ensino agrícola e especificamente os que estão em torno da escola em Araquari.

Um trabalho sobre os funcionários e docentes que aturam na instituição em Araquari que estrapolem o recorte temporal delimitado nesta tese, 1954 a 1967. Outra indicação é se debruçar no estudo sobre a tutela da escola agrícola de Araquari para a UFSC e a alteração do curso oferecido a partir disto.

São possíveis possibilidades de estudos e outros mais que foram indicados ao longo da narrativa desta tese, mas é preciso dizer que pesquisar em um arquivo nas iniciais vias de organização, fez-me vasculhar a documentação disposta de maneira desorganizada e dar um pequeno tom na organização. Tenho plena consciência de que se os documentos relativos à escola agrícola localizada no

município de Araquari, estivessem adequadamente depositados e disponíveis num arquivo, o trabalho desenvolvido ao longo destes quatro anos seria outro.

Mas frente aos inúmeros obstáculos que enfrentei para realizar esta tese, creio que o perambular pela documentação me fez vivenciar tarefas de historiador que “se parece como o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2001, p. 54). Porém, quando eu li Bloch (2001) na graduação e na pós, achei eu, na minha ingenuidade de pesquisadora iniciante, que “farejar carne humana” seria tarefa fácil. E na verdade, é uma labuta que só sabe quem faz e só aprende com dedicação.

O capítulo inicial deste trabalho foi construído na intenção de compreender, através de um olhar sobre o percurso histórico, delimitado entre a proclamação da República e os anos finais da década de 1950 e início de 1960, frisar que foi um olhar sobre a trajetória do ensino agrícola no Brasil, até porque esse não foi o objetivo central desta tese.

Disputas pela tutela desta modalidade de ensino entre o Ministério da Educação e o Ministério da Agricultura, os entendimentos não homogêneos entre intelectuais defensores do papel da escola rural, sobre o ruralismo pedagógico, sobre se deveria ou não haver diferenciações entre a escola urbana e a rural, apenas revelam tensões e possibilidades de estudo e desenvolvimento de trabalhos posteriores em torno do tema ensino agrícola. A consolidação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola no ano de 1946 foi a representação destas ideias plurais sobre a modalidade do ensino agrícola e determinou diretrizes para a formação e qualificação do trabalhador agrícola. A partir da elaboração desta lei as instituições agrícolas foram se apropriando das orientações estabelecidas dentro de suas possibilidades e seu contexto sociocultural e é aí que o trabalho do historiador se faz necessário para compreender as especificidades de instituições que se projetaram no espaço de oferecer um ensino de modalidade agrícola.

O entendimento da situação socioeconômica do Estado de Santa Catarina e de Araquari para a implantação da escola de caráter agrícola no município foi necessário para verificar que o estado possuía uma economia agrícola familiar. E que os sujeitos que participavam de certo modo dos eventos promovidos pelo estado acerca do tema agricultura, como, por exemplo, a Reunião Econômica-Agrícola, realizada em Florianópolis no ano de 1947, conferiram opiniões distintas e indicações de propostas diferenciadas para a educação no campo.

Em seguida a pesquisa se voltou para as obras de construção da infraestrutura da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, que foram realizadas no período de 1954 a 1959. Sendo que no mês de maio do último ano citado, as atividades escolares do curso de Iniciação Agrícola começaram, conforme explanado no capítulo 2.

O período de construção da escola foi um momento em que é possível perceber como as ações do Governo Federal se fizeram presentes, como foi o caso da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, visto através do financiamento para a compra de materiais, como o trator e o caminhão, para a instituição em Araquari. Além do envolvimento da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário e os encaminhamentos deste órgão para a efetivação da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari. Pela configuração do prédio, a aquisição dos veículos financiados pelos norte-americanos e a fiscalização dos órgãos anexados ao ensino agrícola no Brasil é possível afirmar que a instituição simbolizava certa imponência tanto para os que trabalhavam como para os que ali estudavam.

A organização do projeto para a efetivação da construção da estrutura física da escola foi delineada para atender às necessidades do ensino agrícola que contava com maquinários que dispunham de certa tecnologia além de possuir, também, equipamentos rudimentares a serem utilizados nas atividades práticas dos estudantes.

Podemos ainda mencionar o fato que durante as obras da escola em Araquari as notícias sobre a mesma foram divulgadas à comunidade quando uma figura política aparecia para averiguar o andamento do empreendimento. Os registros através das fotos endossam essa ideia. Importante dizer que a presença de uma figura política do porte de um senador, não deveria ser cotidiano no estado catarinense muito menos no município de Araquari. Desta maneira, os registros da figura política conferem o prestígio dado à instituição e ao município.

E, como foi indicado no primeiro capítulo deste trabalho, algumas obras bibliográficas ainda reproduzem a representação de que a criação da escola agrícola araquirense se efetivou ao empenho exclusivo do então senador Carlos Gomes de Oliveira e desconsideram outros personagens que na prática colaboraram para a construção deste estabelecimento de ensino.

Os que trabalharam na construção da escola e no andamento das atividades escolares estiveram inteiramente imbricados na efetivação da instituição e tinham suas funções definidas. Como, por exemplo, o cargo de diretor da instituição. Esta posição atendia aos quesitos partidários do momento, era o partido da situação que indicava o sujeito, com formação na área de Agronomia, para ocupar o cargo.

Em relação aos docentes, foi percebido que lecionar num estabelecimento de ensino agrícola no período estudado esteve anexado a um conjunto de normas e procedimentos orientados pelo órgão responsável – SEAV, e pela instituição de ensino agrícola. Havia uma efetiva fiscalização e verificação sobre a contratação destes profissionais. O diretor tinha uma parcela da contratação, contudo, a homologação e a definição da admissão do docente não ficavam sob sua total responsabilidade.

Também é fato que, de início, havia poucos funcionários na instituição para realizar todos os serviços que uma escola agrícola demandava. E que a instituição iniciou suas atividades escolares sem que as áreas destinadas ao ensino prático agrícola estivessem prontas. Deste modo, foi concluído que os primeiros alunos que ingressaram na escola agrícola em Araquari foram, por muitas vezes, a mão de obra disponível para construir as instalações físicas e as unidades de aprendizagem. E estes trabalhos foram apropriados nos relatos dos Diários de Classe, como pertencentes às disciplinas práticas de agricultura.

Os alunos tinham uma rotina regrada, o período da manhã era destinado às aulas teóricas e, à tarde, a prática nas dependências do colégio foi destinada, nos primeiros anos, ao desmatamento das áreas. Para em seguida, demarcar, criar os setores das unidades de ensino.

O Capítulo 3 deste trabalho focalizou a discussão em torno das disciplinas e do currículo escolar dispostos no primeiro e no segundo curso ofertados pela instituição agrícola de Araquari. Os estudantes que obtiveram diploma como Operário Agrícola, no curso de Iniciação Agrícola, adquiriram através das disciplinas ofertadas uma formação voltada ao trabalho rural em pequenas propriedades. As disciplinas práticas eram ofertadas nas unidades de ensino da escola e quando essas não estavam disponíveis, e/ou em construção, as práticas eram desenvolvidas nas propriedades rurais da região de Araquari. Como o próprio nome do diploma diz Operário Agrícola, egressos com conhecimentos específicos

nos afazeres cotidianos de pequenas propriedades familiares. O mesmo acontece na mudança do curso para o de Mestria Agrícola. Os diplomados na primeira turma, ou seja, em 1965, foram 17 alunos, em 1966, 12 angariaram o diploma de Mestre Agrícola, em 1967, o número não alterou – 12 alunos – em 1968 foram 21 diplomados, em 1969 apenas 15 e na última turma de Mestres Agrícolas, 20 alunos formaram-se. (COLÉGIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, 1972, s/p).

As entrevistas com dois ex-alunos e a reflexão feita sobre elas evidenciou singularidades sobre a insituição do ponto de vista dos que vivenciaram o cotidiano escolar agrícola. O aprendizado ministrado em Araquari, foi voltado para a formação para o trabalho na terra e com animais de pequeno e médio porte.

A alteração constante da quantidade e das disciplinas de caráter técnico do curso de Mestria Agrícola fez perceber que cada egresso pertencente a uma turma concluinte teve um currículo diferenciado. Mas esta diferenciação não alterou de maneira impactante a formação para o trabalho agrícola pretendida: profissional dedicado à pequena propriedade rural. Isto se deu, porque os docentes da área técnica não eram funcionários efetivos da escola em Araquari, eram professores que vinham de outras regiões e eram subsidiados pelo estado para prestarem seus serviços na instituição em Araquari.

Somente docentes da parte de Cultura Geral eram professores efetivos da instituição. Estes ministravam disciplinas de formação humanística geral, quadro que não teve alteração no primeiro curso ofertado e raras no segundo.

Por fim foi traçado o perfil dos ingressantes na Escola e no Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira. Houve apropriações singulares, como, por exemplo, no exame de admissão que os candidatos a uma vaga na escola prestavam. A princípio a escola atendeu o que regulamentava a lei, ou seja, aplicou uma prova de vinte questões, sendo dez da disciplina de Português e as demais da disciplina de Matemática. Contudo, conforme documento apresentado, era aplicada prova oral com os mesmos conteúdos da prova escrita. Não foi encontrado nenhum indício para afirmar tal apontamento, segundo as memórias dos ex-alunos entrevistados não houve prova oral ou entrevista aplicada aos candidatos.

Outra questão, é que frente ao número de reprovações no exame de admissão, novas datas e novos exames foram agendados, quesito não regulamentado na Lei Orgânica, mas foi apropriado por Araquari para o fechamento

de turmas tanto para o curso de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola. É possível afirmar que em função disto a prova oral e a de títulos não foram aplicadas pois a instituição teve que ofertar mais de uma vez a prova escrita em função do número de reprovados. Desta maneira, inserir mais uma prova ou atribuição de títulos para ingresso somente iria complicar o processo e talvez comprometer a formação de turma, devido ao baixo número de aprovados.

Com o ingresso, é importante ressaltar que novamente a escola não atendeu na sua totalidade ao exigido por lei, que seria sobre a idade mínima dos ingressantes. Mais uma vez, por questões específicas da instituição agrícola em Araquari, alguns que ingressaram na escola não tinham a idade mínima de doze anos completos. A hipótese levantada para explicar tal situação girou em torno da aprovação do candidato em função da nota obtida no exame de admissão e que, frente ao número de reprovados, a exigência da idade não foi levada em consideração.

Um ponto que merece também as devidas considerações é que a grande maioria do público que ingressou na escola, desde a primeira turma, residia na área urbana. Foi pensado que sendo a escola voltada à modalidade do ensino agrícola, a grande maioria dos interessados em ingressar na instituição seria proveniente da zona rural.

De certo modo a constatação feita de que os ingressantes vinham, na grande maioria, da área urbana, não necessariamente confronta com os pressupostos levantados nesta tese. O objetivo dos cursos pôde continuar girando em torno da formação para o trabalho no campo e desconsiderou, como condição para eliminação, a cidade de origem dos candidatos. É possível pensar que assim como a idade do aluno inferior a 12 anos não foi motivo para não admiti-lo na escola frente sua aprovação no exame de admissão, a origem do estudante, também não foi quesito para o veto de sua entrada na escola em Araquari. Tanto porque é realtivo naquele contexto o entendimento sobre a delimitação do que é urbano e rural.

Sobre este assunto é proposto pensar também que através os pais conceberam a ideia que o ingresso de seus filhos na Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira – que ofertava uma educação gratuita, internato e atendimento médico – oportunizaria, além de estudos aos seus filhos, uma formação para o trabalho e um futuro mais promissor.

No recorte temporal deste trabalho foi visto que o funcionamento da Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira ocorreu com especificidades em relação às orientações previstas na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, mas, de certo modo, as diretrizes foram cumpridas pelos agentes responsáveis por este estabelecimento de ensino de maneira singular, atendendo certo público e contexto cultural e social do entorno da instituição.

A pesquisa permitiu concluir de que a formação profissional pretendida aos estudantes na Escola ou no Ginásio Agrícola de Araquari, nos dois cursos indicados para o estudo neste trabalho, foi para um profissional que exercesse seu ofício na região de sua residência ou próximo a ela. A construção do currículo, o aumento, a diversificação do número de disciplinas específicas e a não regularidade de oferta das mesmas no segundo curso oferecido pela instituição, – Mestria Agrícola – somados aos projetos executados na escola, apontam que a intenção era a formação para o trabalho agrícola, pautada num ensino agrícola alicerçado nas mais variadas searas da agricultura e da pecuária no perímetro da pequena propriedade. As mudanças presentes nos currículos do curso de Iniciação Agrícola, para o posterior, de Mestria Agrícola, quando houve inserções/retiradas e/ou reformulações de disciplinas e devidos conteúdos, foi com a intenção de fornecer aos estudantes, principalmente aos que cursaram Mestria Agrícola, os plurais conhecimentos das áreas da agricultura e da pecuária, circunscritas ao pequeno produtor agrícola. E não necessariamente com todos os egressos a instituição cumpriu sua missão de fixar o homem no campo. Claro que é necessário uma pesquisa com um olhar mais específico e aprofundado sobre os egressos dos dois primeiros cursos ofertados, contudo, é possível pensar que o diploma adquirido pelos poucos concluintes abriu portas em diversas áreas tendo em vista um contexto no qual a educação e em especial uma voltada para uma formação técnica era para todos.

A criação da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari iniciou suas atividades concretizada em uma rede de tensões, vivenciadas por intelectuais, políticos, especialistas em educação e demais envolvidos na representação de ideias, modelos e programas para escolas que forneciam o ensino agrícola. Teve suas singularidades e apropriações ímpares nos cursos oferecidos no período de 1959 a 1967, especificidades no currículo, nas disciplinas de cunho técnico e características ímpares no que diz respeito aos ingressos. Tais características

revelam a peculiaridades desta instituição que contribuem para o entendimento da modalidade do ensino agrícola no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Wagner de; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. O Ensino Agrícola e as mulheres: Implicações de uma convivência compartilhada. In: XIV CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ - História de mulheres: Amor, Educação e Violência., 2015, Crsato - Ceará. XIV CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ Histórias de Mulheres: amor, violência e educação ANAIS. Fortaleza-Ceará: Disponível em <<https://lhecufc.files.wordpress.com/2016/11/anais-do-xiv-chec-2015.pdf>>.

ANDRADE, Flávio Anício. Escola como agência de civilização: projetos formativos e práticas pedagógicas para a educação rural no Brasil (1946-1964). **História da Educação on-line**. Porto Alegre, v. 18, n. 43, maio/ago 2014, p. 93-108.

ARAÚJO, Bruno Melo de. **O Ensino Agrícola e a Educação: a formação do trabalhador rural**. In: XVII Simpósio Nacional de História. 2013, Natal. Disponível em:<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364473362_ARQUIVO_BrunoAraujo.Anpuh2013.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2015.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. A constituição da profissão docente em escolas rurais no sertão pernambucano (1950-1970). In: **VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2015, Maringá. Matrizes Interpretativas e Internacionalização, 2015.

_____. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952): uma abordagem comparada**. Tese (Doutorado em Educação) Unesp, Araraquara, 2013.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. Formação para o ensino agrícola nos Centros de Treinamento de Professores e de Auxiliares Rurais (1952-1963). **Rev. Bras. Educ.**, Set 2013, vol.18, no. 54, p. 647-668.

_____. Articulação entre desenvolvimento econômico e educação aos países latinos: educação rural no Brasil – anos cinquenta. **Proj. História**. 32, p. 123-142, jun 2006.

BELLO, Melissa Colbert **Professoras e professores em greve ?** memórias do congresso do Magistério Público do Paraná (1968). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **História (São Paulo)**. v. 30, n. 1, p. 397-411, jan./jun. 2011.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação), UNICAMP, Campinas, 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ofício de historiador**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2001.

BOMBASSARO, Ticiane. **Semanas educacionais**: a arquitetura do poder sob a celebração da didática. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BROGNOLI, Ivan. **Ensino Agrícola em Santa Catarina**: da aula de agricultura prática às primeiras escolas (1875 – 1940). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1998.

CAINELLI, Marlene Rosa. **Entre a roça e o ditado**: a Campanha Nacional de Educação Rural Londrina 1952/1963. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do estado no meio rural (traços de uma trajetória). In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre. (coord.). **Educação e escola do campo**. Campinas: Papyrus, 1993.

CAPDEVILLE, Guy. O Ensino Superior Agrícola no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 72, n. 172, p. 229-445, set./dez. 1991

CARDOSO, Danielle Engel Cansian. **Memória Institucional**: estudo de caso do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Araquari. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville - Univille, Joinville, 2013.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1988.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abraçar-se. IN: GUEDES, Sandra P.L. de Camargo (Org). **Histórias de (l)migrantes**: o cotidiano de uma cidade. Joinville: UNIVILLE, 2000.

COSTA, Deane Monteiro Vieira; COSTA, Dania Monteiro Vieira. A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e a imprensa do Estado do Espírito Santo (1947): encontros e desencontros. In: **2º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia. Mídia: Memória e esquecimento**, 2012, Vila Velha (ES). Anais do 2º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia. Mídia: Memória e esquecimento. Vila Velha (ES): UVV - Curso de Comunicação, 2012. p. 907-922.

COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem**: tensões sociais e controle. (Joinville: 1917/1943). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 1996.

COSTA, Iara Andrade; GABARDO, Cláudia Valéria Lopes; FREITAS, Dúnia Anjos de (Org). **Tempos de Educar**: os caminhos da história do ensino na rede municipal de Joinville /SC – 1851 – 2000. Joinville: UNIVILLE, 2005.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan/abr. 2004.

DANIEL, Leziany Silveira. **João Roberto Moreira (1912 – 1967)**: itinerário para uma Racionalidade Ativa. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

_____. **Por uma psico-sociologia educacional**: A contribuição de João Roberto Moreira para o processo de constituição científica da Pedagogia nos cursos de formação de professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

DALMAZ, Dayane Santos Silva. **Campanha Nacional da Educação Rural, Ruralismo Pedagógico e a Educação do Campo: Rupturas e Continuidades**. Disponível em: <<http://www.ronaldofrutuozo.com.br/seminariotrabalho2014/img/GT1/CAMPANHA%20NACIONAL%20DA%20EDUCACAO.pdf>> Acesso em: 07 jan. 2014.

DAVIS, Natalei Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DUTRA, Eurico Gaspar. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1950.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO NO BRASIL. 35mm, BP, 16min 24 seg, 450m, 24q. Rio de Janeiro, 1958.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **República, trabalho e educação**: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909 – 1934). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

_____. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

FERREIRA, Luiz Alberto. **Ensino Agrícola em Santa Catarina**: investigações acerca das relações entre educação e trabalho. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 1995.

FINDLAY, Eleide Abril Gordon. **A ocupação territorial de Araquari em Santa Catarina**. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA São Leopoldo, 2007

FIORI, Neide Almeida. Clube agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 20, n. Especial, p. 231-260, jul./dez. 2002.

_____. **Aspectos da evolução do ensino público**. Ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis: Ademe, 1975.

FURTADO, Alessandra Cristina. As políticas para a formação do professor leigo rural primário, no sul de mato grosso, nas décadas de 1960 e 1970. In: **VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2015, Maringá. Matrizes Interpretativas e Internacionalização, 2015.

GARCIA, Daniele da Costa. **História do Colégio Agrícola de Uberlândia**: da criação a formatura da primeira turma de técnicos em agropecuária (1957-1972). 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal de Uberlândia; Uberlândia, 2011.

GARCIA, Francisco Airton. **Escola de iniciação agrícola “Senador Gomes de Oliveira” 1959 a 1970**. 1989. 34f. Monografia (Especialização em História da América) Universidade da Região de Joinville - Univille: Joinville, 1989.

GOMES, Leonardo Ribeiro. **“Progredir sempre”**: Os jovens mineiros nos Clubes 4-S: saber, sentir, saúde, servir. (1952-1974). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

GOODSON, Ivor. La construcción social del curriculum: posibilidades y âmbitos de investigación de la historia del curriculum. **Revista de Educación**. Madri, 295, p. 7-37, mayo-agosto, 1991.

_____. **A Construção Social do Currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

_____. **Historia del curriculum**: La construcción social de las disciplinas escolares. Barcelona: Ediciones Pomares –Corredor, 1998.

GOULARTI FILHO, Alcides. **O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002**. Ensaio FEE. Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 627-660, jun. 2005.

GUTTSCHOW, Gisele Gutstein. **Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo**: implementação em Santa Catarina e o “cobaia” Joinville (1958-1963). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

HERKENHOFF, Elly. **História da Imprensa de Joinville**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1998.

ISSA, Silvia Aparecida Caixeta. **A Escola Agrícola de Urutaí (1953-1963): singularidades da cultura escolar agrícola**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v.1, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

KANAZAWA, Julia Naomi. Trajetória escolar dos alunos da Etec Cônego José Bento: identidades e singularidades da primeira turma de alunos no cotidiano escolar do ensino primário técnico e profissionalizante, em Jacareí (1937-1940). In: MENDES, Maria Lucia de (Org). **Cultura, saberes e práticas**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

_____. A criação da Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista de Jacarehy e a Estrada de Ferro Central do Brasil. In: MENDES, Maria Lucia de (org). **Patrimônio, Currículos e processos Formativos**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013.

_____. A Fazenda Moderna: contribuição para o estudo do currículo de Iniciação Agrícola. IN: MENDES, Maria Lucia de (org). **Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2015.

KRELLING, Carolina Malagoli; BOITEUX, José Arthur . **O Ensino Superior em Santa Catarina: a fundação da Faculdade de Direito em Florianópolis na década de 1930**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

KOLLER, Cláudio Adalberto. **A Perspectiva História da Criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul e sua Relação com o Modelo Agrícola Convencional**. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LEINEKER, Mariulce da Silva Lima; ABREU, Claudia Barcelos de Moura. **A educação do campo e os textos constitucionais: um estudo a partir da constituição federal de 1934**. IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED SUL, 2012.

LEMOS JÚNIOR, Wilson. **Canto Orfeônico: Uma investigação acerca do ensino de música na escola secundária pública de Curitiba (1931-1956)**. Curitiba, 2005. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – História e Historiografia da Educação, UFPR.

MAGALHÃES, Justino Pereira. Breve apontamento para a História das Instituições Educativas. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBAERDI, José Claudinei. **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 1999.

MATOS, Eloisa Avila de. O programa "Aliança para o Progresso": O Discurso Civilizador na Imprensa e e Educação Profissional no Paraná – BRASIL. In: **Simposio Internacional Proceso Civilizador**, 11., 2008, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 359-367.

MENDES, Marciane Maria . **A Escola do campo e seu significado**: o ponto de vista de professores da rede estadual de educação do Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Sociedade civil, sociedade política e agricultura no Brasil (1910 - 1945). **História & Perspectivas** (UFU), v. 48, p. 43-80, 2013.

_____. Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961). **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói. 15, n. 29, p. 139-165, dez. 2010.

_____. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **Revista de História Unissinos**, v. 14, n. 2, maio/agosto, 2010a, p. 188-196

_____. Estado e Educação Rural no Brasil - Política Pública e Hegemonia Norte-Americana (1945-1961). **Revista História & Luta de Classes**, v. 7, p. 7-12, 2009.

_____. **As políticas de educação rural do Ministério da Agricultura (1945-1961)**. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju. Anais Eletrônicos do V Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju: ABHE, 2008. p. 1-15.

_____. Conflitos Intraestatais e Políticas de Educação Agrícola no Brasil (1930-1950). **Tempos Históricos** (EDUNIOESTE), v. 10, p. 243-266, 2007.

_____. A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, abr.2006, p. 88-113.

_____. **Estado e ensino agrícola no Brasil: da dimensão escolar ao extensionismo – assistencialismo (1930-1950)**. In: VII Congresso Latinoamericano Desociologia Rural. Quito: alasro-flacso, 2006a. p. 01-10.

_____. **O Ruralismo Brasileiro**. 1a. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. Primeiras escolas agrícolas no Brasil: limites e falências (1877 a 1936). **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 46, p. 309-324, jun. 2012.

MOTA, André. Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso do Grupo Escolar Rural do Butantan em 1930. **Comunicação Saúde Educação** v.14, n. 32, p. 9-22, jan./mar. 2010.

MOREIRA, João Roberto. Educação Rural e Educação de Base. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, n. 67, jul./set., 1957.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. Para civilizar o campo: a cultura escolar do ensino técnico agrícola. IN: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria (org). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 93-124.

NESSLER, Duval. **A prática do futebol: o veículo de socialização dos educandos do colégio agrícola de Araquari**. 1994. 53 f. Monografia (Especialização em Educação Física) – Setor de Educação Física, Universidade da Região de Joinville - Univille, Joinville, 1994.

_____. **Atividades Físicas de aventura na natureza: Perspectivas para o ensino da educação física no Colégio Agrícola “Senador Carlos Gomes de Oliveira”- UFSC**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Setor de Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

NEUVALD, Luciane. **O ensino agrícola no período populista -1943/1964: o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso (atual Escola Agrotécnica Federal de São Vicente - Cuiabá)**. Rev. Educ. Pública., Cuiabá, v. 5, 8, jul/dez. 1996.

NORA, Pierre. Entre Memória e História – a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Traduções. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-29, dez. 1993.

NUNES, CLARICE. História da Educação: espaço do desejo. **Revista em Aberto**. Brasília, Vol. 9, n. 47, p. 37-45, 1990.

OGANAUSKAS, Flavia Regina Marchiori. **“Semear a “terra do futuro”**: projetos de modernização e o ensino agrônômico no Paraná (1987-1933). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil republicano (1889-1930). **História da Educação**, Pelotas, n. 15, p. 129-142., abr. 2004.

PAIVA, Vanilda. Pereira. **Educação Popular e educação de adultos**. Contribuição à História da Educação Brasileira. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PEIXE, Amarildo. Sem nome. Trabalho de conclusão de curso. Fundação Educacional de Brusque - SC. Escola Superior de Estudos Sociais, 198-?.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. **Modernizar o arcaico**: discursos sobre a formação de professores para o meio rural (Santa Catarina 1942-1959). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

PEREIRA, Moacir Soares. **O Estágio Supervisionado na Formação dos Alunos do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira/SC: a relação entre o discurso e a prática**. 2008. 54f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Setor de Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. **Alberto Torres: uma obra, várias leituras**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

POCERA, Joverci Antonio. **Análise das relações desencadeadas pelos jogos cooperativos na educação física do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Setor de Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo Pedagógico no Brasil do Estado Novo (1937-1945). **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, Rio de Janeiro, n.4, p. 5-27, 1995.

PINHO, Larissa Assis. A pesquisa sobre a educação rural em Congressos de História da Educação. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5. 2008, Aracajú. **Anais: o ensino e a pesquisa em história da educação**. Vitória: SBHE, 2008. p. 1-15.

RANZI, Serlei Maria Fischer. Fontes orais, História e saber escolar. **Educar em Revista**. Curitiba, n.18, p. 29-42, 2001.

ROBALLO, Roberlayne de Oliveira Borges. **Manuais de história da educação da coleção atualidades pedagógicas (1933-1977): VERBA VOLANT, SCRIPTA MANENT**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ROCHA, Fernando Goulart. Transformações técnico-científicas na agricultura e o papel do Estado na especialização produtiva do arroz em Santa Catarina. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 11, p. 338-362, fev., 2011.

ROSSI, Michelle Pereira da Silva; INACIO FILHO, Geraldo. **Minas Gerais rumo ao progresso: as contribuições da Escola Superior Agrícola de Lavras - ESAL**. In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. UNICAMP, 2009.

SANTOS, Fabiano Antônio dos. **Trabalho e Educação do Campo: a evasão da juventude nos assentamentos de Reforma Agrária – O Caso do assentamento José Dias**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p.193-210, 1985.

SEABRA, Vlamir do Nascimento. **Os impactos do paradigma do conceito de desenvolvimento sustentável na formação do técnico agrícola do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas IFAM - Campus Zona Leste**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

SCHEUBAUER, Analete Regina. Entre o povoamento e a educação: história da formação do professor primário no meio rural paranaense (1930-1960). In: **VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2015, Maringá. Matrizes Interpretativas e Internacionalização, 2015.

SILVA, Maria Vieira. Políticas educacionais para a educação do campo: dimensões históricas e perspectivas curriculares. **Revista HISTEDBR on-line**, n. 47, p. 314-332, set 2012.

SOARES, Carina Abreu; MOSCHETTA, Priscila. Preservando memórias: A importância da história oral de professores e funcionários aposentados do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. **Histórias e memórias sobre educação: trajetória e atividades de um projeto de extensão**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.

SOBRAL, Francisco José Montório. **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SOUZA, Rosa Fátima. A formação dos professores primários rurais no estado de São Paulo (1930 – 1971) In: **VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2015, Maringá. Matrizes Interpretativas e Internacionalização, 2015.

SOUZA, Rosa Fátima; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. Apresentação do Dossiê: Representações, Práticas e Políticas de Escolarização da Infância na Zona Rural. **História da Educação [online]**. Porto Alegre, v.18, n. 43, p. 9-11, maio/ago. 2014.

VENDRAME, Liane Vizzotto. **Educação do Campo: limites e possibilidades da proposta de Concórdia (SC) a partir da concepção de Escola Unitária de Gramsci**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. **Lavouras, culturas e roçados na Escola Agrícola de lavras da Mangabeira - CE (1954-2000)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria (org). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos 1920. In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio (Org). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Dossiê Educação Rural: Apresentação. **Revista História da Educação - RHE**. Porto Alegre, v. 15, n. 35, p. 7-10, set/dez. 2011.

WESCHENFELDER, Noeli Valentina. A docência e as instituições escolares: pautas das políticas culturais para a educação rural. **Margens (UFPA)**, v. 5, p. 171-193, 2010.

OBRAS CONSULTADAS

ACARESC. **Relatório Anual**. 1969. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

ANAIS, VIII Congresso Brasileiro de Educação. Goiânia - Junho de 1942. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico I.B.G.E, 1944

ANAIS, Primeira reunião econômico-agrícola de Santa Catarina. Secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura. Florianópolis. 1 a 4 de maio de 1947. Coleção Memória Tipográfica. Série Periódico. Tema: Agricultura. Arquivo Histórico de Joinville.

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, Joinville. **FUNDOS PRIVADOS PESSOAIS E INSTITUCIONAIS CARLOS GOMES DE OLIVEIRA**. Joinville.

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. **CORRESPONDÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Governo 1955 – 1960. Ofícios expedidos**. Florianópolis.

_____. **CORRESPONDÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Governo 1956 – 1959**. Ofícios recebidos. Florianópolis.

BELLEZA, Newton. Esquema da evolução do ensino agrícola no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília. nº. 64, vol XXVI, outubro-dezembro 1956.

BITTENCOURT, Raul. A educação brasileira no Império e na República. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Vol. XIX. n. 49, Janeiro-março, 1953.

BRASÍLIA. **Atuação Parlamentar: Senador Carlos Gomes de Oliveira**. Brasília, 1992.

CAPES. **Estudos de Desenvolvimento Regional (Santa Catarina)**. Série Levantamentos e Análises - 3. 1958

CRISTOFOLINI, Nilton José; POCERA, Joverci Antônio; MONZANI, Rodrigo Martins; OLIVEIRA, Sueli Regina. **Os 50 anos do ensino agrícola em Araquari – uma história de sucesso!** Instituto Federal Catarinense - Campus Araquari. Jaraguá do Sul: gráfica Arte Impressa, 2009.

FILHO, Lourenço. Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, n.52, vol.XX, out.-dez., 1953.

IBGE. **Censo Demográfico**: população e habitação. **Censo Econômico**: agrícola, industrial, comercial e dos serviços. Série regional. Parte XIX – Santa Catarina, 1952.

IBGE. **Censo Demográfico de 1960**: Santa Catarina. VII Recenseamento Geral. Série Regional, Vol. I. Tomo XV. 1. Parte.

JOINVILLE RURAL. Joinville: Associação Rural de Joinville. junho de 1962 - agosto de 1973. Arquivo Histórico de Joinville. Joinville.

LOPES, José Stênio. A Escola Rural, no município. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, n. 53, v. XXI, jan.-mar., 1954.

MOREIRA, João Roberto. **A educação em Santa Catarina: Sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de sistema estadual de ensino**. Rio de Janeiro: MEC/Inep/CILEME, 1954.

_____. Educação Rural e Educação de Base. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Jul.-set., 1957, n. 67.

OLIVEIRA, Carlos Gomes. **Os problemas rurais focalizados no Senado Federal**. Jornal do Comércio, 13 de maio de 1952.

_____. **O problema do custo de vida**. 194-? Fundos Privados Pessoais e Institucionais Carlos Gomes de Oliveira – produção intelectual, caixa 02. Arquivo Histórico de Joinville.

_____. **Vive o trabalhador rural em situação de verdadeira penúria**. Artigo de Jornal sem identificação e sem data. Fundos Privados pessoais e institucionais Carlos Gomes de Oliveira – documentação parlamentar, caixa 11. Arquivo Histórico de Joinville.

REVISTA AGRÍCOLA, set.-dez. 1905. Sociedade Catharinense de Agricultura. Coleção Memória Tipográfica. Série Periódico. Tema: Agricultura. Arquivo Histórico de Joinville.

SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1961, pelo Governador Celso Ramos**. Florianópolis, 1961.

_____. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1958, pelo Governador Jorge Lacerda**. Florianópolis, 1958.

_____. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1956, pelo Governador Jorge Lacerda**. Florianópolis, 1956.

_____. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1951, pelo Governador Irineu Bornhausen.** Florianópolis, 1951.

_____. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1950, pelo Governador Aderbal Ramos da Silva.** Florianópolis, 1950.

_____. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1948, pelo Governador Aderbal Ramos da Silva.** Florianópolis, 1948.

_____. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1946, pelo Governador Aderbal Ramos da Silva.** Florianópolis, 1946.

RELATÓRIO ANUAL DA ACARESC. Arquivo Público de Santa Catarina, Florianópolis.

SECRETARIA DA AGRICULTURA. Governo 1953 – 1955. Ofícios recebidos. Arquivo Público de Santa Catarina.

SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA. **Anais da primeira reunião econômico-agrícola de Santa Catarina.** Florianópolis, 1 de maio a 4 de maio de 1947. Arquivo Histórico de Joinville. Coleção Memória Tipográfica. Série Periódico. Tema: agricultura

TERNES, Apolinário. **Carlos Gomes de Oliveira - dossiê dos 100 anos:** entrevistas e depoimentos selecionados e apresentados por Apolinário Ternes. Joinville: Editora da UFSC - Florianópolis/ A Notícia, 1994.

TRÜMMER, Roberto. **Os marcianos não eram verdes.** Joinville: Gráfica Manchester, 1999.

ACERVO DO ARQUIVO INSTITUCIONAL – IFC Campus Araquari

ARAQUARI. Certidão de Escritura Pública de Doação. 05 de abril de 1972. Arquivo Institucional - *Campus Araquari*.

ARQUIVO INSTITUCIONAL DO IFC CAMPUS ARAQUARI , Araquari. Dossiê de Aluno nº 90.

_____. Araquari. Dossiê de Aluno nº 125.

BELEZA, Newton. **Diretrizes para o ensino agrícola**. Ministério da Agricultura – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, 1 edição, 1955. Arquivo Institucional – *campus* Araquari.

COLÉGIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA. **Relatório de 1972**. Araquari, 1972. Arquivo Institucional – *campus* Araquari.

DIRETORIA DO ENSINO AGRÍCOLA. **Ofício Circular nº 37**, 23 de outubro de 1967. Arquivo Institucional – *campus* Araquari: Pasta Ofícios Recebidos da SEAV.1967

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR. **Ofício nº. 1277**, 14 de junho de 1967. Arquivo Institucional – *campus* Araquari: Pasta Ofícios Recebidos da SEAV de 1967.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL. **Ofício nº. 1889**, 04 de setembro de 1967. Arquivo Institucional – *campus* Araquari: Pasta Ofícios Recebidos da SEAV.1967.

ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE ARAQUARI. **Plano de Trabalho para 1954**. Araquari, 1954. Arquivo Institucional – *Campus* Araquari.

_____. **Francisco E. Canziani & CIA LTDA**. Araquari. 29 de outubro de 1954b. Arquivo Institucional – *Campus* Araquari.

_____. **Ofício nº 4**, 20 de outubro de 1954c. Arquivo Institucional – *Campus* Araquari.

_____. **Relatório de 1956**. Araquari, 1956. Arquivo Institucional – *Campus* Araquari.

_____. **Relatório de 1956: período de 15/06 a 31/12/56**. Araquari, 1956b. Arquivo Institucional – *Campus* Araquari.

_____. **Plano de Trabalho de 1957**. Araquari, 1957. Araquari, 1957. Arquivo Institucional – *Campus* Araquari.

_____. **Especificações II parte Plano de Trabalho de 1957**. Araquari, 1957b. Arquivo Institucional – *Campus* Araquari.

_____. **Relatório das Atividades no decorrer do ano de 1957**. Araquari, 1957c. Arquivo Institucional – *Campus* Araquari.

ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, **Diários das Disciplinas Escolares 1959 à 1967**. Arquivo Institucional – *Campus* Araquari.

_____. **Relatório Anual referente ao exercícios de 1959**. Araquari, 1959. Arquivo Institucional – *Campus* Araquari.

_____. **Boletim dos Trabalhos Escolares, correspondentes aos meses de janeiro, fevereiro, março do ano de 1960.** Araquari, 1960. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

_____. **Programa de Ensino de Cultura Agrícola para as Escolas Rurais.** 1960b. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

GINÁSIO AGRÍCOLA SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, **Diários das Disciplinas Escolares 1962 a 1967.** Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

_____. **Relatório das Atividades do Ginásio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira, janeiro a julho de 1964.** Araquari, 1964. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

_____. **Segundo Relatório do segundo semestre do ano de 1964.** Araquari, 1964b. Arquivo Institucional – *campus Araquari*.

_____. **Relatório do Primeiro Semestre de 1965.** Araquari, 1965. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

_____. **Relatório Primeiro e Segundo Semestre de 1965.** Araquari, 1965b. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

_____. **Relatório Janeiro a Dezembro de 1965.** Araquari, 1965c. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

_____. **Relatório Anual de 1966.** Araquari, 1966. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

_____. **Primeiro Relatório do Primeiro Semestre de 1966.** Araquari, 1966b. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

_____. Exame de Admissão dia 18 de fevereiro de 1966. 1966c. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

_____. Boletim Escolar de Português 4.série 1966 – Prova. 1966d. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

_____. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*: Pasta Declarações, Atestados, Certidões, 15 de ju. 1966e.

_____. Sala do do Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira. Araquari. **Ata da sessão realizada no dia 12 de ago. 1967.** p. 4. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

_____. **Relatório de 1967.** Araquari, 1967b. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

_____. **Relatório Anual de 1967.** Araquari, 1967c. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

_____. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*: Pasta Cartas Recebidas, 1967d.

_____. Pasta Ofícios expedidos ao Delegado Federal da Agricultura – Plano de Trabalho: Aperfeiçoamento do Trabalho em Oficina Rural. Arquivo Institucional – *Campus Araquari* .1967e.

_____. Ofício nº 104 de 06 de junho de 1967. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*: Pasta Ofícios expedidos ao Delegado Federal da Agricultura, 1967f.

_____. OFÍCIO nº 260 05 de dezembro de 1967. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*:Pasta de Ofícios expedidos à diversos, 1967g.

_____. OFÍCIO nº 269/67 de 11 de dezembro de 1967. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*: Pasta de Ofícios expedidos à diversos, 1967h.

_____. OFÍCIO nº 271/67 de 11de dezembro de 1967. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*: Pasta de Ofícios expedidos à diversos, 1967i.

_____. OFÍCIO nº 284/67, 13/12/1967. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*: Pasta de Ofícios expedidos à diversos, 1967j.

_____. OFÍCIO nº 292/67 de 27 de dezembro de 1967. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*: Pasta de Ofícios expedidos à diversos, 1967l.

_____. **Projeto de Avicultura**. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*: Pasta Ofícios Expedidos à CONTAP II. 1967.

_____. **Grêmio Estudantil**. **Arquivo Institucional** – *Campus Araquari*: Pasta sem denominação.

LIVRO 1 – Registro de diplomas – Secretaria Acadêmica do *Campus Araquari*. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Regulamento das Escolas Agrícolas, s/data. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*. Arquivo Institucional – *campus Araquari*.

MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA. Portaria nº 531 de 09 de abril de 1954. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, OFÍCIO nº 233, 21de fevereiro de 1968. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*: Pasta Ofícios recebidos de diversos, 1968.

OLIVEIRA, Amauri Corrêa. Entrevista concedida à Gisele Gutstein Guttschow no dia 20/06/2017. Arquivo Institucional IFC- *Campus Araquari*.

SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO. Distribuído pela Seção de Estudos e Pesquisas da Superintendência do Ensino Agrícola e

Veterinário, 1960. Programa de ensino da cultura agrícola para as escolas rurais – Arquivo Institucional – *Campus Araquari*: Pasta sem identificação, 1960.

_____. Portaria nº. 53, 30 de junho de 1965. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*. 1965

_____. Ofício Circular nº. 108 de 24 de novembro de 1965. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*. 1965b.

_____. Portaria nº. 62 de 04 de maio de 1966. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*. 1966.

_____. Portaria nº. 449 de 20/09/1966. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*: Pasta Ofícios Recebidos da SEAV. 1966b.

_____. Ofício nº. 779 de 03/05/67. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*: Pasta Ofícios Recebidos da SEAV. 1967

_____. Ofício nº. 1011 de 15/05/67. Arquivo Institucional – *Campus Araquari*: Pasta Ofícios Recebidos da SEAV. 1967b.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, Registro de Alunos – Arquivo Morto: ginásio.

TRÜMMER, Roberto. Entrevista concedida à Gisele Gutstein Guttchow no dia 03/07/2017. Arquivo Institucional IFC - *Campus Araquari*.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Questionário, Arquivo Institucional – *Campus Araquari*: Pasta Ofícios Recebidos de Diversos, 1967.

LEIS E DECRETOS

BRASIL. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição dos Estados Unidos do Brasil. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. Decreto nº16.826 , de 13 de outubro de 1944. Aprova o Regimento da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16826-13-outubro-1944-461101-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22/05/2017.

_____. Constituição (1946). Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm>. Acesso em: 02 abr. 2014.

_____. Decreto nº 21.667, de 20 de Agosto de 1946. Regulamento dos Currículos do Ensino Agrícola. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21667-20-agosto-1946-342105-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 05/10/2016.

_____. Decreto nº 26.571, de 8 de abril de 1949. Aprova o regulamento para registro de professores dos estabelecimentos de ensino agrícola. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=158890>>. Acesso em : 23/05/2017.

_____. **Diário Oficial da União**. 63 ed. 18 mar. 1954.

_____. Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955. Autoriza a União a criar uma Fundação denominada Serviço Social Rural. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2613.htm. Acesso em 07/03/2017.

_____. Decreto nº 38.042, 10 de outubro de 1955b. Aprova o Regulamento dos Currículos do Ensino Agrícola. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=169467>>. Acesso em: 03/04/2014.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/129047/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>>. Acesso em: 02/03/2015.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Documenta**. 1, 2,3 ,março, abril e maio de 1962. Rio de Janeiro, 1962.

_____. Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962. Cria o Fundo Federal Agropecuário (FFAP). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Ldl/Ldl08.htm>. Acesso em: 19/06/2017.

_____. **Documenta**. 39, julho de 1965. Rio de Janeiro, 1965.

_____. Decreto nº 62.173, de 25 de janeiro de 1968. Provê sobre a transferência de estabelecimentos de ensino agrícola para Universidades e dá outras providências. Disponível em :<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62178-25-janeiro-1968-403729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 02/07/2016.

SANTA CATARINA. Lei nº 363, de 31 de outubro de 1958. Acordo entre União e o Estado de Santa Catarina, para a instalação da Escola de Iniciação Agrícola no município de Araquari. Disponível em: < 200.192.66.20/alesc/docs/1958/363_1958_Lei_promulgada.doc>. Acesso em: 02/04/2016.

APÊNDICES

Araquari, _____.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____,
autorizo o IFC –*Campus Araquari* a divulgar, publicar e socializar esta entrevista
concedida no dia e local indicados abaixo:

_____**DADOS PESSOAIS E FORMAÇÃO**

Nome completo: _____

Data de nascimento: _____

Período em que estudou na instituição (Escola, Ginásio, Colégio Senador Gomes
de Oliveira, Colégio Carlos Gomes de Oliveira, IFC-*Campus*
Araquari) _____

Formação na instituição: _____

Formação posterior: _____

Atividade atual: _____

ASSINATURA DO ENTREVISTADO